



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

ANTONIO NILSON ALVES CAVALCANTE

SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DE RELATÓRIOS
SOCIOAMBIENTAIS

FORTALEZA – CEARÁ
2018

ANTONIO NILSON ALVES CAVALCANTE

SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DE RELATÓRIOS
SOCIOAMBIENTAIS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.
Área de Concentração: Linguagem e Interação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dina Maria Machado
Andréa Martins Ferreira.

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Cavalcante, Antonio Nilson Alves.

Sustentabilidade: Análise de Discurso Crítica de relatórios socioambientais [recurso eletrônico] / Antonio Nilson Alves Cavalcante. - 2018.

1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 199 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2018.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientação: Prof.^a Ph.D. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Sustentabilidade. 3. Relatórios socioambientais. I. Título.

ANTONIO NILSON ALVES CAVALCANTE

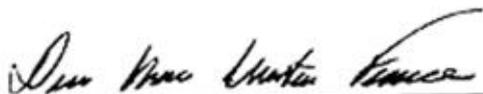
SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DE RELATÓRIOS
SOCIOAMBIENTAIS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.
Área de Concentração: Linguagem e Interação.

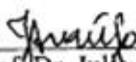
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira.

Aprovada em: 11 de dezembro de 2018.

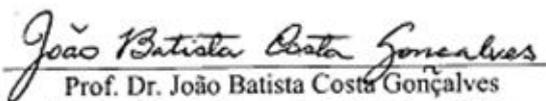
BANCA EXAMINADORA



Prof.a. Dra. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. João César Araújo
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. João Batista Costa Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará - UECE

À minha família e, em especial, à minha esposa, Roberta, por todo apoio. A todos aqueles que compartilham da preocupação com nosso Planeta-Casa.

AGRADECIMENTOS

Não será possível resumir tudo aquilo que me ofereceram como contribuição para a pesquisa, mas com cada um aprendi ou vivenciei coisas muito importantes.

Primeiramente, agradeço à força maior do universo, por ter me protegido e me inspirado na elaboração desta pesquisa.

Agradeço a todos os profissionais do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA) que me auxiliaram no caminho da pós-graduação, especificando as pessoas de Jamilly e a coordenadora Cibele, por terem sempre dado o seu melhor para fazer do PÓS-LA um programa de excelência e, especialmente, por terem possibilitado o coroamento do trabalho de toda equipe PÓS-LA com a nota de nível 5 na avaliação CAPES.

À minha orientadora, Dina, pela paixão que nutre pelo que faz e pela sua orientação sempre fraterna e enriquecedora.

À prof^a Claudiana. Entre tantas coisas, por me apresentar, na ocasião de minha qualificação, perspectivas com as quais pude fazer convergir meu interesse social com minha preocupação ecológica.

Ao prof^o Ruberval. Por fazer aflorar em mim a importância da linguagem para a pesquisa. Em suas aulas, aprendi como de fato a própria apreensão do “extra-discursivo” se dá por meios discursivos.

À direção da escola Parque Presidente Vargas, nas pessoas de Elias, Adriana e Marcelo, por todo apoio e condições para a conclusão deste trabalho.

À Roberta, minha esposa e melhor amiga que, nessa empreitada, tornou-se coautora desta dissertação, pelo tanto que me era importante sua interlocução.

Ao meu irmão, Milson, que me ensinou o valor da amizade.

Finalmente, à Dona Nair, minha vizinha, que me ensinou tanto da vida.

“Mas, que significa, experimentalmente, a nossa dimensão-Terra? Significa, primeiramente, que somos parte e parcela da Terra. Viemos dela. Somos produto de sua atividade evolucionária. Temos no corpo, no sangue, na mente e no espírito elementos-Terra.”

(Leonardo Boff)

RESUMO

A presente pesquisa se relaciona à temática da sustentabilidade e é encetada no campo da Linguística Aplicada, por um viés transdisciplinar, emergindo da conjuntura atual de crise socioambiental na qual se vê uma proliferação de discursos, seja em relatórios científicos, seja em literatura especializada ou até mesmo em meios de comunicação, que apontam para a necessidade de enfrentamento dos choques ambientais e climáticos ocorridos a partir do marco histórico da Revolução Industrial e que, nos dias atuais, afetam profundamente os ecossistemas dos quais somos parte (FLANNERY, 2007; OPPENLANDER, 2013; BOFF, 2008, 2009, 2015; GIDDENS, 2010; MÉRICO, 2014). Assim, destaco a importância da linguagem no trato de questões relacionadas aos problemas socioambientais (CALLENBACH, 2001; LARA; OLIVEIRA, 2017), diante do que proponho analisar como aspectos vinculados a sustentabilidade e conceitos afins são abordados em relatórios corporativos apresentados por uma empresa da indústria alimentar. Compondo nosso corpus de pesquisa, esses relatórios foram investigados em referência às três dimensões do discurso (textual, discursiva e social), propostas por Fairclough (2008) e utilizadas como instrumental teórico-analítico, no aspecto metodológico da pesquisa, em perspectiva com considerações de autores como Celani (2007), Moita Lopes (2007, 2011), Rajagopalan (2003), Pennycook (2006), Rojo (2013) e outros. Os resultados apontam que, nos relatórios analisados, a sustentabilidade não é prioritariamente referida ao âmbito socioambiental planetário, voltando-se muitas vezes à rentabilidade dos negócios.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Sustentabilidade. Relatórios socioambientais.

ABSTRACT

This research is related to the theme of sustainability and is conceived in the field of Applied Linguistics, by a transdisciplinary bias, emerging from the current socioenvironmental crisis in which a proliferation of discourses is seen, either in scientific reports, in specialized literature or even in the media, which points to the need to cope with environmental and climatic shocks occurring within the historical framework of the Industrial Revolution and which, today, profoundly affects the ecosystems in which we take part (FLANNERY, 2007; OPPENLANDER, 2013; BOFF, 2008, 2009, 2015; GIDDENS, 2010; MERICO, 2014). I would like to highlight the importance of language in dealing with issues related to socio-environmental problems (CALLENBACH, 2001; LARA; OLIVEIRA, 2017), in face of what I propose to analyze how aspects related to sustainability and similar concepts are addressed in corporate reports presented by a company from food industry. Composing our corpus of research, these reports were investigated in reference to the three dimensions of discourse (textual, discursive and social), proposed by Fairclough (2008) and used as theoretical-analytical tools in the methodological aspect of the research, in perspective with considerations of authors such as Celani (2007), Moita Lopes (2007, 2011), Rajagopalan (2003), Pennycook (2006), Rojo (2013) and others. The results show that, in the analyzed reports, sustainability is not primarily referred to the planet's socio-environmental scope, often turning to business profitability.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Sustainability. Social and environmental reports.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REVERBERAÇÕES DE UMA ECOLOGIA OPORTUNA.....	15
2.1	DEMANDAS PELA SUSTENTABILIDADE EM FACE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS	15
2.1.1	Interdependência ecológica	15
2.1.2	A materialidade do aquecimento global	20
2.1.3	Crônica das preocupações com a sustentabilidade.....	25
2.2	ECOLOGIA E ECONOMIA: A BUSCA DE UMA SÍNTESE	31
2.2.1	As interseções históricas.....	31
2.2.2	Fragilidade do discurso hegemônico da sustentabilidade	37
2.2.2.1	Revezes do crescimento econômico	37
2.2.2.2	Outros revezes diante das questões ecológicas	46
2.2.3	Indispensabilidade da solidariedade e da ética.....	51
3	ELEMENTOS DE UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....	59
3.1	CENÁRIO GERAL DA ADC	59
3.1.1	Panorama sócio-histórico.....	59
3.1.2	Apontamentos teóricos.....	67
3.1.2.1	Concepção de discurso	67
3.1.2.2	Concepção de contexto	73
3.1.3	ADC transdisciplinar.....	79
3.2	A NATUREZA DA IDEOLOGIA	85
3.2.1	Sentido negativo de ideologia.....	85
3.2.1.1	Althusser e Pêcheux	85
3.2.1.2	Fairclough e Thompson	90
3.2.2	Acepção de ideologia como visão de mundo.....	93
3.2.3	Por uma ADC “ideológica”.....	98
3.2.4	Relações hegemônicas e ideologia	106
4	À GUISA DE METODOLOGIA.....	110
4.1	QUESTÕES DE ORDEM METODOLÓGICA	110
4.2	O QUADRO TRIDIMENSIONAL COMO “MÉTODO”	116
4.3	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS: TEXTO	

	E INTERTEXTUALIDADE	123
4.4	A DIMENSÃO DA CRÍTICA E OS ASPECTOS POLÍTICOS DA PESQUISA	129
4.4.1	Sobre dimensão da crítica	129
4.4.2	Sobre aspectos políticos da pesquisa.....	134
5	RESULTADOS DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS.....	141
5.1	A DIMENSÃO DISCURSIVA	141
5.1.1	Cadeias intertextuais.....	141
5.1.2	A construção do sujeito intérprete.....	146
5.2	A DIMENSÃO TEXTUAL	154
5.2.1	Vocabulário.....	154
5.2.2	Gramática.....	162
5.2.3	Coesão e estrutura textual	167
5.3	A DIMENSÃO SOCIAL	172
5.3.1	Heterogeneidade e ambivalência ideológicas.....	172
5.3.2	Estratégias discursivas e superlatividade.....	179
5.3.3	A ideologia do crescimento econômico	183
6	CONCLUSÃO.....	191
	REFERÊNCIAS.....	194

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vem sendo apontada a necessidade de se enfrentar as crises climáticas e ecológicas que despontam desde períodos tardios da Modernidade e que, no momento presente, afetam negativamente os ecossistemas que possibilitam a existência da coletividade humana. Diante de questões específicas como o aquecimento global e escassez de recursos, diferentes usos de linguagem lançam considerações sobre o ser humano, sobre outras formas de vida animal sobre o planeta, apontando que os indivíduos se encontram diante de transformações profundas que poderiam impactar fortemente a sociedade. Os argumentos propagados em múltiplos e diversos discursos são tão enfáticos que advertem com alertas, exigindo um conjunto de dispositivos, em termos de convergência entre linguagem e atitudes, que possibilitem a sobrevivência do planeta Terra, tal qual é conhecido, para as civilizações presentes e futuras.

De tal maneira, os problemas ecológicos, em toda a sua complexidade, passaram a povoar as práticas discursivas nos mais diferentes âmbitos, fazendo-se necessária a criação de estratégias que possam mitigar as implicações de uma provável intensificação das variações na temperatura planetária ou do uso impróprio dos recursos naturais. Para evitar possíveis desastres, essas estratégias, localizadas entre a prática e a teoria, devem ser capazes de apresentar respostas efetivas aos dilemas socioambientais contemporâneos.

Diante desse contexto, começa-se a formular, junto às empresas dos mais diversos setores, um conjunto de mobilizações que pretende engajá-las como parte envolvida na proposição de ações que venham a intervir no quadro problemático diante do qual se vive. Assim, surge o discurso empresarial sobre sustentabilidade, seguindo uma linha hegemônica da teoria econômica no que toca às questões ambientais. Do ponto de vista de uma governança ambiental, a prática governamental poderia articular uma série de medidas que desenvolvessem a necessária solução para os problemas ecológicos. Contudo, no que tange a tais questões, os procedimentos diante do problema se limitam, muitas vezes, a privilegiar políticas de incentivo ao crescimento econômico que, além de não se converterem em distribuição efetiva de renda, eliminando o problema da pobreza e miséria, passam a gerar impactos progressivamente maiores na biosfera. Nesse contexto, as práticas empresariais propõem atitudes de conciliação entre argumentos estritamente econômicos com a preocupação de cunho ambiental, que assumem a rubrica da conservação de recursos.

No entanto, vários autores (OPPENLANDER, 2013; BOFF, 2015; LARA; OLIVEIRA, 2017) apontam que as atuais propostas de solução dos problemas ambientais

ainda permanecem insipientes ou até mesmo contraditórias, encontrando-se submetidas a interesses da ordem do econômico, ao perseguirem um crescimento infinito de suas margens, de suas receitas contábeis e de sua produção, sem perceber as fragilidades principais dessa perspectiva hegemônica que busca dar respostas aos problemas enfrentados no início de século.

Destarte, como a linguagem é parte crucial da performatividade das relações sociais estabelecidas entre as pessoas e que, por isso, pode agir em prol da compreensão da situação pela qual o ambiente sócio-natural está passando, em recorrência da fragilidade das estratégias atuais responsáveis por encontrarem soluções às questões ecológicas que ameaçam o planeta, procuro analisar como a discursividade hegemônica da sustentabilidade se mantém sobre premissas frágeis no que toca a uma conservação ampla do planeta. Assim, resta-me postular a inserção dessa problematização dentro do campo de investigação da linguística aplicada, mais especificamente, na linha de pesquisa caracterizada pelos estudos críticos da linguagem, que propicia uma análise das estratégias discursivas inscritas em relatórios de sustentabilidade. Diante do que determinadas empresas assumem como parte de uma política que parece se voltar à mera preservação de recursos, pretendo entender alguns pontos cruciais, como: (a) Quais as contradições e fragilidades implicadas pelas estratégias discursivas utilizadas em certos relatórios de sustentabilidade?; (b) Como esses relatórios performatizam a linguagem (vocabulário, gramática, estrutura textual) a partir dos seus interesses majoritários?; (c) Em torno de quais visões de mundo (ideologias), os relatórios perfazem suas estratégias discursivas de sustentabilidade?; e (d) Qual série histórica de discurso se revela a partir da intertextualidade estabelecida por esses relatórios?

Com a formulação dessas perguntas, é viável relacionar as questões tradicionalmente restritas ao âmbito da ecologia, climatologia e/ou economia a partir das instâncias teóricas da linguística aplicada, buscando me deter na performatividade da linguagem em relação às práticas de sustentabilidade enunciadas pelo discurso hegemônico, ao ponto de entender como esse discurso hegemônico da sustentabilidade é, em boa parte, descuidado com o meio ambiente, o que impossibilita que aponte mudanças necessárias para a reversão do quadro socioambiental no qual se encontram. Alguns autores consideram que há um processo de transição para a sustentabilidade e, como Merico (2014, p.11) bem aponta: “A transição para a sustentabilidade é entendida (...) como um processo político possível de ser construído”. Tal assertiva me leva a inscrever a sustentabilidade em uma lógica discursiva, na qual o termo em questão passa a ser alvo de lutas hegemônicas, uma vez que percebo as fragilidades e contradições do conjunto de enunciados dominantes vinculados a esse.

Assumindo a luta hegemônica em torno do conceito de sustentabilidade, proponho desnaturalizar os elementos ideológicos que fundamentam e justificam não apenas o discurso e a ideologia hegemônica da responsabilidade ambiental (LARA; OLIVEIRA, 2017), mas que também implicam, nos termos de certos autores, uma pseudossustentabilidade (OPPENLANDER, 2013).

Enfim, o panorama socioambiental desse início de século XXI demonstra a relevância de minha proposta ao ressaltar a importância da performatividade da linguagem diante dos problemas socioambientais e do processo de transformação da sociedade, em prol da compreensão das fragilidades do discurso hegemônico da sustentabilidade e da consequente percepção da necessidade de práticas que contribuam para o cuidado com o planeta e com as pessoas, assim como com o destino da humanidade, outras formas de vida e os ecossistemas que as abrigam.

Alguns autores de áreas diversas já reconhecem a importância da linguagem para as práticas sociais relacionadas aos ecossistemas e suas transformações, tal qual Ernest Callenbach (2001), ao apresentar, em seu livro *Ecologia – Um guia de bolso*, um posfácio intitulado “O poder das palavras”. A partir de autores como esse, reconheço a contribuição que pode ser fornecida pelos estudos da linguagem na compreensão não apenas das consequências das práticas mercantis e mercadológicas, econômicas e culturais sobre o equilíbrio do planeta, mas também e principalmente das fragilidades das medidas propostas a minimizar esse problema. Daí meu interesse em contribuir com os estudos da linguagem que se movimentem no âmbito socioeconômico e ecológico e no campo da linguística aplicada, de modo a me favorecer nessa empreitada.

De todo modo, este trabalho não parte de um marco zero epistemológico, uma vez que está ancorado nas propostas de configuração teórico-metodológica da transdisciplinaridade que, de central importância para a atualidade, é considerada como crucial por diversos autores da linguística aplicada, o que possibilita novas formas de produzir conhecimento. Além disso, essa área de investigação está aberta ao diálogo com as demais disciplinas, tal como acontece nesta pesquisa, com os estudos sociais, economia e ecologia etc., por acreditar eu que a linguística aplicada não deve se utilizar de vórtices fixos da herança positivista para centralizar seu alcance em torno de procedimentos estanques e/ou assujeitar as condições reais de usos da linguagem a formas epistemológicas idealistas.

Tendo isso em consideração, apresento agora o desenvolvimento deste trabalho, dividido em 4 capítulos.

No capítulo de abertura, intitulado “Reverberações de uma ecologia oportuna”, início com a temática do trabalho, incorporada em discussões teóricas, de modo a fornecer uma compreensão geral dos elementos do estado da arte de minha pesquisa e a apontar aspectos teóricos e práticos articulados por uma perspectiva dos problemas ecológicos e da sustentabilidade. Distribuindo-se em duas seções, o capítulo aborda primeiro questões que os estudiosos apontam como relevantes, como a relação de interdependência no âmbito ecológico, a apresentação de problemas referentes ao aquecimento global e, enfim, o estabelecimento de um histórico referente ao desenvolvimento global em torno das preocupações com a sustentabilidade. Além disso, discuto questões sobre as interseções que se desenvolvem, no decurso da história, entre ecologia e economia, para, subsequentemente, discutir a fragilidade das práticas discursivas hegemônicas e, então, contrapor essa situação com o surgimento de abordagens que incluem a ética e a solidariedade em seu bojo.

No capítulo seguinte, com o título de “Elementos para uma Análise de Discurso Crítica”, proponho-me a aproximar-me de certas abordagens que destacam o papel da linguagem no processo de mudança social ou, ao contrário, na manutenção do *status quo*, de modo a considerar a Análise de Discurso Crítica (ADC) como perspectiva teórico-metodológica a qual vinculo o estudo de minha pesquisa. Dividido em duas seções, esse capítulo traz, inicialmente, uma discussão sobre algumas generalidades relacionadas à Análise de Discurso Crítica, especificando questões como o panorama de surgimento dessa vertente teórico-metodológica, alguns apontamentos teóricos concernentes aos conceitos de discurso e contexto e a caracterização daquela como uma abordagem transdisciplinar. Posteriormente, considero os aspectos teórico-metodológicos e analíticos referentes à ADC vinculados à ampliação do entendimento dos itens implicados em uma análise social da linguagem, pelos quais destaco a natureza do conceito de ideologia, a importância de uma ADC “ideológica” e elementos associativos dos conceitos de relação hegemônica e ideologia.

No capítulo quatro, “À guisa de metodologia”, aprofundo os elementos teórico-metodológicos, ao especificar desde questões quanto à natureza da pesquisa, até aspectos referentes às demais categorias analíticas que serão utilizadas na análise, sob as premissas do instrumental analítico da Análise de Discurso Crítica (ADC). Estando dividido em quatro seções, trato sobre a escolha do corpus, características gerais da pesquisa e constituição dos dados e aponto nosso instrumental analítico e como foi dado prosseguimento às dimensões do discurso que serão analisadas, inclusive considerando elementos relacionados como a dimensão da crítica e os aspectos políticos da pesquisa, sem esquecer da peculiaridade do imbricamento teórico-metodológico da ADC faircloughiana que justificam minha abordagem

tríplice e simultaneamente metodológica, analítica e teórica dos aspectos gerais e específicos da pesquisa.

A análise do *corpus* dar-se-á no quinto capítulo, com o título de “Resultado da análise dos relatórios”, e trazendo à baila os resultados e discussões próprios de minha investigação de relatórios socioambientais corporativos. Usando como base o quadro analítico da ADC, os resultados da análise estão divididos em três seções que, respectivamente, enfatizam as dimensões discursiva, textual e social do discurso. No primeiro nível da análise discursiva, são destacadas as categorias analíticas referentes às (i) cadeias intertextuais e à (ii) construção do sujeito intérprete. Na dimensão textual, a ênfase recaiu sobre categorias relacionadas ao (i) vocábulo sustentabilidade/sustentável, (ii) forma gramatical das pessoas verbais e outras em torno da (iii) coesão e da (iv) estrutura textual. Finalmente, são destacadas questões como (i) heterogeneidade e ambivalência ideológicas, (ii) estratégias discursivas, através do uso da superlatividade e (iii) ideologia do crescimento econômico.

Em meu percurso argumentativo, a linguagem acaba por extrapolar seu antigo posto de mera representação da realidade, como se tudo que coubesse a si fosse tão-só o dever de expressar o mais fielmente possível o pensamento. Autores diversos, como Voloshinov/Bakhtin (2006), Wittgenstein (1979), Austin (1990) e outros, como Fairclough (2008; 1989), tiveram participação crucial nessa reviravolta diante do papel meramente figurativo ou representativo da linguagem. Os frutos dessa nova compreensão da linguagem deixam atrás de si, por sua vez, sementes que irão possibilitar novas maneiras de produzir conhecimentos que tenham a linguagem como elemento imprescindível da vida em sociedade, fazendo com que minha pesquisa seja ainda mais enfática quanto à importância da linguagem para o surgimento de mudanças qualitativas no meio social em que vivemos atualmente, uma vez que a linguagem é um dos componentes preponderantes das relações sociais. Portanto, especifico minhas colocações em perspectiva como o quadro tridimensional oferecido por Fairclough (2008), situando minha análise no âmbito da luta social, já que a ADC reconhece a importância da compreensão das dimensões inerentes à linguagem, seja ela textual, discursiva ou social (FAIRCLOUGH, 2008).

2 REVERBERAÇÕES DE UMA ECOLOGIA OPORTUNA

2.1 DEMANDAS PELA SUSTENTABILIDADE EM FACE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

2.1.1 Interdependência ecológica

Nas últimas décadas do século XX, houve uma crescente preocupação com os aspectos ecológicos implicados nas atividades econômicas e produtivas das sociedades, aumentando a necessidade de considerar-se os impactos que as interações humanas com o ambiente e outras formas de vida ocasionam. Assim, recorro a uma conceituação densa do que seja ecologia, remetendo-a às interações que os seres vivos estabelecem entre si e os meios nos quais estão presentes. Callenbach (2001, p. 5) postula que a ecologia é “a ciência que estuda as interligações maravilhosamente complexas entre as formas de vida do planeta Terra”, investigando as interações entre os seres vivos e os ecossistemas e tendo como objetivo compreender o funcionamento desses sistemas em sua totalidade. Em consonância com a necessidade de extrapolar uma concepção de ecologia meramente ambiental (BOFF, 2009), ela passa a funcionar como estudo das relações entre os organismos e, conseqüentemente, desses e os meios nos quais estão presentes: “a ciência da ecologia estuda todas as interações entre os seres vivos, incluídos os seres humanos e seu ambiente” (CALLENBACH, 2001, p. 58).

Os primórdios dos estudos da ecologia se referem às pesquisas de oscilação da população de determinada espécie, observando como os dados demográficos de um grupo variam em correspondência aos dados de outro grupo, por exemplo, como um grupo de raposa pode aumentar em número, quando os coelhos, que lhes serviam de alimento, encontram-se em grande quantidade (CALLENBACH, 2001). Os objetivos dos ecologistas de campo eram descrever precisamente como os organismos viviam na natureza (CALLENBACH, 2001). Nos anos posteriores, para Callenbach (2009), surgiu a preocupação com a inserção do ser humano nos ecossistemas, sendo que as três vertentes da ecologia que ganharam destaque se concentram, primeiramente, no movimento da ecologia profunda, cujos princípios mais relevantes giram em torno do valor intrínseco de todas as formas de vida; o da ecologia social, cujas questões são de cunho acentuadamente político e social; e o do ecofeminismo, que traz características semelhantes à ecologia profunda e à ecologia social. De acordo com

Callenbach (2001), há a possibilidade de simultânea defesa das três perspectivas, já que elas não são contraditórias entre si, nem sequer mutuamente excludentes.

Para Boff (2009), a constituição da ecologia se dá dentro do campo da biologia e tem como formulador inicial o alemão Ernest Haeckel. Para esse discípulo de Darwin, “a ecologia é o estudo do inter-retro-relacionamento que todos os sistemas vivos e não vivos têm entre si e com o seu respectivo meio ambiente” (BOFF, 2009, p. 100). Essa concepção pauta-se na investigação da relação entre os sistemas de vida e seus meios, o que implica interações de grande enredamento, ao ponto de considerações provindas das ciências da complexidade e da teoria do caos serem necessárias ao esclarecimento de certos pormenores ecológicos (BOFF, 2009). As próprias perspectivas sobre as relações ecológicas, no tocante às formas de vida, foram se desenvolvendo de modo a proporcionar uma concepção de organismo vivo como sistema aberto e, se parte da natureza, enquanto forma de vida, é vista como sistema aberto, esse sistema se estabelece por um conjunto de relações e interações múltiplas (BOFF, 2009).

Não raro, é vivenciada a dificuldade de estudo *in vitro* das complexidades relacionais e interativas dos organismos vivos, indicando algumas limitações metodológicas na tradição científica clássica que, com base na física e na matemática, podem esquecer de observar a subjacente lógica da complementaridade e reciprocidade que subsiste nas relações ecológicas (BOFF, 2009). Para corrigir essa limitação clássica, parece imprescindível que os limites dos métodos reducionista-simplificadores, mencionados por Boff (2009), cedam lugar a um paradigma ecológico na produção de saberes. Para tanto, vale o reconhecimento da insuficiência da ideia de causa e efeito para explicar várias das inter- e retrorelações dos organismos, sendo que a própria noção de interdependência acaba sendo ofuscada pela dicotomização de nossa percepção atual (BOFF, 2015).

Na dimensão de concretização de um paradigma ecológico, uma ecologia mental prevê mudanças na forma de apreendermos a realidade (BOFF, 2015). Contudo, a competição e concorrência econômicas surgem como obstáculos principais para que seja alcançada essa mentalidade ecológica (BOFF, 2009). Extrapolando o caráter restritamente ambiental ou sociopolítico que não podem ser negligenciados, vê-se a incumbência de princípios éticos para a ecologia mental que pode ser abrangida através de uma ecologia integral, em que o ser humano perceba o processo evolutivo do Universo, em decorrência do percebimento de sua pertença a esse processo evolutivo (BOFF, 2009). Como a ecologia, enquanto forma de relação natural encontrada nos próprios ecossistemas, funciona “de acordo com as leis inexoráveis da energia” (CALLENBACH, 2001, p. 75), é preciso não a restringir, enquanto

investigação sobre a vida e seus meios, a um mero ambientalismo utilitário (BOFF, 2015). Com essa reviravolta, surgem níveis diferentes da realidade ecológica que vão além do convencionalmente estabelecido: “A ecologia recobre à sociedade (ecologia social), à mente humana (ecologia mental), às indústrias (ecologia industrial), às cidades (ecologia urbana) e às redes de conexão com o cosmos (ecologia integral)” (BOFF, 2015, p. 97). Considerada a complementaridade das demais formas de ecologia (ecologia ambiental, ecologia sócio-política, ecologia mental) por uma ecologia integral, tal amplitude das relações ecológicas insere o animal humano na posição de relatividade diante das outras formas de vida e meios, sendo crucial nossa integração aos ecossistemas para a consolidação de uma era de responsabilidade e ética com os meios nos quais estamos inseridos e com as demais formas de vida que os compõem (BOFF, 2015). Nesse turno, vê-se mister a *ecologização* das práticas humanas, a fim de possibilitar a insurgência do paradigma ecológico, cujas características conceituais revelam uma atitude de abertura e inclusão, em prol de uma macrovisão ecológica (BOFF, 2009).

Recupera-se uma visão holística de natureza pela ecologia que passa a se desenvolver por via da trans/interdisciplinaridade e da transversalidade e extrapolar a si mesma enquanto mera técnica de gerenciamento de recursos escassos (BOFF, 2009), ao estilo hegemônico da economia. Essa condição é parte do percebimento da influência mútua que se realiza entre os elementos dos ecossistemas (CALLENBACH, 2001) e, principalmente, diante da compreensão da sociedade como subsistema da natureza que pode resgatar a vinculação do ser humano ao ambiente (BOFF, 2015). Como coroamento do surgimento da visão de realidade como teia interligada (CALLENBACH, 2001), a vida passa a ser vista como se estabelecendo em rede de conexões (BOFF, 2015) e, no caso específico dos animais humanos, parte de sua interação com outros constituintes das relações ecológicas se dá inclusive a partir da possibilidade de alcance dos ciclos de eventos astronômicos e atmosféricos poderem incidir sobre os estados psicológicos (CALLENBACH, 2001).

É perceptível a codependência que se estabelece entre as partes em uma relação ecológica, ao ponto de se sobressair o caráter de reciprocidade que essas relações desempenham umas sobre as outras, uma vez que os benefícios decorrentes são assimilados por todos os componentes da interação. De acordo com E. Callenbach (2001, p. 14), “Na ecologia, todas as relações são recíprocas, de alguma forma” e, mesmo que haja uma dependência majoritária da vida na Terra pelo Sol e carbono, um grande exemplo da reciprocidade das interações pode ser notado em alguns pequenos detalhes: “Sem o dióxido de carbono que nós e outros animais expelimos pela respiração, as plantas, as bactérias e as algas

não teriam como absorvê-lo do ar para fabricar suas células e obter alimento para si e para outras formas de vida – até mesmo para [nós]” (CALLENBACH, 2001, p. 103). O que torna essa relação ainda mais complexa e recíproca é que o dióxido de carbono expelido por nós e outros animais e que, por exemplo, ‘alimenta’ as plantas, é proveniente da fotossíntese que, em partes, as próprias plantas desenvolvem. Se as plantas dependem do dióxido de carbono produzido ou expelido pelos animais humanos e não-humanos, esses dependem, por sua vez, das plantas, já que elas ajudam também na produção de parte do oxigênio que se respira, evitando que os humanos sejam sufocados em CO₂ (FLANNERY, 2007). Isso quer dizer que na “ausência de plantas, algas e bactérias capazes de realizar a FOTOSSÍNTESE (sic), não há gás oxigênio” (CALLENBACH, 2001, p. 15), diante de um ciclo entre a conversão de oxigênio em carbono pelos humanos e do carbono em oxigênio¹ pela fotossíntese das plantas e microorganismos (CALLENBACH, 2001).

Para Callenbach (2001), as diferenças de importância dadas às espécies não passam de um construto humano, em razão de uma ilusão teleológica que se atribui aos humanos como fim da evolução. Apesar disso, sou obrigado a falar em co- ou interdependência, visto que, em algum nível, aquele item aparentemente independente, como é o caso do *homo sapiens*, ainda depende de algum item mais ínfimo ou de processos mais amplos. No que lhe diz respeito, o animal humano é, em última instância, infinitamente dependente da biosfera: “dependemos da BIOSFERA (sic) para ter AR (sic) para respirar, alimento para comer, materiais para construir abrigo, para a remoção do lixo e a satisfação de outras necessidades” (CALLENBACH, 2001, p. 119). De modo geral, os elementos da biosfera são interdependentes e, pela perspectiva ecológica, os humanos são apenas uma parte de um dispositivo bem mais amplo que eles (CALLENBACH, 2001), destronando uma ‘consciência’ ecológica característica do século XX e início de século XXI que, mesmo podendo ter sido antecipada pela visão integracionista de Wallace, ainda mantém a centralidade na humanidade como razão de tudo (FLANNERY, 2007).

Diante de um concreto imbricamento entre partes, mesmo os mecanismos de vida desempenham um papel na regulação dos gases atmosféricos (CALLENBACH, 2001), percebido através da relação entre vida e temperatura que se estabeleceu com o surgimento e evolução das gramíneas (FLANNERY, 2007). Essa visão perceptiva é peça da descoberta da instabilidade que caracteriza os dispositivos climáticos do planeta

¹ Uma questão interessante é que, como condição própria e natural da vida, percebe-se o equilíbrio da porcentagem de oxigênio na atmosfera, em cerca de 21% (BOFF, 2015) e, por sua vez, o carbono se encontra também em equilíbrio, já que sua quantidade ideal natural regula a temperatura acima do congelamento e abaixo do superaquecimento (FLANNERY, 2007).

(FLANNERY, 2007) e, diante da velocidade de emissões de gases poluentes na atmosfera, fica a dúvida se os mecanismos reguladores desses gases responderiam, à altura e a tempo, esses envios de poluição (CALLENBACH, 2001). Contudo, o que serviria de alerta e precaução é usado por alguns como justificativa para a inação, uma vez que a ideia de não equilíbrio em sistemas biológicos, haja vista a dificuldade em prever os aspectos biológicos futuros com precisão absoluta (VEIGA, 2013), daria margem ao negacionismo dos problemas enfrentados.

Nesse turno da discussão, é visível a necessidade de novas relações entre o planeta e a natureza (BOFF, 2015), como uma nova interação ecológica do animal humano com as demais formas de vida e com os demais ecossistemas. A própria forma de relação ecológica da espécie humana passou por diferentes lances, logo após o surgimento do *homo habilis* que, por volta de 2 milhões de anos atrás, iniciou uma interação complexa com a Natureza:

Inicialmente era uma relação de *interação* pela qual reinava sinergia e cooperação entre eles; a segunda foi de *intervenção*, quando o ser humano começou a usar instrumentos (pedras afiadas, paus pontiagudos, e mais tarde, a partir do Neolítico, os instrumentos agrícolas) para vencer os obstáculos da natureza e modificá-la; a terceira fase, a atual, é de *agressão*, quando o ser humano faz uso de todo um aparato tecnológico para submeter a seus propósitos a natureza, cortando montanhas, represando rios, abrindo minas subterrâneas, poços de petróleo e estradas, criando cidades, fábricas e dominando os mares (BOFF, 2015, p. 23).

Certamente, não há nenhuma limitação que nos impeça de assumir uma nova forma de interação com o meio e as demais formas de vida que implique em otimização da relação da comunidade ou sociedade com os ecossistemas e redefina nossas formas de conexão com o todo (BOFF, 2015). Na busca de tal condição, inauguram-se novos modos de ser e novos modos de se relacionar, nos quais o valor da preservação e do cuidado seja desenvolvido a partir de uma ética ecológica, como responsabilidade total sobre a vida e os meios onde essa se desenvolve (BOFF, 2015). Esse contexto faz ressurgir, no âmbito econômico, a questão natural sobre a rubrica de uma questão ecológica para a atividade econômica e produtiva, uma vez que o problema da natureza pelo atual sistema de produção e consumo é parte de uma crise relacional e não meramente econômica (BOFF, 2015). Boff (2015) considera, na esteira de alguns economistas, que a crise atual a ser superada perpassa o âmbito da ética das relações e não somente dos níveis econômicos. O aspecto econômico seria apenas a expressão dessa crise de relação no nível das atividades produtivas e, como o sistema econômico se encontra inserido dentro dos ecossistemas naturais, é oportuno entender a crise econômica como produto de uma crise relacional em nível ecológico (BOFF, 2015). Isso propicia a inversão da extensão teórico-terminológica da economia para a ecologia, uma vez

que o termo *oecologie* teria sido forjado a partir do termo economia, definindo-a como economia da natureza, na qual se estuda “todas as relações dos animais com seu meio orgânico e inorgânico” (HAECKEL apud VIVIEN, 2011, p. 28). Esse procedimento favoreceu a entrada de conceitos da economia na ecologia teórica, como o de produtor e consumidor, ou até rendimento e produtividade. Não raro, surgem abordagens do aquecimento global, produto das atividades econômicas, como decorrência do desequilíbrio ecológico (SACHS apud BOFF, 2015).

2.1.2 A materialidade do aquecimento global

Diante da presença do desequilíbrio ecológico, é possível observar diversas consequências que provêm dos impactos gerados sobre os ecossistemas e os indícios dessa destruição trazem em si aspectos como a perda da biodiversidade e a extinção das espécies, a erosão dos solos, a redução da disponibilidade de meios e bens primordiais para a vida, acidificação e morte dos oceanos, etc. Através da generalizada poluição, com o uso dos combustíveis fósseis, e do desmatamento, por exemplo, o ser humano passou a representar uma força geológica incidente sobre as próprias condições físico-químicas do planeta, possibilitando que as variações de temperatura assumam uma intensificação imprevista para as condições regulares do clima.

Apesar de todo o consenso em torno da questão, não é difícil encontrar argumentos que neguem a fatuidade das variações climáticas como decorrentes de fatores antropogênicos, como se os homens não tivessem nenhuma participação na intensificação das temperaturas globais a partir das emissões desenfreadas de gases do efeito estufa. Como as reduções de emissões de gases na atmosfera implicam medidas que comprometem a ordem econômica do crescimento sem limites², é fácil entender o porquê de grande recusa de aceitação, por parte de muitos, do consenso científico³ que já alcança mais de 90% de certeza

² Aponta-se, por exemplo, a necessidade de reduções drásticas (até 80%) das emissões poluentes, inclusive do nitrogênio (VEIGA, 2013), implicando nitidamente em conflito com as práticas produtivas.

³ Acrescento que a apontamento do consenso e horizonte científico e acadêmico, feito nesta seção, não destoia de minha crítica posterior ao positivismo, uma vez que fica explícito que, mesmo com a abordagem ecológica diante de questões naturais, entendo que a prática científica dessa pode divergir, no campo do político, diante da significação social de seus ‘dados’, como, e.g., quais medidas são necessárias para o combate ao aquecimento global. Outro ponto igualmente consoante com a crítica ao positivismo é o fato de que, em nenhum momento, pretendo considerar que o simples uso de um método dedutivo (ou equivalente) seja suficiente, por si, para atribuir ao discurso um valor de ‘verdade’, inclusive como forma de descartar a validade de conhecimentos outros, como os de caráter mais ‘intuitivo’ que poderiam servir inclusive de indicação de um ponto de partida às elaborações mais sistematizadas da ciência, oferecendo importantes *insights* a essas últimas, como acontece em Einstein, ao atribuir à imaginação um importante papel no desenvolvimento de

quanto à responsabilidade sobre esse problema. Nessa linha de defesa de interesses liberais, não demorou o surgimento de *lobbies* para desacreditar a existência do aquecimento global, o que alcançou grandes efeitos negativos, principalmente nos EUA (ANGELO, 2008). De todo modo, seguindo o consenso aludido pelo 4º Relatório do IPCC (ANGELO, 2008)⁴, muitos pesquisadores e ecologistas concluem que o aquecimento global foi intensificado grandemente pelas práticas destrutivas da economia humana. Para Boff (2015, p. 58), na esteira de Ignacy Sachs, é “no contexto da pressão muito forte que as atividades humanas fazem sobre os ecossistemas e sobre o Planeta Terra, a ponto de levá-lo a perder seu equilíbrio sistêmico que se revela (...) o aquecimento global”.

Ângelo (2008, p. 58) considera que

O resultado de todas essas medições e modelagens permitiu ao AR4 estabelecer, pela primeira vez, que o aquecimento global é “inequívoco” e “muito provavelmente” (mais de 90% de chance de ser verdade) causado pelas emissões humanas de dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e outros gases.

Embora haja toda essa convergência de resultados e conclusões por boa parte da comunidade de cientistas, é comum a recusa em concordar com a necessidade de redução das emissões, uma vez que isso implica, para alguns, na redução das possibilidades de lucro e crescimento econômico. Nesse conflito de interesses, é natural que haja uma dificuldade de avaliar as questões voltadas ao aquecimento global, principalmente se, de acordo com Flannery (2007, p. 23), concordar-se sobre a importância do ceticismo na ciência, já que os especialistas têm uma capacidade de defender – inclusive, em prol de seus interesses – qualquer perspectiva que possa ser concebida, uma vez que “uma teoria só é válida enquanto não for desmentida”. Contudo, o ceticismo pode incorrer em prejuízo quando se trata de questões perigosas, como no caso de manipulação de informações sobre a relação entre cigarro e câncer, por exemplo, que as companhias envolvidas tentaram esconder e “desfrutaram décadas de gordos lucros enquanto milhões de pessoas sofriam mortes terríveis” (FLANNERY, 2007, p. 23). Além disso, Flannery (2007, p. 24) aponta a assertividade dos pontos relacionados com o aquecimento global, de modo que, se comparados às estimativas

“experimentos com o pensamento” (CAPRA, 2006), que podem antecipar experimentos ditos empíricos. Além disso, quanto à inserção da ciência no campo do político, não cabe contestar a verdade a partir de falsidades, ilusões ou relativismos, mas a partir da própria ‘verdade’, tomando-as como resultado das relações de poder (FOUCAULT, 2011). Nesse sentido, uma ‘verdade’ (seja uma ideia, uma descoberta, um pensamento, etc.) não vale por si só, mas pelo é feito com ela, em seus efeitos políticos que mostram se estão a serviço da dignidade da vida e transformação ou reprodução do *status quo*. Contestam-se, assim, verdades reacionárias com verdades emancipatórias, diante do que não posso esquecer que os contextos institucionais de embate procuram exercer influência sobre seus resultados, destacando a importância de estratégias e táticas no campo político da ciência.

⁴ Do inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change* (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas).

relacionadas com as limitações dos recursos minerais lançadas pelo Clube de Roma, “a questão da mudança climática é diferente – é o resultado da poluição do ar, do tamanho da nossa atmosfera. E o volume de poluentes que estão sendo lançados nela é conhecido com grande precisão”, por meio de avaliações contundentes sobre as variações climáticas que poderiam ser comprometidas, devido a suas

Profundas implicações políticas e industriais e porque surge dos processos que estão no âmago do sucesso de nossa civilização. Isso significa que, à medida que enfrentamos esse problema, surgirão vencedores e perdedores. Há muitos interesses em jogo e isso tem levado a uma proliferação de matérias enganosas à medida que cada grupo defende suas opiniões (FLANNERY, 2007, p. 24).

Envoltas nessa aura de discordâncias, as discussões sobre o aquecimento global não podem ser tratadas mais pela atitude de indiferença quanto aos resultados científicos alcançados. Para mim, não se trata sequer de justificação de uma teoria a partir de elementos manipuláveis quanto a um grau de certeza ou dúvidas, precisando guiar em torno de soluções para as variações climáticas, implicadas em uma reformulação, politicamente orientada, dos modos de vida, em que perpassam conflitos nos quais a linguagem assume grande importância. Tal combate empreendido através da linguagem se dá principalmente na forma de crítica do conjunto de percepções ou visão de mundo neoliberais, em conluio com uma perspectiva administrativa, de crescimento econômico sem limites, propalada pelos interesses do grande capital no campo político, a qual é incompatível com a realidade e condições de nossa sociedade, uma vez inserida dentro de ecossistemas cujos limites físicos são devidamente estabelecidos.

Outro ponto que ocasiona grandes divergências é a novidade da discussão sobre variações climáticas que, para Flannery (2007), há pouco mais de 30 anos, ainda estava dividida sobre a possibilidade de a Terra estar esquentando ou esfriando. De qualquer modo, mesmo com a sofisticação dos modelos computacionais, ainda que em 1975 se pudesse indicar que o aumento de CO₂ na atmosfera desencadearia uma elevação na temperatura global, limitada atenção foi dada a essa descoberta (ANGELO, 2008). Os métodos para essas confirmações remetem à reconstituição do clima de tempos remotos para comparações com o clima atual e, diante desse esforço, tais métodos são bastante variados:

Há várias maneiras de reconstruir o clima do passado: é possível olhar anéis de crescimento de árvores centenárias, a composição química de corais e até os registros meteorológicos de antigas vinícolas da Europa. Mas o melhor amigo da paleoclimatologia, como é chamado o estudo do clima antigo, é o gelo da Antártida e da Groelândia (ANGELO, 2008, p. 54).

Pelas verificações da composição química das bolhas de ar aprisionadas nos gelos encontrados no Domo Concórdia – ou simplesmente conhecido como Domo C –, foi confirmado que “em todos os ciclos glaciais e inter-glaciais (...) a temperatura do planeta variou com a quantidade de gases-estufa” (ANGELO, 2008, p. 55). Isso leva à conclusão que, quanto maior a concentração de CO₂ na atmosfera, maior será o calor enfrentado, enquanto que o inverso também é verdadeiro: quanto menos CO₂ existente, menores as taxas de temperatura. Contudo, se 2007 surge como o ano de anúncio das mais convictas considerações, por meio desse quarto relatório do IPCC, sobre o fato do aquecimento global estar acontecendo e estar acontecendo também em decorrência de ações humanas, essa conclusão referente à relação entre concentrações de CO₂ e taxas de temperatura já eram supostas há bastante tempo e, mesmo que o caso de constatação seja mais conhecido através do AR4, autores como Angelo (2008) consideram que, antes mesmo da publicação desse relatório, já havia certas previsões, como as de Arrhenius, quanto à relação entre CO₂ e temperatura, que vieram a ser confirmadas pelo IPCC.

Fourrier é responsável por trabalhos pioneiros sobre os gases do efeito estufa, porquanto já apontava para a possibilidade de a máquina a fogo interferir na organização termodinâmica da Terra (VIVIEN, 2011). Seus estudos sobre a capacidade da irradiação de calor da Terra indicavam, ao mesmo tempo, uma capacidade de retenção de certa parte desse calor para evitar que a Terra congelasse (FLANNERY, 2007):

Seus cálculos indicavam que a Terra deveria ser um bloco de gelo, congelando a -15°C. Então, numa súbita inspiração, Fourrier percebeu que seus cálculos sobre a energia calórica estavam corretos, só que nem toda a energia escapava para o espaço. Alguma coisa dentro da atmosfera devia estar prendendo o calor (FLANNERY, 2007, p. 62).

Para chegar à explicação atual de funcionamento do termostato do planeta, foi necessário o aprofundamento das observações de Fourrier por parte de Arrhenius que, ao se debruçar sobre as causas das eras do gelo, percebeu que elas estavam relacionadas com a redução dos níveis de CO₂ na atmosfera, inferindo a possibilidade de a queima de carvão aumentar esses níveis de CO₂ que, por uma intensificação de um processo natural mais lento, influenciaria diretamente o clima (FLANNERY, 2007). Dando-se o extenso desenvolvimento na compreensão do efeito estufa, por físicos e meteorologistas, chega-se a confirmar como definitiva a conclusão de Arrhenius (VIVIEN, 2011), principalmente através das conclusões do AR4.

Diante da recusa dessa realidade, Boff (2015, p. 27-8) diz que “O tema do aquecimento global é polêmico e rejeitado por muitos, especialmente por representantes de

grandes corporações, obcecados por interesses econômicos”. Contudo, para esse autor, há confirmações do aquecimento global em toda parte, de modo que é visto como

Um fato constatável de forma cada vez mais convincente, como, por exemplo, pelo tufão Kathrina, que destruiu Nova Orleans nos Estados Unidos, o tsunami do sudoeste da Ásia, que deixou milhares de mortos, ou o terremoto no Japão, seguido por um outro tsunami, que destruiu as usinas nucleares de Fukushima (BOFF, 2015, p. 28).

Diante de confirmações diversas, a elevação dos níveis do mar é, para Boff (2015), a prova cabal do aquecimento global. Tal realidade se dá por meio de dois fatores que são o degelo das calotas polares e dos solos congelados na Sibéria e no norte do planeta, conhecidos como *permafrost*. Com o derretimento dessas plataformas de gelo, devido a temperaturas elevadas, é natural que os níveis de mar subam e passem a representar uma ameaça inigualável para a humanidade (BOFF, 2015). Para Angelo (2008), o derretimento do gelo continental representa o efeito mais danoso do aquecimento global, devido à elevação do nível do mar que, em uma previsão conservadora de elevação de apenas 10 metros, pode atingir cerca de 630 milhões de pessoas, em cidades como Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Londres, Xangai, Sydney, Tóquio, Nova York e Bombaim, representando certa parte da economia mundial.

Com todos esses sinais do aquecimento global apontados, ainda é escalonada certa desconsideração dos perigos representados pelo desequilíbrio ecológico, principalmente diante de questões referentes às variações climáticas, o que decorre de um argumento falacioso sobre uma suposta falta de base científica, no que se refere às condições originais de sistemas biológicos que levam a uma margem de imprevisibilidade diante de acontecimentos futuros (VEIGA, 2013). Para Flannery (2007), é justamente essa sensibilidade dos ecossistemas que devem ser levadas em consideração quando se trata de perigos possíveis, até mesmo porque as ciências do clima, diante do atual problema, assumem, como vimos, hipóteses que chegam a níveis aproximados a uma certeza quase total. A fragilidade e delicadeza do termostato da Terra é um agravante para os riscos que corremos diante da intensificação das variações climáticas (FLANNERY, 2007).

Certamente, a atitude que precisa ser tomada diante dessa situação se volta ao princípio de precaução que fora reivindicado por certas conferências sobre o clima (VEIGA, 2013; BOFF, 2015) e, diante de uma percepção da importância do combate ao aquecimento global, em todos os seus níveis, seja desde do nível pessoal (FLANNERY, 2007) até o global (VEIGA, 2013; BOFF, 2015), tornou-se comum falar sobre contribuições que podem ser feitas diante dessa realidade, a partir de ação cotidianas como a mudança para carros elétricos

ou lâmpadas mais econômicas (FLANNERY, 2007), ou ainda pelo vegetarianismo (CALLENCACH, 2001; ANGELO, 2008) e veganismo (OPPENLANDER, 2013).

2.1.3 Crônica das preocupações com a sustentabilidade

Leonardo Boff (2015) e Veiga (2013) dedicam atenção ao modo como a preocupação com a sustentabilidade se desenvolve no percurso histórico da humanidade e, desse modo, como as políticas nacionais dos diversos países privilegiam medidas que incentivem a expansão e aumento da produção ou das margens de lucro, de modo que o desenvolvimento sustentável seja sinônimo de crescimento econômico, vinculado ilusoriamente à manutenção do crescimento produtivo e financeiro (BOFF, 2015).

Mesmo diante do conceito relativo à sustentabilidade em sua versão moderna, esse tem um percurso de desenvolvimento que remete há mais de 400 anos. Sua pré-história expede aos meados do século XVI, no qual surge, em alguns países, a apreensão com as florestas que passavam a definhar diante do uso intensivo de madeira para fins diversos, como, por exemplo, no uso doméstico (construção de casas e de móveis, combustíveis para cozimento ou aquecimento) ou no técnico (fundição de metais, construção de barcos) etc. Na letra do autor,

Foi na Alemanha, em 1560, na Província de Saxônia, que irrompeu, pela primeira vez, a preocupação pelo uso racional das florestas, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanentemente. Nesse contexto, surgiu a palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que significa “sustentabilidade” (BOFF, 2015, p. 32-3).

A partir dessa conjuntura, surge inicialmente a palavra sustentabilidade (*Nachhaltigkeit*), de modo que, na mesma região da Saxônia, quase dois séculos mais tarde, precisamente em 1713, o conceito de sustentabilidade é transformado em conceito estratégico, diante da preocupação de que a restrição dos recursos naturais viesse a colocar fim aos lucros auferidos em um futuro próximo (BOFF, 2015). O responsável por essa transformação é o Capitão Hans Carl Von Carlowitz que, diante da criação de fornos de mineração que abatiam as florestas a partir da extração da madeira para produção de carvão vegetal, necessário em grande escala para a demanda da época, escreveu um tratado intitulado de *Silvicultura Oeconomica*. Com esse texto, produzido em língua latina, Carlowitz se posicionou diante da necessidade de um uso sustentável da madeira para permitir que os negócios pudessem sobreviver.

Em 1795, surgiu outro livro, então escrito por Carl G. L. Hartig e com o título de *Indicações para a avaliação e descrição das florestas*, indicativo da preocupação com os recursos disponíveis para as futuras gerações. O autor sugere a necessidade de uma avaliação fiel das condições de vitalidade nas quais as florestas se encontravam, para que o uso e extração não impedissem que as gerações vindouras pudessem usufruir dos mesmos benefícios obtidos até então. Para Boff (2015), dá-se, com esses feitos, a criação da Silvicultura a partir da problemática de organização sustentável da extração e uso da madeira, de modo a impedir a escassez de matéria-prima que pudesse comprometer a continuidade das atividades econômicas e dos negócios. Devido à extensão alcançada pela Silvicultura, a partir principalmente da criação de academias, tanto na Saxônia quanto na Prússia, para as quais afluíam estudantes das diversas partes do mundo, como a Europa, a Escandinávia, os Estados Unidos e mesmo a Índia, o conceito de sustentabilidade, atrelado às condições dos recursos naturais, permaneceu em voga e, durante todo o seu desenvolvimento, esse se fez ressoar, posteriormente, nas inquietações propostas pelo Clube de Roma ao abordar, em 1972, os necessários limites do crescimento (BOFF, 2015).

Sendo criado alguns anos antes, o Clube de Roma se destaca por seu primeiro relatório, cujo nome é *Os limites do crescimento*. Chefiado por Dana Meadows, esse relatório trouxe à tona uma preocupação com a finitude dos recursos da Terra e com sua capacidade energética diante de uma crescente população mundial, questionando diretamente a perspectiva econômica que acredita na possibilidade de um crescimento infinito para as atividades produtivas e para as margens financeiras (BOFF, 2009). Entretanto, como acrescenta a análise de Vivien (2011), os economistas neoclássicos não pouparam esforços para escamotear a argumentação da equipe da D. Meadows, alegando que a possibilidade de escassez dos recursos é contornável através da lei da procura e da oferta que, por uma resposta no sistema de preço do mercado, assume aqueles como um tipo de capital natural – isto é, como meros meios de produção – prescindível, sendo que “O sistema de preços e o progresso tecnológico, afirmam os economistas, devem assim assegurar a continuidade de revezamentos entre os recursos e o prosseguimento do crescimento econômico, em um universo físico, não obstante limitado” (VIVIEN, 2011, p. 99). Como podemos ver, as implicações totais da delimitação física do planeta são ignoradas propositadamente e, para maior preocupação, essa delimitação física não se refere apenas aos recursos, mas, igualmente, à capacidade de suporte da própria atmosfera para a emissão de poluição que, normalmente, aumenta à medida do crescimento da produção e consumo (VIVIEN, 2011). Posteriores tentativas de revisão das considerações sobre limites para o crescimento econômico, tal qual o livro supracitado, fazem

com que aquelas sejam rejeitadas, ainda que avisão moderada sobre as previsões propostas pelos seus autores, apresentando certo otimismo inicial no limite para o crescimento, seja atualizada de modo mais preocupante em *Beyondthelimits* (VEIGA, 2013).

De todo modo, as inquietações elencadas pelo relatório do Clube de Roma contribuíram para a realização da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, de 1972, conhecida também simplesmente como conferência de Estocolmo, a partir da qual se deu a criação do PNUMA (BOFF, 2015). Apesar de serem poucos os resultados atingidos pela conferência de Estocolmo, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é vista com bons olhos, até porque, como considera Veiga (2013), as atividades gerais da comunidade internacional, voltadas para as questões ambientais, se intensificaram com a criação desse programa. Ainda, algumas circunstâncias de preparação para as considerações levantadas pela conferência de Estocolmo ressaltam a importância do Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, cujo encontro, em 1971, ficou conhecido como Conferência de Founex. Suas 4 (quatro) teses fortaleceram, principalmente, diante das nações mais pobres, a compreensão sobre as questões ambientais e geraram maior receptividade para as questões que seriam levantadas em Estocolmo (VEIGA, 2013).

Com a intensificação das questões ambientais, foi notória a participação dos países considerados de terceiro mundo, na conferência de Estocolmo e, de acordo com Veiga (2013), a importância do convencimento da China para participação do evento foi tal que proporcionou uma visão diferenciada por parte dos países considerados em desenvolvimento⁵.

No que toca à conjuntura de surgimento do PNUMA, dentro da conferência de Estocolmo, o maior interesse na definição de seus *status*, estrutura e modo de financiamento veio dos Estados Unidos. Como apontado por Veiga (2013), foi pedido dos USA associar a responsabilidade das questões ambientais do PNUMA à Secretária Geral da ONU que, mesmo diante de sua atuação e contribuição, especialmente nos fatores relacionados à camada de ozônio, no qual se deu um êxito pontual do programa na governança global diante desses problemas, tornou latente a falta de coerência e coordenação na gestão de políticas do PNUMA, diante de suas limitações estruturais que careciam, principalmente, de autonomia enquanto agência especializada. Além disso, a partir de 1990, surgiram medidas, através da

⁵ Não podemos esquecer que, para Furtado (2001), o subdesenvolvimento dos países é tido como uma situação particular ocasionada pela própria expansão das sociedades capitalistas avançadas para usufruírem de recursos e mão-de-obra barata nas economias 'subdesenvolvidas'.

ocasional desvinculação e fragmentação entre as instâncias decisórias dos diferentes protocolos e convenções organizados, que comprometeram uma atuação coesa do PNUMA.

Paralelo ao percurso do desenvolvimento sustentável, associado pelos governos dos países majoritariamente à ideia hegemônica do crescimento econômico, quase nunca convertido em igualdade social e distribuição de renda, surgiu o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiado por Gro Harlem Brundland. O relatório, que ficou conhecido, popularmente, por Relatório Brundland, foi apresentado em 1987 e formulava a definição mais famosa do desenvolvimento sustentável: “*aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades e aspirações*” (apud BOFF, 2015, p. 34, grifo do autor).

Em réplica a esse relatório, a ONU retomou as discussões sobre o assunto, ao convocar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Conhecido por vários nomes, entre eles Conferência Rio-92 ou ECO-92, esse evento se desenvolveu, como dito, em decorrência da publicação do Relatório Brundland e, por isso, seguiu sua linha de proposta diante do desenvolvimento sustentável, com base na preocupação com as necessidades e aspirações das próximas gerações (BOFF, 2015). Um dos seus principais documentos da conferência é conhecido como Carta da Terra e propõe a cooperação global dos Estados, através do princípio de “responsabilidade comum, porém diferenciada” (apud BOFF, 2015, p. 35). Para Veiga (2013), tal princípio da Convenção-Quadro das Nações Unidas, assinada no evento Rio-92, coloca-se como obstáculo à concretização de uma governança global do meio ambiente, quando altera o 24º Princípio da Declaração de Estocolmo que previa uma cooperação igual entre os países, sejam eles “grandes ou pequenos”, diante das questões internacionais de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, Boff (2009) ressalta que a Carta da Terra conclui seu texto indicando a necessidade de fortes mudanças.

Em um balanço sobre o desenvolvimento das duas governanças globais, uma referente ao desenvolvimento e outra ao meio ambiente – o que revela a ausência de síntese entre as correntes econômicas tradicionais e as perspectivas ecológicas, como aponta, em certa medida, Vivien (2011), Veiga (2013) considera a falta de materialidade na concretude das propostas impingidas na Conferência Rio-92. De acordo com esse,

Com quase setenta anos de governança global do desenvolvimento gravemente desconectada de preocupações com a biosfera (...), e quarenta anos de governança ambiental global bastante prejudicada por tal incongruência (...), é como se ainda

não tivesse saído do papel o belo projeto de desenvolvimento sustentável consagrado na Rio-92 (VEIGA, 2013, p. 79).

Cinco anos adiante, precisamente em 1997, realizou-se a Conferência Rio+5, oficialmente conhecida como 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual teve como tácita a percepção de contradição entre crescimento econômico e limites da natureza, mesmo que possa ter favorecido a criação de terreno para a aprovação do Protocolo de Kyoto, no final do mesmo ano (BOFF, 2015). Para autores como Veiga (2013), o Protocolo de Kyoto surgiu como um empecilho à governança ambiental global, pelos mesmos motivos encontrados nas medidas baseadas no princípio de “responsabilidade comum, porém diferenciada” proposta pela conferência Rio-92. Um exemplo desse empecilho, recorrente no desenvolvimento do protocolo de Kyoto, deu-se na recusa dos Estados Unidos em assiná-lo, uma vez que, pelo princípio de diferenciação das responsabilidades, esse seria responsabilizado ‘negativamente’ pelo problema das emissões, em relação ao custo-benefício das medidas necessárias à restrição de emissões de gases do efeito estufa (VEIGA, 2013). Diferentemente do Protocolo de Montreal, em proteção da camada de ozônio a partir de 1989, no qual havia casos de pressão dos consumidores sobre empresas e o qual não ia ao encontro dos interesses econômicos norte-americanos (VEIGA, 2013), o Protocolo de Kyoto ganhou a antipatia dos USA certamente pela dependência de sua economia ao carbono, cujas emissões seriam restringidas.

Diante de dificuldades semelhantes, uma nova cúpula foi realizada nos anos de 2002. A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou, simplesmente, Rio+10 aconteceu em Johannesburgo, onde, para autores como L. Boff (2015), o sentido de cooperação entre os Estados, no que concerne à preocupação com o meio-ambiente, foi perdido. Diante do documento *Johannesburg’s Plan of Implementation*, proposta da Rio+10, foram desconsideradas as mudanças estruturais necessárias quanto às questões ambientais, sendo que a tão esperada inclusão de pauta estrutural da PNUMA, pela ONU, deu-se apenas dez anos depois, na Rio+20 (BOFF, 2015). Todavia, mesmo a despeito da sugestão de diversos países e de estudiosos, o PNUMA não foi transformado em uma agência especializada (VEIGA, 2013). Mesmo com os compromissos propostos pela Rio+20 (VEIGA, 2013), alguns autores consideram que as propostas iniciais do evento atingiram resultados pífios (BOFF, 2015), retardando a política internacional ambiental para 2020, com um possível acordo antes disso, e revelando uma inércia institucional que pode comprometer as soluções realistas (VEIGA, 2013).

Para Veiga (2013), as negociações ambientais pós-Rio-92 já deixavam revelar a morosidade no tocante às mudanças necessárias ao trato das questões ambientais, apesar das propostas do ministro colombiano Juan Mayr favorecerem, anos depois, que o Protocolo de Nagoya fosse ratificado. Mesmo com esse ganho, é notória a permanência da oposição de interesses entre os países do hemisfério Norte e os do Sul, diante do que é ressaltada a necessidade da participação de secretariados nas medidas em prol da governança ambiental global, assim como das ONGs, como interlocutoras da sociedade civil (VEIGA, 2013).

2.2 ECOLOGIA E ECONOMIA: A BUSCA DE UMA SÍNTESE

2.2.1 As interseções históricas

A relação entre ecologia e economia dá-se no decorrer da História e, nesse decurso, as duas áreas de investigação apresentaram dadas aproximações, mesmo que a afinidade entre ambos os campos seja de data mais recente, a partir das confirmações do agravamento dos impactos ambientais, causados pelas atividades econômicas. Alguns autores apontam a tensão entre ciência e política existente no discurso dessas duas ciências, a Ecologia e a Economia, considerando que, para Gadard, a Economia se aproxima discursivamente mais da política, enquanto a Ecologia se aproximaria mais da ciência (VIVIEN, 2011). Contudo, mesmo que a Economia procure se desvencilhar, enquanto ciência, da política, ela não consegue se desfazer de seu teor ideológico, assim como de juízos de valor e concepções relativas, enquanto o discurso científico da ecologia assume igualmente um caráter ideológico no seu desenvolvimento diante das questões econômicas associadas à sua ordem e racionalidade (VIVIEN, 2011). Assim, a semelhança entre ecologia e economia está em que ambas querem “fundamentar o político pelo científico” (VIVIEN, 2011).

De fato, analisando os apontamentos do economista Franck-Dominique Vivien (2011), essa conexão remete ao próprio desenvolvimento da Economia enquanto ciência, cujas considerações iniciais e intermediárias se davam ainda dentro da *epistémé* clássica e, durante os seus primórdios, encontrava-se ainda entrelaçada às ciências naturais, devido ao modelo seguido pelos economistas de inserir as discussões características da economia política dentro do que pode se entender por história natural. Será em período mais recente que se dará a ruptura entre as considerações de cunho teórico sobre as atividades econômicas e as discussões ecológicas, no final do século XVIII e início do século XIX, durante o advento da Revolução Industrial, que representou uma declaração de guerra à Natureza, por parte das atividades produtivas (VIVIEN, 2011).

Nesse sentido, não estranho que hoje os laços entre ambos os campos de investigação são problemáticos, ainda que algumas correntes se proponham a estreitá-los, principalmente na medida em que as pesquisas gerais foram confirmando o caráter antropogênico das mudanças climáticas, como um dos elementos do processo de degradação ecológica impingido pela economia dominante, expressa através da teoria neoclássica que, fazendo apologia ao capitalismo liberal, desconsidera as preocupantes implicações decorrentes da ultrapassagem dos limites ecológicos do planeta, não só em termos de

recursos, mas igualmente de suporte biogeofísico, devido a uma busca incessante por expansão para possibilitar um crescimento econômico constante dentro de um meio-ambiente de proporções físicas estáveis. De todo modo, a relação inicial entre economia e ecologia é parcialmente profícua e, como Vivien (2011) reconhece, há inclusive uma aproximação etimológica entre ambas, a partir do termo grego *oikos* (casa), quando a própria criação do termo ecologia teria acontecido a partir do de economia, como já vimos.

Sempre de acordo com Vivien (2011), no entremeio dessa interseção que acontecia aos moldes da história natural, vê-se surgir, a partir de Carl Von Linné, o conceito de economia da natureza, que representava o arranjo estabelecido entre os seres vivos por parte do Criador Supremo, ao ponto da palavra economia ser tomada, por esse médico e botânico sueco, como desígnio de Deus, pelo entendimento da teologia natural; mas, de qualquer maneira, remete a economia divina à humana, ao fazer uso do sentido comum do termo. Assim, em sua compreensão da Natureza, Linné tomará a perspectiva de T. Hobbes, considerando-a como guerra de todos contra todos, ainda que a estendesse uma função autorreguladora ocasionada pela disposição divina na delimitação dos apetites das criaturas que possibilita a existência de uma ordem. Isso permite que Linné reconheça a realização de movimentos cíclicos na natureza que revelam um equilíbrio providente, expresso por ele, a partir da ideia de equilíbrio de Adam Smith. Por meio da referência ao jogo de concorrência do mercado, Linné conclui por aproximar natureza e mercado, dizendo que,

Como nos mercados, onde se percebe, à primeira vista, a grande multidão de homens espalhada aqui e ali [...]; assim, a ordem que está na natureza se descobre com muito maior dificuldade, pois os habitantes, dessa forma, não pertencem a uma mesma família, suas moradias são muito dispersas e as funções de cada espécie são pouco conhecidas (LINNÉ apud VIVIEN, 2011, p. 35).

Adam Smith, por sua vez, também oferecerá exemplos de aproximação entre o discurso da economia com a eclosão das considerações naturais. Buscando responder sobre o enigma do que permitia a convivência dos homens em sociedade, Smith, como liberal, discordará da existência de um contrato social, dizendo que a busca de interesses pessoais é o que dá liga às formas sociais, o que, para tanto, faz uso de explícita referência à vida animal, nesse intuito de refletir sobre as sociedades capitalistas: “Dois galgos que perseguem a mesma lebre, por vezes, parecem agir em conjunto” (SMITH apud VIVIEN, 2011, p. 35). E, quando diante da particularidade da permuta entre os homens, Smith faz apologia à socialização proporcionada pelo mercado como propiciadora de ordem para a sociedade que, de certo modo, é aproximada da natureza pela ideia de existir a famigerada mão invisível em ambos os terrenos.

Retornando a Linné, desenha-se, pois, um utilitarismo patente no seu entendimento de que a prova da justiça e bondade de Deus estaria na permanência de uma serventia em tudo o que é natural e, tendo a natureza como uma máquina, vê-se estabelecer um lugar funcional para cada parte individual. Mesmo sob o ímpeto de não se confundir natureza e sociedade, essa concepção demonstra uma semelhança daquela com a divisão do trabalho descrito na sociedade liberal por A. Smith (VIVIEN, 2011). Outro ponto levantado por Linné identifica o homem como um animal que pode venerar a Deus e, nesse aspecto, deve manter as proporções instituídas por esse, de modo que o conhecimento naturalista encontre aplicabilidade até mesmo no caso de uma agricultura rentável. No decorrer do interesse utilitário que o homem nutre sobre a natureza, proposto também por Buffon, essas considerações gerais interessarão tanto economistas quanto fisiocratas.

Levando adiante a ideia de encontrar ou ressaltar a ordem da natureza, o fisiocrata Quesnay propõe que a ordem moral e política esteja em prol do máximo de felicidade. Esse médico e economista francês inova ao submeter a representação da ordem social a ajustes globais da economia e, quanto à sua ideia de máquina econômica, uma vez que a economia funcionaria, para ele, como uma máquina, ela seria semelhante, metaforicamente, a um organismo vivo. De todo modo, a primazia funcional seria dada à própria máquina, devido ao fato de que seria a natureza que trabalharia como aquela máquina. Em referência às proposições econômicas de F. Quesnay, a agricultura assume o papel de progenitora e fonte das riquezas das nações, especialmente por meio do fornecimento imprescindível da alimentação, que responde à considerada generosidade da natureza. Surge o conceito de produto líquido como aquilo que resulta fisicamente da fertilidade da terra e que vai além do que foi investido, conservando as condições de produção e necessitando que a economia humana seja inserida entre os limites da economia da natureza. Mesmo que a fisiocracia, entendida como poder da terra ou regra da natureza, seja considerada, por J. Cartelier, como uma racionalização da velha ordem, devido à sua orientação oposta aos acontecimentos de sua época na França, ainda assim é bem-conceituada no que toca a suas preocupações ecológicas iniciais. Ainda de acordo com Vivien (2011), tem-se que Richard Grove considera a fisiocracia como responsável por uma das primeiras medidas de proteção ambiental, no contexto da Ilha Maurício. Diante do surgimento do livro do botânico francês Pierre Poivre sobre desmatamento e sua relação com as precipitações e erosão do solo, a pequena ilha situada no oceano Índico aparece como palco primeiro do debate sobre meio ambiente, desenvolvendo-se medidas de proteção da floresta e controle de pesca, a partir da influência daquele. Já em sua chegada à ilha, Pierre Poivre faz um discurso sobre as questões ambientais

e, posteriormente, um de seus colaboradores, Philibert Cormmerson, desenvolve trabalhos que se apresentam como precursor das discussões ecológicas.

Com o avanço histórico, as considerações dos fisiocratas serão assumidas pelos economistas clássicos que, abordando-as pela perspectiva do valor, não podem se furtar ao entendimento de que o desenvolvimento econômico, mais cedo ou mais tarde, irá esbarrar em seus limites. Nessa linha, Thomas Robert Malthus prevê existirem obstáculos para o progresso humano e suas conclusões giram em torno do princípio de população que, estendendo-se demasiadamente em números, pode conflitar diante de uma natureza restrita em espaço e alimento. Mesmo que sua tese tenha tido um apoio inicial restrito, com o aprimoramento de seu trabalho, embasando-se em estudos botânicos e da história natural, tornou evidente que a natureza impõe limites populacionais a todas as espécies, inclusive a humana, permitindo-lhe aplicar esse arremate às sociedades: “Aplicadas a elas, a ‘lei’ ou princípio de população encontra ainda uma expressão matemática precisa, pois, segundo Malthus, a população humana tende a aumentar em progressão geométrica, enquanto os recursos alimentares disponíveis crescem em progressão aritmética” (VIVIEN, 2011, p. 44-5).

De acordo com o economista britânico, dessa restrição básica impõe-se a necessidade do controle demográfico que, para ele, dar-se-ia de modo preventivo, através inclusive da castidade e abstinência, ou destrutivo, com o surgimento da fome, doença e outras calamidades. Certamente em seu vislumbre de uma transição demográfica, dever-se-ia escolher pela primeira opção, em detrimento da segunda. Reconhecendo limites para a produção humana, T. R. Malthus será aproximado aos fisiocratas diante de uma visão da natureza que exalta sua fertilidade. Por outro lado, para aquele, sendo a natureza também imutável e ordenada, ela deve ser submetida à perspectiva de uma fertilidade estável que, não podendo ir além de certo ponto ou nível, corre o risco de perder sua produtividade à medida que se dá o crescimento populacional.

Paralelo a essas determinações, Ricardo assume um ponto de vista de negação da possibilidade de demanda efetiva insuficiente, o que é a carência na capacidade de pagamento pela aquisição de bens e serviços, antecipada por T. R. Malthus, fazendo surgir a pretensão de que a produção industrial não encontraria limites por ser diferente da produção agrícola e supostamente não conhecer barreiras ecológicas ou econômicas. Até no caso do segundo tipo de produção, é possível, para Ricardo, que o controle (talvez em antecipação da aplicação do sistema de *command and control*, na economia) da natureza comporte o contínuo enriquecimento das nações, através da necessidade de uso de novas terras, com o crescimento da população, e na hipótese de que essas, por serem recém-cultivadas, são menos férteis. Com

alargamento do progressivo enriquecimento, dar-se-ia a partilha da riqueza de um país entre as diferentes classes (trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras), o que, em seu turno, permitia a continuidade do enriquecimento nacional. Apesar disso, Ricardo assume a postura liberal e nega o oferecimento de ajuda aos trabalhadores através das “leis para os pobres” (*poorlaws*), devido à sua opinião que sujeitava o salário ao jogo da livre concorrência. Além disso, voltando-se à maximização do lucro, acredita haver um progressivo enfraquecimento do rendimento dos capitalistas que poria fim aos investimentos e do crescimento demográfico e, devido ao congelamento do capital, em um ponto específico no qual se atingiria o estado estacionário do capitalismo, surgiria estabilização das classes e ocasionaria a desnecessidade de cultivo de novas terras. O que surge como benéfico para alguns, como J. S. Mill, que prevê vantagem no estado estacionário através da liberação humana para além do jogo material e da dedicação aos prazeres do espírito, é dramático para outros, como Ricardo, que tinha aversão ao estado estacionário. A preferência de J.S. Mill a esse estado fundava-se na possibilidade de melhoria da produção industrial concomitante à redução do trabalho que ofereceria tempo livre inclusive para a contemplação da natureza.

Dá-se, assim, a delimitação da economia humana dentro das fronteiras estabelecidas pelas condições da natureza que, por sua vez, era pensada em termos contraproducentes dentro das condições da economia humana e, logo em seguida, a ideia de sucessão temporal, provinda da concepção de natureza elencada por Darwin, forja um novo paradigma que põe a pique a antiga economia natural. Com a percepção de evolução, o homem passa a se reconhecer como transformador em potencial da natureza e, em decorrência dos acontecimentos da época, a Revolução Industrial representa, como para S. Moscovici, uma ruptura com a história humana natural, principalmente diante das considerações que favoreciam uma perspectiva ecológica ainda que incipiente (VIVIEN, 2011). Em paralelo a essa conjuntura, realiza-se a entrada do interesse pelo poderio econômico e industrial, em substituição ao militarismo, em referência a uma outra revolução, a Revolução Francesa. Em respeito ao progresso alcançado pelos ingleses, a comparação entre as duas revoluções favorece aquela iniciada na Inglaterra e até a indústria e a organização do trabalho culminaram no *status* de objetivo social, a partir do industrialismo.

Diversos trabalhos são desenvolvidos em prol da Revolução Industrial, como os de Saint-Simon que, em declaração aberta de guerra contra a natureza – o que é típico do industrialismo –, pretende satisfazer o amor do homem pela dominação, substituindo sua preponderância sobre outros homens pelo exercício sobre a natureza. Já visível pontualmente na Idade Média, a guerra contra natureza não é exclusiva desse período e pode mesmo ser

notada entre certos fisiocratas. Saint-Simon irá apenas dar continuidade ao ciclo que nem sequer termina com ele. Sua pretensão é a recriação da própria Criação, no intuito de, supostamente, “reparar” as injustiças e a cegueira dos mecanismos naturais” (VIVIEN, 2011, p. 55).

O ápice desse arroubo é percebido sob o encargo de uma geração de engenheiros influenciados duplamente pelo nome de Carnot: o pai Lazare Carnot e o filho Sadi Carnot. Representando eles um elo entre a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, far-se-ão presentes no momento de crença na ciência e indústria como salvação da revolução e da injunção da industrialização sobre o militarismo, o que não significa propor a eliminação do último. Respondendo pela primeira formulação da lei da entropia, Sadi Carnot era também aficionado pela potência motora do fogo no emprego da produção de riqueza e, dentro desse estado de exaltação das máquinas térmicas, a relação entre o que se chama de revolução termointustrial e as alterações na composição da biosfera se tornam evidentes. Rapidamente, surge a previsão dos engenheiros economistas sobre os desdobramentos da Revolução Industrial, sobre as relações ecológicas. Percebendo-se a finitude das fontes energéticas fósseis para as máquinas a fogo, logo se sobressaem as repercussões das discussões referentes ao esgotamento de recursos, como a visão de Augustin Cournot sobre a economia predatória que ignora a manutenção dos recursos para as gerações futuras. Stanley Jevons apontará como atitude insensata essa busca pelo progresso a custo da destruição da natureza, importando um limite para o crescimento na demanda por recursos. Além do interesse dos engenheiros economistas no esgotamento de recursos, passam a ser abordadas igualmente as consequências ambientais do progresso econômico e industrial. Surgem também, nesse contexto, os já mencionados estudos de Fourier sobre o efeito estufa, depois dos quais se dá a tomada de consciência sobre os problemas do desmatamento, causando temor com a extinção das espécies, devido aos mandos e desmandos da economia destrutiva que demonstra, em contrapartida, a necessidade de uma economia ecológica.

Contraditoriamente, é nesse ponto culminante que se estabelece a ruptura conclusiva entre economia e ecologia, nas escolas principais do pensamento econômico. Para Vivien (2011), no que toca à teoria neoclássica, isso acontece principalmente devido à imposição dos elementos técnicos da economia que enfatizam a maximização do lucro. De acordo com essa ideia, o desenvolvimento sustentável, assumido então nas discussões ambientais dentro do capitalismo liberal, procura criar meios de possibilitar o crescimento da atividade produtiva e das margens de lucro. Após o rompimento desse vínculo entre os discursos ecológicos e econômicos, a teoria neoclássica assumirá a dianteira das preocupações

ambientais dos economistas, através da economia do meio ambiente e dos recursos naturais que – podendo ser aglutinados, por nós, na alcunha de ambientalismo utilitarista – assumem o meio ambiente como apenas um elemento indiferente dos meios de produção, sem qualquer característica própria que seja alheia à lei de mercado.

Diante da tentativa controversa de reestabelecer o diálogo entre economia e ecologia, outras perspectivas proporcionaram avanços, por sua vez, a partir do importante fato, destacado por Vivien (2011), de que a dimensão ecológica da produção e consumo está presente na própria atividade econômica, a ponto de possibilitar o surgimento mais recente de teorias que tomam esse tema como pedra de esquina para as suas argumentações, como a economia ecológica. Fazendo parte de uma empreitada transdisciplinar, principalmente no caso de sua vertente mais social, essa teoria retoma, como mote discursivo e metodológico, a questão natural da preleção econômica que se volta para a problemática dos ecossistemas. Contudo, haja visto a dificuldade de criar definitivamente o ponto de convergência para a ecologia e a economia, no qual as atividades produtivas e econômicas sejam inseridas finalmente dentro dos ecossistemas da bioesfera, numa relação intrínseca que ambas as áreas se desenvolvam em seu processo teórico e prático e sirvam de alternativa ao sistema de produção e consumo atual, observamos detalhadamente, a seguir, as inconsistências características do discurso hegemônico sobre sustentabilidade, representado pela teoria neoclássica, para então analisar a relevância de outras linhas de argumentação que possam desfazer os impasses gerais da economia diante da problemática ecológica.

2.2.2 Fragilidade do discurso hegemônico da sustentabilidade

2.2.2.1 Revezes do crescimento econômico

A perspectiva de desenvolvimento sustentável, tributária à teoria neoclássica, assume o meio ambiente como meio de produção, sem qualquer valor e regras de funcionamento inerentes. Nesse caso, pelo contexto do capitalismo, principalmente no dito capitalismo neoliberal, o discurso hegemônico sobre sustentabilidade limita-se, por uma adequação aos meios produtivos expansionistas, justamente em adotar a sustentabilidade como propícia ao crescimento econômico, justificando-se através da perspectiva econômica neoclássica⁶.

⁶ Vale destacar, de antemão, que o surgimento da ideia de desenvolvimento econômico no contexto do século XVIII se faz a partir do conceito de evolução nas ciências da natureza, dando-se a elaboração da teoria do

Contrário aos diversos apontamentos sobre as ameaças de destruição representadas pelo uso dogmático da capacidade transformadora do homem ao sobrecarregar os mecanismos reguladores da Terra, como vislumbra Passet (2002), o discurso hegemônico da sustentabilidade ignora o fato de que, da busca constante por crescimento, decorre o aumento tanto da demanda por recursos quanto da produção de dejetos, em forma de poluição, tendo em vista expandir as atividades econômicas e produtivas. Tal atitude segue à risca a falácia da modernidade que se expressa grosso modo em duas proposições: recursos e progresso infinitos (BOFF, 2015). Contudo, não são poucos os pesquisadores que concluem pela limitação dos estoques de matérias-primas, principalmente as reservas de energias fósseis, de modo ainda que seu uso e exploração progressivos levam a problemas evidentes para assimilar os dejetos produzidos nesse processo (PASSET, 2002). Em uma conjuntura caracterizada por compreensões tão limitadas diante da realidade ecológica, a economia, como medida de relação com o meio ambiente, através da “extração, transformação, uso e descarte de recursos naturais” (MÉRICO, 2014, p. 34), passa a representar uma interferência na dinâmica dos ecossistemas e da biosfera como um todo.

Para Boff (2015), muitas das interposições negativas provocadas pelos seres-humanos sobre o equilíbrio do planeta são geradas pelo processo de industrialização que, no enalço do crescimento constante de margens de lucro e da produção, propagam o consumismo como sua força propulsora. A relação entre consumo e aumento da produção é uma realidade bem considerada, no que toca à sua capacidade de fomentar o crescimento econômico – algo até comemorado por governos e empresas de boa parte dos países; contudo, o que pouco se alude é que, diante do dogma do crescimento econômico, tal como apresentado por Penna (2012), a convergência desses três fatores gera uma grande demanda por recursos (bens e serviços ambientais) e fortes impactos sobre a natureza que, muitas vezes, estão além de sua capacidade de regeneração. Menosprezando-se as limitações produtivas da Terra como limite ao crescimento econômico, vêm à tona a exaustão de recursos e a geração excessiva de poluição pela conjunção de crescimento econômico e populacional (PENNA, 2012), ao ponto de que seja necessário enfrentar problemas extremos, como o caso do aquecimento global, discutido anteriormente.

crescimento econômico no pós-guerra, com a promessa do desenvolvimento econômico generalizar o modelo de vida dos países industriais de vanguarda, o que representa uma ameaça à civilização, devido aos seus custos ecológicos (FURTADO, 2002) e uma mera estratégia política de geração de vínculos de dependência para o suposto terceiro mundo, para com o Imperialismonorteamericano.

Nesse cenário, como se pode apreender de Boff (2015), além de limites para o crescimento, devem-se estabelecer limites para a agressão ao planeta, principalmente em razão da possibilidade de atividades econômicas desrespeitosas para com os ecossistemas virem a gerar uma ruptura que altere profunda e/ou irreversivelmente a sociedade humana (MÉRICO, 2014). Não à toa, fala-se na capacidade humana em gerar degradação ambiental em níveis elevados, como o da biosfera, de conformidade que não podem, muitas vezes, ser geridos pelos mecanismos naturais de regeneração do planeta e, muito menos, pelo sistema de comando e controle, proposto pela teoria econômica hegemônica (MÉRICO, 2014). É assim que se corre o risco da capacidade de suporte do planeta Terra ser rompida, o que produziria impactos catastróficos para a vida como um todo, afetando até a própria economia (PENNA, 2012), somente pela busca incessante por crescimento econômico. Em face da dependência desse crescimento para com o consumismo, esquecemos a associação necessária existente entre depredação dos ecossistemas e um consumo irresponsável e descuidado com o planeta (BOFF, 2009).

São inúmeros os impactos ambientais gerados pelo fomento do crescimento econômico e do consumismo ou consumo de supérfluos (PENNA, 2012), como foi apontado em seções anteriores, sendo possível que, mesmo do ponto de vista socioeconômico, vários problemas podem ser mencionados como indício de avarias mantidas pelo sistema atual sobre a própria sociedade, ao priorizar o crescimento e o consumismo, em detrimento da proposição de qualidade de vida:

Mesmo nos países onde se concentrou a grande fatia da riqueza gerada no pós-guerra, os problemas do enorme contingente de desempregados, dos sem-teto e da violência urbana estão em escala ascendente, agravados por novas mazelas sociais, como o crime organizado, as drogas e a imigração clandestina, e outras não tão novas, como o alcoolismo, o aumento da prostituição, a xenofobia e a intolerância étnica e religiosa (PENNA, 2012, p. 21).

Penna (2012) apresenta esses e outros detalhes, como a queda paulatina da expansão da economia mundial, como sinais de insustentabilidade do crescimento econômico sem limites. De acordo com o autor, a relação entre globalização e crescimento do mercado financeiro e do mercado de bens supérfluos surge apenas como sobrevida para as taxas de crescimento econômico global que, desde os anos 2007-2008, apresenta traços óbvios de insuficiência, ao redor do mundo. Na perspectiva da globalização, os EUA são tomados como modelo de padrão de produção e consumo para os países adeptos ao culto do crescimento econômico, sendo notório, desse encadeamento, o aumento da demanda por recursos e da produção de dejetos e poluentes. Um dos pontos mais críticos dessa realidade é a produção de

resíduos na exploração de minerais e outros expedientes, dentre os quais países classificados como exportadores de matéria-prima destroem seus ecossistemas para suprir a demanda global por recursos (PENNA, 2012). Para o autor, uma das questões que esclarece a insustentabilidade do consumo de recursos, como o minério, são suas taxas atuais elevadíssimas que chegam a anular os ganhos ambientais que possam provir da reciclagem ou de melhoras tecnológicas.

No quadro específico da mineração, a poluição dos lençóis freáticos e lagos acontece de modo notório ao, e.g., dissolvermos e removermos os constituintes de rochas e dos solos, ao desativarmos inadequadamente minas de exploração ou ao envenenarmos os solos e ecossistemas pelo uso de metais pesados nos processos de extração e ao desmatarmos, como resultado dessas atividades (PENNA, 2012). Ao se enumerar detalhadamente todas as consequências negativas gerais do modelo atual de produção e consumo crescentes diante da Natureza, estender-se-ia demasiadamente, restando apenas mencioná-las de modo genérico, a partir de temas, como:

desertificação (cada ano terras férteis equivalentes à superfície do estado do Rio [de Janeiro] ficam desérticas); desflorestamento: 42% das florestas tropicais já foram destruídas; o aquecimento da Terra e as chuvas ácidas podem dizimar a floresta mais importante para o sistema-Terra, a floresta boreal (6 bilhões de hectares); superpopulação: atualmente somos 6,3 bilhões de pessoas com um crescimento de 3-4% ao ano⁷, enquanto a produção dos alimentos aumenta somente 1,3%. E apontam no horizonte ainda outras consequências (sic) funestas para o sistema-Terra, como eventuais conflitos generalizados em decorrência das desigualdades sociais em nível planetário (BOFF, 2009, p. 74-5).

Complementando a lista de nocividades que podem decorrer do atual sistema de produção e consumo voltado para um crescimento econômico sem limites, tem-se ainda:

Crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio ambiente em geral; aquecimento do Planeta, começo da fusão das geleiras polares, multiplicação das catástrofes ‘naturais’; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares, impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares e ameaça de um novo Chernobyl; poluição alimentar, manipulações genéticas; ‘vaca louca’, gado com hormônio (LOWY, 2014, p. 39).

Diante dessas circunstâncias, estudiosos reconhecem a perversidade do fundamentalismo do crescimento econômico com as gerações presentes e futuras (LOWY,

⁷ Em estudo da ONU, referente ao ano passado, havia no planeta 7,6 bilhões de habitantes (Fonte: ONU News. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes>>. Acesso em: 04 jul. 2018).

2014; MERICO, 2014). Como diz Lowy (2014), os impactos negativos do modelo expansionista do capital já se exercem, pelos diversos âmbitos, sobre as gerações atuais que já estão sentindo seus efeitos nocivos. Não por acaso, Merico (2014) é enfático ao ressaltar a destrutividade do crescimento econômico que replica a tendência humana de tornar indesejada a ideia de limite para as atividades de nossa civilização, restando salientar, para si mesma, a perigosa busca por expansão de seus modelos insustentáveis. No enquadramento do ideal de crescimento na economia (BOFF, 2015), até aquilo que passou a ser chamado, por muitos, de desenvolvimento sustentável chega a dar ênfase ao crescimento (BOFF, 2009), esquecendo-se de que o crescimento econômico atual é o maior destrutor da natureza (PENNA, 2012).

A evidência cabal de insustentabilidade do crescimento econômico sem limites é que, mais cedo ou mais tarde, haverá, ao passo atual, o rompimento da capacidade de sustentação da biosfera (MERICO, 2014), sem contar que já se estão ultrapassando, em muitos aspectos, vários limites ecológicos do planeta (BOFF, 2015; VEIGA, 2013; MERICO, 2014; PENNA, 2012). Tomada pela ciência econômica como capital natural, a dupla função da natureza no fornecimento de matéria-prima e no suporte e absorção de rejeitos e poluição está comprometida com a busca dogmática pelo crescimento econômico, uma vez que a limitação de recursos e de espaço no planeta Terra está sendo ignorada (PENNA, 2012). Assim, como evidência da insustentabilidade do crescimento econômico, não há apenas o uso crescente de recursos, mas as formas poluidoras de descarte de seus resíduos (PENNA, 2012), o que não pode ser resolvido simplesmente através do sistema de preços, como a teoria neoclássica pretende fazer, mesmo que pretenda gerar mercados para a permissão da poluição. Contudo, a crença dos economistas nas leis econômicas de mercado que pretendem substituir recursos esgotados, como questiona Callenbach (2001), é muito menos viável para solucionar o problema da poluição, principalmente ao pensar sobre a permanência dos rejeitos na natureza, como no caso dos gases do efeito-estufa (FLANNERY, 2007).

Seguindo o trilha ortodoxo-dogmático da economia, as políticas de desenvolvimento se fazem insustentáveis, caracterizando-se por retórica a argumentação desenvolvimentista da sustentabilidade como crescimento econômico constante (PENNA, 2012). Nessa conjunção pouco realista das relações ecológicas e das condições dos ecossistemas, verifica-se a tentativa de conciliar o ideal de crescimento e a sustentabilidade, sendo que, a despeito das contradições, essa tentativa de conciliação está presente na maioria das propostas atuais de sustentabilidade que sempre visam um crescimento econômico infinito (BOFF, 2015). Um exemplo clássico das formas hegemônicas de solucionar os problemas ambientais provém do cânone referente às três pilastras (*triple bottomline*), tido

como modelo padrão do desenvolvimento sustentável e criado em 1990 (BOFF, 2015). Para Boff (2015), sua formulação operacional tripartida é alvo de diversas críticas, como em itens da seção anterior, inclusive pelo seu aspecto econômico visar um crescimento material constante. Contudo, apesar de todas as peripécias e malabarismos da teoria econômica e do discurso da sustentabilidade hegemônicos, é perceptível a permanência da tese de inviabilidade de crescimento econômico irrestrito, mesmo observando apenas o aspecto de falta de recursos (VEIGA, 2013) que sustentem uma escala ascendente e sem limites da produção e consumo. De tal ponderação resulta a conclusão de impossibilidade de sustentabilidade para o padrão atual de produção e consumo, em destemperança de fatores de pressão sobre os ecossistemas, como o crescimento produtivo, principalmente em conjunto com o aumento populacional e as desigualdades (PENNA, 2012).

Embora a economia neoclássica proponha a externalização dos custos sociais e ambientais em prol do crescimento econômico, isso não altera em nada os limites das condições físicas dos ecossistemas, sendo que o funcionamento daquele se efetua exponencialmente por escala geométrica, o que destoa da progressão regenerativa da Terra.

Como ilustração, imagine-se que a produção anual de um determinado produto – automóveis, por exemplo – seja de 10 mil unidades e que esteja projetado um aumento de 5% ao ano. Após o primeiro ano, a produção será de 10.500 automóveis. No segundo ano, ela alcançará 11.025 unidades, no terceiro, 11.575 e, em apenas 14 após a produção será de 20 mil automóveis, o dobro da inicial (PENNA, 2012, p. 129).

Nessa mesma ótica demonstrativa da nocividade do crescimento econômico ilimitado, Penna (2012, p. 138) recorre à demonstração de Meadows do crescimento exponencial do capital industrial, no qual “novas máquinas e fábricas geram outras máquinas e fábricas”, o que leva ao aumento na demanda crescente por recurso que funciona como estímulo negativo do crescimento econômico, na relação abastecimento/demanda. É, pois, evidente a pouca durabilidade (ou sustentabilidade) do crescimento econômico e, nesse turno, Penna (2012) chega mesmo a metaforizar o crescimento econômico como células cancerosas, diante da qual a reciclagem manifesta-se como paliativo diante do crescimento exponencial no consumo de recursos. Conforme Merico (2014) afirma, diante da necessidade de reverter a crise ecológica atual, deve-se ir além da mera produção limpa, por ser paliativa diante do crescimento produtivo e consumista, sendo que se carece de novos paradigmas, diante do modelo atual, para a produção dentro dos limites da capacidade de suporte da biosfera. Para ele, não é suficiente desenvolver processos industriais mais limpos por meio de tecnologias, mas sim produtos que sejam sustentáveis em si, ao sair do gerenciamento de processos para o

gerenciamento de produtos. A crença capitalista na tecnologia (CALLENBACH, 2001) se desfaz com a parcial competência tecnológica face aos desrespeitos aos limites físicos do planeta (PENNA, 2012). Destarte é que, a despeito da inovação tecnológica, a utilização de recursos e produção de resíduos atuais são insustentáveis, sendo que o excesso de bens e serviços ambientais se torna contingente ou desnecessário para a melhoria da qualidade de vida (PENNA, 2012). Para Penna (2012), o papel da tecnologia na redução de demanda por matéria-prima esbarra no fato de que cada produto ou bem possui um limite físico o qual pode ser reduzido, relacionado à sua resistência de matéria e à 2ª lei da termodinâmica, de forma que o aumento do consumo, intensificado pelo aumento da população, continua sendo motivo de preocupação com os recursos e com a capacidade regenerativa da Terra, mesmo diante do progresso técnico.

De todo jeito, mesmo com a crescente discussão sobre a dependência do homem à Natureza – como inclusive foi considerada na subseção referente às interdependências ecológicas –, uma vez que o próprio sistema econômico depende em si dos ecossistemas naturais, não se aceita com facilidade a necessidade por mudanças (PENNA, 2012). De acordo com Penna (2012), torna-se imperativa a compreensão da influência recíproca entre a busca desenfreada por crescimento econômico e o meio ambiente, em virtude dos limites representados pelo segundo ao primeiro e das sequelas do primeiro sobre o segundo. Entretanto, permanecem os argumentos de resistência a mudanças, diante do modelo atual de desenvolvimento. Uma das alegações é que, pelo crescimento econômico, aumentam-se a arrecadação de impostos e a oferta de emprego, justificando-se, por essas vias, os danos ambientais de largas consequências (PENNA, 2012).

Em alternativa, vale observar bem o alcance dessas premissas. Primeiramente, em alusão à arrecadação, pode-se concluir que maiores podem ser os gastos públicos com os efeitos que a degradação ambiental exerce sobre a saúde e outros aspectos da vida. Não por acaso, Penna (2012) já considerava a degradação ambiental como grande causa de doença (e até de morte) no mundo. Em seguida, a respeito da oferta de emprego, o mesmo autor sublinha a insatisfatoriedade da geração de empregos pelos sistemas econômicos do mundo industrial nos últimos 20 anos e, ainda em conformidade com aquele, a oferta de empregos não consegue alcançar as taxas de crescimento econômico; pelo contrário, há falhas nos modelos de crescimento econômico para a solução do desemprego, sendo recorrentes aspectos de redução da oferta de trabalho e de demanda declinante por mão-de-obra, acentuadas pela diminuição progressiva do salário dos trabalhadores. Dados da economia americana mostram a combinação entre crescimento econômico e aumento do desemprego e da desigualdade, já

no final do século passado e, dessa maneira, pobreza e desemprego irrompem como problemas estruturais indiferentes ao crescimento econômico pós-guerra, de modo a haver incapacidade no crescimento econômico para a garantia do pleno emprego e de representar até uma ameaça (PENNA, 2012).

Assim, desalinha-se o argumento do pleno-emprego como uma das legitimações para a busca pelo crescimento (PASSET, 2002). Até porque a melhoria da qualidade da vida pode sobrevir sem aumento quantitativo dos negócios, sendo esse o único caminho para a sustentabilidade, para autores como Callenbach (2001), como resultado da revogação da fé no crescimento infinito em benefício de um/a mundo/sociedade sustentável. Além disso, numa tentativa de reverter a crise atual, pode-se sempre contar com a capacidade ampla de geração de emprego por meio de serviços ambientais e de manutenção, já que o próprio sistema tributário pode se amparar sob o princípio poluidor/pagador que oferece maneiras de integração das políticas econômicas e ambientais, no combate ao desemprego (PENNA, 2012).

Por essas e outras, vê-se constantemente um apelo pelo fim do fetiche do crescimento econômico por meio de um processo que contorne o consumismo (BOFF, 2015) e também a crença no crescimento contínuo como solução principal às questões socioeconômicas e políticas, principalmente pelo fato do crescimento econômico atual não ter solucionado a pobreza e por haver um nível das taxas de aumento da renda e do consumo em prol da melhoria da qualidade de vida que depende, muito mais, da distribuição do que da manutenção do consumo de supérfluos (PENNA, 2012). Ademais, para autores como Boff (2015), o processo econômico moderno já atingiu o limite de seus benefícios sociais, diante do qual se precisa, agora, de distribuição, algo por que o crescimento econômico por si só não se interessa. Furtado (2002), por sua vez, chega a fazer distinção entre desenvolvimento autêntico e mero crescimento econômico, sendo que a concentração de renda, em prol do consumo dos ricos, foi proporcionada pelo raciocínio dos economistas em favor do crescimento econômico que, em sua contínua progressão, desconhece a efetividade do desenvolvimento legítimo das capacidades humanas. Nesse turno, a sustentabilidade, como satisfação das necessidades humanas presentes e futuras, se opõe ao ideal de crescimento ilimitado e, recorrendo a uma definição ecológica de sustentabilidade, como proveniente do equilíbrio dinâmico que harmoniza insumos e produtos, é compreensível a razão de inexistirem na atualidade sistemas de produção que sejam sustentáveis nesses termos (CALLENBACH, 2001). Assim, a definição de sustentabilidade efetiva para os sistemas humanos, inseridos dentro dos limites dos ecossistemas naturais, é incompatível com os

padrões sócio-econômicos atuais, havendo um antagonismo entre o paradigma atual socioeconômico e a preservação das comunidades de vida (BOFF, 2009).

Vivien (2011) também faz explícita consideração da incompatibilidade entre sustentabilidade e padrões atuais de produção e consumo que a economia neoliberal procura manter, apontando que a proposta de sustentabilidade neoclássica é conhecida como uma proposta fraca e que tem como característica principal a ênfase no crescimento, com a exagerada confiança no progresso técnico e com uma argumentação pautada na teoria da desmaterialização que supõe um estágio ulterior autossustentável e durável da economia, no qual brada-se o lema: “prossigam o seu crescimento e muitos problemas ambientais encontrarão, eles próprios, suas soluções” (VIVIEN, 2011, p. 20). Além disso, Vivien (2011) apresenta restrições à teoria de Grossman e Krueger (1995), uma vez que certas emissões de poluentes aumentam com o crescimento da renda per capita, assim como aumenta também a utilização de recursos. Consequentemente, se na proposta da economia neoclássica, considerada como o discurso hegemônico da ciência econômica para a sustentabilidade, é constante a tentativa de encontrar um modelo propiciador do crescimento, pautado no conceito de capital natural, a partir da ideia de inovação técnica como solução para os problemas ambientais (VIVIEN, 2011), vale lembrar que, como também entende Passet (2002), o progresso técnico acaba sempre sendo suplantado pela corrida produtivista que, à medida que melhora tecnicamente a produção, aumenta a demanda por recursos e emissões de poluentes em decorrência de um aumento produtivo.

Na inversão dessa realidade, cabe almejar uma sociedade sustentável e não somente o comodismo do desenvolvimento sustentável (BOFF, 2009) que, aliada à busca por crescimento constante, seria apenas uma nova racionalização da velha ordem e de lógicas obsoletas, demandando a alteração de uma sociedade em prol do crescimento industrial para outra que pretenda alcançar a sustentabilidade de toda a vida (BOFF, 2015). Não por aleatoriedade, encontramos-nos diante da defrontação entre duas lógicas: a do desenvolvimento econômico e a das regulações naturais (PASSET, 2002). Tal feição se expressa pela incompatibilidade entre o crescimento ilimitado do expansionismo industrialista e a sustentabilidade das relações ecológicas (CALLENBACH, 2001), quando se percebe a necessidade de desenvolvimento obedecer aos limites dos ecossistemas do planeta (BOFF, 2015).

2.2.2.2 Outros revezes diante das questões ecológicas

Diante das considerações do tópico anterior, vê-se que, a despeito da multiplicação de eventos ambientais extremos, o desenvolvimento sustentável passa a ser qualitativo de angariação de lucros no processo de produção, no qual, principalmente, a sustentabilidade empresarial vem a incorrer em modismo oportunista e o que deveria responder por soluções para os problemas ecológicos atuais funciona como etiqueta de agregação de valor (BOFF, 2015). Dessa maneira, para Boff (2015), a sustentabilidade permanece no nível da “aparência” nos modelos atuais de produção e consumo, até que se possa falar em sustentabilidade retórica como modelo padrão do desenvolvimento sustentável. De acordo com o autor, pode-se concluir que a sustentabilidade está ausente no capitalismo e que, pela lacuna da inexistência de promoção da sustentabilidade no mundo atual, surgem modelos adaptativos que não oferecem soluções realistas para os problemas socioambientais, como o próprio capitalismo natural. Defronte de suas características que pretendem promover uma ecoeficiência no trato dos recursos naturais, ainda assim é insuficiente por não reconhecer os limites inerentes à natureza (BOFF, 2015). Esse é um exemplo de como se alastra a insustentabilidade do desenvolvimento geral, mesmo a despeito do discurso sobre desenvolvimento sustentável (BOFF, 2009).

As críticas às soluções capitalistas aos problemas ecológicos não se limitam aí, sendo que a proporção do uso retórico e vazio do termo sustentabilidade, que seu padrão atual de desenvolvimento faz, é consonante ao interesse de colocar o lucro acima de tudo (BOFF, 2015). Logo, o que representa uma preocupação legítima com as condições de vida em geral, aparece como oportunidade de gerar mais rendimento, através da formação de novos mercados e demandas de consumo de produtos ditos “sustentáveis”. Posto que se enfrenta um período de letargia nas medidas ecológicas gerais, nada mais comum de perceber que o conflito entre valores ecológicos e econômicos no tocante à natureza. Sejam os seguintes exemplos: “A ideia de que as outras ESPÉCIES (sic) existem exclusivamente para benefício dos seres humanos, embora seja negada por um grande número de provas científicas e experiência prática, ainda é um valor muito difundido, mesmo que muitas vezes passe despercebido” (CALLENBACH, 2001, p. 194). Ou: “Considere, por exemplo, o valor de que uma parcela importante do fato de estarmos vivos é perceber, compreender e desfrutar a natureza. Respeitando este valor, preservaríamos a VIDA SELVAGEM (sic) para os nossos filhos (CALLENBACH, 2001, p. 194).

Assumir tal compreensão ajudaria bastante em tornar as atividades econômicas e produtivas menos nocivas à habitação na Terra, principalmente porque o futuro depende da inserção da sociedade humana, especialmente da economia, nos limites ecológicos, demandando outro modelo produtivo para favorecer uma postura ecologicamente adequada. Assim, pergunta-se: o dilema econômico de como lucrar sempre mais com a produção (BOFF, 2015) é conciliável com a harmonia e com os ecossistemas? Esse equilíbrio ecossistêmico, caracterizado como a própria sustentabilidade, não pode ser atingido obviamente pelo “propósito central do pensamento econômico/industrialista/consumista/capitalista dominante que supõe a dominação da natureza e a busca do benefício econômico” (BOFF, 2015, p. 133). Basta isso para perceber o quanto a racionalidade dominante da economia, em conjunto com seu discurso hegemônico da sustentabilidade, carece de uma reformulação elencada pela preocupação com os limites da natureza. Para Callenbach (2001), termos tradicionais da ciência econômica, restritos muitas vezes ao trato de compra e venda, precisam ser reorganizados com vistas às condições ecológicas da biosfera, para adquirir relevância para a sustentabilidade. A obsoleta perspectiva da natureza como mero fornecedor de matéria-prima e de uso exclusivo do homem (CALLENBACH, 2001; ALVES, 1994) necessita ser abolida, como também critica Penna (2012), devido aos constantes riscos que ela oferece ao menosprezar o papel da natureza no fomento da vida. Aliás, as teorias econômicas dominantes rejeitam-se a considerar os processos químico-biológicos característicos do ciclo de vida total daquilo que se produz e se consome. Por isso, fala-se no desconhecimento dos economistas clássicos dos processos de formação da matéria-prima, na desconsideração da teoria econômica pela renovação daquela e na rejeição dessa pelas leis naturais, mesmo que seja clara a classificação da economia como parte do meio-ambiente (PENNA, 2012).

Contrariando esse princípio básico, a exacerbação dos valores econômicos produtivistas surge como tendência crítica da atualidade e, dentro desse pendor desfavorável à manutenção dos ecossistemas, outro conceito bastante propagado pelo discurso hegemônico da economia é o de individualismo, pelo qual pode-se justificar a concentração de renda e dos lucros produzidos (BOFF, 2015). Contudo, muitos autores reconhecem as consequências nocivas da sobrevalorização dos interesses individuais em detrimento de políticas distributivas. Para Merico (2014), há uma conexão entre o individualismo da economia moderna e a insustentabilidade das questões ambientais e ecológicas, principalmente quando o primeiro se alia ao consumismo e impede, assim, a defesa da natureza enquanto bem coletivo. O lucro individual, como valor inerente ao capitalismo, segue ao lado do

esgotamento de recursos naturais por esse modelo (CALLENBACH, 2001) e reproduz, como complemento, a lógica do lucro máximo (BOFF, 2009), pela qual se efetua a sobreposição desse lucro máximo aos aspectos sociais e ambientais (PENNA, 2012). O individualismo capitalista favorece ainda o espírito competitivo e a atitude de desperdício que criou a cultura do consumo, como uma das causas da insustentabilidade atual (BOFF, 2015). O consumismo, como obstáculo à durabilidade das relações ecológicas, justapõe-se inclusive à consolidação da inserção da humanidade nos limites da natureza, tornando paliativas medidas outras, enquanto aquele permanecer perdulário (BOFF, 2009).

Callenbach (2001) critica a preponderância das regras empresariais sobre as condições para uma sociedade sustentável e, na ausência de alternativas dentro do fundamentalismo econômico atual (MÉRICO, 2014), outros pontos ganham relevo diante da insustentabilidade geral, como o ponto de vista quase exclusivamente econômico na lida com o planeta (CALLENBACH, 2001). São igualmente deletérios à biosfera os objetivos estritamente financeiros nessa exploração do planeta, assim como a mercantilização de seus recursos (BOFF, 2009). Também é flagrante o malefício da lógica da competição (BOFF, 2009), principalmente quando se originam maiores demanda por recursos e taxas de poluição pela produção ornada de uma competitividade cada vez maior que procura, com isso, reduzir seus custos operacionais e produtivos (PENNA, 2012). Não se pode negar as consequências perniciosas da competição e concorrência como fundamento do sistema econômico (BOFF, 2009), até porque o uso de valores monetários e do PIB no modelo atual de desenvolvimento não reflete a melhoria de vida, o que precisa ser confrontado em conjunto com a sua estrutura de governo (MÉRICO, 2014).

Todos esses desmandos se legitimam a partir da lógica neoliberal, mas, se defronte à insustentabilidade do mercado, for feita a pergunta de como alcançar a sustentabilidade socioambiental (BOFF, 2015), dever-se-á concordar com a regulação e controle do mercado dividido às consequências nocivas de sua operação autônoma, como cedo indicou Polanyi (MÉRICO, 2014). De todo modo, isso só propiciaria a inserção da humanidade nos limites da natureza, caso se note a tempo a necessidade de mudanças individuais e coletivas diante dos problemas decorrentes do capitalismo. Desse modo, para Merico (2014), um primeiro passo seria o reconhecimento dos custos ambientais da economia que fornecesse um julgamento das despesas ecológicas de toda a produção e consumo, até mesmo do crescimento da demanda alimentar (BOFF, 2015), principalmente diante da possibilidade de elevação de preços mundiais dos alimentos (ANGELO, 2008). Nessa esteira, o auge das medidas dominantes alcançou a mesma nocividade à natureza, sem solucionar

cabalmente o problema da fome no mundo, através da Revolução Verde, que concebeu ainda certos malefícios ambientais (BOFF, 2015). Para Boff (2015), essa revolução é conveniente ao sistema neoliberal por oferecer uma falsa alternativa dentro da lógica capitalista e, sem superar os problemas alimentares enfrentados, vê-se, aí, o império da indiferença ao sofrimento alheio. O problema da não contabilização dos bens naturais pela economia pode ser outra maneira de ignorar que os bens e serviços naturais são fatores de limitação do desenvolvimento econômico (MERICCO, 2014). Ainda assim, eclodem inúmeros problemas ambientais estimulados pela desconsideração contábil da natureza, como a conversão de paisagens para a agropecuária, que conta com gordos incentivos públicos, sendo necessária, de acordo com Merico (2014), a alteração do paradigma agropecuário vigente para se alcançar a própria segurança alimentar.

Adversamente, a questão natural da economia é abordada, enquanto paradigma imperante, pela perspectiva da teoria neoclássica e, além dessas limitações apontadas, outras críticas sistemáticas são feitas ao discurso hegemônico da sustentabilidade, proveniente daquela, por meio da economia ecológica que refaz a rejeição ao crescimento econômico. Não sendo interesse desta pesquisa retomar o que já foi dito em tópicos anteriores, é preciso mudar a ótica, a fim de pincelar as características principais da economia ecológica. Como um paradigma de abordagem econômica da natureza em questionamento da teoria neoclássica, pode-se, por meio dele, estabelecer alguns critérios teóricos que podem ser usados por perspectivas que versem sobre o assunto por meio de uma alternativa ao capitalismo. Diante da proposta da sustentabilidade aos moldes neoclássicos, encontrados no discurso hegemônico embasado na discussão sobre crescimento sustentável, representativo do discurso dominante sobre sustentabilidade, esse suposto crescimento sustentável se encontra rechaçado na economia ecológica de Daly (1984).

Com a institucionalização da economia ecológica, vários princípios da abordagem neoclássica passaram a ser questionados, ao se renovar a preocupação com a sustentabilidade pela economia de recursos, que seria contrariada pela lógica neoclássica da maximização do lucro. Para Vivien (2011, p. 22), os princípios da economia ecológica, propostos por Daly, levam a um modelo de sustentabilidade forte, tal como listados a seguir:

- 1) as taxas de exploração dos recursos naturais renováveis devem ser iguais a sua taxa de regeneração; 2) as taxas de emissão de resíduos devem ser iguais as capacidades de assimilação e de reciclagem dos ambientes em que se resíduos são despejados; 3) a exploração dos recursos naturais não renováveis deve-se dar no ritmo igual ao de sua substituição por recursos renováveis.

A partir daí, em vista de meios para alcançar o controle do impulso produtivo e do consumismo desenfreado, necessário aquele em prol da sustentabilidade (BOFF, 2015), esses princípios oferecem uma operacionalidade considerável, pois, mesmo do ponto de vista estritamente econômico, uma empresa nunca é definitivamente sustentável até ter como prioridade o cuidado efetivo com o meio ambiente, visto ser a economia uma mera dimensão interna dos ecossistemas e os quais são dotados de limites físicos que não podem ser desconsiderados pelos interesses do ideal de crescimento infinito dos negócios.

Se em oposição a essa tendência geral da economia neoclássica surge a proposta de uma sustentabilidade forte, não é absurdo supor que a natureza da economia ecológica se insere, parcialmente, dentro do contexto capitalista. Uma associação dessa perspectiva com o neoliberalismo e todas as suas inconstâncias já mencionadas em relação aos ecossistemas, resultaria em insuficiência da proposta que não se apresente como uma alternativa ao próprio capitalismo, principal força que propaga a degradação da natureza.

Assim, enquanto as propostas inovadoras da economia se movimentam dentro dos limites da lógica do capital, serão enfatizadas as dificuldades de alcançar os diversos elementos necessários à sustentabilidade que não são favorecidos naquela. Certamente, existem muitos desafios para a inserção nas leis da natureza, dos quais se destacam aqueles referentes à dificuldade de reconhecer que bens e serviços ambientais são a base da atividade econômica (MERICCO, 2014) e que, principalmente, existe contingência na lógica financeira (PASSET, 2002), da qual não se depende em absoluto para gerar dignidade de vida. Além do mais, o reconhecimento do conceito de “deseconomia” permite o percebimento de mal funcionamento nas leis econômicas, sendo que, na falta de comprometimento arguto com as relações ecológicas, a própria racionalidade econômica deveria se opor aos riscos a que estão sendo submetidos os ecossistemas, devido aos prejuízos a longo e médio prazo (MERICCO, 2014). Porém, custo a aceitar a compreensão de que todos esses elementos já indicam a necessidade de alternativa ao capitalismo que requer, para seu favorecimento, uma ruptura com a lógica do lucro, mais que somente adequação. A própria necessidade de cooperação para a inserção da sociedade nos limites da biosfera (MERICCO, 2014) é solapada por essa lógica ao dar ênfase à competitividade, de modo que todo percebimento da oposição entre competição ou concorrência à solidariedade e cooperação e da contribuição das últimas à sustentabilidade (BOFF, 2009) soam como um convite à superação do capitalismo. Toda compreensão da divergência entre relação utilitária e cooperativa (BOFF, 2009) já é, ao meu compreender, um impulso a se buscar alternativas que estejam além dos limites capitalistas.

2.2.3 Indispensabilidade da solidariedade e da ética

Após mobilizações diversas de autores das mais variadas estirpes, acredito vincular teoricamente esta pesquisa a uma alternativa que propicie a inserção das atividades humanas nos limites ecológicos e, chegado ao ponto em que me encontro, cabe retomar o questionamento sobre essa alternativa: ela seria uma alternativa do capitalismo ou uma alternativa ao capitalismo? Uma formulação desse problema é cara a Elmar Altvater (2010, p.54), ao se debruçar sobre a necessidade de adaptação ou superação do sistema capitalista:

O “outro” mundo [possível] é um outro capitalismo, um capitalismo “desglobalizado” e reformado, ou será que precisamos procurar a “alteridade” além do capitalismo? Eis uma pergunta nada fácil, pois é possível que o capitalismo – como no passado – apresente enormes reservas de flexibilidade, grandes potenciais de adaptação.

Como pode-se inferir, o capitalismo procura meios para não perder a aderência social e manter-se como condição econômica autossuficiente, exclusiva e absoluta, através de sua capacidade de se adaptar diante das novas cenas propositadas pelos solavancos das crises internas que produz sobre si mesmo. Por isso, a dificuldade em ser superado de modo definitivo, mesmo diante de sua total incapacidade em promover justiça socioambiental, o que leva alguns teóricos ou pessoas em geral a assumir uma visão fatalista de que não haveria alternativa ao sistema capitalista. Contudo, ao contrário do que se argumenta frequentemente, o autor sugere não só que um outro mundo é possível, mas que é imprescindível que “os movimentos sociais desenvolvam e testem alternativas além do capitalismo” (ALTVATER, 2010, p. 54). Isso porque o capitalismo não é irremediável, podendo conhecer o colapso pela combinação entre um intenso golpe externo, isto é, o esgotamento dos combustíveis fósseis, sobre os quais se sustenta – avivado por (e avivando) crises internas – e a possibilidade disponível de “alternativa[s] digna de crédito” (ALTVATER, 2010, p. 22). Dessa forma, “o fim do capitalismo continua sendo um tema [válido], sobretudo para aqueles que consideram a visão de um outro mundo uma utopia realizável e engajam-se nela e por ela na práxis política” (ALTVATER, 2010, p. 55).

Em tal turno, percebo alguns recursos teóricos que podem potencializar a busca por alternativas ao modelo socioeconômico atual, como o caso do Ecosocialismo, que ressaltaram dimensões indispensáveis como a da ética que está aproximada da solidariedade. Para Lowy (2014, p. 9), essa vertente “consiste em associar o ‘vermelho’ – a crítica marxista do capital e a alternativa socialista – com o ‘verde’, a crítica ecológica do produtivismo”.

Dado o perfilhamento da adequação ecológica para a rejeição dos aspectos expansionistas do capitalismo, como estabeleci até aqui, por tudo que ele representa em termos de injustiças social e ecológica, soa bastante oportuno que a crítica possa fazer convergir componentes tão caros entre si, como o empenho em transformar as relações sociais, o aparelho produtivo e os altos padrões de consumo atuais e, ainda, romper com os fundamentos da civilização atual que, como vimos, compromete o equilíbrio ambiental e dos ecossistemas, por meio de uma compreensão ecológica que não se aloje nos limites do capitalismo. De acordo Lowy (2014), o ecossocialismo se apresenta como uma corrente ecológica heterogênea de pensamento e ação que, nutrindo-se da crítica marxiana ao capitalismo e se opondo, ao mesmo tempo, à lógica de mercado e lucro e ao autoritarismo burocrático no qual o socialismo outrora existente se deixou enredar, surgiu a partir das três últimas décadas do século XX, por força de pensadores como Manuel Sacristan, Raymond Williams, Rodolfo Bahro e André Gorz e das contribuições de vários outros, dentre os quais James O'Connor e o supramencionado Elmar Altvater. Tal corrente pretende romper com a chamada ideologia produtivista do progresso com a qual se amalgama a busca por crescimento econômico constante, tornando-se necessária, como posso concluir, a limitação das atividades econômicas a fim de não comprometer a existência dos bens e serviços naturais e a capacidade de regulação da biosfera.

Nesse sentido, os desafios da questão ecológica dão a oportunidade de renovação da atualidade, principalmente se for possível despontar no horizonte com as alternativas que alarguem o âmbito de compreensão e assimilação quanto aos limites impostos pela natureza às atividades humanas. Como o ecossocialismo não é uma teoria ortodoxa ou coisa semelhante (LOWY, 2014), posso assumi-la como mais uma ferramenta da luta social, de modo que alargue o regimento social, afetivo e cognitivo de possibilidades das formas de vida, como uma potencialidade de mobilização, em referência à crítica ao produtivismo, seja referente ao capitalismo ou mesmo ao socialismo produtivista ou autoritário. Quanto a isso, o ecossocialismo também se opõe à tendência socialista do produtivismo e, no que toca à sua condição atual em termos práticos, aquele pode ajudar a conceber paulatinamente propostas viáveis, de modo a ocasionar sua eclosão em circunstâncias oportunas. Quiçá, isso leve Boff (2015, p. 57) a considerar que “ao se agravar a crise civilizacional, o ecossocialismo se apresenta como uma alternativa política-humanitária das mais viáveis porque sensível à natureza e à vida de todos os seres humanos, chamados a serem coiguais e sócios da mesma aventura planetária”.

Também concordo com Boff (2015) quanto à necessidade de um novo paradigma de inserção do ser-humano no universo, principalmente através das relações ecológicas que

podem oferecer na empreitada de construção de uma sociedade que seja tanto sustentável quanto justa e solidária, atingida por vias democráticas, tornando-se grandemente favorável para a consolidação da transformação de que fala Altvater (2010). Ousando lidar com a solidariedade (ALTVATER, 2010), qualquer setor da sociedade está em condição de contribuir para com essa construção de um futuro justo, tanto para as diferentes formas de vida quanto para os sistemas e ecossistemas que lhes servem de morada. Nesse sentido, muitas das características que especificam o Ecosocialismo favorecem explicitamente um projeto de sociedade solidária e sustentável e, como já existem inúmeros experimentos direcionados a essa, como menciona Altvater (2010), uma transformação progressista e democrática pode representar a culminância e – ao mesmo tempo, fortalecimento – desse processo longo e árduo pela frente. Em relação a isso, autores como HaukeBrunkhorst (2015) consideram que transformações desse porte podem decorrer da dominação política exercida pelos (ditos) dominados e, mesmo que as chances de as realizar na atualidade estejam opacas ou anuviadas pelas ideologias hegemônicas, uma revolução democrática não é, de forma alguma, uma utopia estupafúrdica. A aproximação das questões ecológicas pode aumentar o potencial de mobilização em torno de alternativas viáveis.

Em vista disso, ao se falar em alternativas dignas de credibilidade ou com viabilidade, tal qual é feito por Altvater (2010), é preciso ter em vista a importância dada, nesse contexto, à solidariedade nas atividades econômicas, ao ponto de potencializar uma efetiva relação entre economia e ecologia, através da compreensão ativa do papel da natureza como limite biogeofísico. As práticas socioeconômicas, através da solidariedade, terão maior potencial de se inserir dentro dos limites da biosfera, reconhecendo-se como um subsistema dessa. Nesse sentido, cabe buscar condições de potencialização da força social, de modo a se converter em práticas e lutas emancipatórias que possibilitem a união de reivindicações de cunho social com os de justiça ambiental. O enlace entre questões ecológicas e econômicas surgem como proposta mobilizadora, possibilitando acomodar as condições socioeconômicas fora do enquadre da ciência econômica hegemônica e sua ideologia neoclássica fomentadora do capitalismo, especialmente do neoliberalismo, para a qual a maximização do lucro individual coaduna com o culto ao crescimento sem limites.

Em termos gerais, como apontado por diversos autores (BOFF, 2015; ALTVATER, 2010; MERICO, 2014), a solidariedade representa bem a dimensão do ser humano que o remete aos laços sociais de cooperação. No entanto, para efetuação e realização desse aspecto, medidas em prol de uma economia de traços solidários precisam se imunizar contra a possibilidade de que haja a sua integração subalterna aos valores de dominação do

capitalismo, o que destruiria a garantia dessa dimensão crucial no alcance de uma alternativa pós-capitalista. Como boas práticas estão surgindo e oferecendo perspectivas reais de superação do modelo econômico atual, a solidariedade deve estar efetivamente latente nas vastas realizações pertencentes às atividades humanas, principalmente a econômica, de modo que uma sociedade solidária e sustentável efetivamente exista. Falando-se em credibilidade para o convencimento das pessoas em relações possíveis além do capitalismo, é preciso ultrapassar a insipiência da generosidade e cooperação de algumas práticas correntes, para forjar para a solidariedade condições de surgimento perceptível, principalmente na economia, de modo a estarem alinhadas com a contribuição mútua da sociedade, servindo para a suplantação de práticas subalternas ao capitalismo que possam continuar carregando interesses de dominação e controle e de geração de vínculos de dependência. É necessário superar o impasse entre ética e utilitarismo: chegando-se à conclusão ética da necessidade de novas relações socioeconômicas e ecológicas e, caracterizando-as a partir da autogestão (democracia livre e direta e cooperação generalizada), cabe dar a devida prioridade ao seu concurso, com todas as implicações que daí acarretam, evitando, contrariamente, que, de modo pontual, possam remanescer atividades que pretendem desenvolver esses princípios democráticos e cooperativos, mas se fechando a um círculo de beneficiários que não alçam maiores resultados do que a velha ordem utilitarista do privilégio individual e individualista. O fato é que uma alternativa que esteja além do capitalismo deve se encontrar em pé de favorecimento de uma sociedade efetivamente solidária e sustentável, no que toca à sua insurgência social, com o proveito de que possa ser isenta dos vícios que caracterizam o sistema capitalista e que procuram cooptar as práticas solidárias insurgentes.

Para Altvater (2010), é possível encontrar várias dessas iniciativas em gestação e, nesse sentido, acredito ter vasta possibilidade de aprimorar as práticas socioeconômicas a partir da própria solidariedade. Assim, não será possível preterir qualquer prática ou movimento social que possa gerar um lastro social de mobilização das pessoas à proposta de uma sociedade solidária e sustentável, de modo que todas aquelas iniciativas, cujo potencial de força para a mobilização esteja em prol de práticas direcionadas para a sustentabilidade do Planeta e a solidariedade, não se deixem imbuir de perspectivas antidemocráticas. De tal maneira, cabe recorrer a todas as manifestações que destaquem, devidamente, a importância das questões ecológicas, inclusive por meio de arcabouços teóricos heterodoxos que se apresentem como potencialização das agências alternativas ao paradigma socioeconômico atual que estejam além de suas correspondentes visões de mundo ou conjunto de percepções.

Friso também que não será possível fazer a transição para uma sociedade sustentável enquanto os princípios efetivamente democráticos – isto é, voltados para as necessidades de toda a população – forem desprezados em benefício da manutenção dos privilégios responsáveis por amordaçar as potencialidades humanas, seja através tanto de atividades econômicas supostamente solidárias quanto daquelas explicitamente competitivas. Assim, cabe dirimir aos percalços opostos à solidariedade e, como não pode prescindir dessa nas atividades econômicas em prol da sustentabilidade do Planeta, o uso da redistribuição como lógica de ação é um primeiro passo mais favorável ao surgimento de uma sociedade sustentável, em seu maior favorecimento, quando comparado com a lógica da equivalência do sistema capitalista, apresentada por Altvater (2010). Conquanto as atividades econômicas solidárias sejam efetivamente facilitadas, sem recair na reprodução do *status quo* da dominação, será possível atingir altos níveis de transformação social, o que pode ser uma condição para a eclosão de relações sociais e ecológicas sustentáveis.

Altvater (2010, p. 35), considerando uma alternativa viável para o capitalismo, denomina esse projeto de “‘sociedade solar’ (por ser sustentável) e ‘solidária’ (por apostar nos recursos sociais)”. De todo modo, cabe perceber todos os recursos em prol do alcance de uma sociedade sustentável e solidária, inclusive aproveitando as condições atuais para buscar alcançar políticas de redistribuição, até que, politicamente, sejam encontrados meios propícios a dar o passo seguinte da redistribuição à solidariedade, atingindo então a possibilidade de níveis de funcionamento justo, tão caro a uma alternativa ao capitalismo globalizado e à governança das questões ecológicas e ambientais. Em tal altura, vale reconhecer que se fala da “utopia realizável”, da qual fala Altvater (2010) ou, mais precisamente, de um processo revolucionário que se apoia na práxis dos movimentos sociais – e, não apenas em um movimento específico –, para gestar a sociedade porvir, oferecendo, de uma só vez, cuidado com os sistemas sociais e os ecossistemas naturais, assim como com as formas de vida que neles interagem. Vale também ressaltar que a revolução implicada na transição para uma sociedade sustentável, apogeu e arremate das práticas de solidariedade, força a ir além do mais do mesmo, não se satisfazendo como atalhos que possam desembocar em autoritarismo ou impedimento à liberdade. Por isso, a passagem do capitalismo à sociedade sustentável depende de

uma transformação, dimensionada no longo prazo, de todas as formas de trabalho e de vida em conexão com o uso de energias renováveis contra o poder excessivo dos mecanismos de coação objetivamente inerentes ao sistema (...) e os representantes subjetivos do regime convencional das energias fósseis (ALTVATER, 2010, p. 310).

O desenvolvimento do processo revolucionário da transição para a sociedade sustentável e solidária, como forma de transformação social, precisa lidar com a gestação de uma alternativa convincente e disponível para além do capitalismo, pautada no cuidado com os ecossistemas, principalmente pela congruência de seus elementos gerais com questões de cunho ético. Vale notar que o tema da ética ressalta sua necessidade para as questões sociais e ecológicas, principalmente por ser abordada, sobremaneira, por diversos autores dos mais diferentes campos, desde a filosofia à economia ou, como abordarei no próximo capítulo, referente à metodologia desta pesquisa, dos estudos da linguagem ou da linguística aplicada à própria ecologia, de modo que acredito que ela pode funcionar como ponto de interseção entre a economia e a ecologia, fazendo com que os princípios de ambas venham a convergir e permitir a inserção das atividades humanas econômicas nos limites estabelecidos pela natureza. Como a ética pode parecer um conceito variável demais e passível a diferentes investimentos, deixe-se guiar por algumas considerações que estreitam a margem de definição que defendo, principalmente ao reafirmar que ética pode funcionar como o ponto de convergência discursiva e intercessão ideológica entre economia e ecologia, valendo destacar a necessidade de não desligamento da economia da própria ética (SEN, 1999).

Para Rajagopalan (2003), há uma ideia prevaiente a respeito de não se poder falar de ética ao abordar determinado objeto, evento ou realidade derivados ou decorrentes de causas naturais. Ou seja, de acordo com o autor, para se tecer considerações a respeito da ética inerente a algo é preciso que imperem aí forças intencionais, praticadas por pessoas “no exercício de sua livre e espontânea vontade” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 15), o que, antes de denegar a relevância do tema para as questões ecológicas, dá uma ideia dos motivos pelos quais há tanta recusa na aceitação do caráter antropogênico de problemas ambientais como o aquecimento global, uma vez que isso levaria à desvinculação de atitudes irresponsáveis com a natureza e os problemas enfrentados atualmente, sem precisar alterar nada das práticas e atividades socioeconômicas. Mas, tendo em vista as características majoritariamente antropogênicas das variações climáticas, as discussões dependem de um total acordo entre as preocupações ecológicas e a atividade econômica e produtiva, a partir da dimensão ética.

De todo modo, importantes considerações podem ser feitas sobre questões ecológicas, quando forem seguidas indicações éticas na relação restabelecida por nós com as demais formas de vida, sejam elas humanas ou não, podendo ser direcionadas, inclusive, como eixo teórico-reflexivo das argumentações, principalmente em prol da síntese entre economia e ecologia, e para as contribuições possíveis de serem desenvolvidas diante dos ecossistemas e suas formas de vida. Nesse ponto, Boff (2015), ao fazer a crítica dos modelos

atuais de sustentabilidade, menciona cientistas, como o astrônomo Martins Rees, o eminente biólogo Edward O. Wilson e o geneticista Albert Jacquard (BOFF, 2015) que sugerem a necessidade de um novo paradigma de existência, potencializado por uma ética que esteja relacionada com o entendimento ecológico. Nesse sentido, é possível, para Boff (2008), o que ele entende por cuidado necessário, elencado como âmbito geral da ética e ilustrativo para apresentar uma relação possível entre cuidado, ética e relações sociais. Com base nisso, o autor sugere os problemas socioambientais como decorrentes de uma crise de relação, e não uma crise econômica, o que urge por questões éticas no âmbito cognitivo-afetivo referente à realidade ecológica atual.

Como forma de cuidado latente, Boff (2015) dá o exemplo dos povos andinos como inspiração possível à criação de um conceito integral de sustentabilidade, através da prática do *bem viver* como ética de caráter sóbrio, parcimonioso e/ouconsciente, propiciador de “um consumo reciclável e frugal” (BOFF, 2015, p. 63), bastante relevante para uma alternativa socioeconômica. Essa perspectiva se mantém em oposição ao capitalismo, pois a ética impõe que é preciso também reformular o “em prol” da própria sustentabilidade do Planeta, não em termos de consumo abstrato, mas como condição de propulsão do produtivismo – ou seja, deve-se restringir o consumo ao que é sustentável e rejeitar o que não é. Nessa mesma linha, vê-se o desenvolvimento argumentativo da ética apresentando a necessidade de falar em produtos sustentáveis, em vez apenas de certas etapas do processo de produção como sustentáveis.

Ao considerar alguns dos pressupostos éticos para uma sociedade sustentável, é válido considerar Boff (2015) quando aponta o valor inerente às formas de vida, a partir de um paradigma transformador diante da necessária recriação das instituições do antigo paradigma. Muito da degradação do planeta decorre da falta de importância dada a diferentes formas de vida, inclusive a humana, quando se percebe a permanência da fome e da miséria entre nós. Como esse valor inerente está relacionado com a ética ecológica e é bastante forte na argumentação de inúmeros estudiosos, acredito que a transformação é muito mais viável de acontecer a partir do favorecimento que a ética dá para a solidariedade, possibilitando o ir além da lógica de ação individualista do capitalismo. Também, os elementos de uma ética ecológica podem levar à mudança de determinados hábitos que comprometem o surgimento de relações conciliadoras entre os seres humanos, as demais formas de vida e o planeta. Assim, será possível que a sustentabilidade e a solidariedade brotem das próprias relações – e não de imposições verticais quase sempre fadadas ao fracasso –, de modo que se vislumbre o papel da ética em trazer à tona novas formas de relações pautadas na solidariedade e no

cuidado, permitindo falar na possibilidade de a sociedade humana ocasionar a sua própria transformação.

Fica menos difícil uma transição efetiva a partir de uma ética encarnada nas práticas sociais de solidariedade como aspecto definitivo para a consolidação da sustentabilidade, porquanto a solidariedade pode ser vista como modo de se relacionar, sendo que, nessa esfera, podem surgir algumas caracterizações que oportunizem ganhos consideráveis na busca por alternativas pós-capitalistas que destaquem nosso papel na construção da sociedade porvir, quanto a uma ética que seja igualitária, já que o sistema capitalista intensifica as desigualdades, inclusive entre Norte e Sul; democrática, significando que as decisões importantes em relação à produção e distribuição sejam feitas pela sociedade⁸; radical, indo na raiz dos problemas socioambientais, isto é, o modelo produtivista da civilização atual; e, por fim, responsável com os ecossistemas e suas formas de vida (LOWY, 2014).

Em conclusão de toda a discussão arrolada nesta subseção, qualifica-se como a ética e a solidariedade adentram nos pontos cruciais dos elementos de uma transição para a sociedade sustentável. Por fim, retomo as considerações de alguns estudiosos sobre a crise atual enfrentada pela humanidade como sendo primeiramente de ética ou de relações e não meramente econômica (BOFF, 2015), convergindo para a conclusão quanto a uma possibilidade de síntese entre economia e ecologia que, de tão imperativa, autoriza a assumir que a estrada da história está aberta à possibilidade de remissão das injustiças tanto sociais quanto ambientais, levando a definir melhor, no próximo capítulo, as ferramentas teóricas e analíticas que usarei como recurso analítico do estudo.

⁸ Entendo que essa participação política nas decisões referentes à produção e distribuição de bens e serviços, assim como outras questões de importância social e coletiva, devem ser estabelecidas através de uma democracia de participação livre e direta.

3 ELEMENTOS DE UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

3.1 CENÁRIO GERAL DA ADC

3.1.1 Panorama sócio-histórico

Como forma de introduzir as discussões e apontamentos teóricos gerais referentes à ADC, penso por pertinente considerar alguns aspectos específicos da constituição dessa perspectiva teórico-metodológica, caracterizando, a partir do linguista Norman Fairclough, como sua formulação sobre essa pode ser apreendida por diferentes etapas que remetem a momentos diversos de seu instrumental analítico. A partir disso, não pretendo sugerir que haja fases independentes na elaboração da ADC por Fairclough (2012; 2008; 1989), mas apenas que, em diferentes períodos da elaboração de seu trabalho, o autor propõe reformular, com vista em seus objetivos analíticos, alguns elementos teóricos ou metodológicos da pesquisa, os quais serão apresentados posteriormente.

Pelo que diz o analista de discurso Maingueneau (2015), podem-se estabelecer as últimas décadas do século passado como marco contextual de surgimento da ADC, girando em torno de questões características da própria concepção de crítica, sendo que Fairclough assumirá o mesmo desafio de sustentar sua perspectiva analítica sobre o epíteto da criticidade, mais caracterizada como uma Teoria Social do discurso (FAIRCLOUGH, 2008; GOMES, 2018), como é o caso de categorias como prática e estrutura social, discurso, internalização, ideologia e outras (GOMES, 2018). Como aponta Gomes (2018), a corrente funcionalista defendida principalmente por Michael Halliday teve um papel acentuado de orientação teórica dos analistas críticos, inclusive de Norman Fairclough, principalmente a partir da concepção de ideologia que o ramo funcionalista permitia estabelecer. Nesse turno, é possível arguir a favor da possibilidade do desenvolvimento da ADC remeter teoricamente aos primórdios da Linguística Crítica (LC) que, a seu modo, também se fundamentavam em apontamentos formulados por Michael Halliday⁹:

Uma arqueologia ou antropologia ou ainda uma sociologia da ADC poderia ser remontada aos interesses de um grupo de estudiosos na Inglaterra e na Holanda (...), preocupados com os desdobramentos sociais e políticos do capitalismo tardio e a construção de ideologias hegemônicas que promovem a assimetria social (GOMES, 2018, p. 40)

⁹ Pode-se ver em Fairclough (2008) a associação entre Linguística Crítica e Funcionalismo.

Essa atenção dada aos aspectos políticos implicados em práticas assimétricas de poder na e pela linguagem aparecem frequentemente sob o enfoque da ADC faircloughiana. Assim, quanto ao que trata especificamente da caracterização dos diferentes momentos da ADC, a etapa inicial compreende principalmente os livros *Language and Power*, publicado em 1989, e *Discurso e Mudança Social*, originário de 1992¹⁰ e traduzido para o português em 2001. Os momentos posteriores sobrevêm com diversas obras e publicações, sendo que tomarei didaticamente como referência as datas de publicação do livro, em parceria com Chouliaraki, *Discourse in Late Modernity*, em 1999, para a segunda etapa da ADC faircloughiana e do *Analysing Discourse*, em 2003, para a terceira.

O momento inicial da ADC faircloughiana tem como características principais o modelo tridimensional e a incorporação das práticas sociais ao discurso, o qual assumo como instrumental de análise. O segundo momento da ADC faircloughiana gira em torno do livro *Discourse in Late Modernity*, publicado em parceria com Chouliaraki. Aqui há uma dispersão do quadro tridimensional que se realiza principalmente pela pulverização de dimensões que, ao estilo do quadro tridimensional, eram tomadas de maneira específica na análise, mesmo que não pudessem ser definitivamente dissociadas (RESENDE; RAMALHO, 2008). Mesmo que a tridimensionalidade do discurso permaneça na segunda etapa da ADC faircloughiana, sua ênfase é dada sobre a prática social: “houve, entre os modelos [da ADC], um movimento do discurso a prática social” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 29). Esse movimento leva ao questionamento da centralidade do discurso como foco dominante das análises e sua definição é estabelecida como apenas mais “um momento” da prática social (RESENDE; RAMALHO, 2008). Diante da transformação do discurso como elemento relativo da prática social, na qual ele representa uma outra instância corriqueira, será enfatizado que, em relação a outras instâncias, as práticas sociais particulares se realizam a partir de configurações determinadas dos diferentes *momentos*, em semelhança à linguagem. Pode-se, por isso, conceber o desenvolvimento de uma dimensão articulatória de diferentes elementos no terreno das práticas sociais, das quais faz parte o “momento discursivo” (RESENDE; RAMALHO, 2008). As autoras não esquecem de apontar que, além dessa articulação externa dos elementos da prática social (isto é, dos seus momentos), há ainda outro vínculo que se dá no nível interno de cada um desses momentos. A exemplo, os recursos simbólicos ou discursivos, materializados em formas de gênero, estilo ou discurso, apresentam-se como “momentos” internos do momento externo da prática discursiva que é o próprio discurso:

¹⁰ Com o título inglês de *Discourse and Social Change*.

o momento discursivo de uma prática particular é resultado da articulação de recursos simbólicos/discursivos (como gêneros, discursos, estilos), articulados com relativa permanência como momentos (sic) do Momento (sic) do discurso (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 40)

Fairclough propõe, na linha do Realismo Crítico, vários momentos constituintes da prática social, como o próprio discurso ou ainda a atividade material, as relações sociais e políticas, incluindo até a atividade mental. De modo mais abrangente,

Uma prática social particular traz consigo diferentes elementos da vida – tipos particulares de atividades, ligadas de maneiras particulares a condições materiais, temporais e espaciais específicas; pessoas particulares com experiências, conhecimentos e disposições particulares em relações sociais particulares; fontes semióticas particulares e maneiras de uso da linguagem particulares; e assim por diante (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH apud RES; RAM, p. 38).

Esses diferentes “momentos” concomitantes das práticas sociais, que se realizam em circunstâncias particulares, apresentam uma internalização recíproca entre si. De acordo com Resende e Ramalho (2008), essa internalização entre os elementos da prática social não pode ser assimilada como uma redutibilidade, na qual pudesse sugerir uma retenção de certos elementos por outros, de modo a minuar os seus efeitos característicos. Nessa perspectiva, parece possível dizer que, conservando as devidas proporções quanto ao papel de cada elemento da prática social, atingir-se-ia o caráter duplo do discurso diante da vida social, no que toca tanto à regulação dos eventos pelas estruturas quanto às transformações viáveis que esses mesmos eventos podem desencadear sobre as estruturas (RESENDE; RAMALHO, 2008).

Quiçá esse encadeamento de ideias possa funcionar também como motivação da ADC faircloughiana ao requerer recurso teórico ao Realismo Crítico, no qual a vida social seria tomada como sistema aberto que insta pela irredutibilidade de cada mecanismo produtivo dessa vida em relação uns aos outros, tendo como elementos da construção da vida social as “ações habituais da sociedade institucionalizada, traduzidas em ações materiais” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 35), a ADC faircloughiana sofrerá influência do materialismo histórico-geográfico quanto ao seu conceito de práticas sociais, definido em referência a Harvey, como “constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 35).

Com esse aporte teórico “realista”, a ADC faircloughiana, em sua segunda etapa, tem como preocupação “refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias” (RESENDE;

RAMALHO, 2008, p. 36), de tal maneira que Resende e Ramalho (2008) não hesitam em enunciar vantagens que esse momento do modelo da ADC ofereceria, principalmente quanto às implicações analíticas da descentralização do discurso, forjada pela aderência de Fairclough à terminologia crítico-realista. Na consideração da centralidade do discurso para a teoria dialética, as autoras entendem essa tendência como problemática e, em concernência aos aspectos – no que lhes parecem – mais emancipatórios da análise nessa segunda etapa, elas enumeravam as possíveis vantagens de um “realismo” adeceano:

Primeiro, porque possibilita maior abertura nas análises; segundo, porque incita, mais que o modelo tridimensional, o interesse na análise de práticas problematizadoras decorrentes de relações exploratórias; e, terceiro, porque capta a articulação entre discurso e outros elementos sociais na formação de práticas sociais (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 37-8).

Outra aparente vantagem dessa configuração da ADC faircloughiana provem da consideração do foco analítico nas práticas sociais, as quais forneceriam, enquanto interseção entre estrutura e evento, uma visão mais ampla, saindo da compreensão de realizações pontuais (isto é, “eventos individuais”) para a compreensão da conjuntura dessas realizações (RESENDE; RAMALHO, 2008). Contudo, mesmo que esses pontos possam parecer algo de vantajoso para uma análise de discurso que o compreenda a partir de sua inserção necessária em práticas sociais, não se pode tomar o posicionamento da Análise Crítica de Discurso de Fairclough, em sua segunda fase, apenas ressaltando o que, em suas considerações gerais, pode parecer mais promissor, mas esquecendo de apontar as problemáticas que estão implicadas nas novas configurações de seu método.

Meu questionamento de certos elementos da ADC proposta por Fairclough, como a sua concepção de ideologia ou mais especificamente essa sua inclinação a um vocabulário “realista” que leva, paradoxalmente, a uma concepção ainda idealista (porque parcialmente positivista) de ciência, tem por intuito permitir ajustar os mecanismos da análise crítica do discurso aos princípios de uma virada linguística que, na esteira de Voloshinov/Bahktin (2006), Wittgenstein (1979) e outros, entende-se ser impossível haver apreensão do mundo físico ou da realidade social se não for através do discurso, o qual acarreta sempre posicionamentos ideológicos, inclusive da própria ciência.

Uma vez que, enquanto Resende e Ramalho (2008) centram-se no entendimento de favorecimento da análise discursiva por sua vinculação à compreensão dita “mais realista” da relação entre discurso e sociedade, outros autores, dos quais destaco Gomes (2018), compreendem diferentemente essa tendência posterior na ADC faircloughiana como frágil, principalmente, digo, em relação à separação oblíqua do discurso das demais práticas sociais

ou políticas, por uma pretensão parcialmente positivista de fazer pesquisa próxima à premissa de uma condição privilegiada do conhecimento urdido pelo método científico, na qual a ADC parece infelizmente se sustentar ao recorrer a certos axiomas “realistas”, em defesa de sua contribuição para a mudança social.

Os questionamentos do segundo momento podem se aplicar, com certa aproximação, ao terceiro, principalmente se observo a instrumentalização que a análise de discurso pode ter sofrido aí em função de uma ciência social pretensamente “superior”. A terceira etapa da ADC proposta por Fairclough remete ao seu livro cujo título é *Analysing Discourse* cuja publicação é de 2003. Nessa obra, Fairclough propõe a criação de novos momentos da prática social que passam a ser classificados como: (i) ação e interação, (ii) relações sociais, (iii) pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias), (iv) mundo material e (v) discurso (RESENDE; RAMALHO, 2008). Indo além da anterior classificação da prática social – (i) atividade material, (ii) relações sociais, (iii) atividade mental e (iv) discurso/semiose –, a ADC mantém sua dupla orientação diante do linguístico e do social, podendo-se ver, nessa última etapa, uma acentuação da influência das macrofunções de Halliday, de modo que o funcionalismo passa a assumir o papel de paradigma da ADC (RESENDE; RAMALHO, 2008).

Nesse contexto, Resende e Ramalho (2008) comentam sobre a interrelação que se estabelece entre as macrofunções e a multifuncionalidade dos enunciados e, diante de uma indicação de explícita relação entre sistemas sociais e funções da linguagem, na qual a própria língua, enquanto sistema interno, é submetida à demanda social. Como aponta Gomes (2018), na ligação entre texto e a esfera social, os enunciados se realizam por meio de gêneros, discursos e estilos. Na esteira funcionalista, ressalta-se que as práticas sociais estruturam as ordens de discurso¹¹, em via, por exemplo, da organização de gênero, ao ponto de seu uso ser de grande importância para a prática social, sendo até associado a modos de ação e interação, definidos pelas próprias práticas (RESENDE; RAMALHO, 2008). Com essas questões, Resende e Ramalho (2008) veem avultar o estabelecimento de um diálogo teórico entre a ADC e a Linguística Sistêmico Funcional, na qual essa passa por uma recontextualização¹², em prol da ampliação do uso de categorias funcionalistas.

De tal maneira, na proposta de fazer interagir as macrofunções com os modos de funcionamento da linguagem (gênero, discurso e estilo), o linguista britânico faz a sugestão

¹¹Fairclough (2008) explicita sua preferência pelo termo ordem de discurso de Foucault ao de ‘interdiscurso’.

¹²Resende e Ramalho (2008) oferecem um quadro referente às diversas recontextualizações da LSF feitas por Fairclough.

dos 3 (três) significados principais poderem ser articulados pela linguagem. Os significados acional, representacional e identificacional assumem a dianteira da formulação teórica em *Analysing Discourse* (GOMES, 2018), trazendo a correspondência desses significados com os gêneros, discursos e estilos, em substituição da importância das próprias funções. As funções que estão na base da elaboração dos tipos de significados apontados já teriam sido forjadas em *Discurso e Mudança Social* e, através delas, ocasiona-se a incorporação da função textual ao significado acional (RESENDE; RAMALHO, 2008), mesmo que, na interrelação entre as funções, seja dada primazia àquela referente ao significado ideacional (GOMES, 2018).

Vale ainda comentar que a multifuncionalidade atribuída aos enunciados alude também aos tipos de significados que são resultados da relação entre o discurso e as práticas sociais (RESENDE; RAMALHO, 2008). Não por acaso, a análise discursiva ocorre na interseção do texto e contexto social, voltando-se para como os significados se realizam linguisticamente e como ou quais gêneros, discursos e estilos são articulados no texto. Com isso, algumas relações consequentes são percebidas, como a relação do significado representacional com o discurso, na qual acontecem diversos tipos de relações entre esses últimos ou a relação entre significado identificacional e estilo, na qual dá-se um processo dialético pelo qual a identidade é inculcada (RESENDE; RAMALHO, 2008). Nesse sentido, as autoras consideram a existência de uma relação dialética entre os tipos de significados, quando a concretização do discurso sucederia por meio de gêneros, enquanto aquele seria inculcado em estilos, sendo que os dois últimos podem ser representados no primeiro. Isso se realiza pela condição do discurso, em sentido lato dessa relação dialética, poder atingir modos de representar, agir e ser (GOMES, 2018).

Agora que foram apresentados alguns aspectos linguísticos da terceira etapa da ADC faircloughiana, a qual pode compartilhar dos elementos sócio-teóricos do momento anterior, posso voltar à crítica interna dos elementos parcialmente positivistas dessa perspectiva teórico-metodológica. Nesse caso, Gomes (2018) lembra, em seu trabalho referente à problemática da vinculação entre ADC e Realismo Crítico (RC), sobre a determinação histórica da ciência, da qual nenhuma pesquisa poderia fugir e, com essa compreensão, a inserção do RC na ADC parece tentar assumir uma conotação supra-histórica que pretende estar além das vicissitudes do discurso como meio de apreensão do mundo físico que interfere inclusive no fazer científico. O recurso que a ADC faz do RC é uma tentativa de superação de algumas insuficiências presentes nas ciências sociais da época que assumiam um caráter relativista ou niilista em relação às práticas sociais. Assim, afirma Gomes (2018) que o intuito da ADC em recorrer ao RC seria de evitar o niilismo ou relativismo

ontoeistemológico, diante do qual, “de alguma forma ao mesmo tempo ingênuo e perigoso, a ideia de uma realidade era urgente” (GOMES, 2018, p. 38). Receando uma concepção de discurso onipotente, Fairclough assume uma posição “dialético-relacional”, em consonância com o RC, “de modo a orientar a compreensão do discurso como uma dobradiça teórica que tanto, de um lado, abre a possibilidade de mudança social, quanto, de outro, fecha as chances para transformações nas relações de poder” (GOMES, 2018, p. 38).

Com essa motivação, o RC é o recurso teórico que a ADC se arroga diante do problemática das assimetrias do poder, mesmo que a saída encontrada pela ADC desse labirinto político-ideológico, por meio do RC, traga divergências de bases linguístico-filosóficas que antevêm o papel do discurso na formação do próprio conhecimento e apreensão da realidade (GOMES, 2018). Inclusive, certas perspectivas, como a Linguística Crítica (LC), já conheceram esse mesmo impasse teórico diante da relação entre linguagem e realidade e, no caso da LC, a oposição ao realismo clássico se dá pela negação de que a realidade exista independentemente da percepção humana que é tornada conhecimento apenas pelo discurso. A indicação de controvérsias pouco consideradas na relação entre discurso e realidade pode representar um empecilho para o analista de discurso e, dentro das questões levantadas pela ADC quanto à existência de uma “realidade” parcialmente objetiva, leva à necessidade de seu redirecionamento (GOMES, 2018), como me proponho a fazer. De acordo com Gomes (2018), a semelhança entre o RC, a LSF e a ADC são justamente a expressão da matriz filosófica moderna que sustenta um modo de compreensão no qual elementos abstratos, como a sociedade, circundam elementos concretos, como a linguagem, e, se ocorre de haver uma relação dialética entre esses, deve ser mantida a distinção diante da qual não venham a se confundir. Contrariamente, Gomes (2018, p. 60) levanta uma questão relevante:

A realidade é uma entidade situada fora da linguagem, como ponto de referência para a produção da referência dentro da linguagem, ou é o resultado da atividade de construção de referências sobre o mundo – resultado acordado seja entre participante de uma interação, seja entre membros de uma cultura?

Escolhendo por tomar partido pela segunda opção, posso identificar, como sugere Gomes (2018), certo idealismo do conhecimento humano para além do discurso no próprio RC, sendo que uma das consequências de vinculação da ADC àquele é a alteração do papel do discurso, tido como momento da prática social, cujas possibilidades atribuídas a essa poderiam muito bem transcender àquele. Para essas perspectivas, sem ignorar completamente os aspectos constitutivos do discurso, precisa-se conservar a irreduzibilidade entre os elementos da prática social, o que pode levar a controvérsias sobre o caráter de constituição

do discurso na prática metalinguística da ADC, pela qual essa perspectiva pretende atingir os eventos sociais para além do caráter político-ideológico do próprio discurso. Diante dessas dificuldades que serão retomadas na seção sobre o quadro tridimensional, quando argumentarei sobre sua maior adequação e relevância para a pesquisa, e em seção reivindicadora de uma ADC “ideológica” ainda neste capítulo, pretendo me debruçar sobre questões consequentes do vocabulário realista assumido pela ADC faircloughiana que “permite as afirmações feitas a partir dele serem respaldadas por um valor de verdade, científico, tão à altura de uma verdadeira ciência (no sentido que tradicionalmente se deu a este termo)” (GOMES, 2018, p. 71-2). Contudo, não quero negar a importância do realismo em geral para a teoria crítica, uma vez que esse, enquanto forma de “educação” comportamental do intelecto (HORKHEIMER, 1983, p. 53), funciona como propulsão ao desenvolvimento da capacidade de pensar, resumindo-se “essencialmente em conhecer as condições para o surgimento de um efeito”.

A finalidade desta autocrítica é se desvincular de um caráter possivelmente positivista da ADC, presente principalmente em *Discourse in Late Modernity* (GOMES, 2018), ao seguir um realismo que seja constituinte, no qual a realidade é constituída, enquanto conhecimento do qual se fala ou pensa, unicamente por meio do próprio discurso, o qual acarreta posicionamentos inerentes à apreensão, seja da realidade social ou do mundo físico. Como só posso interpretar ou, obviamente, falar do que é discursivo, tudo o que posso saber do mundo físico ou da realidade social *per se* também o-é discursivo (quer dizer, dá-se no nível do discurso), não podendo haver pressuposição de posição privilegiada para o analista, como é feito nas últimas etapas da ADC, vinculadas a um sentido tradicional de ciência (GOMES, 2018). A apreensão da realidade fora do discurso, tautologicamente, não diz nada e, mesmo que com um realismo autointitulado crítico como fundamento “positivista” da ADC, torna-se inevitável o questionamento das contribuições e problemas do consórcio entre essas duas perspectivas, como aponta Gomes (2018). Então, se falar sobre conhecimento discursivo do mundo parece uma redundância, pretender ir além dele é um fracasso analítico anunciado. Ainda assim, a ADC faircloughiana, em suas etapas finais, pressupõe poder ir além do discursivo/simbólico, supostamente alcançando o que geraria, em primeira instância (isto é, além do discursivo/simbólico), a realidade (GOMES, 2018). Esses problemas presentes na ADC, provavelmente por sua vinculação ao RC, obedecem certas circunstâncias já apontadas dessa aproximação em *Discourse in Late Modernity* (GOMES, 2018, p. 74) e essa, como recurso teórico, depende de características tais como a distinção entre as dimensões da estrutura e da interação (GOMES, 2018).

Se o RC fornece à ADC ferramentas sensíveis a possíveis mudanças social ou discursiva, também se infla com a pretensão de atingir um discurso que, pela sua proveniência, seja o mais realista (GOMES, 2018). Como se vê, nem todos os aspectos teóricos concordam com as supostas vantagens de uma restrição do caráter constitutivo do discurso para uma alegada “melhor” captação das mudanças via linguagem, o que não deixou de atribuir à ADC faircloughiana uma postura positivista que, alegadamente privilegiada em seu metadiscurso, seria capaz de desmistificar essencialismos por traz de meras aparências (GOMES, 2018).

3.1.2 Apontamentos teóricos

3.1.2.1 Concepção de discurso

Os apontamentos teóricos se iniciam pela exposição do conceito de discurso, devido à sua importância para a pesquisa, uma vez que ele oferece uma compreensão da linguagem muito favorável à análise. O conceito de discurso também é central para a primeira etapa da ADC faircloughiana (FAIRCLOUGH, 2008), aumentando a adequação dessa, como argumentado na seção anterior. As diferentes acepções do termo apontadas por Fairclough (2008) giram em torno das condições históricas do discurso que, como sentido socioteórico, é combinada aos sentidos de texto e interação, estabelecidos pelo discurso e, por isso, reservarei também alguns parágrafos desta seção para comentar sobre como alguns autores e filósofos contribuem epistemologicamente para o entendimento da linguagem como prática social, o que é indicado por vários pesquisadores, inclusive por Fairclough, que faz larga atribuição ao papel de relevância do discurso (GOMES, 2018).

Recorrendo a alguns elementos de formação do conceito, a constituição do conceito de discurso é favorecida pela ampliação de fatores teóricos que se dão pela fundação da Análise do Discurso (AD), enquanto campo (MAINGUENEAU, 2015) e, se a linearidade narrativa da AD só se realiza com a restrição efetuada por Maingueneau (2015) em apenas algumas correntes desse campo, essa permite mencionar que o surgimento do termo análise do discurso se dá com Zellig S. Harris. Sua concepção de discurso é a de que esse é “uma unidade linguística constituída de frases” (MAINGUENEAU, 2015), fazendo com que a análise proposta por Harris seja caracterizada por meio de uma decomposição (estrutural). Para Maingueneau (2015), haverá semelhanças entre a análise harrisiana e o estruturalismo literário francês, mesmo que, por outro lado, surjam divergências da proposta harrisiana e a

AD atual, cujas problemáticas atuais aparecem desde 1960 e cuja aproximação com outros campos é notável, como com o pós-estruturalismo. De acordo com Maingueneau (2015), continua ausente um projeto unificador para a formulação das problemáticas da AD, o que não impede o favorecimento para a reflexão sobre discurso, principalmente se identifico a acentuação da Pragmática na Linguística, em relação à contextualização da linguagem e do sentido.

Todos esses passos intensificam o fomento da discussão sobre discurso, diante da qual emergem desafios de não reduzir ao (estritamente) linguístico ou, contrariamente, ao (unicamente) social ou psicológico (MAINGUENEAU, 2015). Em seguida, Maingueneau (2015) estabelece uma distinção entre teoria do discurso e análise do discurso, surgindo, por meio das primeiras, a importância de Foucault, dentre os discursivistas, a qual acaba sendo absorvida pelas analistas do discurso, como Fairclough (2008), sendo necessário abordar, posteriormente, a contribuição daqueles, como Foucault ou até Nietzsche, para o conceito de discurso. No que toca à possibilidade de um paradigma transcendental ainda permanecer na base de certas teorias do discurso, como na do agir comunicacional habermasiano, é preciso ficar atento aos mecanismos de algumas análises de conteúdo que acabam falhando por uma compreensão transparente da linguagem, como é o caso da crítica faircloughiana a assim chamada análise de conteúdo (MAINGUENEAU, 2015). Nas suas observações, Maingueneau (2015) trará à tona ainda alguns impasses quanto ao conceito de discurso, principalmente por meio da concepção linguística desse, por meios de convencionais oposições em relação ao discurso: (i) discurso *versus* frase, (ii) discurso *versus* língua e (iii) discurso *versus* texto. Os dois primeiros casos¹³ levam, respectivamente, à concepção “transfrásticas” de discurso e à concepção de discurso como “uso em contexto”. Visto a inclinação saussuriana em oposição à segunda concepção, ela poderá ser dirimida, por exemplo, pela associação das oposições anteriores, tal como feito pela literatura anglófona da AD, ocasionando uma possível superação da dicotomia *langue/parole* pelo conceito de discurso.

Por tudo isso, parece possível para Brandão (2012) sugerir que o discurso pode ser tomado como nível situado fora da dicotomia saussuriana, principalmente pela ligação do linguístico e extralinguístico pelo conceito anterior, ao ponto inclusive de ocasionar uma articulação entre ideológico e linguístico. Fairclough (2008) também recusa a aceitar a caracterização de *langue* e *parole* feita pela dicotomia saussuriana, como se a última não tivesse nada de social e, com isso, deve-se também lembrar, dá-se a refutação que a ADC

¹³ O terceiro caso será tratado na seção “Texto e intertextualidade”.

proposta por Fairclough faz do conceito de *parole* como algo individual (RESENDE; RAMALHO, 2008). A essa crítica, podem-se acrescentar outros comentários como os provindos de Mussalim (2012) que, não por acaso, chega a apontar que todo sentido que é construído pela linguagem e, enquanto forma de discurso, ultrapassa e vai além de uma dimensão da *langue* enquanto conjunto de regras que viriam a reger o uso da linguagem.

Diante dessa construção progressiva do conceito de discurso, destacando a sua importância para os estudos da linguagem, principalmente pelas perspectivas críticas, seguem-se as principais concepções em torno do que posso entender por esse conceito. Primeiramente, para a discussão sobre discurso, há dois tipos de emprego geral feitos a partir do termo, os quais acarretam em um duplo caráter do discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 23):

“discurso” se emprega de duas maneiras:

- Como substantivo *não contável* (“isto deriva do discurso”, “o discurso estrutura nossas crenças”...);
- Como substantivo *contável* que pode referir acontecimentos de fala (“cada discurso é particular”, “os discursos se inscrevem em contextos”...) ou conjuntos textuais mais ou menos vastos (“os discursos que atravessam uma sociedade”, “os discursos da publicidade”...).

A “ambiguidade” do termo discurso também é ressaltada por Resende e Ramalho (2008, p. 28), ao considerarem as características da ADC faircloughiana:

Fairclough define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade [sem artigo] (...) Mas o termo ‘discurso’ apresenta uma ambiguidade: também pode ser usado em um sentido mais concreto [com artigo], como substantivo contável, em referência a ‘discursos particulares’.

Não é obra do acaso a semelhança entre as duas exposições anteriores. De todo modo, Fairclough (2008) mesmo explicita que o conceito de discurso pode ser antecedido ou não por um artigo. No caso em que não é antecedido por um artigo, faz referência ao uso geral da linguagem que é analisado pelas três dimensões apontadas no quadro tridimensional – do qual farei uso em minha análise. Podendo apontar ainda para “tipos de discurso”, quando o termo é antecedido por artigos, ele pode ainda se referir ao sentido socioteórico de discurso. No mesmo livro em que essas considerações são feitas, são propostas algumas especificidades do conceito e, nesse nível, Fairclough (2008) resgata o discurso como uso de linguagem que se caracteriza por ser uma prática social. A implicação dessa concepção, como seu entendimento como forma de ação¹⁴, oferece compreensões diversas sobre o uso da linguagem, quando o autor remete esse entendimento à própria Pragmática. Essa perspectiva

¹⁴Fairclough (2008) não desconsidera a possibilidade de o discurso também funcionar, em certo nível, como representação, o qual não pode se desvincular de seu valor majoritariamente “performativo”.

sobre a linguagem habilita Fairclough (2008) a enfatizar o papel social da linguagem e, para alguns pesquisadores, fica evidente que a ADC faircloughiana se caracteriza pela tomada da linguagem como elemento da prática social (GOMES, 2018). Resende e Ramalho (2008) também mencionam a concepção de discurso, presente principalmente no livro *Discurso e Mudança Social* de Fairclough, como ação que, enquanto visão da linguagem como prática social, é entendida como “historicamente situada” (RESENDE; RAMALHO, 2008). Para Alencar (2006), essa perspectiva sobre linguagem como prática social, fomentada – acrescento – pelo conceito de discurso, tem um grande potencial transformador, implicando novos pontos de vista sobre a linguagem, que são de grande importância para a teorização linguística geral.

Por essas observações, é um passo relevante compreender que, em relação ao discurso ou, poderíamos dizer, às práticas discursivas como um todo, a linguagem torna-se inseparável das práticas e relações sociais (FABRÍCIO, 2006), fazendo emergir a necessidade de se estabelecer uma relação dialética entre a linguagem e o social. Fairclough (2008) antecipa a qualificação dessa relação dialética entre linguagem e estrutura social, pleiteando a correção de ênfases indevidas e o tratamento dialético do princípio constitutivo do discurso. Para esse autor, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 93-94). Quanto a isso, não posso esquecer, como argumentado a favor de um realismo constituinte, que essa orientação dos sujeitos para os elementos sociais provém de recursos discursivos, sem os quais a apreensão da realidade (social) seria impossível.

A advertência diante da relação dialética do discurso com outros elementos da prática social, a qual pode ser percebida em autores como Gomes (2018), ao criticar a ausência de problematização do metadiscurso do analista na ADC da terceira fase, não intenta desconsiderar a ocorrência dessa dialética entre discurso e sociedade, principalmente quando se concebe que essa relação dialética se dá em nível interno (RESENDE; RAMALHO, 2008), isto é, não são dois componentes alheios que se relacionam apenas secundariamente. Quando Fairclough (2008) fala de motivação social dos signos para a ADC, não se pode ignorar que não é possível estabelecer o ponto de influência do social sobre o discursivo como preponderante, uma vez que a assimilação dos elementos sociais é igualmente discursiva. Assim, pelas considerações sobre a relação entre discurso e realidade (social), são criadas versões do mundo físico ou social por meio da linguagem (GOMES, 2018) e não apenas uma aquisição transparente de sua imanência.

De qualquer modo, deve ser ressaltada a abertura da linguagem ao social, por meio do conceito de discurso, até porque a variação de natureza das práticas discursivas se dá por meio dos tipos de discurso que são assumidos nas práticas sociais (RESENDE; RAMALHO, 2008). Harmoniosamente a essas perspectivas, Mussalim (2012) indica que a construção do sentido das palavras se realiza pelo e no próprio discurso e, como isso, tem relação com a posição sócio-política que o sujeito ocupa, intensificando a relação estrutura-discurso. Tais questões podem ter levado alguns autores, como Brandão (2012), a indicar devidamente, entre as características do discurso, a impossibilidade de sua neutralidade, já que a inserção da linguagem na sociedade destaca a vinculação do discurso às suas condições sociais de produção e a seu funcionamento interacional, como chave do entendimento das mudanças sociais (RESENDE; RAMALHO, 2008). Nesse turno, é evidente o contexto social atual de importância do conceito de discurso (GOMES, 2018, p. 65), no qual, dentre outras coisas, o recurso a ele representa uma “forma de poder social”. Consequentemente, o foco de Fairclough na relação entre mudanças sociais e discursivas faz sobrevir a ambivalência característica do discurso que se situa entre a possibilidade de coerção ou de ação (agência) (GOMES, 2018), possibilitando ao discurso assumir funções emancipatórias¹⁵.

No ponto da discussão a que chego, é salutar ponderar sobre as contribuições epistemológicas gerais que beneficiaram a formação do conceito de discurso.

Partirei de Foucault!

Para Gomes (2018), áreas como a LC, ADC e AAD (Análise Automática de Discurso) são possivelmente tributárias ao conceito foucaultiano de discurso e, igualmente, Brandão (2012) reconhece a influência da elaboração teórica de Foucault sobre discurso para a AD. Nessa ordem, mesmo Fairclough (2008) explicita seu intuito de apontar para a reestruturação recíproca entre ordens de discurso e práticas discursivas, por meio da combinação de uma concepção de discurso provinda de Foucault, com uma ênfase na intertextualidade elaborada por Bakhtin. A conceituação de discurso para Foucault centraliza em “um conjunto de enunciados que provem de um mesmo sistema de formação” (MUSSALIM, 2012, p. 131), o que quer dizer que o “discurso [é compreendido] como sendo constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (MUSSALIM, 2012, p. 131). Assim, os enunciados estão sob o foco de um trabalho arqueológico, os quais pertencem às formações discursivas, estabelecidas por meio de regras (de formação) referentes aos aspectos concernentes aos enunciados

¹⁵A discussão sobre a função emancipatória da linguagem será estendida à discussão sobre as possíveis contribuições desta pesquisa para a transformação social, na seção sobre dimensão crítica da pesquisa.

(FAIRCLOUGH, 2008). Essa atenção às condições de produção do discurso é relevante para a dimensão sócio-política da linguagem, no que tange ao controle e restrições sociais exercidas sobre as práticas discursivas. Fairclough (2008), pela transição da arqueologia para a genealogia foucaultiana, classifica o discurso como locus e objeto de lutas, o que reforça a compreensão sócio-histórico-política do discurso e seu caráter duplo, tanto na reprodução quanto na transformação social.

Um dos aspectos que pode ser potencializado pela compreensão de Foucault sobre o discurso é o funcionamento desse diante das mudanças sociais e outro que pode ser fragilizado é certa ausência de tento para as questões textuais. Fairclough (2008) considera que uma análise de discurso textualmente orientada (ADTO) contribui tanto para o reforço da análise social quanto para a própria tradição foucaultiana. Além disso, postula que a Arqueologia tem muito a colaborar com a ADTO, como, por exemplo, por meio da visão constitutiva do discurso e da interdependência das práticas discursivas que podem se relacionar, materialmente, pela intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2008). Existe um favorecimento da ADC pelas investigações genealógicas, especialmente aquelas que se debruçam sobre as transformações históricas das práticas inerentes às ordens de discurso, levantando questões patentes sobre as relações entre mudanças discursivas e sociais. Há outros importantes *insights* foucaultianos sobre o discurso destacado pelo linguista britânico, como a existência de relações (interdiscursivas e intertextuais) entre suas práticas ou a referência à natureza (implícita ou explicitamente) política do discurso.

Outra contribuição epistemológica, ainda que interinamente, é a de Nietzsche. Fabrício (2006) destaca a relevância nietzschiana para a concepção de linguagem como prática social, e a de discurso que “cria” os próprios objetos e realidades de que fala, concepções reforçadas pelo próprio estilo de uso de metáforas que advoga contra conceitos cristalizados. Foucault seguirá essa linha de raciocínio para elencar o conceito de ordem de discurso, cujas implicações epistemológicas aos estudos contemporâneos são inúmeras: (i) a interdependência de campos do conhecimento, (ii) a fabricação de objetos pelo discurso, levando à necessidade de sua historicização, e (iii) a “produção” do mundo e do sujeito (social) pela articulação entre poder/saber/subjetividade (FABRÍCIO, 2006). Para Fabrício (2006), Wittgenstein contribui com a crítica ao essencialismo, que abala a tradição representacionista da linguagem, com a possibilidade de engajamento ético nos estudos de linguagem.

Pretendo encerrar esta seção com alguns comentários de Maingueneau (2015) reconhecendo a multiplicidade de perspectivas na formulação das acepções sobre discurso,

principalmente fora do campo da linguística, o que ressalta o caráter transdisciplinar da análise de discurso:

- a) a apropriação do conceito de discurso como “unidade transfrástica” entende que ele segue regras de organização;
- b) o discurso pode ainda ser tomado como ação (social), além da simples representação. Sobre atos de linguagem e seus efeitos, alguns autores veem a possibilidade de integração entre atos (de linguagem) e gêneros de discurso;
- c) o discurso ainda é tido como interação e sua interatividade está além da mera conversação, diante da qual percebe-se a insatisfatoriedade do termo destinatário;
- d) o discurso também é contextualizado, já que haveria uma dependência do próprio sentido ao contexto, que transcende a concepção de cenário. Fale-se aí na incompletude das palavras fora do contexto, mesmo que esse não possa ser saturado;
- e) o discurso é (sempre) assumido por um sujeito. A importância do sujeito para o discurso se realiza pela noção de referência e modalização, mesmo que não deva ser tomado soberanamente como origem do que fala;
- f) a regência do discurso por normas sobreleva as normas de regência da atividade verbal, em diferentes níveis, inclusive quando essas normas funcionam como justificativa/legitimação dos discursos;
- g) o discurso também é absorvido pelo interdiscurso¹⁶, pelo qual o sentido de um discurso depende daquele. Em termos faircloughianos, as posições dentro das ordens de discurso dão primazia sobre o discurso, o que, para Maingueneau (2015) se relaciona como dialogismo bakhtiniano.
- h) a construção social do sentido do discurso estende-se, em alcance, à construção social do sentido, na qual esses são reconstruídos continuamente nas práticas sociais.

3.1.2.2 Concepção de contexto

Ao término do item anterior, apresento um conjunto de ideias, formulado por Maingueneau (2015), que resume as acepções contidas no conceito de discurso e, devido à

¹⁶ Vale lembrar a preferência de Fairclough (2008) pelo conceito de ordem de discurso, em desfavor ao de interdiscurso, o que se dará também neste trabalho.

importância da ideia *d* (referente à contextualização do discurso), para a pesquisa, resolvo aprofundá-la nesta seção. Como será possível ver no decorrer desta discussão, ao abordar essa concepção referente ao discurso, como linguagem contextualizada, já consigo antever a relevância desse entendimento para captar essa condição das práticas discursivas, na qual a produção de discurso, por depender de sua situacionalidade, faz com que o próprio sentido produzido também esteja relacionado com o contexto, seja de produção ou ainda de interpretação, de modo que as palavras soem como incompletas fora daquele (MAINGUENEAU, 2015). De modo geral, trago à baila o conceito de contexto a fim de enfatizar que a linguagem, enquanto prática social, tem forte dependência de sua condição como ação contextualizada.

Introdutoriamente, gostaria de mencionar, diante da discussão sobre contexto, o impasse existente na escolha entre empirismo e racionalismo em algumas vertentes da linguística aplicada, como a Pragmática (RAJAGOPALAN, 2014). Nessa linha, Rajagopalan (2014) apresenta sua visão sobre delimitação dos dados que se desenleiam do tradicionalismo e o engajam politicamente, sendo que, diante da dificuldade da identificação dos dados pela Pragmática a partir de Searle, decorre daí o desafio de apreensão teórica do conceito de contexto, o que pode favorecer ainda mais a discussão que será abordada na seção 2 deste capítulo. Para Rajagopalan (2014), a apreensão do contexto implica na impossibilidade de estabelecer limites definitivos para esse e, assim, um dado nunca é um dado espontâneo, mas construído, já que a própria escolha desse resvala sobre a sua propriedade mesmo enquanto dado, sofrendo desde já uma delimitação pelo recorte que o elege, inclusive quanto às soluções que se propõe a partir daquele. Conseqüentemente, o contexto e o dado são indissociáveis porque estão, nessa condição, inseridos em contextos maiores, o que leva à consideração sobre a inexistência de contexto “nulo”, já que, no nível da linguagem, nunca se está fora do contexto, ou seja, sempre se fala a partir de um contexto. Portanto, o dado é produto do enquadramento que, enquanto produto das práticas discursivas, está sujeito às condições históricas e a Pragmática, como uma perspectiva da/sobre linguagem (e linguística), teria desdobramento sobre o modo como os dados são vistos, principalmente pela indissociabilidade daquele e seus aspectos sociais. Com isso, Rajagopalan (2014) conclui que a escolha entre cognitivismo e “societalismo” é, certamente, algo ideológico, enquanto que a Pragmática, como ramo epistemológico acentuadamente interpretativo, não visa a uma suposta neutralidade ideológica, conceitual ou metodológica, a qual seria impossível.

A partir dessas considerações iniciais, posso dar continuidade à discussão sobre contexto em referência a Hanks (2008), ao apontar a relação recíproca entre contexto e

linguagem, considerando, também, que várias abordagens sobre o contexto foram apresentadas, das quais se destaca o contexto como sendo construído pela própria enunciação ou a ideia de contexto tal como conhecimento partilhado, como parte do individualismo metodológico no qual o contexto é uma estrutura “cujo ponto central é o enunciado falado” (HANKS, 2008, p.171). O autor menciona o que entende como abordagens globais diversas, em oposição ao localismo das anteriores: “Tanto Foucault¹⁷ como Bourdieu tomam como ponto de partida fatos coletivos e exibem pontos de vista que contradizem o individualismo metodológico” (HANKS, 2008, p. 173). Essas abordagens são complementadas aos níveis de contextos que podem unificar as abordagens linguísticas (ou psicológicas) e as microsociológicas com as abordagens globais, das quais é possível tomar as duas dimensões principais do contexto como emergência e incorporação/encaixamento, sendo que haveria, em sua escala sócio-histórica, uma relação entre contexto local e o global (HANKS, 2008).

Diante dessa necessidade de situabilidade ou contextualização histórica do discurso, vale considerar também alguns pontos levantados por Ferreira e Alencar (2014), a fim de evitar um dos principais erros no tratamento do contexto que é a saturação sobre a qual aquele é interpretado pelo viés da previsibilidade. Como é proposto por uma extensa gama de pesquisadores, é nítida a inexistência de significado que seja inerente aos próprios signos (ALENCAR, 2009), já que aquele provém do contexto e, na leitura de Mussalim (2012), vejo também o contexto sócio-histórico como parte integrante do sentido, atribuído aos discursos. Assim, o conceito de contexto pode ampliar-se para as condições de produção do discurso, de modo que é viável observar uma tendência de possível mudança de significação de um discurso apenas em referência às posições de sujeito assumidas no contexto de enunciação, o que é considerado por Pecheux (ALENCAR, 2009), mas também antecedido em Foucault ou ainda em Bakhtin (FAIRCLOUGH, 2008). Alguns autores acabam por tomar essa condição do discurso como sua própria previsibilidade, destoando de concepções antiessencialistas apontadas por Ferreira e Alencar (2014, p. 191), para as quais, a partir de Wittgenstein e Austin, entende-se que “o critério para a determinação do sentido está no próprio uso das palavras”. Uma das contribuições principais para as autoras reafirmarem essa visão antiessencialista, na qual o contexto é tido como algo fluído, é feita pela crítica às concepções saturadas de contexto que têm como fundamento propostas desconstrucionistas, para as quais o contexto não pode ser determinado com absoluta precisão.

¹⁷ Na arqueologia, uma vez que essa funciona como análise das condições históricas de enunciabilidade (MUSSALIM, 2012), vejo já uma antecipação de ideias que estão na base da determinação do significado pelas condições e posições de produção do discurso, as quais podem estar atreladas ao conceito de contexto.

Uma das vertentes teóricas questionadas pelas autoras está na concepção de contexto da Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de Halliday, assim como da linguística tradicional, que acaba cingindo a própria possibilidade de contingência da linguagem, de modo que “a clausura e a previsibilidade se impõem, apesar da dita possibilidade de movimentação” (MARTINS FERREIRA; ALENCAR, 2014). As autoras postulam que, na teoria da LSF, o significado é tratado como mera escolha e, desse modo, pensar uma teoria linguística é pensar o porquê um texto significa o que ele significa, a partir das opções de significados contidos em cada elemento constituinte da língua, os quais são utilizados a fim de responder com eficácia a partir dos itens que podem ser escolhidos, estabelecendo as opções utilizadas atingiram realmente a um propósito comunicativo prévio, como se fosse possível rastrear, de modo absoluto e inequívoco, as intenções mobilizadas pela linguagem. Argumentam ainda que, apesar de uma possibilidade de diálogo entre Halliday e autores como Wittgenstein e Austin, ao considerarem as especificidades culturais das funções da linguagem, acentua-se uma divergência entre tais autores, no que toca ao conceito de contexto. Na LSF, são apresentados dois níveis de contexto: o de situação e o de cultura, sendo que o contexto em geral é tido como nível extralinguístico. Esse apriorismo na noção de contexto como mero aspecto interacional mostra a aproximação da LSF com vertentes tradicionais, diante das quais supõe-se a possibilidade de previsibilidade dos significados pelo contexto (MARTINS FERREIRA; ALENCAR, 2014). Porém, as autoras consideram que é impossível prever inequivocamente os significados do discurso.

Como o principal risco que se corre ao falar da relação entre sentido e contexto, no qual aquele é produzido (ou interpretado), é se deixar cair na ideia de possível saturação daqueles e, a partir da ilusão de previsibilidade, essa crítica feita ao funcionalismo hallidiano parece urgente, diante de suas considerações sobre contexto no nível da estratificação, consideradas por Gomes (2018). Para alguns pesquisadores, a condição do Funcionalismo diante do contexto assume-se como extensão da Linguística tradicional (ALENCAR, 2006), o que pode se aplicar igualmente à Análise Discursiva elaborada, por Pecheux, pois, quando leio Mussalim (2012), posso ver que, na AD pecheutiana, apesar da heterogeneidade da formação discursiva, ela acaba sendo cooptada pela formação ideológica, como meio de “previsibilidade” das possibilidades linguísticas, o que se aproxima do que a LSF acredita, em seu tradicionalismo na noção de contexto. Superando essas limitações diante da concepção de contexto, Ferreira e Alencar (2014) apresentam a perspectiva desconstrucionista considerando o contexto como não sendo tão determinável quanto o tradicionalismo faz parecer, já que um contexto nunca é fechado em si. Por fim, a perspectiva anterior propõe um deslocamento do

conceito de contexto e acrescenta o desaparecimento do destinatário na escrita e, como isso possibilita a iterabilidade na comunicação, porquanto “é na ausência que a iterabilidade se dá o direito de manifestação” (MARTINS FERREIRA; ALENCAR, 2014, p. 198), aquela detém qualquer possibilidade de previsibilidade do sentido pelo contexto.

Outra tentativa de superar o tradicionalismo ou perspectivas inconsistentes sobre o contexto provém de Blommaert (2008), que oferece a acepção em que o contexto é tomado como “pano de fundo”. O autor argumenta que há problemas metodológicos na abordagem do contexto nas análises de discurso, em geral, sendo que esse problema contextual se ampliaria na ADC. Blommaert (2008) lança uma contestação da contextualização “apriorística” em certas realizações dessa corrente, na qual os aspectos político-ideológicos do discurso seriam construídos anteriormente a indicações oferecidas pelos próprios textos. O autor identifica ausência de explicação do lugar de onde se contextualiza em análise concebida por Wodak, na qual se realizaria uma formulação transparente de contexto. Blommaert (2008) reconhece a importância da análise do contexto para Wodak, mesmo que ela não adote a noção de contexto como pano de fundo. Seus comentários sobre pesquisas feitas por Wodak levam o autor a caracterizar a concepção de contexto na ADC, diante da qual ele aponta apriorismos e simplificações, que se assujeitam a uma predefinição das relações de poder pelas quais os discursos são construídos. Dessa forma, o contexto é assumido como *locus* na abordagem da ADC, a qual precisaria de acepções outras e/ou complementares em prol da articulação de discurso e estrutura social, isto é, contextos referentes a “economias de comunicação e textualização mais amplas” (BLOMMAERT, 2008, p. 101). Blommaert (2008) menciona três pontos esquecidos sobre contexto. O primeiro contexto esquecido se refere aos recursos que seriam desconsiderados como elemento estrutural pelas análises de discurso em geral. Para o autor, os recursos são importantes para se estudar a relação entre língua e “uma economia geral de símbolos e *status* na sociedade” (BLOMMAERT, 2008, p. 106). O segundo contexto esquecido tem a ver com a trajetória dos textos por diferentes contextos, o que é também entendido como entextualização, havendo mudanças de foco na ADC quanto a esses aspectos da recontextualização. O terceiro contexto esquecido é a própria história dos dados que surge como especificação do processo de entextualização, pois existiria pouca atenção à origem etnográfica dos dados nas análises gerais de discurso. Para o autor, é notável a importância do contexto na constituição de dados para a própria situacionalidade social da pesquisa.

Um dos pontos principais da teorização de Blommaert (2008, p. 112) gravita em torno da dimensão crítica da concepção de contexto “como condições para a produção de discurso”. O autor, a título de conclusão, ainda diz que há uma centralidade do texto na noção

de contexto da ADC, não sendo inexistentes as dimensões ideológicas da linguagem que atuam por meio de silêncios e implicitude. Diante da contextualização do lugar social de fala/discurso, tal qual aponta Blommaert (2008), não se pode desviar do entendimento de que, pelo funcionamento da dimensão político-ideológica da linguagem, a manifestação do discurso nem sempre se dá por meio do que fica explícito nos textos, podendo se justificar pela omissão deliberada de contextos. Assim, falar sobre manifestações tendenciosas, tal qual o autor faz, como elemento da crítica ao alegado apriorismo de formulação do contexto, não pode permitir ignorar de todo que Fairclough (2008) mesmo faz questão de frisar a contextualização como forma de interpretação. Isto é, nem sempre é possível a indicação do contexto político em corpus, como sugere Blommaert (2008), mas não posso ignorar que a dimensão política do discurso pode justamente prescindir dessa omissão (silêncios e implicitudes), sendo por isso mesmo até desejada para alguns interesses de dominação, como aspecto da dissimulação.

Por sua vez, Blommaert (2008) oferece contribuições para a análise de discurso, em relação aos contextos estruturais, alegando a necessária ampliação do conceito de contexto para a dimensão crítica, a falta de neutralidade em “descrições históricas” apresentadas pela ADC (BLOMMAERT, 2008). Isso pode levar à impressão de ser possível avaliar contexto de modo neutro ou ainda identificar contextos unicamente no próprio texto, como se, pelos modos de funcionamento da dimensão político-ideológica da linguagem, esse mesmo texto não pudesse omitir deliberadamente suas referências a condições contextuais. Fairclough (2008) entende a impossibilidade de análise do contexto como estando contido no próprio texto e, quando pretende interpretar ou explicar o contexto de um possível discurso, o autor não esquece da ideia de um ato prévio de interpretação (que obviamente depende de posicionamentos).

A discussão sobre contexto, segundo Fairclough (2008) parte do quadro tridimensional, afirmando a influência da interpretação de um discurso pelo próprio contexto do enunciado que pode ser o contexto situacional e o contexto social. Na ADC faircloughiana, é destacada a importância das formações discursivas e das ordens de discurso na relação significativa entre contexto e texto, sendo que os elementos contextuais se apresentam por meio de uma escala de interpretação descendente ou ascendente diante da produção e interpretação textual em referência à força e à coerência dos enunciados (FAIRCLOUGH, 2008).

Fairclough (2008) não menospreza a dificuldade ou até mesmo a impossibilidade pela universalização dos efeitos do contexto ou da redução de ambivalência

potencial dos textos, pois levaria a ignorar questões simples, como a variação de interpretação pelos tipos de discurso, cujas inserções na prática discursiva podem assumir um caráter ideológico¹⁸. Esse assunto pode ser ilustrado pela discussão de força ilocucionária dos textos, diferenciada entre força direta e indireta, que se submetem a uma ambivalência, contornável pela interpretação contextual (FAIRCLOUGH, 2008). O uso do contexto serve para reduzir a ambivalência da força dos discursos, mesmo que isso não impeça definitiva e cabalmente outras possibilidades de interpretações de um texto; os contextos de situação ou contexto social sempre poderão ser utilizados na tentativa de redução da ambivalência dos enunciados, isto é, qual contexto de situação é “acionado”, já depende de uma interpretação (FAIRCLOUGH, 2008). Nesse caso, Fairclough (2008) não se deixa enganar diante dos aspectos da interpretação contextual, entendendo haver uma relação entre esses “mapas mentais” (interpretações das situações ou da realidade social) e os diferentes investimentos político-ideológicos.

As implicações da interpretação de contexto de situação ou contexto social fazem sobressair a importância dos diferentes tipos de discurso, a qual está imbricada nos investimentos político-ideológicos das próprias interpretações de contextos. Isso parece possibilitar que se fale em manifestações textuais que reforçam a importância da realização contextual do discurso e, nessa linha, para Faraco (2009), os gêneros discursivos são formas de comunicação contextualizadas sócio-historicamente. Certamente, essa discussão será determinante para a pesquisa, uma vez que compreendo a necessidade de situar, como intento de pesquisa pela transformação, tanto o posicionamento político diante das questões abordadas no decorrer do trabalho, quanto o contexto social mais geral do objeto de estudo. Como Menezes, Silva e Gomes (2009) replicam, o objeto da Linguística Aplicada (LA) é a linguagem como prática social e isso quer dizer que ela deve ser estudada em relação a um contexto. A seguir, abre-se a discussão sobre ADC transdisciplinar.

3.1.3 ADC transdisciplinar

Vários linguistas, como Celani (2007), Moita Lopes (2011, 2007), Pennycook (2006), Rojo (2013) e outros apontam para o fato de ser necessário um diálogo transdisciplinar na abordagem da linguagem como prática social, uma vez que diversas grandezas e/ou fatores se articulam em seu uso, tais como o próprio social, o cultural, o

¹⁸ Por enquanto, lembro a concepção negativa de ideologia assumida por Fairclough (2008), a qual será alvo de autocrítica, na segunda seção deste capítulo.

econômico ou afins. Fairclough (2008, 2005) parece estar alinhado com essa tendência contemporânea sobre a transdisciplinaridade. Em publicação organizada com Wodak e Meyer, ao referir-se a seu método como viável à pesquisa social, Fairclough (2012, p. 308) considera que sua

perspectiva tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, com eles engajando-se não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar, entendendo que coengajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos.

O autor também dedica outro artigo, em publicação editada por Wodak e Chilton (FAIRCLOUGH, 2005), no qual aborda a contribuição da ADC para a pesquisa transdisciplinar. Nesse turno, Resende (2006) aponta para essa direção, pois não seria incoerente indicar que a ADC se caracteriza por uma atitude transdisciplinar envolvendo a Linguística Aplicada (LA) – sem que considerar a ADC como um centro axiomático da LA, mas sim um ponto de convergência para a argumentação. Segundo teóricos contemporâneos da LA, é viável verificar a urgência de um percurso de caráter transdisciplinar, no intuito de que os estudos da linguagem deem conta da realidade complexa de seu “objeto” de estudo (LOPES, 2011). Não raro, alguns autores incluem em seus enredamentos teóricos o conceito de mobilidade diante de considerações epistemológicas atuais (FABRÍCIO, 2006). A autora fornece indicações para a avaliação de como a ideia de trânsito ou a noção de fluxo podem afetar as teorizações contemporâneas, que no caso desta pesquisa auxilia a investigação do processo de produção discursiva sobre a sustentabilidade, em relatórios corporativos

Pennycook (2006), ao definir sua orientação de linguística aplicada crítica (LAC), recusa caracterizá-la como uma forma epistemológica inovadora devido a seu caráter interdisciplinar, mas como um tipo peculiar de conhecimento, feito antidisciplinar. Para ele, sua perspectiva é

uma forma de antidisciplina ou conhecimento transgressivo, (...) um modo de pensar e fazer sempre problematizador. Isso quer dizer não somente que a LAC implica em modelo híbrido de pesquisa e práxis, mas também que gera algo que é muito mais dinâmico (PENNYCOOK, 2006, p. 67).

Pennycook (2006) postula ainda que a interdisciplinaridade alerta contra disciplinas que se arvoram de domínios estáveis de conhecimento, haja vista a virada linguística e cultural, nas Ciências Sociais. No que tange às características da ADC faircloughiana, como uma abordagem transdisciplinar, essa também propõe uma relação interativa que vai além da interdisciplinaridade (FAIRCLOUGH, 2002). Nos termos de

Fairclough (2005, p. 53), a diferença entre transdisciplinaridade e interdisciplinaridade se processa porque

Uma abordagem transdisciplinar se distingue, por um lado, das formas de pesquisa interdisciplinar que reúnem diversos recursos disciplinares (teorias, métodos) para projetos específicos de pesquisa sem esperar ou buscar mudanças substantivas nesses recursos ou na relação entre eles como resultado

Além da contestação da interdisciplinaridade pela abordagem transdisciplinar faircloughiana (FAIRCLOUGH, 2005, p. 53), o autor ainda se opõe ao que é conhecido por pós-disciplinaridade, diferenciando a interdisciplinaridade das “aspirações em direção [a] ‘pós-disciplinaridade’ que não enfrentam os espinhosos problemas teóricos e metodológicos envolvidos na transcendência das fronteiras disciplinares”. Vale acentuar o papel da visão dialética do discurso diante dos elementos da vida social (práticas sociais) no rebento da abordagem transdisciplinar (FAIRCLOUGH, 2005). A vinculação entre discurso e os elementos sociais tem consequências consideráveis para a transdisciplinaridade, ao se orientar pela relação dialética entre sociedade e linguagem, “uma vez que os elementos da vida social não são discretos, uma vez que se internalizam, uma vez que não são ‘puros’ com respeito uns aos outros, os limites disciplinares também podem limitar e impedir o conhecimento e a compreensão” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 67).

A relação dialética entre linguagem e elementos sociais é bastante propagada por seus formuladores e, inclusive, reconhecida por diversos pesquisadores, como Resende (2006), Resende e Ramalho (2008) ou Gomes (2018). Como bem coloca Pennycook (2006, p. 72), “Uma das limitações de compreensões comuns de interdisciplinaridade é o modo por meio do qual as disciplinas continuam a ser vistas como entidades bastante estáticas”. A transdisciplinaridade, enquanto paradigma epistemológico oferece condições necessárias para abordar amplamente os usos de linguagem tal qual está implicado no corpus. Parfraseio, pois, Pennycook (2006) para dizer que a transdisciplinaridade também diz respeito a movimentos, fluidez e mudanças, característica dos fenômenos sociais e da linguagem usada no processo contemporâneo das práticas sociais em torno da sustentabilidade, por via das quais entendo esta pesquisa como parte de luta social.

Para Moita Lopes (2011), a Linguística Aplicada é acolhida pelas pesquisas sociais, de modo que encontro aí outra conexão com a ADC enquanto abordagem transdisciplinar, porquanto a perspectiva teórico-metodológica da ADC se inscreve igualmente como modelo propício às pesquisas das ciências sociais, no encaixe de avanço pela relação transdisciplinar entre linguística e ciências sociais. De acordo com Resende

(2006, p. 1080), “a ADC realiza o objetivo de transcender a divisão entre a pesquisa inspirada pela Ciência Social, que tende a não analisar textos, e a pesquisa inspirada pela Linguística (sic), que tende a não se engajar com questões teóricas das Ciências Sociais”.

Moita Lopes (2011), considerando a Linguística Aplicada como campo de estudo referente às Ciências Sociais, perfila o sujeito social dentro do que chama de LA Indisciplinar. Tomando de empréstimo sua lógica, discerno em favor da transdisciplinaridade, na busca de responder aos problemas sociais da atualidade em todo o seu nível de complexidade. O caráter indisciplinar, elencado por Moita Lopes (2011), teria a ver com a insatisfação de que os estudos da linguagem sejam uma mera disciplina em isolamento, quando se trataria de fato de uma área mestiça que responde a desafios sem recorrer a paradigmas pré-estabelecidos. Vale aqui esclarecer que Moita Lopes (2007) tece também suas diferenciações entre transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, referindo-se a Gibbonse equipe, a fim de enfatizar que na transdisciplinaridade, “A integração das disciplinas não é gerada por estruturas disciplinares – neste sentido o processo de conhecimento não é disciplinar, [pois] corta várias disciplinas – mas é pensada e criada desde o início no contexto de uso ou aplicação” (GIBBONS et al. apud MOITA LOPES, 2007, p. 106). De toda maneira, o mesmo autor apresenta semelhanças entre a transdisciplinaridade e expressões características da Linguística Aplicada, apresentadas em vários tópicos, tais como: contexto de aplicação, conhecimento teórico e prático, tipo de conhecimento participativo e colaborativo, conhecimento contextualizado, realidade complexa e outros. Diante desses aspectos, Moita Lopes (2007) expõe pontos de semelhança da produção de conhecimento na área da Linguística Aplicada e do processo investigativo transdisciplinar considerado por Gibbon et al. (1998), permitindo desfazer a aparente incompatibilidade entre a pesquisa do linguista aplicado e a transdisciplinaridade, sobretudo pela importância do contexto de aplicação como meio de interação para além dos limites disciplinares.

Devido ao próprio fluxo epistemológico constante no campo da LA, alguns autores, como Rojo (2013), especificam aspectos decorrentes da aplicabilidade nesse campo, ora voltados ao interesse pela transdisciplinaridade, ora reforçados pelo viés da privação sofrida, que apontam a necessidade transdisciplinar na abordagem das situações de uso da linguagem. Nas palavras da autora,

Aproximarmo-nos do ‘mundo como ele é’ tem uma série de outras implicações em nosso fazer científico ou em nossa produção de conhecimento. A começar do fato de que, ao fazê-lo, não é mais possível fazer uma ‘ciência pura’ (seja lá o que isso queira dizer). Para aproximarmo-nos das línguas (e, mais, recentemente, das

linguagens) e de seu funcionamento no 'mundo como ele é' não é mais possível fazermos uma ciência disciplinar (ROJO, 2013, p. 64)

Nesse sentido, investigar aspectos referentes à sustentabilidade é considerar as condições humanas de sobrevivência que, dependendo de como são favorecidas, podem levar ao colapso de grande parte da vida da atual população, privada dos benefícios e bens que ela mesma produz. Essa transdisciplinaridade, na abordagem da sustentabilidade, possibilita uma visão mais despojada das insuficiências disciplinares diante da amplidão de fatores que concorrem no uso da linguagem implicado nesse tema. Em seu turno, ao ressaltar as privações sofridas, Rojo (2013, p. 67) reforça que “a transdisciplinaridade ou INdisciplinaridade é enfocada como 'leveza de pensamento' necessária para compreender, interpretar e interferir nas realidades complexas representadas pelas práticas sociais situadas”. Apreendendo as implicações de tais argumentos, posso dizer que, quando a autora aponta o modo de como é feita a articulação teórico-metodológica pela transdisciplinaridade, isso depende do quanto qualquer pesquisador esteja empenhado ir além da das suspeitas rasas, de modo a atingir níveis singulares de investigação, já que a transdisciplinaridade ocorre “a partir de um ponto de vista e de uma apreciação valorativa únicos sobre o objeto de investigação” (ROJO, 2013, p. 67).

Assim, elaboradas as peculiaridades das pesquisas transdisciplinares, ainda é possível observar o quanto essa perspectiva pode representar uma inovação considerável para as diversas áreas, passando a não serem mais vistas pela perspectiva do isolamento teórico-metodológico. Celani (2007) chega a apontar para um ângulo novo de produção de conhecimento, desenvolvida pelos linguistas aplicados. Adquirindo as características a partir de Moita Lopes (2007), a feição transdisciplinar de teorização ou de modelação tática de metodologias oferece um ganho considerável aos campos de estudo, que Celani (2007); apresenta como a Linguística Aplicada chegou a esse nível teórico-metodológico, ao passar primeiro pelo viés aplicacionista, no qual a LA se privava de uma teorização própria e, posteriormente, pelas vertentes “multi/pluri/interdisciplinares”, até conseguir ir além. De frente desse desenvolvimento teórico da LA em direção à transdisciplinaridade, vê-se em que medida, após dar-se o surgimento do caráter multi/pluri/interdisciplinar da área.

Diante dessa proposta de Celani (2007) em oferecer um esboço do panorama transdisciplinar na LA, é importante notar a superação realizada para além dessa vertente aplicacionista inicial, por meio da atitude de ressaltar uma nova relação entre teoria e aplicabilidade que se volta a respostas das necessidades sociais, sob influência de compreensões de campos diversos. Resende (2006) postula sobre a necessidade da

transdisciplinaridade na investigação do uso da linguagem nas práticas sociais, que, ao considerar as contribuições da ADC, pode-se entender o quanto a LA também se beneficiou desse contexto geral. Celani (2007, p. 117), em seu turno, afirma que

uma nova postura diante da pesquisa e da delimitação da área de atuação da Linguística Aplicada começa a se delinear. Essa postura vem da área da filosofia da ciência e pode ser assumida em relação ao estudo/pesquisa em qualquer domínio do saber. É a postura transdisciplinar.

Nessa perspectiva, justifica-se a proposta de investigação crítica dos aspectos discursivos hegemônicos em relatórios de sustentabilidade, tendo em vista questões que favoreçam uma sociedade solidária e sustentável, o que me obriga a assumir a interação possível de áreas como a Linguística Aplicada, a Economia e a Ecologia, através da relação dialética entre discurso e elementos sociais (FAIRCLOUGH, 1998, 2008, 2005, 2012; RESENDE, 2006; RESENDE; RAMALHO, 2008; GOMES, 2018). Dessa maneira, o estudo da linguagem no processo de produção discursivo em torno da sustentabilidade assume o caráter transdisciplinar e deixa de lado as pretensões de autonomia entre as disciplinas, por se compreender relacionada ao quadro de problematizações no qual os fenômenos existem enquanto práticas sociais. Concordo com Celani (2007) ao enfatizar a inovação da transdisciplinaridade na Linguística Aplicada e destacar a colaboração entre disciplinas no estudo de seu objeto, campo, objetivo etc., o que possibilita falar da existência de um fio condutor na visão transdisciplinar pela qual está implicada uma interação dinâmica dos saberes, conceitos e metodologias. Para a autora, isso emerge como indicação de que a LA é vocacionada para transdisciplinaridade, ressaltando a extrapolação da própria Linguística Aplicada por seu próprio objeto de investigação, encaminha-se em direção à interação de diferentes áreas de produção do conhecimento.

Visto o desenvolvimento da ADC através do diálogo transdisciplinar (FAIRCLOUGH, 2005), Resende (2006) especifica a ADC como abordagem transdisciplinar, diante de características de interação com outras áreas que aquela desenvolve, reconhecendo a existência de modificação mútuas entre elas. Nessa atitude, é ilustrativo entender outra dimensão da perspectiva transdisciplinar de Fairclough (2005, p. 60), na qual se está “usando categorias e conceitos de outras teorias no próprio processo de desenvolvimento e elaboração teórica”, de modo que o alcance da transdisciplinaridade se estende a teorias, metodologias e objetos de pesquisa. Talvez, por isso, o autor considere que certos tipos de pesquisa, como os que se voltam para estudos sobre governança, característicos das Ciências Sociais, ressaltem o

caráter transdisciplinar da ADC, ao dialogarem entre si, devido a não haver uma ruptura entre elementos discursivos e elementos sociais.

3.2. A NATUREZA DA IDEOLOGIA

3.2.1. Sentido negativo de ideologia

Nesse item que inicia a primeira subseção referente à natureza do conceito de ideologia, especificamente na sua acepção negativa, apresento as considerações feitas por alguns autores, em torno do que se entende por ideologia. Nesse e no item seguinte, familiarizar-nos-emos com as acepções que representam grande parte do que os teóricos entendem pelo conceito corrente, aproximando-se daquilo que ficou conhecido como concepção negativa de ideologia. O intuito é preparar terreno para assumir uma concepção de ideologia que seja mais propícia a um uso estratégico daquela para a mobilização em torno das questões de cunho social que, ao meu ver, dependem da força, identitariamente, emergente de uma vinculação em torno de certas visões de mundo e cuja entendimento auxiliará na análise do corpus, diante de sua dimensão social, tal proposto por Fairclough(2008).

3.2.1.1 Althusser e Pêcheux

Inicialmente, vale destacar, antes de apresentar algumas características da discussão de ideologia em Althusser e Pecheux, o aspecto negativo do conceito para esses autores, mesmo que esses aspectos não sejam tão evidentes. Contudo, tendo como fundamento geral a teoria do estado de Marx, Althusser propõe a sua acepção de ideologia e, pode-se ver em Thompson (2011), Marx foi responsável por conceber a ideologia a partir do seu sentido negativo, depois do projeto de D. de Tracy de construir uma ciência das ideias, antagonizado por uma oposição da parte de Napoleão. Por essas vias, acredito que a orientação marxista negativa de ideologia tenha chegado em Althusser e, por meio desse, a Pecheux, os quais serão considerados nas discussões a seguir.

Em Althusser, alguns conceitos-chaves de sua argumentação giram em torno das ideias de Aparelho Repressivo de Estado (ARE) e Aparelho ideológico de Estado (AIE), sendo esses dois, respectivamente, formas de perpetuação da exploração pela repressão e violência ou pela ideologia (BRANDÃO, 2012). Certamente, de acordo com Brandão (2012),

cabem-se distinções entre os ARE e AIE, principalmente pelo entendimento de que expressões como hegemonia ideológica que estão vinculadas ao AIE, diante do que não se poderia esquecer o tratamento da ideologia em geral dado na segunda parte do ensaio althusseriano, fazendo-se a indicação de posições de classe pelas ideologias particulares.

Pelas hipóteses referentes à ideologia em geral, vê-se a ideologia como relação imaginária com as condições de existência, sendo o imaginário o modo de atuação do homem, no qual pode haver a presença da alienação diante de suas condições de existência (BRANDÃO, 2012). Dá-se também, pelo imaginário, a “encarnação” da ideologia nos próprios comportamentos, de modo que a materialidade da ideologia se sedimenta nos AIE (BRANDÃO, 2006). Não por acaso, o caráter “moldador” da ideologia desemboca em sua materialização por meios de ações no interior do AIE, ao ponto de haver, sempre segundo Brandão (2006), uma dependência de toda prática às ideologias e uma interpelação dos sujeitos por essa. Essas características mantêm a mecânica da construção/constituição do sujeito por sua inserção em práticas que são reguladas por Aparelhos Ideológicos de Estado (BRANDÃO, 2006) e, diante dessas considerações, não se pode ignorar o questionamento de Fairclough (2008) quanto ao conceito althusseriano de investimento. O linguista britânico desenvolve essa sua interrogação por via do entendimento de uma sujeição contraditória que pode gerar dificuldades para certas naturalizações, sendo as formas de expressão experiencial dessa contraditoriedade indicadores de que Althusser subestima a possibilidade de agência (FAIRCLOUGH, 2008). Fairclough (2008) também propõe, como um dos níveis de sua rejeição da ideologia em geral concebida por Althusser, uma compreensão dialética entre o sujeito efeito e o sujeito agente que dependeria, para sua ocorrência, tanto das práticas e quanto das condições sociais, de modo a apontar as limitações do trabalho de Althusser na marginalização da transformação.

Não posso ignorar que as considerações atribuídas a Althusser também desempenham um preponderante papel no contexto específico de surgimento da proposta de Pêcheux, para uma análise de discurso, conhecida como Análise Automática de Discurso (AAD). A compreensão de como essa disciplina surgiu favorece a extensão da discussão sobre ideologia entre Althusser e Pêcheux e, nessa linha, as condições de desenvolvimento da AAD fazem sobressair objetivos analíticos vinculados a uma concepção estruturalista de língua, já que, mesmo anteriormente, a Linguística saussuriana é tomada como a ciência piloto para o projeto althusseriano em torno de uma teoria da ideologia em geral (MUSSALIM, 2012). De todo modo, a ideologia passa a ser vista não apenas como ideais, mas também como prática material, a qual se sustenta sobre instâncias políticas-jurídicas e

ideológicas (superestruturas) que seriam determinadas pela economia (infraestrutura). Acontece assim a relação de determinação e perpetuação entre ideologia e bases econômicas, de modo que, diante dos aparelhos ideológicos e do caráter repressivo dos aparelhos de Estado, as práticas e discursos funcionariam como estruturação do AIE, inscrevendo as contradições ideológicas na ideologia dominante (MUSSALIM, 2006). Isso leva a lembrar do posicionamento de Fairclough (2008) quanto ao exagero de Pêcheux na perspectiva estrutural, o que não parece dar espaço para a agência possível da ideologia dominante.

A necessidade de uma teoria do discurso para o projeto althusseriano leva, por outras vias, à formulação da AAD, estando os conceitos de ideologia e sujeito, a influenciar a teoria do discurso (MUSSALIM, 2006). Concebe-se, nessa imbricação entre ideologia e sujeito, a ideia de mudança de significações por alterações nas posições de sujeito, sendo as primeiras históricas/ideológicas, em decorrência das segundas, urgindo um paralelismo entre o projeto althusseriano e a AAD, na relação entre condições e processos produtivos de discurso (MUSSALIM, 2006). Essa discussão faz com que a psicanálise também esteja inserida na formulação original da AAD, pela qual tenho a indicação de influência do pensamento lacaniano no início da proposta pecheutiana, uma vez que, sob o trabalho não consciente da ideologia, o sujeito seria determinado pelas formações sociais. Isso sugere o condicionamento ideológico do sujeito nesse campo de investigação, o qual reivindica, para si, um caráter não ideológico, enquanto ciência da ideologia (MUSSALIM, 2006), algo que parece estar presente nas concepções negativas de ideologia.

Pêcheux (1996) aprofunda sua concepção de ideologia, a qual posso caracterizar como inserida dentro da teoria do poder chamada, por Foucault (2011), de economicismo, na qual se apresentam as formulações fundamentais para a discussão de Althusser sobre Aparelhos Ideológicos de Estado, tida como base para Pêcheux. Nesse contexto, essa pode se deixar aprisionar em essencialismo e, por seu turno, a concepção de poder, que é compartilhada tanto por Althusser como quanto por Pêcheux, pode se dar por meio da ênfase em sua função meramente repressiva, justificando a absolutização de conceitos como o de lutas de classe, tido como único movimento da história, e o de relações de produção que é enfatizado sobre a própria ideia de relações sociais ou de poder.

Pêcheux (1996) propõe explicar as condições ideológicas de reprodução/transformação das ditas relações de produção, a partir de uma teoria materialista do discurso que articula aspectos gerais da teoria de ideologia com as práticas de produção epistemológica e política. Diante dessas condições ideológicas de reprodução/transformação

das relações de produção, o autor considera, na linha de Althusser, que, além do campo da ideologia propriamente dito, (i) aquelas são determinadas por mecanismos econômicos de produção e que (ii) essa apresenta características adversas, uma vez sustentada no princípio de luta de classe, o que imbrica as condições de reprodução com as de transformação. A partir desses dois pontos, Pêcheux (1996) justifica sua adesão ao conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), ressaltando as ideologias, como práticas – e não apenas ideias:

- a) a ideologia não é um *zeitgeist* que, homogeneamente, recai sobre a sociedade ou que seja anterior as lutas de classe;
- b) uma ideologia própria é inexistente a cada classe que, apenas *a posteriori*, entraria em conflito com outras;
- c) os Aparelhos Ideológicos de Estados são como meio e local no qual se realiza a dominação;
- d) os Aparelhos Ideológicos de Estados apresentam, ao mesmo tempo, contradições entre as condições de reprodução e transformação, devido às lutas de classe.

As condições de reprodução/transformação se constroem, contraditoriamente, a partir de um conjunto de Aparelhos Ideológicos de Estado de certa formação social, cujos elementos se encontram em relação de contradição, desigualdade e subordinação. Em suas palavras, Pêcheux (1996, p. 144) diz que “seria um absurdo pensar que, numa dada conjuntura, todos os *Aparelhos Ideológicos de Estado* contribuem *igualmente* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação” (grifo no original). Daí a importância relativa entre os elementos das regiões ideológicas (Ética, Lei, Justiça, Família, Saber, etc.) de dada formação ideológica nos aparelhos, quando nenhuma ideologia apresentaria em si seu sentido de orientação econômica que, abstratamente, serviria aos interesses de classe específica. De todo modo, a ideologia da classe dominante (ideologia dominante) tem por intenção reproduzir as relações de desigualdade e subordinação entre as propriedades “regionais”, cujas ações, objetos e práticas são fomentados nessas mesmas relações e são o foco das lutas ideológicas (PÊCHEUX, 1996).

O elemento (ideológico) da luta pela transformação das relações de produção visa substituir, dentro do conjunto de Aparelhos Ideológicos de Estado, as relações de desigualdade e subordinação por novas relações que possam exercer modificações sobre os próprios Aparelhos Ideológicos e os Aparelhos de Estado. Pêcheux (1996) ressalta a assimetria na luta de classes diante da contradição nas condições de reprodução/transformação, dada a diferença de propósito de cada frente, o que poderia

incorrer no erro de separar reprodução e transformação. De acordo com o autor, o “mistério” sobre as condições de reprodução/transformação pode ser esclarecido a partir do conceito de interpelação de Althusser, enviesado com uma teoria materialista do processo discursivo. Assim, considera-se que (i) não existe prática (social) desvinculada de uma ideologia e (ii) não existe ideologia sem a figura do sujeito, o que indica duas acepções sobre a ideologia: uma dentro da multiplicidade de combinações de elementos de uma formação social, e a ideologia, outra, constituídas no conceito de sujeito.

Questiono uma visão unicamente negativa da ideologia, pois a constituição do sujeito me parece uma manifestação inerente a toda prática social e cultural, seja ela emancipatória ou reprodutiva, já que a linguagem sempre interpela a assumir índices de percepção e visões de mundo constitutivos de toda prática discursiva. Além disso, alguns comentários de Fairclough (2008) indicam outros pontos incipientes da discussão feita nesse campo, mesmo que o próprio autor não consiga ultrapassar certos limites. Esse autor aponta que o foco de Pêcheux se volta para o discurso político escrito e a referência fundamental é feita à teoria sobre ideologia de Althusser, ressaltando alguns aspectos, como a materialidade da ideologia, a qual Pêcheux situa na própria linguagem, como uma forma importante da ideologia (FAIRCLOUGH, 2008). Para o linguista britânico, Pêcheux segue a indicação de posições de classe na incorporação das formações discursivas (FDs), gerando mudanças de sentido das palavras pelas posições ocupadas por quem as usa, ao destacar as relações entre FD pelo interdiscurso, cujos estados particulares dependem da luta ideológica, nos aparelhos. Contudo, Fairclough (2008) entende que haja, aí, uma desconsideração da determinação externa das FDs, pelo o próprio interdiscurso.

Alguns dos pontos críticos, apontados por Fairclough (2008) nessa discussão, estão na homogeneização dos procedimentos analíticos da AAD (Análise Automática de Discurso) e na insatisfatoriedade do tratamento textual por Pêcheux, assim como pela homogeneização da constituição do corpus (FAIRCLOUGH, 2008). Fairclough (2008) acredita que a ênfase de Pêcheux é semelhante à de Althusser, isto é, ambos focalizam a reprodução das práticas, em detrimento da transformação, oferecendo uma visão unilateral do sujeito como efeito, negligenciando a agencia e a capacidade de alteração das bases de dominação. Alguns desses pontos foram percebidos posteriormente pela própria AAD, de modo que foram feitas alterações de abordagem pelos analistas da segunda geração.

A concepção negativa de ideologia é um tanto insuficiente para os fins desta pesquisa, visto que assume a dimensão de sua criticidade pelo viés da negatividade da ideologia, sustentada sobre a ideia subjacente de repressão, como algo incontornável. De

outro modo, devido ao fato de que, mesmo fora da repressão, as práticas estariam diretamente relacionadas à ideologia, sou levado a negar uma espécie de sujeição irremediável da diversidade das várias expressões ideológicas a uma ideologia dominante do ponto de vista essencialista dos aspectos socioeconômicos. Isso é contraproducente para se entender a resistência e agências diante das práticas discursivas que reproduzem o *status quo*. Além disso, o sentido negativo do que é ideológico acaba adquirindo uma dimensão interpretativa de repressão para as práticas ideológicas, como se essas não pudessem assumir um caráter político, enquanto posicionamento ideológico contra-hegemônico, pois a ideologia só se expressaria através de uma tendência a manter as relações de opressão. Isso também é contraproducente na mobilização da luta emancipatória, visto a dimensão identitária da própria ideologia. Quero dizer que ter as lutas sociais passíveis à identificação, como elemento ideológico potencializador da subjetividade, pode ajudar no engajamento de novas pessoas com as causas sociais emancipatórias, provocando revoluções.

3.2.1.2 Fairclough e Thompson

Apartir de agora, abordarei se Fairclough (1989, 2008, 2005, 2012) ou Thompson (2011) – servindo esse de fundamentação às elaborações teóricas sobre ideologia daquele primeiro –, são capazes de oferecer recursos no entendimento favorável da ideologia e, de antemão, posso dizer que, inicialmente, Fairclough (1989) propõe a discussão sobre ideologia em termos que reforçam as formulações negativas do conceito, mesmo a partir de uma posição política que, nitidamente, já se volta para a mudança. Nesses termos, a interação entre poder e linguagem se desenvolve pela efetivação de convenções ideológicas, na qual o exercício de poder da sociedade moderna se realiza pela relação entre ideologia e linguagem, diante da natureza ideológica dessa última, a qual assume uma das modalidades de exercício de poder. Podendo esse ser exercido por coerção ou ideologia, tem-se essa última como modo relevante do exercício moderno de poder, no qual a linguagem é tida como o seu lugar (*locus*). Para o autor, há uma relação evidente da linguagem com o poder, suas lutas e a ideologia, de maneira que a determinação das ordens de discurso e da ideologia pode se realizar pelas relações de poder que fazem convergir os interesses sociais e a ideologia. Assim, os poderes econômico e político são complementados pelo poder ideológico, no qual a coerção e o consentimento são modos de práticas de poder, ao ponto de a ideologia ser a chave da ordenação pelo consentimento, tendo o discurso como seu veículo. Uma vez que o

exercício de poder pelo consentimento se dá em oposição ao exercício por coerção, o discurso é o meio principal da ideologia e do controle pelo consentimento.

Um dos efeitos da ideologia, como poder por trás do discurso, é a modelagem das convenções e, quanto à relação entre ideologia e discurso, o senso comum, como forma por excelência da convenção, está a serviço do poder (FAIRCLOUGH, 1989). Como o fundamento implícito do mundo seria o senso comum, o uso do discurso, sem a devida problematização, que reforça a eficiência da ideologia, e, além disso, a relação entre senso comum e ideologia tem o efeito de imposição de pressupostos na leitura/interpretação do mundo/discurso, demonstrando os aspectos ideológicos do senso comum, no qual a ideologia é uma concepção de mundo ou, quiçá, as premissas teóricas em conexão com o próprio senso comum. Para o linguista britânico, outro ponto-chave é que, na concepção do senso comum, a relação direta ou indireta do senso comum com o poder faz com que os pressupostos ideológicos interfiram em aspectos sócio-cognitivos no provimento de molduras referenciais. Contudo, o término do senso comum se daria com a conscientização de seus mecanismos que podem levar inclusive à tentativa de adequação do texto ao mundo (FAIRCLOUGH, 1989).

Não posso esquecer a existência de níveis de diversidade ideológica na qual, apesar da ideologia política poder dominar essa diversidade, o nível de determinação da diversidade ideológica se faz pelo estado das relações e lutas sociais, o que leva a uma limitação do senso comum ideológico pela diversidade de ideologias. Assim, de acordo com Fairclough (1989), como a luta ideológica perpassa o âmbito da linguagem, há uma relação dos tipos de discurso com a ideologia através das instituições e com seu desenvolvimento, dependente em grande medida da naturalização, como aquilo que leva ao senso comum ideológico enquanto efeito consentido do poder. Com essa configuração de poder, o caráter ideológico oculto dos tipos de discursos naturalizados, aparentemente neutros, realiza-se em diferentes aspectos, por exemplo, na racionalização, como parte do trabalho de naturalização, ou no significado das palavras, como dimensão do senso comum. Nesse sentido, a variação ideológica do significado corresponde a diferentes posições ideológicas que podem ser naturalizadas.

Posteriormente, Fairclough (2008) considera também que devemos observar a impossibilidade de separar completamente as dimensões política e ideológica de um discurso, uma vez que os significados, que poderiam ser tomados como ideologia, são gerados pelas relações de poder como resultado do exercício de poder e da luta pelo poder. Além disso, outro aspecto de grande importância é a compreensão de que os tipos de discurso não possuem valor político e ideológico inerentes, mas estão a todo instante sendo submetidos a

investimentos e reinvestimentos, sendo que, como não se tem consciência imediata das significações ideológicas das práticas cotidianas, a interpelação do sujeito pode alcançar uma maior eficiência e os efeitos ideológicos, um efeito de estabilidade (FAIRCLOUGH, 2008). Contudo, o autor acrescenta que não se deve perder de vista que as pessoas são assujeitadas de formas diferentes e contraditórias, o que pode se distinguir do que argumentou Althusser ao “subestima[r] a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 121)¹⁹. Uma posição dialética entre sujeito de efeito ideológico e sujeito agente ativo pode superar esse impasse do conceito de investimento, levando em consideração as condições sociais e as práticas nas relações de dominação diversas. Seria preciso também ter em mente os diferentes graus de investimento, para evitar o erro de considerar os discursos como inerentemente ideológicos.

Nesse turno, Fairclough (2008) adverte quanto ao uso mais tradicional dos conceitos de repressão e ideologia, sendo que, ao discutir a dimensão do discurso enquanto prática social, considera que o conceito de ideologia ainda assim é muito propício a sua formulação teórico-metodológica, acrescentado serem a ideologia melhor estudada quando consideradas como “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que (...) contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117). Deve-se compreender em que medida a ideologia é propriedade tanto das estruturas quanto dos eventos, evitando ênfases indevidas, ao se propor uma relação dialética entre estrutura e eventos, e também considerado que não apenas o sentido de um texto pode ser investido ideologicamente, mas também aspectos como pressuposições, metáforas e coerência.

Thompson (2011) considera a importância do conceito de ideologia, para a análise social e política, ao conservar o seu sentido negativo. O autor se associa a uma concepção crítica de ideologia, debruçando-se sobre a relação entre sentido/significado e poder, de modo que a ideologia teria, exclusivamente, o sentido que serve ao estabelecimento e sustentação de relações de dominação, isto é, o sentido a serviço do poder. Para Thompson (2011, p. 16), a ideologia se daria apenas quando o sentido, vinculado pelas formas simbólicas, mantém “relações de poder sistematicamente assimétricas” e, com isso, se afasta da ideia de que as formas simbólicas são ideológicas *per se*. Autores como Foucault (2011) e Voloshinov/Bakhtin (2006) sugerem que os sentidos das formas simbólicas são construídos

¹⁹Fairclough (2008) pondera ressalvas que devem ser feitas ao trabalho de Althusser, principalmente em relação à sua compreensão de imposição unilateral da dominação e inevitabilidade da reprodução de ideologias dominantes.

por meio do posicionamento em lugares particulares das formações discursivas. Todavia, Thompson (2011, p. 17) dirá que “[os sentidos] (...) ideológicos, e o quanto são ideológicos, depende[ria] das maneiras como eles são usados e entendidos em contextos sociais específicos”, – como se houvesse usos sociais de formas simbólicas que não fossem “ideológicos” –, dependendo apenas, para tanto, de como apoiam o *status quo*. Outro ponto ressaltado por Thompson (2011, p. 18) é que a ideologia não se encontra somente em “formas de poder que estão institucionalizadas no estado moderno”, mas também em relações de poder e dominação que atingem, mais diretamente, a maior parte das pessoas, em maior escala de tempo, caracterizadas pelos próprios contextos sociais nos quais se vivem as vidas cotidianas, isto é: “a casa, o local de trabalho, a sala de aula, os companheiros” (THOMPSON, 2011, p. 18). Além disso, o autor pretende evitar a concepção de ideologia na qual essa é tida como ilusão ou imagem invertida ou distorcida do real e, por seu turno, oferece um sentido de crítica como desmascaramento do sentido a serviço do poder, o que é assumido, igualmente, por Fairclough (1989, 2008, 2005, 2012).

Thompson (2011) considera que a grande narrativa da secularização e a racionalização da sociedade no advento do capitalismo pode deixar transparecer uma concepção neutra de ideologia. Mesmo afirmando haver importantes intuições para a compreensão da emergência das sociedades modernas, essa narrativa apresentaria alguns aspectos enganosos, como a negligência teórico-analítica sobre “a proliferação rápida de instituições e meios de comunicação de massa” (THOMPSON, 2011, p. 21) e sobre suas implicações sobre a transmissão das formas simbólicas mercantilizadas, na mediação da cultura moderna, cuja dimensão é atravessa pela ideologia, em sentido negativo. Acredito que, nessa conjuntura de mediação da cultura, o conceito de ideologia de Thompson (2011) parece adequado para essa análise de contexto no qual a interação não seja mesmo uma interação “total”. A comunicação de massa é uma quase interação mediada e, quiçá, aí seja coerente enfatizar o sentido de ideologia por uma acepção negativa, como sentido a serviço do poder sistematicamente assimétrico, o que não anula uma acepção outra do conceito como visão de mundo: os sentidos podem estar a serviço do poder justamente porque implicam uma visão de mundo, cujos afetos e sentidos podem se submeter à luta político-hegemônica.

3.2.2 Acepção de ideologia como visão de mundo

Recorra a Bakhtin/Voloshinov (2006), a fim de fazer contraponto à concepção negativa de ideologia que se desvincula prudentemente de uma definição de ideologia

próxima da acepção de ocultamento da realidade, em proveito de outra mais voltada para uma acepção na qual a ideologia é aproximada às concepções de visão de mundo (RICOUER, apud BRANDÃO, 2012). Bakhtin/Voloshinov (2006) oferece recurso para a discussão em torno desse entendimento de ideologia pela a interação entre psiquismo e ideologia de ideologia do cotidiano, expressa na vida do dia a dia, é o *locus* para a formação e renovação das ideologias constituídas. Salienta-se que, enquanto a ideologia determina a linguagem, essa, por sua vez, condiciona a consciência e o pensamento (“atividade mental”), de modo a possibilitar uma reciprocidade de relações. A discussão de Bakhtin/Voloshinov (2006) volta-se para o caráter ideológico do signo, assim como de seu inverso, já que não haveria ideologia sem signo, porquanto o signo funciona ainda na refração da realidade, o que parece antecipar a ideia de influência social na produção/interpretação do sentido, já que o signo se constitui socialmente.

Desse modo, nega-se a indicação idealista e psicologista da ideologia como realidade interna à consciência, sendo que, ao contrário, mesmo o processo pelo qual passa a compreensão não tem capacidade de se manifestar por outro modo que não seja através do material semiótico, cujo exemplo se dá no próprio discurso interior (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). O surgimento da própria consciência só é possível, como realidade, por intermédio da encarnação material que assume no e pelo signo também parece antecipar, em grande medida o propósito do projeto althusseriano de encontrar e estudar a materialidade da ideologia na linguagem. Ao considerar a psicologia do corpo social a partir de sua materialização na palavra, Bahktin/Voloshinov (2006) aponta que a primeira deve ser estudada do ponto de vista do conteúdo (tema) e dos tipos e formas de discurso, já que o tema e a forma constituem uma unidade orgânica indestrutível.

Destaca-se, igualmente, o problema da consciência como palavra interior, o que é fundamental na filosofia da linguagem e, em referência ao discurso interior, vê-se realizar a relação entre infra-estrutura e superestruturas, de modo que a categoria de causalidade seria limitada à compreensão de como a primeira determinaria a ideologia (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006), já antecipando também algumas críticas ao essencialismo economicista que muitas teorias sociais parecem incorrer. De todo modo, a relação recíproca entre as bases econômicas e a ideologia passa pelo estudo do material semiótico-ideológico – isto é, pelo signo ideológico –, principalmente porque “A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 32), ideia que se aproxima de Fairclough (2008) na relação entre mudanças sociais associadas a mudanças discursivas. Outro ponto relevante a

destacar se refere aos contatos verbais determinados pelas relações de produção, mas, igualmente, pela sua estrutura sócio-política (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006), o que acaba antecipando e ampliando a dimensão de abertura da linguagem ao social.

Além disso, Bakhtin/Voloshinov (2006) estabelece algumas regras metodológicas no tratamento do signo ideológico que consistem em: (i) “não [cabe] separar[mos] a ideologia da realidade material do signo”; (ii) “não [devemos] dissociar o signo das formas concretas da comunicação social”; e (iii) “não [podemos] dissociar a comunicação e suas formas de sua base material”, nas condições sócio-históricas. Tudo isso ressalta os aspectos do signo ideológico, como sendo marcado sempre pelo horizonte social apresentado por uma época ou um grupo social determinados. O conteúdo de um signo é afetado por índices provindos de visões de mundo, na medida em que os grupos de objetos valorizados pela atenção do corpo social de uma época, ou seja, no horizonte social de um momento, ocasionam a formação de um signo (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). Por sua vez, o conteúdo (tema) de um signo é a própria realidade que possibilita sua formação, como numa relação entre produção/interpretação de sentido pela inserção do sujeito em posições sócio-históricas, sendo que todo signo constituído apresenta um tema e toda manifestação verbal também. Consequentemente,

o tema [conteúdo] ideológico possui sempre um índice de valor social. Por certo, todos estes índices sociais de valor dos temas ideológicos chegam igualmente à consciência individual que, como sabemos, é toda ideologia. Aí eles se tornam, de certa forma, índices individuais de valor, na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 36)

Vê-se aí a determinação social da ideologia assimilada pelos sujeitos e, em oposição a isso, considerando que as expressões animais são destituídas ou desprovidas de índices de valor, porquanto são um fenômeno exclusivamente natural.

O tema e a forma do signo ideológico ligam-se mútua e indissolúvelmente, de modo a não ser possível diferenciá-los, a não ser de forma abstrata, sendo possibilitados aqueles pelas mesmas condições sociais que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). Considero chegar a um problema teórico na discussão de Bakhtin/Voloshinov (2006), quanto à ideia de que a refração do ser no signo ideológico é determinada pela luta de classes. Na consideração de que o signo seja uma arena onde se desenvolvem as lutas de classes e da plurivalência daquele, pela qual uma mesma língua serve para diferentes classes sociais e possibilita sua evolução (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006), não posso ignorar o que Faraco (2009) aponta quanto ao

impasse de como a refração se realizaria em uma sociedade sem classes, como resquício de certo de essencialismo economicista na discussão elencada por Bakhtin/Voloshinov (2006). Atentos a esse impasse, posso destacar a plurivalência do signo que reforça a ideia de diferentes investimentos do signo apontadas por Fairclough (2008), mesmo que não possamos ignorar que a transformação da luta de classe como denominador comum de toda prática sociodiscursiva pode levar a problemas teóricos incontornáveis, haja vista a diversidade de elementos políticos acionados pela e na linguagem.

Por esse viés, vale entender a afirmação de “aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 38) pela dimensão da constitutividade do real pelo discurso, mesmo que se entenda que a constituição discursiva do real estaria para além da própria refração, quanto “o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 38). O volver desse impasse pode ser feito pela consideração da natureza ideologicamente dinâmica e plural do signo Bakhtin/Voloshinov (2006). Se essa possibilidade argumentativa provém da relação do signo ideológico no processo propriamente dialético da evolução social que vai da infraestrutura às superestruturas, essa mesma relação dialética precisa perfazer o movimento contrário, de modo que a infraestrutura não venha a funcionar a partir do conceito de causalidade diante da superestrutura (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). Nesse contexto, seria possível enfatizar a apreensão do mundo pelo discurso e não somente por uma refração ideológica dominante, até mesmo porque o organismo e o mundo se encontram através do signo, de onde se reforça a significação como função do signo que, como parte de uma unidade material discreta faria da significação não uma coisa separada do signo, tal como uma realidade independente e com existência apartada (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006).

O organismo humano se situa para além de um meio natural abstrato, ao se integrar a um meio social específico, podendo até recusar uma consciência transcendental, na qual os fenomenólogos localizariam o fenômeno ideológico (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). Por isso, o signo ideológico é o campo comum ao psiquismo e à ideologia, já que cada signo ideológico, exteriorizado, independentemente de sua natureza, “banha-se” no mar dos signos interiores (a “consciência”) e, assim, do ponto de vista do conteúdo, não há fronteira entre o psiquismo e a ideologia, mas apenas oscilação de grau, porquanto a distinção entre individual (psiquismo) e social (ideologia) é equivocada, ou seja,

o conteúdo do psiquismo “individual” é, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é

ideológica, histórica e inteiramente condicionada por fatores sociológicos. Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 50).

A despeito de concepções biológicas da individualidade que se confundem entre os filósofos e psicólogos, Bakhtin/Voloshinov (2006) propõe uma perspectiva que ressalta todo signo, mesmo aquele da individualidade, como social. Por essa via, o processo de compreensão do signo interior (psiquismo) e do signo exterior (ideologia) define a diferença entre ambos:

no primeiro caso, compreender significa relacionar um signo interior qualquer com a unicidade dos outros signos interiores, isto é, apreendê-lo no contexto de um certo psiquismo. No segundo caso, trata-se de apreender um dado signo no contexto ideológico correspondente (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 51).

Deve-se ter cuidado de não abstrair o conteúdo semântico de um pensamento e passar a lidar apenas com processos fisiológicos, pois a delimitação entre psíquico e ideológico destaca a atividade mental como acessível somente para a introspecção, ainda que o discurso interior possa ser igualmente exteriorizado (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). Com isso, a introspecção se reveste de seu caráter expressivo e, mesmo que possibilite a compreensão do signo interior,

a atividade mental não é visível nem pode ser percebida diretamente, mas, em compensação, é compreensível. O que significa que, durante o processo de auto-observação, a atividade mental é recolocada no contexto de outros signos compreensíveis. O signo deve ser esclarecido por outros signos (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 53).

A introspecção possui também tendências ideológicas, atingindo seus próprios limites quando o objeto da introspecção se torna compreensível, tornando-se, ao seu tempo, objeto da observação exterior, de caráter igualmente ideológico (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). Bakhtin/Voloshinov (2006) postula sobre a impossibilidade de separar totalmente os signos interiores e a introspecção dos exteriores e da observação exterior, na medida em que a compreensão do signo, seja interior ou exterior, é efetuada por sua relação íntima com a situação na qual é construído, o que faz dele sempre social. De todo modo, o signo interior constitui-se da palavra ou do discurso interior, podendo as unidades do discurso interior serem caracterizadas como impressões globais da enunciação.

Ricoeur entende o uso da categoria de classe social como redução do fenômeno ideológico, o que está vinculado com a explicação da convivência para com a noção de erro, de mentira ou de ilusão da ideologia (BRANDÃO, 2012). Ricoeur indica a função da ideologia, antes de considerar as relacionadas com a dominação ou justificação, destacando pontos como

a mediação social pela função geral' da ideologia que apresenta traços específicos nessa mediação social (BRANDÃO, 2012). Tem-se, então, como traços característicos da ideologia, (i) a perpetuação do ato fundador²⁰,(ii) a dinamicidade e a motivação da ideologia, na qual surge como justificação e projeto, (iii) o esquematismo da ideologia, (iv) a operacionalidade da ideologia, que aponta a distorção da ideologia e (v) o conservadorismo da ideologia²¹.

Por esses pontos, tem-se a instância da ideologia relacionada à hierarquia social, pela qual se dá a busca de legitimação por parte de toda autoridade (BRANDÃO, 2012). Contudo, a distorção na ideologia realiza-se pela aproximação da ideologia ao conceito de dominação, sendo que essa função deformativa surge como característica da noção marxista de ideologia (BRANDÃO, 2012), compartilhada, em partes, por Bakhtin/Voloshinov (2006). Ricouer ressalta o sentido não-negativo de ideologia, enquanto mediadora do social e entende a negativização do conceito pela sua vinculação à questão da autoridade (BRANDÃO, 2012). Dá-se, então, uma oscilação entre as concepções de ideologia, mesmo que se negue a ideia de um discurso ideológico vinculado ao poder pela concepção negativa de ideologia, reivindicando-se uma concepção de ideologia como visão de mundo e resgatando-se ideia de linguagem como ideológica como inerente ao signo (BRANDÃO, 2012).

Diante da possibilidade de criação de novos sentidos para os signos, pululam benefícios na concepção de ideologia como visão de mundo – ou, em meus termos, como conjunto de percepções –, inclusive quando conserva a possibilidade de incompatibilidade real de certas formas ideológicas legitimadas, entendendo que aí a ideologia passa a significar como manipulação (BRANDÃO, 2012). Diria que nem toda forma ideológica, inerente à linguagem contribui necessariamente para a opressão ou para a manutenção do *status quo*, o que libera a força agregadora que as visões de mundo podem exercer sobre a identidade e a subjetividade, no tocante às lutas sociais.

3.2.3 Por uma ADC “ideológica”²²

Como foi visto, a ADC faircloughiana compartilha da visão de Thompson (2011) para a ideologia²³, como um sentido a serviço do poder assimétrico e, quanto a isso, não quero

²⁰ A perpetuação do ato fundador para uma ideologia emancipatória está justamente voltada para a tentativa de conservação da liberdade e da justiça.

²¹ Não posso esquecer que a transformações das situações diante da ideologia assumem o foco constante no aspecto conservador da ideologia que pode ter levado à concepção de que ela é somente o sentido a serviço do poder assimétrico.

²²As motivações para esta subseção surgiram da leitura do capítulo “Uma lingüística aplicada mestiça e ideológica” de Moita Lopes (2006a), texto introdutório do livro *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*, organizado pelo autor.

negar a importância da ampliação da discussão em torno da cultura moderna, tal qual feita pelo autor, mas questionar sua negatividade do conceito de ideologia. Assim, pergunto: não ser o sentido negativo da ideologia possibilitado, primeiramente, por seu sentido “descritivo”, isto é, uma ideologia geral, como indica Ricouer? O que Thompson (2011) chama de concepção negativa de ideologia não seria apenas a dimensão dessa vinculada à dominação, tal mostra Ricouer e tal podemos inferir de Bakhtin/Voloshinov (2006)? Essa é a indicação que pretendia alcançar a partir do item anterior, questionando-se sobre o sentido negativo de ideologia de acordo com vários autores e, nesse entendimento, destacominha autocrítica à perspectiva da ADC faircloughiana também nesse turno. Perceber o sentido negativo de ideologia oferecido por Fairclough (1989, 2008, 2005, 2012), a partir de diferentes momentos de sua discussão, impede de recorrer a essa perspectiva, uma vez que o conceito faircloughiano de ideologia mantém, durante todo seu desenvolvimento em diferentes textos, um caráter negativo, vinculado a concepção thompsoniana de ideologia como sentido que esteja exclusivamente a serviço do poder assimétrico. Mesmo com a ideia de Fairclough (1989, 2008) em manter a ideologia como parte constitutiva da linguagem, acredito que sua concepção negativa não confessa que, essa parte ideológica que constitui a linguagem, constitui sim todo e qualquer linguagem e não apenas aquela que pretende manter a opressão ou reproduzir o *status quo*. A realidade é apreendida discursivamente e, como efeito disso, não pode haver linguagem que não apresente seu viés ideológico da realidade.

A reformulação proposta por Thompson (2011) desvincula, de um lado, o conceito de ideologia da concepção de cimento social; mas, por outro lado, gera prejuízos para as lutas sociais na consideração de que o elemento agregativo das várias reivindicações não pode ser apreendido por meio do conceito de ideologia. A dimensão ética-política que perpassa os movimentos sociais pode ter uma força agregadora das reivindicações em torno de conceito como a justiça social ou outros. A ideologia, portanto, como sentido a serviço do poder assimétrico, evacua o sentido de luta ideológica contra-hegemônica que as reivindicações sociais podem usar como fortalecimento identitário mobilizador. Desse modo, o conceito seria melhor entendido como sentido constitutivo da subjetividade e da percepção, sabendo que é produzido a partir de uma posição (particular e coletiva) nas relações sociais. Não quero discordar de que, nos contextos assimétricos, a ideologia estaria a serviço do poder, mas sugerir que tanto a ideologia submetida ao poder assimétrico, que ignora uma

²³Em vários textos, Fairclough (1989, 2008, 2012) retoma a definição, feita por Thompson, de ideologia e, em alguns casos, menciona ainda a indicação de concepções insipientes de ideologia, caracterizadas, por esse, como “neutras” (FAIRCLOUGH, 2008).

visão de mundo, sem vinculação particular a elementos políticos, que afeta diretamente a subjetividade e os desejos dos sujeitos, quanto à ideologia, em contextos de contestação, também podem estar imbuídas de um caráter político a serviço de um poder contra-hegemônico.

Toda linguagem é alvo do poder, seja para mantê-lo, seja para contestá-lo. A reivindicação por um poder contra-hegemônico que alargue o regimento de possibilidade para a subjetividade, para o desejo e para as formas de vida em geral é um ato político-ideológico do que não devemos nos esquivar. Assim, a ideologia só tem sentido a serviço do poder assimétrico, quando os desejos e as identificações mobilizados pela linguagem coadunam-se com o propósito de dominação, isto é, com uma ideologia dominante. Não pretendo, com isso, negar a relação entre sentido/significado e poder; quero apenas ir além, estendendo essa relação de sentido e poder por todos os confins da linguagem, uma vez que mesmo o sentido que não esteja a serviço do poder assimétrico, ainda assim é produzido a partir de posições que os sujeitos ocupam em decorrência dos efeitos de poder. Por isso, um sentido de ideologia que não intenta uma relação de dominação ainda assim é constituído a partir de posições sociais decorrentes da relação de dominação ou emancipação, imbuindo-se de um caráter ideológico de contestação à dominação ou de sua manutenção. Manutenção e contestação do poder assimétrico são dois aspectos ideológicos da linguagem e da prática social, não podendo que apenas a contestação receber status de ideologia, até porque o reconhecimento da contestação das relações de dominação como parte do embate contra-hegemônico contribui para esse mesmo embate enquanto luta social. Enfatizo que toda mensagem comunicada é constituída a partir de posições sociais que ressaltam índices e visões de mundo dados, enquanto resultado das relações sócio-políticas.

A dimensão ideológica de todo discurso não leva, por si, a uma falência da crítica, pois, mesmo que todo discurso seja carregado de acentos políticos, resta sempre o nível ético-político em referência à dignidade da vida em geral, que baliza considerações no tocante à justiça social, pela qual reconhecemos o que precisa ser mudado – é ético que dois terços da população mundial venham a ser mera função para os privilegiados (BOFF, 2000)? Nesse ponto, a crítica ideológica passa por uma crítica às visões de mundo que sustentam práticas sociais e discursivas opressoras. Uma discussão tal sobre ideologia na ADC não compromete a proficuidade da perspectiva fairloughiana. Assim, não se sustenta que seja possível prosseguir com a ideia de que a ideologia é apenas o sentido a serviço do poder (Thompson), o que levaria à necessidade de uma crítica desideologizante do sentido de ideologia. Não posso desconsiderar que todo sentido é aberto e se abre aos acentos e índices político-

ideológicos. Portanto, o sentido de ideologia, mesmo a serviço de um poder anti-hegemônico, seria igualmente ideológico, visto a penetração da ideologia em todo signo.

A natureza interativa da linguagem se reveste de índices político-ideológicos, como possibilidade de ação (perlocucionária) mútua entre sentidos e desejos, decorrendo em efeitos recíprocos entre poder e conhecimento que os discursos asseguram, observando que conjunção e que relações de força fazem sua utilização necessária (FOUCAULT apud FAIRCLOUGH, 2008). Tal posicionamento parece corrigir inconstâncias diante da resistência de Foucault a crítica ideológica, ao desvinculá-la de um sentido negativo, sendo que a “politização” geral da ideologia não impede que se identifiquem aspectos profícuos na abordagem faircloughiana, na medida em que nossa crítica se volta para a consideração de um discurso que seria desideologizado, retomando uma suposta neutralidade urdida principalmente por um viés positivista. Essa consideração parece se deixar cair na presunção de que o crítico tem uma visão factualmente privilegiada, a qual está acima da densidade da ideologia, ao ponto de alguns autores sustentarem que a crítica à ideologia é uma análise desideologizada, mesmo diante da ideia de que a conscientização, seja uma compreensão dos processos de constituição da ideologia, sobre os quais se deve limitar a crítica às formas de operação negativa da ideologia, esquecendo-se de observar como a ideologia pode ser um elemento mobilizador dos processos de identificação nas reivindicações sociais.

Um dos primeiros pontos, apontados por Fairclough (2008), que permanecem latentes na ADC quando “ideologizada” – concepção ideologizada da crítica –, é que existe significações ideológicas de um texto seja pela gramática, seja pelo vocabulário, seja pela estrutura argumentativa/narrativa geral. Além disso, permanece que a posição dialética de Fairclough (2008) entre discurso e subjetividade no tocante a ideologia está em total acordo com o que viemos considerando até aqui. Fairclough (2008, p. 89) também indica que os discursos e ordens discursivas “são acessíveis ao investimento político e ideológico, sem serem necessariamente assim investidos”, o que pode se estender à própria dimensão desejante da ideologia, já que, sendo a consciência manifesta em forma de discurso (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006), mantêm-se os diferentes investimentos e reinvestimentos dos sentidos políticos e ideológicos dos discursos. Também a ideologia, como uma forma de orientação das práticas sociais, implica o discurso, mas não o reduz àquelas (FAIRCLOUGH, 2008), já que a própria concepção de apreensão discursiva do mundo físico e da realidade social não pretende de fato reduzir os elementos da prática social e dos aspectos físicos ao discurso, mas apenas conceber que todo processo de assimilação dos elementos se dá por via do discurso, estando, por sua vez, imbuído de acentos e índices

políticos e ideológicos. Os próprios exemplos de relação entre discurso e práticas sociais apresentados por Fairclough (2008) fazem daqueles uma prática política e ideológica pelo discurso. Assim, remanescem, em uma concepção de ideologia como visão de mundo ou como um conjunto de percepções, a dependência entre práticas política e ideológica e a função e condição do discurso para a luta de poder.

Uma ADC “ideologizada” também pode conservar a percepção da rearticulação das ordens de discurso como resultados das lutas político-ideológicas, entendendo a heterogeneidade dos elementos internos das ordens de discursos e as implicações daquela para a luta emancipatória como estruturação contraditória das ordens de discurso que se reafirmam pelos diferentes investimentos que, como foco da luta, podem ser desinvestidos ou reinvestidos (FAIRCLOUGH, 2008). Ademais, as próprias dimensões macro e micro na análise dos processos sócio-cognitivos no discurso, os quais são moldados por aspectos político-ideológicos, não são descartadas por uma ADC “ideologizada”, permanecendo através das práticas que influenciam a estrutura, as relações e as lutas sociais.

A diferença de grau no investimento ideológico do discurso, em uma ADC ideologizada, equivaleria aos níveis de emancipações ou reprodução que um discurso acarreta, considerando que posições e competições sociais diante do vocabulário perduram por uma concepção de ideologia como visão de mundo, já que a dimensão político-ideológica de (re)lexicalizações colocam-na na trincheira das lutas sócio-políticas (FAIRCLOUGH, 2008). Pelas disputas dos sentidos das palavras em relação à hegemonia e às implicações político-ideológica das metáforas (FAIRCLOUGH, 2008), dá-se o investimento ideológico não só dos sentidos, mas também das pressuposições, metáforas e coerência, ao ponto de haver uma interligação entre sentido e forma dos textos. Também o investimento ideológico de aspectos do estilo permanece como proficuidade para a crítica que assume os investimentos ideológicos da linguagem, enquanto propriedade tanto da estrutura quanto do evento, necessitando de uma dialética estrutura-evento que, pelas desvantagens das abordagens não-dialéticas, parecem sinalizar para a concepção dialética na abordagem da ideologia, em perspectiva das mudanças (FAIRCLOUGH, 2008).

Outro ponto que subsiste em minha concepção ideologizada da crítica são as asserções destacadas por Fairclough (2008) sobre ideologia, nos aspectos de materialidade, interpelação e delimitação da luta. Fairclough (2008) afirma que as bases althusserianas para a discussão de ideologia já podem ser encontradas em Bakhtin/Voloshinov (2006). Nesse sentido, a concepção faircloughiana de ideologia como significações/construções da realidade, na produção, reprodução e transformação das relações de dominação, ressalta o componente

da mudança para o sentido da ideologia (FAIRCLOUGH, 2008), o que seria destacada na concepção de ideologia como visão de mundo ou conjunto de percepções. Além disso, tendo a ideologia, em sua materialidade nas práticas sociais, a concepção como conjunto de percepções, ela sai do nível idealista e entra no material, ao considerar tanto como esses conjuntos são materializados pelas práticas discursivas da sociedade, quanto como esse processo se estabelece no nível cognitivo-afetivo.

A própria naturalização não deixa de significar uma potencialização da ideologia que, mesmo não podendo ser preterida no processo de luta ideológica, como dimensão das práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2008), entendo que, para uma ADC ideologizada, o problema da crítica não estaria em questionar o processo de naturalização em si, mas verificar que algumas percepções que estão se tornando naturais podem ter um sentido político-ideológico benéfico, como a naturalização da autonomia profissional feminina, a partir de reivindicações sociais. O problema quanto à naturalização seria que os recursos para a produção de senso-comum permanecem muitas vezes restritos a grupos hegemônicos reacionários, cuja transformação de certas visões emancipatórias de mundo em senso-comum teria efeitos revolucionários para as práticas sociais.

O último ponto a ser reparado em uma ADC ideologizada é a impossibilidade de leitura das ideologias apenas nos próprios textos, devido ao sentido depender da interpretação que podem variar quanto à significação ideológica e devido ao nível social de complexidade da ideologia, que vão além da análise textual (FAIRCLOUGH, 2008). Porém, ressalto a tentativa de superação de um grande impasse no pensamento faircloughiano, no qual incide minhaautocrítica: a consideração de existência de discursos desideologizados, ou seja, que discursos, supostamente, transcendem a ideologia (FAIRCLOUGH, 2008). Foucault (2011) propõe o poder como sendo mais que dominação e, nesse sentido, as compreensões negativas de ideologia parecem estar ainda ancoradas nessa concepção corrente de poder. Assim, se a crítica de Foucault (2011) às ciências humanas se dá pela sua sustentação de formas convencionais/instituídas de poder, considera-se que a análise restrita ao aparelho de Estado não é suficiente para a compreensão do funcionamento do poder, em sua complexidade e nuances. De acordo com o filósofo francês, mesmo Marx foge a esse esquematismo restrito à análise do Estado e, além disso, o poder não se exerceria sobre o indivíduo, mas sobre o corpo, sendo o indivíduo produto desse exercício.

A partir daí, na discussão sobre ideologia como visão de mundo ou conjunto de percepções, vale entendê-la a partir da concepção de poder foucaultiana (2011), pela qual se desvincula do caráter meramente jurídico-institucional, só sendo unipresente porque provem

de toda parte e não porque engloba tudo de cima. O poder como relações de força, então, articularia a ideologia como conjunto de percepções? Deleuze (2006, p. 82) diz que François Châtelet sintetiza a fórmula do poder foucaultiana como “o poder em exercício, o saber como regulamento” e, de tal feito, pelo primado do poder em sua relação com o saber, e em consequência que o saber, sob a lógica do poder, sirva também para fundamentá-lo, a ideologia, enquanto conjunto de percepções, seria o nome para implicação saber/poder atuando sobre o corpo e os afetos, como forma que sustenta ou altera as práticas nas relações de força. Constrói-se, pois, uma dialética entre práticas (eventos) e a sociedade (o que comumente se chama de estrutura), através da inserção do afeto e do desejo na relação com a consciência, em seu sentido amplo de percepção, de modo que a realidade, pela historicidade, forja as posições discursivas, pelas quais damos sentidos às palavras, enquanto que, por seu turno, a palavra (linguagem) fornece os elementos cognitivo-afetivo para a apreensão da realidade. Assim, a historicidade se pauta por relações de poder e não por relações de sentido (FOUCAULT, 2011), já que a própria linguagem submerge no campo político, ao mesmo tempo em que o sentido proveniente das relações sociais e outras sustenta as condições cognitivo-afetivas de apreensão do mundo, fazendo com que, nessa dialética, não esteja implicada uma preponderância nem do sentido sobre o afeto, nem do inverso, já que “pensamento” e “sentimento” podem ser entendidos como mutuamente determinantes. Tal dialética permite a configuração de regimes de verdade que, pelo funcionamento da enunciação/construção de sentidos e afetos, exerceriam papel sobre os desejos e as práticas, de modo que a linguagem e as relações de poder se amalgamam, a medida em que os sentidos e desejos se aglutinam. A linguagem faz do regime de verdade um apêndice do regime de poder, já que as ideias e afetos assumem uma dimensão de atravessamento entre as relações de poder e relações entre sentido e desejo.

Daí, sobressai a concepção de ideologia como conjunto de percepções, no qual a verdade funciona como prolongamento do poder, isto é, há verdades diversas que sustentam visões de mundo divergentes, de onde sobressai a dimensão política ressaltada do critério de dignidade das formas de vida em geral, como uma ética que baliza a produção emancipatória de sentido e desejo. Mesmo que a ideologia seja tomada nesses termos, isso não a impede de ser assimilada, pela importância da linguagem na apreensão da realidade, já que o sentido afeta a subjetividade e o desejo produz novos sentidos. Nesse intercruzamento, posso acolher o aspecto da definição no qual a ideologia é um conjunto de sentidos e afetos (visão de mundo) construídos pela e na linguagem, a partir de uma concepção de ideologia como conjunto de percepções, já que a dimensão política é um vetor social que articula sentido e

afeto. De todo modo, a ideologia, como conjunto de percepções, assume o papel de orientar em larga medida os sentidos sociais e os próprios afetos. A partir dessa concepção, existe a ideologia, antes de um conjunto de distorções e falseamentos da realidade que orientariam a prática social por si, como um conjunto de percepções, imbricado entre sentidos (pensamento) e afetos (sentimentos), que orientam as práticas sociais. Assim, é que o sentido e o desejo sustentam o mundo como apreensão significativa, nos contextos pragmáticos e, por isso, justificam ou sustentam, perante a si e ao outro, visões de mundo específicas, o que não faz com que passem a ser apêndice do poder, no âmago da linguagem. Relacionar a acepção de ideologia como visão de mundo é significativo, diante da premissa ou suposição (*assumption*) que faz trio com a existencial e a proposicional, de onde vemos a ideologia como um conjunto de percepções, em sentidos e afetos.

Será possível, ainda, usar a acepção de ideologia como conjunto de percepções para conciliar a análise capilar do poder sob um fundo de análise de um fundo político-institucional? Como não é necessário que uma análise exclua a outra, vale apenas que não se estabeleça uma crença na infraestrutura como elemento exclusivo de manutenção do *status quo*, já que aquela sofre de um decaimento de sua força no nível capilar-cotidiano, mesmo que os sentidos e afetos possam ainda ser mais ou menos intensos diante dos poderes sustentados pelas ideologias. Isso também é favorável a entender a relação entre sentidos e afetos e, nesse viés, Nietzsche aponta a necessidade futura de substituição da teoria do conhecimento por “uma doutrina que realce a perspectiva dos afetos” (HABERMAS, 1982, p. 310). Trata-se de um fundo “epistemológico”, na equiparação tradicional do conhecimento à razão ou à cognição, que é incapaz de sustentar uma prática coletiva, levando-nos a dizer que a concepção de consciência como plano imaterial é também insuficiente como catalizador da ideologia, como meio dos conjuntos de percepções. É preciso que o sentido e o afeto façam girar a engrenagem do desejo, a ponto de ocasionar as identificações necessárias para a assimilação dos elementos constituintes da realidade social ou do mundo físico.

Não se vê o seguir de uma regra (HABERMAS, 2004; WITTGENSTEIN, 1979) como uma questão que seja empreendida meramente no sentido idealista de uma consciência alijada do social, já que a ideologia, como visto em Bakhtin/Voloshnov (2006) também não o é e, nesse sentido, não é porque os sujeitos entendem mal os mecanismos do poder que a ideologia funciona, mas porque a ideologia tem a ver mesmo com a produção de desejo – o sujeito assume os conjuntos de percepções que se associam aos seus afetos e sentidos, construindo sua subjetividade e a assumindo para si, enquanto identidade. Visto a imbricação do social e do desejo, a luta pela emancipação ganha força quando se converte, a nosso ver,

em luta pela efetivação da dignidade das formas de vida em geral. Assim, devido à “medida comum (...) do campo social e do desejo” (DELEUZE; GUATARRI, 2010, p. 47), a mobilização para a emancipação deve se dar em torno da produção de subjetividade (sentidos e afetos), sendo que o melhor engajamento político como bandeira comum se dá através da luta por proteção e efetivação da dignidade das formas de vida em geral. Assim, mobilizar em torno dessa efetivação ganha mais força quando não esquecemos essa relação entre desejo e social, no concernente a sua constituição recíproca, ou seja, como o social encerra os desejos como percepções hegemônicas (e não como uma pluralidade de desejos). Isso leva a reconfigurar o conceito de ideologia para abarcar também a produção desejante e a apresentá-lo como elemento que afeta a subjetividade e produz identificações. Eis a premência da ideologia como conjunto de percepções em que o processo de identificação depende de sua igual inserção no plano formações discursivas e sociais, porquanto as relações sociais têm primazia na produção de sentidos e afetos. Minha concepção de ideologia como conjunto de percepções tangencia a possibilidade de efetuação de uma inversão “que propague o desejo revolucionário no campo social existente” (DELEUZE; GUATARRI, 2010, p. 47).

3.2.4 Relações hegemônicas e ideologia

Por fim, pretendo ressaltar a respeito da imbricação entre ideologia e hegemonia, fazendo referência a Fairclough (2008) quanto à compreensão das lutas ideológicas, pelo modelo hegemônico, de modo que foi viável, no capítulo 1 deste trabalho, considerar o horizonte epistemológico que faz referência às questões ecológicas e ambientais na atualidade que funcionaram como marco teórico-temático desta pesquisa. No que toca à formação hegemônica, o linguista inglês retoma a posição da concepção de poder de Gramsci e de Foucault, ao ponto que sua definição de hegemonia converge ao terreno da luta social. Desse modo, destaca-se a proficuidade do conceito gramsciano para a análise política e ideológica do discurso, vista a adequação do conceito de Gramsci quanto à hegemonia diante da perspectiva do discurso em relação às mudanças, oferecendo uma definição daquele como equilíbrio parcial e temporariamente estável, submetido ao foco da luta, cujos domínios e níveis podem ser desiguais (FAIRCLOUGH, 2008). Além disso, Fairclough (2008) considera a estruturação ideológica do sujeito a partir de Gramsci, apontando aquela como senso comum, mesmo diante da possibilidade de formações conflitantes nos complexos ideológicos, como supõe Gramsci (FAIRCLOUGH, 2008), o que faz necessária uma investigação de como esses se formam e se articulam.

Quanto a esse último ponto, vê-se a referência de Fairclough (2008) à relação entre hegemonia e articulação proposta por Laclau e Mouffe (2015), considerando o primeiro estar em harmonia com os autores quanto ao conceito de discurso, na perspectiva dialética de estrutura e evento e na situalização das práticas discursivas em relação ao social por meio da conceituação gramsciana (FAIRCLOUGH, 2008). Nesse caso, vale ressaltar certas inconsistências que aqueles autores apontam na concepção de hegemonia de Gramsci (LACLAU; MOUFFE, 2015). Contudo, entendo que os pontos ressaltados por Fairclough (2008), a partir de Gramsci, não geram incongruência com nossa perspectiva de ideologia, nos termos apresentados a seguir – principalmente, por sua desvinculação com o economicismo –, possibilitando mantermos em mente as indicações feitas por Fairclough (2008), principalmente diante da ideia da hegemonia oferecer uma visão de ideologia que também antecipa os avanços de Althusser, essa como concepção de mundo (FAIRCLOUGH, 2008), o que está de acordo com nossa concepção de ideologia, assumida principalmente em referência a Bakhtin/Voloshinov (2006).

Quanto à função da linguagem perante a hegemonia, Fairclough (2008) faz sobressair a centralidade da ideologia e hegemonia na prática social, mediada pelo e no discurso. Assim, tem-se que a produção, reprodução, contestação e transformação da hegemonia pode se dar através do discurso, através da formação de hegemônias por das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2008). Nesse entendimento, as próprias ordens de discurso seria uma forma de constituição de hegemonia que podem ser (re)articuladas, em decorrência da luta hegemônica, até porque as práticas discursivas são facetas da própria luta hegemônica, cujos efeitos tem implicações sociais diversas (FAIRCLOUGH, 2008). A fim de ilustrar a discussão, Fairclough (2008) analisa o discurso de M. Thatcher em termos de articulação, em perspectiva com as questões político-ideológicas e em adequação com o conceito de discurso do primeiro. Desse feito, há uma contraditoriedade das diferentes ordens de discurso rearticuladas por Thatcher, fornecendo a criação de posições intérpretes por aquela prática e, nesse turno, instituições particulares podem insurgir como sustentação de certos discursos na luta hegemônica (FAIRCLOUGH, 2008).

Como também a perspectiva de mudança passa a ser oferecida pelo conceito de hegemonia, é relevante a compreensão do fornecimento de modelos e matrizes que são possibilitados por esse conceito, sendo o discurso peça chave no primeiro caso, na constituição de ordens de discurso que devem ser observadas também no segundo caso, enquanto ligação entre diferentes ordens (FAIRCLOUGH, 2008). Vale perceber outras formas de organização do poder além da hegemonia que correspondem provavelmente ao que

Fairclough (2008) apresenta como modelo código de discurso, em contraste ao modelo de articulação da hegemonia. Os aspectos distintos desses modelos convergem na indicação pós-modernista de um modelo de discurso, chamado de mosaico, através, por exemplo, da publicidade (FAIRCLOUGH, 2008).

Essa discussão gera a adequação do conceito de hegemonia para o quadro tridimensional, voltado à explicação da natureza das práticas sociais e discursivas, por meio das categorias de matriz e modelo que podem ressaltar o trabalho de investimento ideológico (FAIRCLOUGH, 2008). Com a compreensão dos discursos como passíveis à luta ideológica pelo modelo hegemônico, vale destacar dois pontos referentes a relação entre intertextualidade e hegemonia e, no caso de pressuposições assumirem relações intertextuais com textos prévios, vejo que esses podem se dar de modos manipulativos ou sinceros, na iminência de possibilidade de dados modos da pressuposição constituírem ideologicamente os sujeitos (FAIRCLOUGH, 2008). Ademais, é premente a dimensão ideológica das reestruturações (de discursos), no contexto da discussão sobre o conceito de metadiscurso. Cabe também considerar a formulação teórica referente às limitações sócio-políticas que qualquer inovação pode sofrer nas relações hegemônicas, o que não pode ser explicado somente pelo recurso ao conceito de intertextualidade, mas pelas relações de poder e suas modelagens das estruturas e práticas sociais, tangenciando o próprio conceito de hegemonia (FAIRCLOUGH, 2008). Alguns exemplos comparativos são dados, pelo linguista inglês, sobre a representação do discurso como forma de intertextualidade, diante do papel hegemônico na estruturação da relação entre domínios público e privado, inclusive tendo-se exemplos analíticos que focalizam a categoria de interdiscursividade – conceito esse que é usado por Fairclough em preferência ao de intertextualidade constitutiva –, dentro do quadro da luta e da transformação hegemônica.

Alguns recursos assumidos discursivamente na arena ideológica podem ser provocados em resposta a dilemas, suscitados pela luta hegemônica e, ainda nessas considerações, entende-se a primazia das ordens de discurso pela intertextualidade, tomada em um equilíbrio instável, por meio do modelo hegemônico (FAIRCLOUGH, 2008). Nessa relação entre intertextualidade e hegemonia, efetua-se também uma limitação numérica das cadeias intertextuais, devido à articulação particular entre as instituições e práticas sociais e complexidade das primeiras, ainda que seja possível a tentativa de antecipação das cadeias intertextuais por um discurso, podendo gerar heterogeneidades e ambivalências. Assim, para o linguista inglês, pode-se vislumbrar a possível construção de relações transformacionais

(cadeias intertextuais) entre tipos de texto que podem se tornar linhas de tensão e mudança, ao serem usadas com propósitos estratégicos.

Tangenciando esses pontos, pode-se visualizar como certas ideologias, como a produtivista, podem se tornar hegemônicas e, especificando nuances dessa hegemonia ideológica do neoliberalismo, que foram considerados no capítulo anterior, indiquei que os mecanismos sócio-econômicos neoliberais contornam possíveis questionamentos de sua ênfase dada ao crescimento econômico como valor em si mesmo, por meio da racionalização de que altos níveis de produção e consumo estariam sempre a contribuir com o desenvolvimento, justificado muitas vezes pela simples maximização do lucro, em vez de ser considerado como instrumento de fornecimento de dignidade para as formas de vida em geral. Dessa maneira, apresentarei a seguir considerações desenvolvidas em torno de aspectos gerais decorrentes das ideologias dominantes do panorama atual e de temas como a sustentabilidade e, igualmente, das possibilidades de agência que remanescem àquelas. Quanto a isso, reitero a situação e condição atuais dos ecossistemas em que vivemos e, através disso, construímos o marco temático de nosso trabalho, como horizonte epistemológico, seja científico, acadêmico ou, por ventura, outro, em torno de questões como a Ecologia, Economia, Linguística Aplicada e outros.

4 À GUIA DE METODOLOGIA²⁴

4.1 QUESTÕES DE ORDEM METODOLÓGICA

O presente capítulo tem por finalidade apresentar os fatores iniciais envolvidos em minha configuração metodológica, como a escolha do corpus, os procedimentos de constituição dos dados e, ainda, algumas características principais da pesquisa. Referindo-se ao primeiro ponto, posso destacar a motivação que me levou a tomar, como corpus de minha pesquisa, os relatórios de sustentabilidade da JBS S.A., a partir de um conhecimento geral que vem se construindo, nas últimas décadas, quanto à interferência e aos impactos que as escolhas cotidianas exercem sobre a natureza e as demais formas de vida. Para ser mais específico, essa associação se construiu, para mim, principalmente entre a sustentabilidade e escolhas diárias, especialmente através da leitura como o livro *Foodchoiceandsustainability* (OPPENLANDER, 2013).

Como bolsista de iniciação científica, eu entrei em contato pela primeira vez, de forma sistematizada, com textos que apontavam os impactos das escolhas humanas sobre a natureza e aquilo, obviamente, despertou minha atenção para esse dado corriqueiro que passa quase despercebido. Entre um material e outro, foi avultando a importância do tema para meu interesse epistemológico, até que, concluindo minha participação nesse primeiro grupo de pesquisa, comecei a cogitar a possibilidade de dar continuidade a essas discussões pela perspectiva teórica de minha formação, isto é, de modo geral, os estudos de linguagem. Assim, sempre mantive um interesse latente pela questão, sendo que não conseguia ainda formular uma perspectiva teórica que pudesse favorecer a abordagem do tema da sustentabilidade pelo campo da linguística, até que tomei conhecimento da linha de pesquisa de estudos críticos da linguagem, existente no curso de mestrado, no programa de pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Mesmo não sendo

²⁴Mesmo que se diga que o capítulo de Metodologia de uma dissertação não deveria se encarregar exclusivamente de teorias, faz-se necessário referendar Fairclough (1989, 2008) e seu quadro tridimensional, a partir de uma abordagem inserida dentro do campo da Linguística Aplicada. Em decorrência, neste capítulo, apresentarei uma argumentação teórico-metodológica como proposição de pesquisa, no contexto da crítica do discurso e da linguagem. Apesar de todo o imbricamento entre dimensão teórica e metodológica na ADC, ressalto que semelhança não é equivalência nem igualdade, mas um elemento sempre necessário para qualquer cogitação, reflexividade ou, até mesmo, associação que possibilite o fazer científico. Esse imbricamento entre dimensão teórica e metodológica possibilita ainda a abordagem de como as categorias referentes à análise do discurso e linguagem são utilizadas no capítulo de análise da dissertação, diante da relação entre teoria e metodologia na ADC, uma vez que a teoria possibilita a abordagem de como as categorias referentes à análise do discurso e linguagem são utilizadas no capítulo de análise da dissertação e que esse atravessamento teórico-metodológico são inevitáveis e se fazem inseparáveis, especialmente no que toca Fairclough (1989, 2008).

instantânea minha associação do tema da sustentabilidade com as perspectivas críticas da linguagem, ainda vim a nutrir curiosidade por outros assuntos, como literatura ou as relações de poder na academia, até o dia em que, em 2016, lendo e pesquisando sobre questões relevantes para elaborar um projeto de pesquisa, a ser submetido à seleção do referido programa de pós-graduação em mestrado acadêmico em Linguística Aplicada, concluí pela importância de tratar sobre a relação entre sustentabilidade e práticas discursivas, com um viés crítico da linguagem.

Aprovado na seleção, fiz algumas reformulações para o aprimoramento de meu projeto de pesquisa e, a partir de diálogos com minha orientadora, concluímos em especificar ainda mais nossa investigação através da análise de relatório de sustentabilidade de alguma empresa que, pelo critério da relação entre sustentabilidade e publicações corporativas, achamos por adequado estudar os relatórios da Companhia JBS S.A, uma vez que a empresa opera na indústria alimentícia e, dessa posição empreendedora que implica em recursos e demandas características, tem o hábito de publicar seus relatórios de socioambientais pelos quais aborda aspectos da sustentabilidade. Por esse motivo, acabamos por reconhecer alguns pontos sobre o estabelecimento da sustentabilidade através das práticas sociodiscursivas corporativas.

Sem querer antecipar a análise dos materiais discursivos em si, entendo como necessária a exposição de nossos procedimentos para a constituição desses dados, extraídos dos relatórios de sustentabilidade da Companhia JBS S.A. Primeiramente, fiz um recorte referente à escala situacional do estudo e, nesse sentido, estabeleci como fonte de dados apenas os últimos três relatórios publicados pela empresa, isto é, os relatórios correspondentes ao último triênio de atuação da empresa: o relatório referente a 2015 foi divulgado mais precisamente no dia 10 de junho de 2016; o de 2016, apresentado justamente no dia 02 de maio de 2017; e, o de 2017, divulgado, por sua vez, em 27 de abril de 2018²⁵. Representando os três últimos anos de atuação da Companhia, os relatórios são divulgados no site de relacionamento com investidores da empresa e, a seu modo, a razão para tal delimitação vem principalmente da necessidade de delinear nosso estudo dentro de uma margem de exequibilidade, diante dos mais de 10 relatórios publicados pela empresa, os quais também apresentam considerável extensão de páginas. Assim, a fim de possibilitar um abalçamento para constituição dos dados emergentes de nosso *corpus*, o que pode aumentar a compreensão do que estou propondo a desenvolver em análise, senti a necessidade de restringir a

²⁵Informações coletadas do site de relacionamento com investidores da empresa, no qual os relatórios são divulgados (Disponível em: <<http://jbss.infoinvest.com.br/?idioma=ptb>>. Acesso em: 04 jul. 2018.).

investigação a esses três relatórios, que, devido à especificidade da pesquisa, enquanto análise do discurso e não análise de conteúdo, foram submetidos a leituras sucessivas a fim de identificar os aspectos discursivos dados ao crivo analítico, enquanto corpus a ser analisado. Eles são suficientes e possibilitam entender os pontos cruciais que foram se acumulando a partir das leituras dos mesmos, assim como dos materiais utilizados para possibilitar sua análise mais fundamentada. Se, pela quantidade dos relatórios divulgados pela JBS S/A, restrinjo-me a apresentar os três últimos, consta-se que o relatório de 2015 apresenta 95 páginas, enquanto o de 2016, 144 páginas, e o de 2017, 210 páginas, totalizando 449, com variações de fontes e formatações.

Vim a ampliar a delimitação quanto aos excertos a serem analisados de cada relatório, considerando seu caráter misto na divulgação tanto dos resultados anuais gerais da empresa no mesmo documento em que os resultados referentes quanto da atuação da sustentabilidade. Por esse motivo principalmente, não pretendo avaliar toda a sistematicidade dos relatórios, mas apenas os excertos que, no decorrer de nossas leituras, ofereceram uma contribuição ao entendimento do funcionamento discursivo dos próprios relatórios, no tocante às dimensões da análise.

Além disso, quanto às características de pesquisa, considero o intuito de classificar esta pesquisa a partir de seus traços metodológicos principais e, para tanto, é necessário que, prioritariamente, possa reiterar a Análise de Discurso Crítica (ADC) como pivô para a prática de pesquisa, diante da linguagem apresentada nos relatórios da Companhia da JBS S.A., enquanto prática sociodiscursiva. Essa perspectiva de investigação para a linguagem em uso na vida social nos mune com elementos teórico-metodológicos para a compreensão ampla entre texto, práticas discursivas e práticas sociais, estabelecendo que o estudo do discurso propagado nesses relatórios que serviram de corpus para a análise, passará pelo crivo criterioso de uma investigação que vai desde os elementos linguístico-formais que os caracterizam enquanto texto, até os seus aspectos interativos mais amplos, enquanto prática discursiva ou social.

Considerando a configuração metodológica da pesquisa, essa se realiza a partir da classificação feita por Fairclough (2008), quanto a trabalhos de cunho descritivo e interpretativo, sendo que o estudo se caracteriza justamente por um tipo de abordagem mista na qual se pretende descrever aspectos do nível textual dos relatórios e, em concomitância, interpretar os aspectos interativos dos mesmos, tanto em nível discursivo quanto social, de modo que assumo a abordagem da ADC como recurso voltado ao caráter descritivo/interpretativo (FAICLOUGH, 2008). Fairclough (2008) elucida oportunamente

pela inseparabilidade da descrição e interpretação da análise, o que pode inclusive estar interpenetrado. Diante disso, os objetivos de pesquisa são explorar elementos textuais, discursivos e sociais dos relatórios da empresa JBS S.A., os quais constituirão o *corpus* de análise, com base no que apresento anteriormente, estabelecendo um estudo que se sustenta sobre a classificação descrito-interpretativo e, como ainda veremos, no quadro tridimensional para uma investigação de discurso.

Ainda em referência ao caráter descritivo-interpretativo da análise, reforço ambos os aspectos trabalhando em complementaridade nas pesquisas de Linguística Aplicada, principalmente quando considero as três dimensões do discurso, textual, discursiva e social, que se relacionam com aspectos como texto, interação e contexto de uma prática discursiva, estabelecendo interpenetração das dimensões. Tenho que, inicialmente, Fairclough (1989, p. 26) formula o quadro tridimensional em destaque dos elementos descritivos, interpretativos e explicativos de análise: “descrição é o estágio que se relaciona com as propriedades formais do texto [...] interpretação diz respeito à relação entre texto e interação [...] explicação diz respeito à relação entre interação e contexto social” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 26)²⁶. Em seguida, o autor reformula essa relação, possibilitando entender que os níveis da interpretação e explicação que faziam, respectivamente, tributo a análise discursiva e social serão assimilados por meio da categoria única de interpretação (FAIRCLOUGH, 2008), de modo que a articulação da análise textual e interpretativa sugira que a análise da prática discursiva deve envolver uma combinação do que se poderia ser denominado de uma investigação ao mesmo tempo descritiva e interpretativa.

Assim, como faço uso do arcabouço teórico-metodológico da ADC, pretendo, na esteira de Fairclough (2008), realizar uma investigação tanto em nível de identificação e classificação das características formais do corpus, a partir das categorias analíticas descritivas, principalmente as referentes à dimensão textual da análise, quanto em nível de aplicação de categorias interpretativas, a partir das quais posso entender a relação do corpus com seu contexto de produção/distribuição/consumo, assim como seu contexto social mais amplo. Nesse ponto, vale retomar que, para Fairclough (2008) tanto a descrição não está desvinculada da interpretação, quanto essa não está também desvinculada dos aspectos formais e, por isso, em todo caso, analisarei aspectos sociais e discursivo de contexto do

²⁶Texto original: “Description is the stage which is concerned with formal properties of the text [...] Interpretation is concerned with the relationship between text and interaction [...] Explanation is concerned with the relationship between interaction and social context”.

corpus, a partir de algumas categorias que explicam a relação entre interação e contexto social.

No tocante ao aspecto qualitativo da pesquisa, esse tem por objetivo transcender uma tomada dos dados constituídos a partir dos três últimos relatórios divulgados pela JBS S.A. que poderia recorrer a uma postura voltada à representatividade numérica, por meio principalmente de uma linguagem contábil-financeira. Ao analisar os dados, debruço-me sobre aspectos do uso da linguagem, construídos por meio desses relatórios, que não devem ser meramente quantificados. Sobre a compreensão desses elementos discursivos, volto-me à explicação do porquê de dadas características, o que está contido no aspecto interpretativo sugerido por Fairclough (2008). Pretendo trabalhar, assim, com elementos referentes a suas aspirações e atitudes econômicas, a seus significados políticos, a suas motivações ideológicas e a suas crenças ou valores sociais. Dessa forma, será inevitável associar os aspectos descritivos de nossa pesquisa em conjunto à sua compreensão pelos aspectos interpretativos, o que está devidamente articulado com a proposta da ADC de relacionar aspectos descritivos da linguagem com suas características explicativas (FAIRCLOUGH, 2008).

Por essas características, a pesquisa se volta a explorar os dados por uma perspectiva sócio-político-econômica, situando-se diante do problema do uso da linguagem no processo de construção de sentido por meio de relatórios corporativos, a partir de certas questões e objetivos apresentados já na introdução. Essa orientação pretende tornar mais explícitas algumas questões linguísticas e sociais referentes ao uso da linguagem nesses relatórios, a fim de possibilitar a contribuição da Linguística Aplicada no processo de transição para a sustentabilidade, ao gerar um campo de interesse pela temática referente às questões ecológicas. Assim, intenciono desenvolver uma investigação por meio da característica de flexibilidade de planejamento que otimiza os procedimentos de pesquisa e ainda pela formulação teórica, tornando possível considerar os vários aspectos relativos ao corpus. Isto é, buscarei atender a uma exploração do tema da sustentabilidade, a partir do lugar da Linguística Aplicada, dando ênfase ao uso da linguagem na definição dos conceitos básicos envolvidos na transformação da sociedade no que concerne a suas relações ecológicas.

Conectando isso aos procedimentos técnicos da pesquisa, essa obviamente se torna um empreendimento, a partir do qual se busca aprofundar as características discursivas apresentadas pelos relatórios que servem de corpus. Pretendo aprofundar os elementos analíticos de modo que seja capaz de desenvolver uma compreensão abrangente de objeto de estudo em questão, mesmo que investigue apenas os três últimos relatórios disponibilizados pela empresa, o que oferece uma compreensão da atuação atual pela qual a Companhia passa

em referência às questões ecológicas gerais. Assim, formularei algumas concepções sobre o presente objeto de estudo e, no que concerne a possíveis extrapolações do corpus para o seu contexto em análise, isso se justifica justamente pelo fato de entender que a linguagem é inseparável de seu meio de produção, o que pode oferecer maiores recursos analíticos e, inclusive, pontos e contrapontos teóricos aos quais será possível recorrer durante a investigação.

Finalmente, diante da conjuntura geral, apresentada no decorrer dos capítulos teóricos dessa pesquisa, reconheço o momento propício para enfatizar certas nuances analíticas que desenvolverei, a partir de uma análise discursiva dos relatórios anuais de sustentabilidade da Companhia da JBS S/A. Acredito que, pela avaliação das estratégias discursivas da sustentabilidade desses relatórios, é possível considerar as dimensões socioambientais inerentes ao processo de construção de sentido nos referidos relatórios. Ao adentrar nessas noções de direcionamento de análise, é útil ratificar que essa proposta de pesquisa se realiza no intuito de analisar os diversos níveis da linguagem, mobilizados no corpus, como o textual (o que é manifesto textualmente nos relatórios), o ideológico (as visões de mundo e conjunto de percepções que justificam ou fundamentam a argumentação e a construção de sentido) e o intertextual (ressonâncias e remissões a/de outros discursos para a construção da argumentação dos relatórios de nosso corpus).

Assim, a análise dos relatórios da referida empresa nos esclarece que os elementos extraídos pelas categorias analíticas, como a dimensão textual dos relatórios, a ideologia e a intertextualidade no discurso, como construção de sentido, perpassam o âmbito da linguagem, o que assegura sua importância diante dos aspectos que o pesquisador se propõe analisar, indo para além de uma disciplina autônoma em relação às demais áreas do conhecimento, ainda insuficientes para dar conta da amplitude da realidade constitutiva do uso da linguagem em direção a uma transição para uma sociedade sustentável. Por serem de cunho passível a uma investigação dinâmica entre disciplinas, os fragmentos discursivos selecionados para o processo analítico serão organizados, em referência a ADC, por: (i) uma análise textual (descrição) do processo de construção de sentido dos relatórios, e uma análise interpretativa tanto (ii) dos elementos ideológicos, quanto (iii) dos elementos intertextuais de argumentação (interpretação), de modo que sua separação, na apresentação do próximo capítulo, se dá unicamente por uma questão de ênfase, já que descrição e interpretação são, como já visto, indissociáveis. Assim, no decorrer da análise, apresentarei fragmentos selecionados dos três relatórios analisados que darão subsídios à descrição e à interpretação do corpus, em referência às suas dimensões textual, social e discursiva.

4.2 O QUADRO TRIDIMENSIONAL COMO “MÉTODO”²⁷

Como ficará explícito no decorrer da argumentação deste tópico, a escolha diante de diferentes modelos possíveis da ADC se volta ao quadro tridimensional da análise do discurso (FAIRCLOUGH, 2008), pela adequação desse modelo às nossas exigências analíticas: (i) descrever o vocabulário, a gramática, coesão e estrutura dos relatórios enquanto âmbito de investigação do texto, (ii) analisar a ideologia e relações hegemônicas no âmbito da prática social em que aqueles se inserem e (iii) a intertextualidade no âmbito de suas práticas discursivas. Como há variados momentos pelo qual a orientação da ADC perpassou, destaco a importância do modelo tridimensional – encetado em *Language and Power* – para a análise, reforçando assim, como bem pode ser visto pelos objetivos de análise, que o modelo tridimensional da ADC é propício à proposta de pesquisa e possibilita o uso relevante das categorias de análise que caracterizam o estudo como uma análise de discurso crítica. Devido ao método tridimensional ser aprimorado na Teoria Social do discurso exposta em *Discurso e mudança social*, como Resende e Ramalho (2008) registram, centrarei a descrição do quadro nos comentários oferecidos nesse livro. Nessa linha, são feitas diferentes menções à abordagem tridimensional (GOMES, 2018; ALENCAR, 2009) que, como modelo característico da ADC, reforçam nosso recurso a ele.

Em publicações gerais, vejo algumas questões importantes de serem comentadas, diante da caracterização do quadro analítico em versões diferentes. Na comparação entre modelo da ADC, de 1992 e 1999 (RESENDE, 2006), ressalta-se o foco do discurso para o primeiro e das práticas sociais, para o segundo. Em versão mais atual, a ADC continua sendo definida como uma análise da dialética existente entre a linguagem ou, como passa a chamar, entre a semiose e os elementos de uma prática (social) (FAIRCLOUGH, 2012). Contudo, mesmo que na definição de semiose (FAIRCLOUGH, 2012), essa seja caracterizada a fim de considerar o discurso em sentido abstrato (FAIRCLOUGH, 2005) que assume as funções de representar (*representing*), de agir (*acting*) e identificar (*identifying*), relacionadas essas respectivamente com o discurso, gênero e estilo (FAIRCLOUGH, 2005), os elementos constitutivos de uma prática (social) ganham uma certa independência das próprias formas de atuação da semiose, na qual a constituição da ordem social se dá por uma particular interrelação das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2012). A ordem de discurso surge como

²⁷Vale especificar, de antemão, que o uso do termo *método* neste trabalho não tem o intuito positivista de atribuir à pesquisa um caráter de irrefutabilidade por meio dessa indicação. Quero tão-só, por meio do termo, ressaltar seu sentido de ‘caminho’ ou percurso da pesquisa, o que leva à ideia de método como um instrumento analítico que, de modo algum, poderia se encontrar além do social.

aspecto semiótico de uma ordem social e, mesmo aquela como sistema aberto, acaba incorporada de modo pouco abonado quanto a preponderância na assimilação constitutiva do social, dando a impressão de que esse pode ser apreendido para além da linguagem. Mesmo a constituição discursiva dos regimes social assume um caráter interativo entre elementos discursivos e não-discursivos, cuja relação dialética preserva a preponderância inversa do segundo tipo de elemento, uma vez que haveria a possibilidade de considerar o não-discursivo por si mesmo (FAIRCLOUGH, 2005).

No que trata dessa relação dialética, a ideia de irredutibilidade recíproca dos elementos da prática social (FAIRCLOUGH, 2005) é, como já visto, aproveitada da Ciência Social Crítica (CSC), assim como a concepção de discurso é oriunda do Materialismo histórico-geográfico (MHG), como apenas mais um elemento do social que “relaciona-se com outros, mas não os reduz a si” (RESENDE, 2006, p. 1077). Essas vertentes, às quais a ADC passa a se vincular posteriormente, geram uma dificuldade diante do entendimento de que, mesmo não podendo ser reduzidos ao discurso, os elementos sociais sempre são apreendidos através da linguagem, o que é o mesmo que dizer que esses elementos são construídos como elementos para a consciência humana tão-somente pelo discurso. Esse é um dos motivos pelo qual acredito ser mais profícuo para a pesquisa sua vinculação ao modelo tridimensional de Fairclough (2008), no qual o discurso se apresentava preponderantemente, mas sem se limitar à análise textual do discurso, de modo a ficar cada vez mais claro que a constituição do conhecimento ou da consciência humanos se dão, predominantemente, através do discurso.

Acredito que o modelo tridimensional exposto em *Discurso e mudança social* garante uma compreensão mais apreciativa do caráter constitutivo do discurso, ao vislumbrar o discurso no processo de apreensão ativa da realidade. Nesse livro, Fairclough (2008) considera que sua concepção de discurso, pela perspectiva dialética entre estrutura e evento, está em harmonia com algumas concepções que podem favorecer um entendimento da preponderância do discurso na experiência humana. Assim, quanto a essa compreensão de discurso, é mais apropriado recorrer a essa fase inicial de Fairclough, na qual a prática social pode ser encarada como “dimensão do evento discursivo” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 28), até porque, a partir dessa referência, a prática social passa a ser assinalada, por alguns pesquisadores, como dimensão do evento discursivo mais amplo (ALENCAR, 2009). Por isso, afirmo que, no que toca à relação dialética do discurso com outros elementos sociais, é preciso reconhecer a preponderância do discurso na experiência forjada na e para as práticas sociais. Fairclough (2008) será também cauteloso quanto ao que entende por exagero indevido no papel constitutivo do discurso, por parte de algumas vertentes teóricas. Isso já parece estar

presente quando Fairclough (2008) comenta sobre a relação dialética que o discurso deve estabelecer com a realidade “pré-constituída”, em detrimento da constituição exagerada do discurso, aparentemente por parte de Foucault. Mas, no instante em que proponho a crítica do conceito de real, no qual esse não pode se desvencilhar de sua apreensão discursiva, a primazia foucaultiana das práticas discursivas sobre a não-discursivas, tal como apontada na *Arqueologia do saber* (FAIRCLOUGH, 2008), passa a ganhar mais evidência. Diante dos aspectos discursos constitutivos do social, Fairclough (2008) conclui que a prática discursiva, além de ajudar na reprodução da sociedade, em suas identidades, relações e sistemas de conhecimento e crença, também pode contribuir para a sua transformação, uma vez que a mudança decorre de uma relação dialética entre discurso e estrutura social. Contrariamente, ainda que Fairclough (2008) advogue pela superação de ênfases indevidas diante de uma determinação social do discurso ou construção discursiva do social, na qual os princípios recíprocos de constituição do discurso e das estruturas sociais possibilitam que a transformação seja forjada dentro do bojo das relações entre as pessoas, dentro das formações sociais, isso não pode ser suficiente para descartar que a capacidade de apreender a realidade não é um movimento passivo, mas uma assimilação ativa na qual a realidade social e o mundo físico só ganham sentido pelo discurso.

Em consequência, como parte da adequação do quadro tridimensional a nossa pesquisa, principalmente por seus elementos estratégicos – o que não prescinde de uma autocrítica –, tem-se a incorporação das práticas sociais no discurso, aventada por uma concepção mais inclinada as condições constitutivas de preponderância do discurso para a consciência humana, o que será levado, por nós, até ao nível da apreensão discursiva do mundo, com a compreensão da inserção da verdade e realidade na semiose (social), de modo que essas se vinculam aos sistemas (sociais) de classificação (GOMES, 2018). Não obstante, a realidade vem a ser indicada como consequência, em vez de causa, da experiência humana, na qual surge a dependência da realidade ao signo (GOMES, 2018). Muitas perspectivas teóricas, seja na Linguística Crítica²⁸ ou mesmo no Funcionalismo²⁹, já consideram a apreensão discursiva da realidade, na qual essa apreensão é conjecturada próximo ao sócioconstrutivismo (GOMES, 2018). Como Fairclough parece se esquivar cada vez mais dessa ideia, as dificuldades no conceito de discurso da ADC (GOMES, 2018), vão se acumulando em sua segunda etapa, até porque os aspectos constitutivos do discurso nessa

²⁸ Como em relação a utilidade do pós-estruturalismo para essa (GOMES, 2018).

²⁹ Na visão construtivista-discursiva da realidade em Halliday, a realidade é tida como construto social (GOMES, 2018)

dependem da irredutibilidade entre eles, sendo que, mesmo diante da irredutibilidade dos elementos da prática social (RESENDE; RAMALHO, 2008), não há dúvida disso, mas esses momentos só ganham sentido – e, por isso, só são possíveis – no ou pelo discurso. Contudo, as dimensões do caráter constitutivo do discurso (ALENCAR, 2006) acabam por nos reforçar a ideia de sua competência preponderante diante da apreensão do mundo físico ou da realidade social, como forma de experiência possível.

Ainda assim, acreditamos que, em Fairclough (2008), existe o caráter constitutivo muito mais propício ao entendimento de apreensão discursiva do social e, nesse sentido, o autor aponta que os aspectos do caráter constitutivo do discurso remetem tanto às identidades sociais, em referência a Foucault, quanto à constituição de relações ou de sistemas de crença/conhecimento, destacando que as funções da linguagem também estão relacionadas com os aspectos constitutivos do discurso. Essas considerações podem ser reforçadas por diversas contribuições epistemológicas atuais, como as que se ligam ao conhecimento do mundo por meio linguagem, destacado por Wittgenstein (ALENCAR, 2009) ou ainda quando Bakhtin/Voloshinov (2006) também sugere tal visão, chegando a dizer que “vemos 'a cidade e o mundo' através do prisma do meio social concreto que nos engloba”. Nessa linha, E. M. Morato (2004) considera que a linguagem está presente nas formas de percepção, sendo que, por outro lado, a linguística desconsiderou por muito tempo a função da linguagem na elaboração do próprio pensamento. Para concluir esse ponto, preciso considerar que o “real” é inacessível fora do discurso, tal qual compreende Gomes (2018), ao argumentar sobre a inacessibilidade ao “real” fora do discurso.

Dito isso, posso então encarar outras características relevantes do quadro tridimensional, como no momento em que Fairclough (2008) destaca esse com o intuito de combinar a ADTO (análise de discurso textualmente orientada) e um relevante pensamento social e político, de modo que a concepção tridimensional assenta na reunião de diferentes tradições de análise do discurso. Ao proporcionar um gráfico da concepção tridimensional, Fairclough (2008) evidencia os pontos específicos de relevância social em vínculo à especificidade textual, por parte desse quadro, no qual oferece na análise de discurso possíveis interpretações das mudanças sociais e discursivas. Assim, sua relevância se manifesta também por razões metodológicas, como articulação entre análise textual e social, como a tentativa faircloughiana pela integração de variadas perspectivas teórico-analítica em prol do estudo das diferentes dimensões da mudança social e cultural. Nessa perspectiva, a tridimensionalidade do discurso para a ADC focaliza-o como texto (tal veremos no próximo subitem), como interação (nível propriamente discursivo) e como interesse (nível social), em

virtude da síntese feita por essa abordagem das orientações social e linguística do discurso. Realizando o objetivo faircloughiano em combinar análise textual e social, a proposta teórico-metodológica do linguista inglês se destaca diante dos conflitos socioculturais, evidentes no seu quadro de análise (GOMES, 2018).

Nesse turno, acho pertinente também poder apresentar uma descrição da operacionalidade do quadro e, quanto a isso, recorro a Fairclough (2008), a fim de lançar uma exposição geral dos conceitos envolvidos em cada uma das dimensões do discurso, para só então, no tópico seguinte, poder especificar as categorias que, dentre aqueles, tomarei de modo mais enfático na análise. Nesse sentido expositivo, diria, inicialmente, que Fairclough (2008) opta pelo uso restrito do termo discurso como uso de linguagem, o que, na tradição desde Saussure, é tido como aspecto da linguagem não acessível ao estudo sistemático, por ser considerado como individual e imprevisível. De todo modo, o autor reconsidera essa tradicional apreensão do uso da linguagem e, diante da aproximação do discurso das demais práticas sociais, considera o uso da linguagem através de suas manifestações em formas linguísticas (texto), nos processos de produção, distribuição e consumo textual (prática discursiva) e nas práticas sociais. Em resumo, o quadro teórico-metodológico tridimensional do discurso o caracteriza como texto, prática discursiva e prática social, tornando-se muito propício ao possibilitar a reunião de diferentes dimensões indispensáveis à análise de discurso que pretendemos realizar. Veem-se aí diversas categorias analíticas, das quais procuro dar uma visão geral, pela descrição dessas três dimensões do discurso.

No que trata da dimensão textual, Fairclough (2008) antecipa que falta nitidez nos limites da análise textual e da prática discursiva, dependendo aquela do destaque dado a qual dimensão do discurso. A partir de então, o autor considera a importância de incorporação de vários tipos e técnicas na análise complexa e técnica do texto, sem esquecer de indicar a ilusão de separação da orientação da análise ora para o texto ora para o sentido, porquanto a ADTO se volta simultaneamente para “questões de forma e (...) de significado” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 102). A motivação social dos signos se expressa, para a ADC, pelo vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual e, possivelmente, outras categorias, fazendo com que a relação entre significado potencial e interpretação de um texto sujeite aquele a ambivalências e contradições. Os itens da análise textual se realizam, especificamente, por meio do vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, sendo que alguns itens para uma análise da prática discursiva, que envolvem aspectos formais, se voltam para a “força” do enunciado (atos de fala), a coerência do texto e a intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2008). A partir de Fairclough (2008), posso pormenorizar esses itens. Quanto à gramática, sabe-se que

a oração funciona como sua unidade principal e, diante de considerações sobre alguns desses aspectos, encontra-se que as escolhas diante da oração proporcionam significados ideacionais, interpessoais e textuais, os quais podem assumir, por sua vez, investimentos ideológicos. Sobre vocabulário, esse possui várias formas de análise, enquanto os termos *wording*, lexicalização ou significação indicam melhor as sobreposições e competições sociais em torno dessa categoria, revelando também a dimensão político-ideológica dessa. No que toca à coesão, essa pode apresentar uma ligação ascendente entre orações, frases e unidades maiores, diante da qual se encontram formas específicas de ligação, podendo o foco na coesão se relacionar com a atenção dada aos esquemas retóricos foucaultianos. Por fim, quanto à estrutura textual, notam-se possíveis relações com convenções textuais que ajudam na compreensão dos sistemas de conhecimento e crença e das relações e identidades sociais.

Para falar sobre a dimensão da prática discursiva, não posso esquecer dos processos de produção, distribuição e consumo textual como foco de análise do discurso como prática discursiva, os quais possuem detalhamento analítico (FAIRCLOUGH, 2008). Assim, posso mencionar alguns processos envolvidos na prática discursiva, diante da variação social de suas naturezas. Sobre o produtor ou produtora textual, vê-se a existência de posições sociais envolvidas a ele ou ela, podendo a variação social na construção de textos relacionar-se com o trabalho interpretativo e seus modos de interpretação. Vejo ainda a existência de consumo individual ou coletivo de discursos, com aspectos específicos de processamento do consumo. A distribuição de textos pode ser simples ou complexa, podendo as últimas apresentarem certos padrões de consumo ou rotinas de reprodução, enquanto que a antecipação possível de receptores, ouvintes e destinatários também é executável, podendo essas posições serem ocupadas de maneiras múltiplas. É fácil apontar como essas categorias podem contribuir para a análise, mesmo que o foco analítico esteja sobre as categorias gerais do texto, da intertextualidade (na dimensão da prática discursiva) e da ideologia (na dimensão social), principalmente quando se considera a relação entre o recurso internalizado dos membros e processos produtivos (traços) ou interpretativos (pistas) que, por geralmente se darem de modo não consciente, são passíveis a investimentos ideológicos. Retornando questões sobre produção, distribuição e consumo de textos, consideram-se também as restrições sociais aos processos interpretativos e produtivos que podem se dar duplamente, seja (i) pelos recursos dos membros e/ou pelas (ii) naturezas das práticas sociais, determinantes em relação ao acesso e disponibilidade dos recursos. Fairclough (2008) afirma preocupação do quadro tridimensional com essas restrições, principalmente a segunda, podendo ser vista especialmente pela ótica da intertextualidade.

Outros elementos sociocognitivos que podem ser mencionados como categoria referente à prática discursiva são a força e a coerência, as quais possuem níveis múltiplos de funcionamento e apresentam caráter ascendente-descendente diante da produção e interpretação textual, indo assim dos ínfimos sons e marcas até aos significados ou vice-versa, o que podem reduzir a potencial ambivalência dos textos. Quanto à primeira categoria (força ou atos de fala), identifica-se uma relação entre força e tipos de significados, a qual contrasta da proposição, enquanto que, em relação à segunda, ela (coerência) também é tida como propriedade interpretativa. Nesse ponto, a relação entre coerência textual com um dado sentido depende, desde já, da interpretação/inferência que possa ser feita, tangenciando-se, também, através de princípios naturalizados por tipos de discursos, podendo favorecer a criação de posições interpretes pela naturalização de princípios interpretativos, apoiados, muitas vezes, em pressupostos ideológicos. Assim, realiza-se o trabalho ideológico pelo estabelecimento de princípios que são passíveis a luta e resistência. Eventualmente, tem-se ainda o conceito de intertextualidade no aspecto da prática discursiva, mas, como destinarei o próximo tópico às categorias de análise que farei uso mais enfaticamente na investigação, dentre as quais ele se encontra, não me alongarei em nada quanto a ele, bastando dizer, finalmente, que o nível micro e macro da análise da prática discursiva apresenta suas características como complementares na mediação entre prática social e texto, pelo quadro tridimensional (FAIRCLOUGH, 2008).

Finalmente, voltar-me-ei à descrição da prática social, a qual farei de modo sucinto, devido à tomada extensa que fiz de suas categorias de ideologia e relações hegemônicas na segunda seção do primeiro capítulo da pesquisa. Por essa via, o discurso pode ser tomado como prática política, na qual são estabelecidas as relações de poder e a prática ideológica, na qual as significações de mundo se relacionam com as posições no interior das relações de poder, devendo-se evitar, também nesse sentido, uma oposição rígida entre sentido e forma do texto/discurso, já que esses estão completamente interligados, podendo a própria estrutura textual ou outros aspectos formais – ao contrário do que não se percebe comumente – serem investidos ideologicamente (FAIRCLOUGH, 2008). No nível do discurso como prática social, há ainda a situacionalidade do discurso diante do poder como hegemonia e de sua evolução como luta hegemônica, como mencionado na supracitada discussão feita no capítulo 1, em referência à dimensão social do discurso.

Em conclusão, vale reforçar que essa segmentação entre as dimensões do discurso é apenas elucidativa, pois elas, como deve ter ficado claro, podem interagir. Quanto a isso, a dimensão do discurso como prática discursiva medeia a relação entre esse como prática social

e linguística, sem contar que a própria prática discursiva é uma forma de prática social que estabelece relação com outras práticas (FAIRCLOUGH, 2008). Por esses motivos de imbricação das dimensões, por exemplo, a análise textual, subdividida em escala ascendente por itens como vocábulo, gramática, coesão e estrutura textual, metodologicamente pode se precipitar sobre categorias da prática discursiva como força dos enunciados, coerência dos textos e sua intertextualidade, assim como pode igualmente servir de recurso na análise social. Nesse sentido, a análise propriamente discursiva, na compreensão dos processos de produção, distribuição e consumo textual, tanto pode oferecer aspectos textuais que a evidenciem, quanto se conectar a níveis da prática social, requerendo que o discurso seja analisado de um modo bastante amplo.

4.3 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS: TEXTO E INTERTEXTUALIDADE³⁰

Por já ter iniciado algumas considerações a respeito do recurso analítico que assumirei a partir do quadro tridimensional, trarei, nesta seção, algumas observações sobre as categorias de análise que serão utilizadas na investigação sobre os relatórios tomados como *corpus* da pesquisa e que ainda não foram detalhadas. Por meio disso, pretendo avançar mais quanto a essas categorias de análise que tomarei em empréstimo do quadro tridimensional proposto por Fairclough (2008). Assim, elucidado que o uso de categorias gerais referentes à análise textual docorpus, assim como a categoria de intertextualidade, extraída da dimensão propriamente discursiva do discurso, isto é, do nível relacionado com os processos de produção, distribuição e consumo das práticas discursivas, serão vinculadas à discussão teórico-metodológica diante do conceito de texto, na primeira dimensão, e do conceito de intertextualidade, na segunda.

Quanto ao que toca à dimensão textual do discurso, mesmo, por todos os elementos socioteóricos e contextuais da crítica, não cabe ignorar os elementos textuais na análise discursiva e mesmo Fairclough (2008) tece algumas objeções à análise de discurso francesa por sua carência de análise pautada na materialidade do texto em si. Mesmo a distinção entre texto e discurso forjada por algumas perspectivas, como a Linguística Crítica, diante de uma oposição entre plano mimético e semiótico, não é suficiente para ignorar que a

³⁰ Novamente, reitero o tom necessário de imbricamento teórico-metodológico da ADC que leva a tratar das duas dimensões a partir de um enfoque premente sobre as categorias texto e intertextualidade, como base formal da análise do capítulo seguinte.

criação de “versões” para e da realidade formuladas pelo discurso depende de sua materialidade em textos (GOMES, 2018). Inclusive, a tomada restrita do plano semiótico, referente ao discurso, como contexto de realização do plano mimético ou textual, no qual diferencia-se esse último como plano concreto e o primeiro como plano abstrato, não pode fazer com que uma definição de discurso, tal essa elaborada por Hodge e Kress (GOMES, 2018), consiga se desvincular completamente do entendimento relacional entre um e outro. A própria oposição tradicional entre discurso e texto deixa revelar um entendimento desproporcional quanto à materialidade do discurso e causa situações nas quais, por exemplo na LC, o discurso pode ser ignorado como categoria, em detrimento da tomada do texto como objeto de análise (GOMES, 2018). O que aponta ainda mais para a indissociabilidade entre ambos é que, vindo o discurso à tona somente com os estudos críticos da linguagem, vertente em que se insere a ADC, dá-se um uso posterior desse como sinônimo de texto na LC (GOMES, 2018).

Nesse turno, vê-se o impasse da oposição tradicional entre texto e discurso e, quanto a isso, Maingueneau (2015) faz algumas problematizações sobre essa. Para ele, a distinção entre discurso e texto surge como terceira oposição linguística referente ao próprio discurso, mesmo que ela ofereça algumas inconsistências, já que “Alguns [estudiosos] não consideram necessário estabelecer uma diferença entre eles [os conceitos de texto e discurso]” (MAINGUENEAU, 2015, p. 35). De todo modo, as complexidades observadas na relação entre os termos parecem refazer, por casos específicos do discurso como conjunto de textos ou em referência individual a um dado texto, o percurso de ambivalência inerente ao conceito de discurso: “(1) No primeiro caso, os discursos existem para além dos textos particulares dos quais são compostos (...) (2) O segundo caso é aquele em que a um texto corresponde *um* discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 35-6). Maingueneau (2015), em seguida, apresenta alguns eixos da análise de discurso diante do texto que é abordado como (i) estrutura, (ii) produto (isto é, traço da atividade discursiva) ou (iii) arquivo. Diante dos fenômenos recobertos pela noção de arquivo, vê-se a necessidade de superação da concepção de texto como unidade fechada em si, até porque há variações históricas da noção de texto, como no caso de ausência de fixação ou fechamento dos textos medievais e renascentistas (MAINGUENEAU, 2015). A partir de Maingueneau (2015), isso pode surgir como contexto favorável ao questionamento da ilusória estabilidade ou fechamento dos textos na atualidade, principalmente devido à pluralidade material dos textos contemporâneos.

Esses apontamentos são sugestivos quanto à possibilidade de ressaltar a relação entre discurso e texto através do quadro tridimensional de Fairclough (2008), no qual o

discurso é compreendido igualmente como texto, sendo essa dimensão pertinente para a análise textual dos discursos estudados. De acordo com o linguista britânico, uma das dimensões da tridimensionalidade do discurso para a ADC é justamente aquela que o focaliza como texto, tornando-se muito frequente o uso de tal conceito em livros como *Discurso e Mudança Social* e, além disso, a perspectiva do discurso como texto levou a um aumento da importância da análise do discurso como método da pesquisa social pela atenção maior a análise linguística (FAIRCLOUGH, 2008). Como alguns pesquisadores observaram quanto à tomada do texto como objeto de interpretação crítica, ressaltando uma concepção analítica de texto (GOMES, 2018), isso se dá igualmente através do quadro tridimensional, cuja exequibilidade será assumida em nossa pesquisa, principalmente pelo recurso feito por Fairclough (2008) a diferentes tradições para a análise textual, como no caso da consideração de manifestação linguística das práticas discursivas no texto, no sentido estabelecido por Halliday, como linguagem tanto falada quanto escrita (FAIRCLOUGH, 2008). Em propriedade de tal instrumental analítico, vejo-me habilitado a considerar a função textual da linguagem (FAIRCLOUGH, 2008), visto ser o texto elemento da análise na ADC (GOMES, 2018), diante do qual podemos observar as variações de estabilidade e escala do discurso, por meio das articulações desse nos textos (RESENDE; RAMALHO, 2008).

Diante dos comentários anteriores, na abordagem do discurso como texto, não poderia me deixar agarrar por uma associação precipitada do texto com uma concepção de *langue* tal formulado por Saussure (2006), enquanto sistema fechado. Os aspectos gramaticais considerados na análise textual estarão obviamente abertos aos aspectos discursivos e sociais, como Fairclough (2008) mesmo prevê. Para ficar mais evidente a insuficiência do conceito de língua aos moldes saussurianos em possível referência à categoria de texto assumida na análise, posso questionar essa compreensão fechada do que é linguístico na linguagem, já que os elementos textuais que abordarei estão também vinculados às condições sociais do discurso, sendo sua realização uma questão de conotação política. Nesse sentido, Rajagopalan (2003), ao se opor igualmente aos aspectos pretensamente unipotentes da *langue*, estipula que o conceito tradicional de língua não dá sequer conta da heterogeneidade de certas comunidades de fala, sendo, pois, adotado e abordado pela tradição como ele poderia ser idealmente, mas não como existe na *praxis* da vida. Outrossim, é dispensada qualquer categoria mista tanto em relação à língua – ora tida como materna ou estrangeira –, quanto em relação a seus usuários – ora tidos como nativos ou não –, indo de encontro aos casos de multilinguismo que, em certas regiões, como na África, é a própria norma, considerado como língua franca, o que ainda encontra pertinência em subcontinentes como a Índia ou em

realidades geopolíticas como a União Europeia. Para Rajagopalan (2003), algumas perspectivas são mais contundentes e afirmam que a língua é algo inexistente no mundo real, sendo um construto criado para certos fins e demandas históricas, e, como o autor mesmo diz, o próprio conceito de língua proposto por Saussure, como autossuficiente e fechado, passa por questionamentos de seus fundamentos, sendo que toda língua, inclusive as *pidgins*, possuem recursos suficientes para atender aos interesses de seus usuários. Ainda mais, esse conceito de língua como estrutura autossuficiente anterior à própria experiência linguística descarta a possibilidade de evidenciar suas próprias limitações, como reação instintiva de se defender contra o surgimento de evidências contrárias que a desestabilizem, sendo que o tratamento da língua como código surge como uma manifestação do segregacionismo linguístico (ALENCAR, 2009).

Colocadas essas questões, posso agora me direcionar à exposição da categoria de intertextualidade que representa também importante dimensão de análise quanto ao que se volta aos aspectos propriamente “discursivos” do discurso: produção, interpretação/consumo e distribuição textual. Por sua vez, uma gênese acerca da discussão sobre a intertextualidade na ADC faircloughiana remete ao conceito pouco desenvolvido de contexto intertextual, sendo que Fairclough (1989), apresenta-lhe por meio da ideia de uma articulação conceptual que se refere a série histórica de discurso a qual um texto pertence. O conceito de contexto intertextual se desenvolve sob a regência da análise interpretativa do discurso e esse contexto é definido como a série de discurso a qual um texto se vincula, como forma de indicar a conjuntura discursiva da história do texto, podendo ser tomada ou pressuposta como fundamento comum aos quais os participantes recorrem. Trabalhando em auxílio da pressuposição, o contexto intertextual vai além de uma propriedade interna do texto e se serve como aspecto da interpretação de um discurso.

Em trabalhos posteriores, esse conceito acaba sendo abandonado por Fairclough (2008), quiçá em favor de uma formulação mais apropriada da reflexão referente à intertextualidade e, quanto a essa, ele fará elucidacões constantes no decorrer de seus diversos trabalhos, como meio de oferecer uma acentuação da historicidade dos textos pela intertextualidade, indicando redes de movimentação relativamente estáveis entre os discursos, diante da “alteridade” dos textos. Concordando com essa perspectiva que se materializa inclusive por meio de cadeias intertextuais, alguns autores mencionaram a existência da intertextualidade diante da distribuição discursiva (ALENCAR, 2009) que destacam essa justamente como meio “de ligar a ênfase na prática discursiva e nos processos [de produção, distribuição e consumo]” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 100), o que, certamente, contribui para a

compreensão das práticas discursivas (ALENCAR, 2006). Não se pode também ignorar, por meio dessa concepção, a relação que se estabelece entre campos discursivos, uma vez que a inserção do conceito de intertextualidade em formações discursivas (FDs), como campos de enunciados, revela interações diversas nos e entre os textos, o que é visivelmente favorável às análises discursivas, por meio dos conceitos de como intertextualidade/interdiscursividade (BRANDÃO, 2012). Nesse nível, essas relações com as várias dimensões dentro dos campos de enunciados de uma FD podem se realizar por meio de relações interdiscursivas ou intratextuais (BRANDÃO, 2012). Consequentemente, a intertextualidade constitutiva tem papel na reprodução de elementos da ordem de discurso (ALENCAR, 2009), de modo que a constituição textual heterogênea pode assumir a forma subsequente de elementos convencionais na ordem emergente (FAIRCLOUGH, 2008). De modo devido, Fairclough (2008) identifica a proximidade da ideia foucaultiana de relações de enunciado com o dialogismo bakhtiniano, resumido no conceito de intertextualidade de Kristeva.

Fairclough (2008), ao abordar sobre intertextualidade, fornece uma definição do termo que é fortemente disseminado, como por Resende e Ramalho (2008, p. 65), para as quais é tida “como combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas”. Nesse sentido, o linguista inglês oferece uma distinção entre intertextualidade manifesta e constitutiva, o que representa a própria distinção terminológica entre intertextualidade e interdiscursividade. Essa diferenciação entre interdiscursividade e intertextualidade é encontrada em diversos pesquisadores (BRANDÃO, 2012; ALENCAR, 2009) e, no caso da intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade, essa resume a própria condição de heterogeneidade dos textos, por via do intercruzamento de discursos por aquela (ALENCAR, 2009). Isso parece justificar porque, em alguns momentos, Fairclough (2012) relaciona a própria interdiscursividade como dimensão da intertextualidade, como se as menções feitas ao interdiscurso, como *continuum* da dialogicidade discursiva, reforça-se a caracterização da intertextualidade constitutiva como articulação de diferentes discursos (RESENDE; RAMALHO, 2008). A seu modo, uma vez que a representação de discursos assume o nível de intertextualidade manifesta (ALENCAR, 2009), a própria percepção da heterogeneidade discursiva se destaque pela atenção a intertextualidade (ALENCAR, 2006), seja na forma constitutiva ou na forma de intertextualidade manifesta expressa por citação, ampliando as possibilidades da intertextualidade (RESENDE; RAMALHO, 2008) e os seus diferentes níveis (BRANDÃO, 2012), dos quais mesmo a pressuposição pode aparecer como elemento da intertextualidade (RESENDE; RAMALHO, 2008). Enquanto se efetua a definição intertextual de pressuposição, por sua aproximação ou afastamento com a

intertextualidade RESENDE; RAMALHO, 2008), torna-se fácil entender como esse elemento é tão importante para a prática social, de modo que as pesquisas e teorias sociais potencializam-se tanto por uma análise textual, quanto, por exemplo, por uma análise intertextual, em nível constitutivo (análise interdiscursiva) (FAIRCLOUGH, 2005). Observando esse ponto, vejo a possibilidade de mudança de molduras na conversão, como sugerido por Labov e Fanshel, em referência a Goffman (FAIRCLOUGH, 2008), o que leva a uma heterogeneidade estilísticas que Fairclough (2008) abordada por via do conceito de intertextualidade, ao se opor a uma possível acepção estática na heterogeneidade laboviana.

Diante do exposto, posso frisar o papel da categoria de intertextualidade diante das mudanças social ou discursiva, algo que está envolto das questões relevantes para a intertextualidade, reconhecidas por Resende e Ramalho (2008). Com vista nas mudanças sociais, Fairclough (2008) prevê condições para uma análise do discurso que se preocupe com tal perspectiva, dentre as quais estaria uma análise histórica que, no nível material do texto, se apresenta pela intertextualidade. Além disso, um dos aspectos da mudança discursiva está na centralidade da intertextualidade na análise da prática discursiva, pela qual pode se dar a combinação de categorias como intertextualidade e hegemonia para investigar a extensão da mudança discursiva às mudanças sociais (FAIRCLOUGH, 2008). Outro ponto importante tem a ver com as possibilidades de sujeição às convenções ou ainda de formação de criatividade por meio da relação intertextual dos enunciados e, sedimentando essa relação entre intertextualidade e mudança, a primeira representa uma função importante na criação de opções criativas como respostas aos dilemas emergentes, ao combinar convenções existentes de modo inovador (FAIRCLOUGH, 2008). Rajagopalan (2014) sugere a questão de que o fenômeno linguístico não está submetido apenas às convenções, mas aberto igualmente à inovação, a qual, de acordo com Fairclough (2008) pode se beneficiar das interações intertextuais. Nesse turno, posso entender que a intertextualidade, quando trabalhada a reboque da análise social, é devidamente apreendida a partir da posição de sujeito intérprete que todo discurso desenvolve (FAIRCLOUGH, 2008).

Assim, a intertextualidade pode contribuir para a criação de novas combinações discursivas que representem um potencial emancipador, principalmente quando falo isso em sua conexão com o conceito de entextualização, o qual dá possibilidade de “analisar a incorporação de contextos translocais, que nos leva a entender o texto (...) como índices de formas de vida, que indexalizam políticas do contemporâneo” (ALENCAR; LUCENA, 2017). Essa definição remete à complementariedade que as considerações de Hanks (2008) e Blommaert (2008) ofereceram quanto ao conceito de contexto, apresentado em subseção do

primeiro capítulo e, a partir daí, é possível apontar aspectos sociais referentes na dimensão político-ideológico dos discursos, por meio da aproximação entre entextualização e intertextualidade, ou melhor, com a ampliação da discussão sobre intertextualidade a partir do conceito de entextualização, o qual posso, deliberadamente, associar ao âmbito geral da discussão sobre ideologia e auxiliar na realização de pressuposições que são parte do jogo ideológico, entendido como recurso intertextual.

No que toca a essas imbricações, é válido especificar algumas indicações de Blommaert (2008) quanto à entextualização, como análise e internalização do sociopolítico. A análise, assumida como processo interpretativo da dinâmica de entextualização, volta-se para a interação entre texto e contexto político, de maneira que esse passe a considerar a trajetória tomada pelos textos em via de diferentes contextos, o que pode ajudar a compreender a relação entre essas trajetórias (re)entextualizadoras e o poder, principalmente quando se observar como aquelas estão sujeitas a restrições como a possível negação de acesso a certos recursos, inclusive da estrutura da linguagem (BLOMMAERT, 2008). Assim, toda a complexidade dessa relação entre entextualização e poder amplia as perspectivas políticas de análise discursiva de um texto e, por essas vias, entendo caracterizar esta pesquisa como uma análise crítica de discurso, tendo-se feito necessário apresentar os principais conceitos que utilizarei na análise tanto no nível textual quanto discursivo, assim como em conjunto com o social.

4.4 A DIMENSÃO DA CRÍTICA E OS ASPECTOS POLÍTICOS DA PESQUISA³¹

4.4.1 Sobre dimensão da crítica

Primeiramente, gostaria de dar atenção às questões voltadas para a dimensão crítica da pesquisa e, mesmo que não possa estabelecer uma delimitação definitiva sobre essas e as referentes aos aspectos políticos característicos tanto deste trabalho quanto das pesquisas como um todo, reservo a subseção seguinte para esse assunto. No primeiro caso, tenho uma indicação feita por Fairclough (2008) sobre a distinção entre abordagens críticas e não-críticas, chegando o autor a caracterizar o primeiro tipo, na indicação de características de uma abordagem crítica de análise de discurso, relacionadas à importância dos níveis de

³¹Ainda diante do imbricamento teórico-metodológico da ADC, destaco a importância da crítica para a dimensão metodológica da pesquisa, uma vez que tomo crítica de discurso e linguagem para além de uma prática positivista e cientificista, inserindo o fazer científico no campo do político.

constituição social do discurso, como na construção de sujeitos sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

De modo geral, a dimensão da crítica na ADC se vincula a uma perspectiva para a mudança social e, visto a variabilidade quanto às mudanças e à luta social como foco da análise de discurso faircloughiana, logo concluo que a crítica é parte da percepção de que a realidade social e as formas de relações poderiam ser bem outras do que aquelas que implicam em dominação e exploração da maioria das vidas, em benefício de poucos. Assim, dá-se a ênfase dos processos de mudança na ADC (GOMES, 2018), sendo justamente esse o que caracteriza a inovação da ADC ao se posicionar diante das mudanças (RESENDE; RAMALHO, 2008) e ao sobressair a função da linguagem na transformação da sociedade, em decorrência do caráter dialético daquela (FAIRCLOUGH, 2008). Fairclough (2008) explicita, como objetivo de seu livro *Discurso e mudança social*, a preocupação com as mudanças sociais, ressaltando a afamada relação entre mudança social e mudança discursiva e dando ênfase, na perspectiva crítica, a esses tipos de mudança (ALENCAR, 2009). Em Fairclough (2008), os diversos aspectos da mudança discursiva envolvem muitas categorias, a fim de dá conta de suas características. Isso é possível pelo entendimento de que a transformação de práticas sociais pode ocorrer por intermédio da transformação das práticas linguísticas, em seus domínios amplos, nos quais se realiza o encadeamento possível entre mudança linguística e mudança social ou cultural, vinculando a mudança social aos seus mecanismos discursivos (FAIRCLOUGH, 2008).

Com o foco faircloughiano na mudança discursiva em relação com a mudança social e cultural, justificado principalmente pelo funcionamento contemporâneo do discurso, vê-se reiterar aquele pela dialética entre ordens de discurso (estrutura) e prática discursiva (evento), ao ponto das próprias problematizações de convenções poderem desencadear mudanças discursivas, diante de uma base de atuação forjada pela percepção das contradições (FAIRCLOUGH, 2008). Diante de considerações explicativas e justificativas da participação das mudanças linguísticas nas mudanças sociais que “são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 25), os dilemas representam crucial importância, por serem propiciados como resultado de problematizações diante do *establishment*, cujas soluções podem vir a ser inovadoras e criativas, despertando o interesse analítico pelas contradições e lutas estruturais como condições sociais dos dilemas e outras contradições, o qual tangencia a convencionalidade e/ou criatividade diante das funções da linguagem, como reprodução ou transformação do *status quo* (FAIRCLOUGH, 2008). A vista disso, o reflexo das contradições em eventos particulares é determinado pela

relação dos últimos com as lutas em torno das contradições, como forma de “polarização” de possibilidades para os eventos, na qual esses podem ser reprodutores ou transformadores em relação à hegemonia, especialmente pelos efeitos cumulativos dos eventos discursivos “sobre as contradições sociais e sobre as lutas ao seu redor” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 128).

Nessa ordem, podem-se rastrear traços de mudanças nos textos e a solidificação de tendências emergentes em novas convenções, fazendo com que as mudanças, no nível da prática discursiva, assumam-se no nível estrutural das ordens de discurso como hegemonias discursivas, cujos efeitos podem ser locais ou societários (FAIRCLOUGH, 2008). Estou diante da necessidade de formulação da dialética entre estrutura e evento, respectivamente entre ordens de discurso e práticas discursivas particulares, no tratamento de mudança das práticas discursivas, o que pode ser facilmente justificado, sobretudo pela diversidade de tipos de mudança em nível de ordem de discurso, como a democratização do discurso e personificação sintética, em decorrência de lutas variadas (FAIRCLOUGH, 2008). Isso é possível pela razão de que os elementos das ordens de discurso não apresentam valores ideológicos fixos, levando aquelas à abertura e influência das lutas. Esse acolhimento é citado por Fairclough (2008) como exemplo de ambivalência político-ideológica, funcionando como tanto pela perspectiva contrahegemônica quanto hegemônica.

Por essas vias, é grande o destaque da contribuição do tratamento das mudanças discursivas para a discussão atual sobre mudança social, como, e.g., diante da colonização de ordens de discurso pela publicidade, devido a questões de mercado, ou da democratização do discurso ou personificação sintética, diante de mudanças na configuração do poder, por novas hegemonias (FAIRCLOUGH, 2008). Fairclough (2008) levanta outras questões sobre contribuições da mudança discursiva para a modernidade e a pós-modernidade, já tendo oferecido exemplos de mudanças que se direcionam às mudanças linguísticas, através também da relexicalização ou da reestruturação discursiva, às mudanças culturais de caráter discursivo, como pelo aumento na importância da linguagem na produção e controle trabalhista, pela constituição de mudança no trabalho e na família por meios de novas práticas discursivas ou pela aplicação de tecnologias de governo via discurso, o que cria tecnologias discursivas.

Apesar da importância dessa perspectiva para a mudança como dimensão da crítica, aquela pode gerar alguns inconvenientes ao assumir suas ferramentas teórico-políticas. Nesse caso, a ADC se caracteriza por uma definição de crítica como desvelamento de conexões e causas ocultas que, mesmo tendo a intervenção ou outros elementos para sua definição e pressupostos da interpretação crítica (FAIRCLOUGH, 2008), acabam seguindo uma

tarefa voltada para a revelação/desmistificação dos propósitos inconscientes codificados na língua(gem), de modo que a interpretação crítica deveria ir além do “mistificado” (GOMES, 2018). Nesse aspecto, a ADC se assemelha à dimensão crítica da Linguística Crítica (LC) diante da ideologia e, por isso, prevê a necessidade da conscientização de verdades ocultas para a realização do desvelamento, salientando o uso da reflexão na LC e na ADC diante das estruturas sociais e formulando uma crítica como conscientização na LC, o que foi herdado pela ADC (GOMES, 2018), provavelmente em compartilhamento de uma concepção negativa de ideologia, a qual questiono no capítulo primeiro deste trabalho, como parte de minha autocrítica. De toda maneira, a ideia de crítica como desvelamento centra-se em uma criticidade pautada na explicação de causas ocultas, gerando a impressão de que o analista ocupa uma condição privilegiada diante do discurso (GOMES, 2018), o que não seria acessível para as pessoas comuns, como se essas não estivessem sequer parcialmente conscientes de sua dominação. Dessarte, surgem certas críticas a perspectivas, como a da AD francesa, que, semelhantemente a ADC, têm por finalidade revelar ou desvelar textos ideologicamente marcados, como se toda a linguagem não fosse atravessada por acentos e índices político-ideológicos. Como argumentei no capítulo 1, a ideologia, enquanto visão de mundo ou conjunto de percepções da realidade, acaba exercendo força sobre a construção do desejo, fazendo com que a aceitação da dominação não seja completamente ignorada, mas podendo assumir um caráter iminente de sobrevivência ou estratégia diante da vida. Dessa maneira, não posso deixar cair na ilusão de ausência de ambivalência no discurso desenvolvido na esfera da atuação do analista, sem reduzir o próprio discurso desse exclusivamente ao nível de argumentação científica, alijada do social (GOMES, 2018).

Tentando vencer as limitações por meio de uma autocrítica da ADC sobre o processo analítico, precisamos de uma visão favorável da atitude crítica, a qual pode surgir por meio da perspectiva de contribuição da linguística aos temas da *praxis*, pela qual revela-se a indispensabilidade de uma “perspectiva” totalizante de linguagem para a crítica (ALENCAR, 2006). Outro ponto importante de ser considerado é a imbricação da teoria pela prática com a inserção da categoria de pesquisador como construtor de signos (ALENCAR, 2006), a qual se aproxima de concepções do discurso da ciência que o tomam como apenas “mais um discurso” (GOMES, 2018).

Consequentemente, com essa visão do discurso da ciência como mais um evento discursivo, sem condição privilegiada de produção epistemológica *a priori* (isto é, unicamente por um suposto método que, por si só, seria suficiente para atribuir aos seus discursos um valor de verdade) encontro, entre as respostas mais válidas para a prática científico-

epistemológica diante das mudanças, a própria de criação de novas formas de referenciação e significação da realidade social (ou do mundo físico) (GOMES, 2018). Não por acaso, a pretensão de desvelar verdades ideológicas aparentemente ocultas é superada pela crítica como problematização ético-política que se posiciona diante das injustiças e da dominação, ao oferecer novas visões de mundo sobre as circunstâncias da vida, como da desigualdade ou de questões ambientais etc., e ao tratar a crítica como rompimento com a lógica de dominação, por meio da produção de conjuntos de percepções mais solidários sobre a realidade que possam favorecer a construção de desejos pela revolução.

De tal modo, acredito poder retomar a dimensão crítica e relacioná-la à perspectiva de mudança, sem esquecer que, como aponta Moita Lopes (2011), não é meta da Linguística Aplicada (LA) a elaboração de soluções únicas para os problemas enfrentados socialmente nos níveis de uso da linguagem, até porque há uma crescente descrença no papel de produção de verdades redentoras da ciência positivista. Mesmo que não pretenda sugerir soluções exclusivas que dependeriam, para sua elaboração, de uma simplificação da realidade, entendo que a pesquisa pode contribuir criativamente com o recurso possível de novas formas de compreensão dos problemas atuais, o que pode levar à possibilidade de criação de agências mais favoráveis à transformação social que transcenda, por si, os próprios limites do escopo da pesquisa. Se a especificidade da dimensão crítica da análise do discurso diante da mudança se volta à transformação como finalidade da ADC (GOMES, 2018), assumirei essa dimensão da crítica por meio de nossa pesquisa, ao me posicionar contra as injustiças em favorecimento da dignidade da vida e, diante disso, oferecer recursos para a criação de novos conjuntos de percepção da realidade que tenha em vista a dimensão da ética, em atuação contra qualquer uso do homem (ou outras formas de vida) para fins exclusivos de dominação.

Conclusivamente, em relação à crítica, devo considerar porque é necessário abordar as dimensões ético-políticas das relações humanas, isto é, porque é necessário que o humano não use outras formas de vidas como função exclusiva para a sua dominação. Como alguns estudiosos entendem, a relação entre pesquisa e política faz com que, ao teorizar, deva-se fazê-lo de modo ético (LOPES, 2001), ao ponto de que entendemos a própria crítica de uma teoria como devendo ser pensada a partir das dimensões ético-políticas que essa assume, a fim de contribuir para questões sociais pelo viés da igualdade, dignidade e justiça. Alencar (2006) lembra o caráter político-ideológico dos trabalhos acadêmicos que, para mim, demanda pela ética, em referência à vida, e pela solidariedade com os excluídos, como dimensão da crítica.

4.4.2 Sobre aspectos políticos da pesquisa

Finalmente, considerarei os aspectos políticos da pesquisa e, em decorrência disso, noto que as pesquisas linguísticas podem ser tomadas como práticas discursivas, igualmente investidas ideologicamente (ALENCAR, 2006), o que pede, ao meu ver, pela necessidade de suas considerações se posicionarem, abertamente, diante da dominação, mais do que apenas implicitamente. No que concerne ao fazer linguístico, enquanto ciência debruçada sobre as práticas de linguagem, Rajagopalan (2003) complementa que uma abordagem característica da linguagem enquanto fenômeno natural acaba desconhecendo, na maioria das vezes, qualquer preocupação com considerações ético-políticas. Por outro lado, diferentes serão as abordagens comprometidas com a linguagem como fenômeno social e produzido por seres em comunidade, o que ressalta um dos grandes dilemas configurados nas pesquisas em Linguística Aplicada: deveríamos (ou não) nos preocupar com os desdobramentos éticos de nossa produção de conhecimento sobre a linguagem ou do uso da linguagem em nossos objetos/contextos de análise? E, antes disso, haveria (ou não) implicações éticas em nossas escolhas e decisões teórico-metodológicas ou nas próprias escolhas linguística-discursivas de nossos objetos/contextos de análise?

Essas perguntas servem de problematização sobre como os linguistas aplicados compreendem a relação concreta de suas metodologias e teorias com a vida das pessoas e, em casos particulares, levam a entender que as características formais, performativas e contextuais de linguagem podem resvalar em importantes considerações ético-políticas. Especificando mais a importância desenvolvida pelo tema no campo da LA, essa pode ser vista, cada vez mais frequentemente, como um interesse crescente em considerar os aspectos ético-políticos envolvidos no uso da linguagem, em suas diversas expressões, através tanto de suas práticas institucionais, como em escolas, empresas, mídia, etc., quanto por meio das relações sociais e outras estabelecidas na/pela linguagem, assim como as questões relacionadas à produção de pesquisa (PAIVA, 2005) e formulações teórico-metodológicas (RAJAGOPALAN, 2003) sobre as diversas realidades e contextos.

De maneira relevante, clama-se pela necessidade de “politização” dos métodos (ALENCAR, 2006) e, nesse sentido, há inúmeros contra-argumentos em oposição a ilusão de neutralidade na pesquisa que é reivindicada a fim de alcançar o título de cientificidade, aos moldes positivistas. A condição político-ideológica da prática se estende à prática científica e, como isso, pode-se entender a própria neutralidade como uma forma de ideologia (ALENCAR, 2006). Por isso, ao falar sobre implicações ético-políticas ou político-

ideológicas da pesquisa, é possível se aproximar da proposta da Linguística Aplicada Crítica (LAC) que, com sua proposta de investigação no cenário dos estudos da linguística aplicada, considera, por via de Pennycook (2006), ser possível avançar na imaginação de novas formas de politização em estudos de linguagem, o que pode ser contrastado com uma série de “hipocrisias” que são sustentadas pelas práticas da LA tradicional, como (i) a dificuldade de decisão entre posições éticas e políticas, (ii) a pretensa neutralidade política e intelectual, (iii) a desconsideração da necessidade de justificação das bases teóricas e posições e (iv) a ignorância das diversas vozes, em LA, inclusive por meio de perspectivas *pós*, que reivindicam novas visões do mundo e dos fenômenos sociais que, ao meu ver, podem contribuir com a criação de novas demandas sociais em torno da igualdade e da solidariedade.

Alinho-me a Pennycook (2006), na tentativa de superar esse panorama desfavorável, entendendo igualmente que algumas ações já apresentam consequências avaliadas favoravelmente nesse viés, como a compreensão da contingência das posições, a localização das histórias, a construção do sujeito e a relação entre conhecimento e poder. A própria LA transgressiva intenciona instaurar uma nova base epistemológica, podendo-se articular de uma só vez a urgência e as realidades do embate político, conceituado por Frantz Fanon, e a necessidade de questionamento das pressuposições, incitada pelo ceticismo epistemológico de Foucault (PENNYCOOK, 2006). Apesar de uma visão que toma a linguagem como lugar no qual as formas concretas de organização social e suas consequências são definidas e contestadas, a linguística tradicional ainda não conseguiu compreender essa demanda e, por isso, suas consequências não foram sentidas plenamente por essa última. Nesse entendimento, de acordo com Pennycook (2006), certas perspectivas da LA também têm demorado a absorver tais mudanças, principalmente por ansiar o alcance de um *status* de credibilidade acadêmica, por uma suposta cientificidade positivista autônoma, de modo que a própria virada discursiva também estaria longe de ser completamente compreendida.

Ademais, também pretendo me aproximar de outras tentativas de politização das pesquisas diante do uso da linguagem, como o campo da pragmática. De acordo com Rajagopalan (2010), é preciso sair da tendência geral, na qual, muitas vezes, o dito pragmatismo acaba por ser encarado como simples extensão da semântica, quando se propõe dar conta das questões referentes aos significados que essa não contempla ou ainda quando, por meio da gramática gerativa contemporânea, a pragmática é absorvida pela sintaxe, com o esvaziamento da semântica do paradigma, como se a descrição linguística – fora a gramática – fosse considerada como semântica ou que a pragmática pudesse ser tida como *significado*

menos semântica. Dessa forma, os fenômenos que escapam às comodidades dos ramos da sintaxe ou da semântica são relegados à pragmática, como lata de lixo, diante de circunstância que só geraria relevância à pragmática se ela se permitisse prestar serviços à sintaxe ou à semântica (RAJAGOPALAN, 2010).

Para Rajagopalan (2010, p. 39), algumas tendências atuais superam tais atitudes que pressupõem subserviência da pragmática, dando destaque à tentativa de “repensar a própria contribuição da pragmática para o entendimento da linguagem”, com o que buscamos nos alinhar. Na linha da compreensão pragmática da linguagem, pressupõe-se um embate de politização aberta das pesquisas, como consequência de uma virada crítica que tem como divisor a consideração de que os “uso[s] de linguagem cimentam os interesses dominantes de nossa sociedade” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 40). Ou seja, não importa apenas a descrição ou explicação da linguística tradicional, mas o compromisso de transformação que eleve a pragmática ao nível não mais de mero componente, mas como uma perspectiva metalinguística que seja *sobre* – e não simplesmente *da* – linguística. Assim, a pragmática garante a sua relevância social (RAJAGOPALAN, 2010).

Além disso, pretendo desvencilhar a pesquisa de expressões opostas a esses dois entendimentos anteriores, valendo observar o que aponta Rajagopalan (2003) quanto à existência da concepção representacionista de linguagem, sustentadas na convicção criticada por Bernard Williams de que, entre as diferentes formas de “expressão”, seria possível escolher uma que representasse melhor a realidade, mais independentemente de perspectivas, esquecendo-se que, diante da questão de escolha, uma representação não é algo automático. Para Rajagopalan (2003), ética e política ficam em uma situação cada vez menos visível, quando se fala em representação linguística nos termos anteriores, pois permanece sempre a impressão de que os usuários da língua são invariavelmente submetidos às representações linguísticas e que, por isso, se alcançadas certas condições, seria possível uma total transparência, descartando a necessidade de escolha na relação representacional entre linguagem e mundo.

Contra essa compreensão, surgem algumas perspectivas como o neopragmatismo; porém, para Rajagopalan (2003), Rorty também descartaria a possibilidade de se falar em política, no que se refere à atividade no domínio público. Quanto a isso, argumentam alguns críticos que a própria postura de Rorty assume invariavelmente consequências políticas de relegar ainda mais as questões de ordem política das práticas teóricas, o que tornaria mais difícil de perceber os efeitos políticos que as teorias exercem (RAJAGOPALAN, 2003). Contrariamente, conclui Rajagopalan (2003), toda forma de pensar representação, mesmo

pelas posturas de negação, acaba assumindo conotações políticas, o que se torna bastante relevante para esta pesquisa, quando investigar algumas questões referentes ao tema.

Consequentemente, essas colocações apresentam consequências e implicações para a pesquisa e, como surge Moita Lopes (2006b), a partir do contexto de crítica a formas epistemológicas ocidentais autocentradas, assumo a preocupação com o surgimento de novas epistemes, com o entendimento de que “a esperança não está na ciência ocidentalista de teorias separadas das práticas sociais” (LOPES, 2006b, p. 89). É inevitável então que seja renunciado o privilégio epistemológico ocidentalista que pressupõe um em-si-mesmo fechado e autônomo, sendo preciso repensar nossa forma de construir conhecimento quanto a nós próprios e aos outros, engajando-se em “um novo projeto ético de renovação ou de reinvenção de nossa existência” (LOPES, 2006b, p. 90). Para Moita Lopes (2006b), cabe que essa preocupação não se volte apenas para a explicação do mundo, mas para a sua transformação, sem incorrer à tendência de separar-se do próprio mundo, na separação entre teoria e prática. Devido a esse quadro de mudanças na compreensão dos problemas sociais, a fim de avaliar as relações entre linguagem e vida social, compreendendo especificamente as implicações dessas mudanças na área da LA, principalmente diante das viradas linguísticas e outras, é possível recorrer a outros campos que consideram as consequências da chamada virada discursiva no enfoque do social, do político e do histórico como condição para falar da vida contemporânea (LOPES, 2006b).

Dentre outras consequências, como a tendência à transdisciplinaridade e à recusa de um sujeito pesquisador homogêneo, devido à impossibilidade de neutralidade, posso destacar, como implicação desse enfoque apresentado por Moita Lopes (2006b), que é premente que a LA deva se empenhar em extrapolar os limites entre a teoria e a prática, incluindo na produção de conhecimento as vozes dos que vivem e evitando a ilusão de separação entre pesquisador e objeto, em pretensa neutralidade e “objetividade”, pois tem-se em mente uma imbricação entre pesquisador e o mundo que pretende investigar.

De outro modo, uma das grandes tendências nos estudos ditos pós-modernos é o ceticismo irresponsável no que diz respeito à vida social (LOPES, 2006b). Porém, para o autor, normas e regras sociais não podem ser submetidas a um relativismo ético, pois essas refletem posições discursivas e ideológicas específicas. Assim, nessa escolha deve-se preferir os significados que causam menos sofrimentos a outrem, tendo participando em uma coligação que, diante da construção dos significados, abraça outras vozes, em prol da emancipação, representando a forma da LA contribuir para a construção de novos paradigmas

social, político e epistemológico, quando esse mesmo campo por exemplo possa ser entendido “como luta de ensaio da esperança” (LOPES, 2006b, p. 104), à qual aderi em minha pesquisa.

Contudo, na esteira de práticas mais tradicionais quanto ao uso da linguagem, pipocam exemplos da tendência do núcleo duro da linguística desvinculando-se das questões políticas, tais autores como Chomsky que defende a separação de seus trabalhos políticos dos linguísticos (RAJAGOPALAN, 2003). Para Rajagopalan (2003), o núcleo duro da linguística passa a encarar as novas realidades como irrelevantes teoricamente, fechando-se aos interesses acadêmicos restritos. As reflexões sobre linguagem que mais repercutem na imprensa popular são feitas por estudiosos que não se consideram linguistas e, no caso de Chomsky, sua referência (por pesquisadores de outros campos) é feita não aos seus trabalhos sobre linguagem, mas sobre questões políticas que ele considera serem independentes de seus estudos linguísticos (RAJAGOPALAN, 2003).

Assim, a suposta desvinculação política de seus estudos linguísticos reflete a tendência dominante, quando busca-se fazer desta uma ciência aos moldes das ciências naturais ou exatas e com um mesmo rigor metodológico, sendo que as próprias motivações pedagógicas que impulsionaram os percussores dos cientistas da linguagem parecem encontrar-se em pouca expressividade. Dessa maneira, Rajagopalan (2003), ao fundamentar-se em Lakoff, diz que, independente de qual partido se tome quanto à natureza da linguagem – natural ou social – seu estudo, isto é, a ciência que se propõe investigá-la, é uma criação humana e, portanto, é evidentemente social, assumindo todas as características de uma atividade social na qual entram em questão laços sociais, direitos, obrigações, anseios e interesses. Diante disso, a posição tradicional vê a responsabilização do cientista com (i) a mera verdade dos objetos estudados e (ii) com a atribuição de créditos aos estudiosos que fornecem fundamentos às pesquisas, sendo que o segundo caso é frequentemente desobedecido e o primeiro também, quando a “verdade” desestabiliza suas hipóteses.

Uma postura mais crítica, à qual pretendo também me vincular, preocupa-se com a responsabilidade em determinar como a própria verdade é alcançada e, quanto a isso, Rajagopalan (2003) vê a responsabilidade do cientista na necessidade de se voltar para a sociedade que disponibiliza os meios de realização dos seus próprios estudos, assumindo visões de mundo críticas que não se pretendam neutro – uma vez que não há conhecimento neutro – ou além das preocupações políticas, pois de forma imediata qualquer reflexão acarreta conotações político-ideológicas. Contudo, o impacto de merecer o título de ciência faz com que a Linguística tradicional relegue a segundo plano questões de ordem política que

suas próprias reflexões suscitam, evitando questionar os fundamentos que, de alguma forma, garantem certos prestígios institucionais (RAJAGOPALAN, 2003).

Como gera-se a impressão de que podem pendurar de acordo com seus próprios interesses internos, a linguística tradicional acaba por fazer vista grossa ao suprimir os conflitos inerentes, sendo que Rajagopalan (2003) considera alguns movimentos favoráveis para novas compreensões, como imaginar que muitos pressupostos – inclusive aqueles que usufruem de privilégios que os revestem de certa certeza dogmática – precisam passar por uma reavaliação para que possamos nos conscientizar da relevância dos estudos linguísticos e de sua responsabilidade diante da sociedade, na possibilidade de propor novos paradigmas que, lembrando as previsões de Lyon, tenha como motivação principal o ímpeto de engajar socialmente as investigações linguísticas e torna-las socialmente relevantes.

Finalmente, chego ao ponto onde quero levar a pesquisa, no intuito de destacar a importância dos estudos da linguagem diante de temas e objetos, como a sustentabilidade ou os relatórios corporativos, tão relevantes para a atualidade. Nesse caso, gostaria de considerar perspectivas de caráter político diante da constituição do corpus, considerando que a relevância social seria aquilo que pode tornar um dado enquanto dado e, nessa linha, Rajagopalan (2014) aponta um consenso de que os argumentos devem se sustentar em dados empíricos. Quanto a isso, a propriedade que faz do dado um dado seria a sua pertinência para uma questão levantada, diante da qual vale considerar as condições que tornam certo dado, relevante (RAJAGOPALAN, 2014). Nesse viés, cabe perceber que a própria busca do dado é condicionada pelo interesse investigativo, já que achamos só o que procuramos e ignoramos as demais coisas, sendo que, apesar da necessidade dos dados para a ciência, eles dependem do modo como a ciência vê a si mesma, na concepção de seus mecanismos (RAJAGOPALAN, 2014).

Nesse turno, entendo que todos esses recursos teóricos ou epistemológicos apresentados na presente seção nos possibilitam destacar os aspectos políticos da pesquisa, uma vez que pretendo me posicionar criticamente diante da produção de sentidos referente à sustentabilidade e outras questões ecológicas possíveis, por meio de relatórios corporativos. Diante do exposto, na análise que se segue, não pretendo assumir uma suposta postura privilegiada que atribui a si o papel de desvelar interesses ideológicos ocultos, pois acreditamos que as posições de sujeito intérprete que assumiremos são formadas dentro do próprio contexto de construção do discurso.

Os elementos de uma ordem de discurso que podem atuar na construção das inferências para qualquer texto são caracterizados por uma heterogeneidade interna e por uma

articulação possivelmente ambivalente ou contraditória que abrem os processos de construção de sentido à influência de diferentes investimentos políticos e ideológicos, o que aproxima o discurso das demais práticas sociais, cuja investigação pode considerar

parte importante do ‘trabalho’ ideológico dos textos e do discurso na ‘interpelação’ dos sujeitos. Entretanto, existe a possibilidade não apenas de luta quanto a diferentes leituras dos textos, mas também de resistência às posições estabelecidas nos textos (FAIRCLOUGH, 2008, p. 114).

Assim, concordo com Fairclough (1989), quando considera que a possibilidade de contribuição para a mudança nas ordens sociais acontece pela ocupação de uma posição de sujeito no interior da prática social e discursiva.

5 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS

Em torno da análise apresentada neste capítulo, convergem as considerações que elaborei até o momento e, em vias de fundamentar os apontamentos da investigação, recorro a uma abordagem que pretende assumir, como já mencionado, um caráter crítico. Dividi os resultados da análise por meio de três seções que, respectivamente, enfatizam (i) a dimensão discursiva, a (ii) textual e a (iii) social do discurso, seguindo a ordem de apresentação sugerida por Fairclough (2008). Na primeira seção, chamada “A dimensão discursiva”, as categorias analíticas destacadas fazem referência às (i) cadeias intertextuais e à (ii) construção do sujeito interprete. Em seguida, na seção “A dimensão textual”, enfatizo as categorias referentes ao (i) vocábulo sustentabilidade/sustentável, à (ii) forma gramatical das pessoas verbais e outras em torno da (iii) coesão e da (iv) estrutura textual. Por fim, a última seção, de título “A dimensão social”, destaca questões como as (i) heterogeneidade e ambivalência ideológicas, as (ii) estratégias discursivas, através do uso da superlatividade, e a (iii) a ideologia do crescimento econômico.

5.1 A DIMENSÃO DISCURSIVA

5.1.1 Cadeias intertextuais

O primeiro caso da análise refere-se, na dimensão discursiva do estudo, ao nível das práticas intertextuais dos relatórios constituintes docorpus e, nesse turno em que pretendo iniciar o trabalho, voltar-me-ei ao conceito de intertextualidade que, na subseção presente, debruça-se justamente sobre a categoria de cadeias intertextuais. De acordo com Fairclough ([2008), as cadeias intertextuais se definem por meio de relações intertextuais sintagmáticas, as quais contrastam com as relações paradigmáticas da intertextualidade, vinculada a sua dimensão constitutiva (interdiscursividade). Nas palavras do autor, tem-se que essas relações intertextuais sintagmáticas referem “as séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das series é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 166), o que pode ser notado com certa frequência nos relatórios que constituem o corpus da análise.

A seguir, apresento um excerto que deixa visualizar práticas intertextuais docorpus, na realização de cadeias pelas quais a distribuição de textos exógenos é assumida

como parte constitutiva no nível de produção dos relatórios analisados:1. “A JBS apoia o Programa Novo Campo, em Alta Floresta-Mato Grosso (Brasil), que realiza a recuperação de nascentes e melhora a qualidade da água para os animais, promovendo a pecuária sustentável na Amazônia.” (JBS, 2015, p. 62)

A vinculação entre a empresa provedora dos relatórios e o mencionado programa que recupera nascentes e melhora a qualidade de água para a criação dos rebanhos é realizada textualmente por meio das cadeias intertextuais que apreendo no relato de apoio que a companhia oferece a prática referida. Tal encadeamento trabalha, no nível dos relatórios, como uma forma de associar a empresa a práticas que contribuam com o entendimento de que ela desempenhe um papel na extensão ou propagação dos cuidados ambientais que possam provir da continuidade das práticas (recuperar “nascentes e melhora[r] a qualidade da água para os animais”) atribuídas ao programa. Como se vê, a relação intertextual entre os dois membros/pares dessa convergência adquire um efeito recíproco de suporte, pelo qual a empresa relata seu apoio ao programa, fazendo ressoar níveis de ação que podem caracterizar sua prática socioambiental, enquanto que essa prática socioambiental, que poderia permanecer restrita ao campo de atuação exógena, passa a ser assimilado como uma prática também empreendida pela empresa. O apoio mencionado pela empresa ao programa faz com que, intertextualmente, a relação entre esses pares permita atribuir à primeira parte dos créditos provenientes da prática outorgada ao segundo.

No plano intertextual, todo o êxito atribuído ao programa é, intertextualmente, vinculado à empresa, por meio do relato de seu apoio, o que pode contribuir na formação de uma imagem positiva para aquela. Devidamente, a assimilação que a empresa faz das práticas do programa por meio do relato de seu apoio também deve se estender ao sintagma “promovendo a pecuária sustentável na Amazônia” e, adquirindo uma melhoria de sua representação pela transformação empreendida por meio dessa cadeia intertextual, aquilo que a empresa relatar sobre o programa terá o efeito argumentativo de poder ser atribuído a si mesma. Um exemplo interessante, quanto a isso, pode ser identificado no relatório referente ao exercício de 2016, como vemos no fragmento seguinte:

2. A produção do hambúrguer sustentável — que marca pioneirismo no País — ainda observa três outros critérios: monitoramento do gado desde seu nascimento, alinhamento com o Guia de Indicadores de Pecuária Sustentável (GIPS), do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), e verificação independente de todo o sistema de gestão do projeto (JBS, 2016, p. 104).

A menção a uma produção sustentável de hambúrguer faz ressoar, como um dos critérios observados naquela, um guia responsável por retificar, intertextualmente, a alegação anterior. No nível textual, dá-se o significado dessa relação sintagmática através do vocábulo ‘alinhamento’, de modo que o relatório indica que a sua produção se orienta em direção ao alcance das possíveis instruções preconizadas pelo referido guia. Assim, a partir de Fairclough (2008), no que toca às transformações referentes às cadeias intertextuais, é possível ver, igualmente ao fragmento anterior, a influência transformacional recíproca que se estabelece entre membros/elementos da cadeia intertextual das práticas discursivas particulares do corpus analisado, realizando-se, destarte, a indicação de um referencial externo de demonstração de veracidade para a produção dos hambúrgueres, a partir da qualificação que o fragmento passa a lhe imputar. Nessa relação, surge um elemento que funciona, no nível intertextual, como indicador estratégico do valor de verdade contido no adjetivo atribuído a produção de hambúrguer da empresa, como um meio de demonstrar a efetividade com a qual o tema da frase (“A produção do hambúrguer sustentável”) parece se revestir.

Se pensássemos em referência à modalidade da afirmação feita, veríamos que nenhum elemento, nesse fragmento, indica textualmente a possibilidade de que esse sintagma não seja digno de nossa crença na exatidão de sua definição. Quem sabe, poder-se-ia até estranhar, caso encontrássemos no corpo dos relatórios analisados algum elemento que viesse a depor contra a construção de uma argumentação objetivada quanto a exatidão de suas definições, como se as informações apresentadas conseguissem alcançar um nível de transparência de linguagem, na qual os sentidos das palavras não podem matizar-se ou apresentar gradações. Contudo, mesmo que áreas como a administração e economia advoguem por um conjunto de nomenclaturas que seja inequívoca, alguns autores oferecem recursos que podem ser tomar no nível de problematização direcionada ao discurso da responsabilidade social corporativa, inclusive quanto à existência de terminologias envoltas em confusões de definição, como no caso de sustentabilidade corporativa, ética, sustentabilidade e outros (CALIXTO, 2013), o que tangencia possíveis questionamentos do uso feito em relação às noções de sustentabilidade e outras no âmbito empresarial (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013). De todo modo, como abordarei mais detalhadamente esse aspecto dos relatórios avaliados, a partir da ênfase no aspecto textual referente ao vocabulário, na próxima seção dessa análise, pretendo volver a discussão para outro ponto bastante relevante sobre esse assunto.

No que toca à intertextualidade, é possível ver como escape para possíveis ambivalências de certas definições a vinculação de um discurso para com a adesão de séries

de textos que, hegemonicamente, possam constituir na composição de uma formação discursiva particular. Aqui, seria necessário, então, falar da formulação de ordens de discurso que articulam recursos contextuais para definição de terminologias importantes para dado grupo ou prática, inclusive por meio das cadeias intertextuais. Vejamos o fragmento subsequente:

3. É o oitavo ano consecutivo que a JBS S.A. reporta essas informações em relatório anual, de forma voluntária, seguindo as diretrizes da instituição internacional *Global Reporting Initiative*(GRI). Nesta edição, adota a nova metodologia GRI Standards. Este relatório, portanto, foi preparado de acordo com as Normas GRI: Opção Essencial(JBS, 2017, p. 14).

Retirado de uma seção que pretende considerar aspectos referentes à própria formulação do texto, intitulada “Sobre este relatório”, faz-se ecoar aí uma cadeia intertextual que remete as diretrizes seguidas pelo relatório no seu relato das atividades anuais da empresa. Desde já, vê-se desenhar-se o escopo contextual pelo qual algumas terminologias podem ser definidas, quando inclusive fornece referências para as informações apresentadas, no que diz a sua necessidade. As diretrizes indicadas intertextualmente podem delimitar um horizonte a partir do qual os termos oferecidos, na ocasião de alguma ambivalência negativa a construção de sentido, venham a ser definidos, o que passa obrigatoriamente por relações estabelecidas entre campos discursivos (BRANDÃO, 2012).

Genericamente, é possível notar, nesse recurso intertextual, mais que simples indicação de uma instrução institucional para a elaboração de relatórios anuais ou de sustentabilidade, até porque pode-se sempre perguntar sobre o que levaria as empresas a aderirem – voluntariamente, como o texto do relatório indica –, essas orientações assumidas em nosso corpus. De todo modo, há algumas indicações como no tocante ao surgimento de padronização de relatórios de sustentabilidade, podendo ser atingido por meio da associação ao *Global Reporting Initiative* (GRI) (ARAÚJO; RAMOS, 2015), como o-fazo corpus. Com o estabelecimento de objetivo dos relatórios de sustentabilidade, oferecido pelo GRI (ARAÚJO; RAMOS, 2015), pauta-se que essa abordagem recomenda diretrizes para a elaboração de relatórios socioambientais, os quais também podem ser conhecidos como relatórios de sustentabilidade (CALIXTO, 2013). Esses objetivos da GRI têm-se tornado como que um padrão internacional, fazendo com que sua missão tenha estendido seu alcance a várias versões do GRI, como especificamente a sua terceira, na figura do G3, cujos princípios são estipulados para a elaboração dos relatórios socioambientais (CALIXTO, 2013), ou do G4, ao qual adere nosso corpus.

De todo modo, deve ser possível considerar essa demanda por padronização diante da popularidade de certos paradigmas e, como alguns autores sugerem, provavelmente, há outros aspectos vinculados à aderência a alguns tipos de modelos para o relato de informações socioambientais, como mencionado por Calixto (2013) quanto ao próprio GRI, que pode representar uma maior agregação de valor para os relatórios, sendo que, além disso, alguns autores propõem inclusive voltar sua atenção para como se alcançar geração de valor (financeiro-econômico) através da sustentabilidade (ARAÚJO; RAMOS, 2015). Contudo, no que toca à estruturação de ordens de discurso, vemos que os elementos da diretriz GRI para a elaboração de relatórios configuram-se pela associação de aspectos social, ambiental e econômico (CALIXTO, 2013), a qual pode representar um dos pontos principais referentes a ordem de discurso acionada pela cadeia intertextual em nosso relatório.

Essa abordagem tripartida da sustentabilidade, conhecida mundialmente como *Triple BottomLine*, pode de fato alçar ao nível de uma ordem de discurso por meio da qual as corporações passam a estabelecer uma delimitação para suas construções de sentidos através de referências a certas representações. Sem também antecipar questões relacionadas à análise a ser empreendida sobre o papel dessa abordagem para a configuração de estruturas textuais, vale mencionar que, mesmo sobre modelos de relatórios socioambientais, em referência ao *Global Reporting Initiative*, esses não estão isentos de crítica, podendo ser feita alusão a práticas retóricas (COELHO; GODOI, 2010) ou possibilidade de vieses (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013) nos relatórios.

Essa e outras questões diante de certos modelos para a elaboração de relatórios sugerem que mesmo a inserção de um termo em formações discursivas, como campos de enunciados, não consegue eliminar todas as possibilidades semânticas ou representativas que aquele possa conter, mesmo que uma ordem estabilizada de discurso procure homogeneizar seus sentidos. Essa impossibilidade revela-se pelas interações diversas que se realizam nos e entre os textos, como virei a observar na seção de análise social dos relatórios.

Todos esses pontos são visivelmente favoráveis à nossa análise de discurso, não só por meio de conceitos como o de intertextualidade e, diante da interpretação anterior sobre o funcionamento de cadeias intertextuais que, nos relatórios, englobam remissões feitas para as diversas práticas nos relatórios estudados, vejo que essas cadeias parecem se relacionar à própria vinculação a ordens de discurso hegemônicas. Por tais convergências, poderei identificar as diversas “ressonâncias” e/ou remissões discursivas, no escopo dos relatórios tomados como corpus, ao modo de sugerir uma intertextualidade que possibilita apreender, primeiramente, como esses aspectos intertextuais se relacionam com o desenvolvimento da

argumentação dos discursos e como recorre à pressuposição para fortalecer os sentidos que pretendem construir. De qualquer maneira, nesse nível, as relações com as diversas dimensões dentro dos campos de enunciados de uma formação discursiva, fazem com que, conseqüentemente, a intertextualidade tem seu papel na reprodução de elementos da ordem de discurso. Contudo, mesmo que a constituição intertextual heterogênea possa assumir a forma subsequente de elementos convencionais em uma nova ordem de discurso (FAIRCLOUGH, 2008), essas ordens, ao apresentar elementos que incorram em insuficiência para a amplitude de significados que os termos podem oferecer, também estão passíveis a rearticulações, o que possibilita uma desautomatização de qualquer inferência pressuposta, como poderei apreender da subseção seguinte.

5.1.2 A construção do sujeito intérprete

A intertextualidade parece funcionar também, nos relatórios analisados, como meio de construção de identidades, como formas de investimento que esses podem gerar sobre os leitores, as quais atuam na mobilização de alguns *stakeholders* diante tanto dos produtos “oferecidos” quanto das demonstrações financeiras lucrativas, adequações legais das práticas corporativas e seus aspectos positivos gerias em termos de responsabilidade social. Iniciarei pela análise do primeiro caso, para a qual indico algumas considerações de Fairclough (2008) que ajudam a entender melhor essa prática que pode ser interpretada como estratégia discursiva, que será mais pormenorizada na seção da análise social. O linguista britânico rejeita a concepção errônea de um sujeito pré-existente ao discurso, a qual vem a situar o sujeito-interprete tanto acima e quanto fora da intertextualidade. Contudo, não seria contundente ignorar a importância do discurso e muito menos da intertextualidade na compreensão de como o sujeito se constitui ou é investido a se constituir. Além disso, vale frisar que a constituição do sujeito assume uma vinculação com a constituição dos grupos sociais, pela própria intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2008).

Nessa altura, fica mais latente o entendimento de construções identitárias que podem se desenvolver a partir da constituição do sujeito interprete o corpus. Como se verá nos relatórios analisados, essa construção de identidade é muito evidente em citações e remissões intertextuais a certos grupos relacionados em torno de questões como a sustentabilidade ou outros programas associados à temática da ética ou direitos humanos, por exemplo. Essa vinculação pode propiciar aos consumidores dos produtos oferecidos uma associação identitária com a sustentabilidade ou outros temas que possa persuadir – efeitos

perlocucionários, ao modo de Austin (1990) – aqueles que não consomem certos produtos por questões ambientais, de ética ou outros a se interessarem por produtos associados com instituições que alegam desenvolver práticas favoráveis à sustentabilidade, ética, direitos humanos e afins. Observe-se um fragmento:

4. Para aproximar-se de clientes e consumidores por meio de um portfólio de marcas e produtos de valor agregado, que é o intuito da JBS, a Companhia pauta a sua atuação na qualidade. E qualidade, para a JBS, não se refere apenas ao produto. Qualidade envolve operar dentro dos padrões mais elevados de sustentabilidade social, econômica e ambiental, ter a melhor equipe de colaboradores, com as pessoas certas nas posições corretas, fábricas de última geração e parceria nas relações com seus públicos (JBS, 2015, p. 18).

Nesse excerto, percebe-se a vinculação da empresa com práticas discursivas que, para além de serem questionadas em termos de veracidade material das informações, oferecem recursos que podem atuar na constituição da subjetividade. De todo modo, essa possível delimitação de nível identitário funciona tanto em direção dos consumidores, o que se faz de modo indireto, quanto aos próprios acionistas, possivelmente como principal interlocutor dessas orações, já que a menção do “portfólio de marcas e produtos” oferecido aos primeiros, juntamente com os clientes³², é qualificado por uma locução adjetiva (“de valor agregado”) que demarca o lugar discursivo de quem vislumbra a criação de valor na cadeia de produção.

Quanto ao procedimento de construção de identidades por meio do corpus, pode-se remeter a algumas cadeias intertextuais analisadas anteriormente, a fim de observar como a constituição de grupos sociais pode estar vinculada à constituição do sujeito intérprete e ainda servir de ferramenta ao trabalho ideológico do discurso, como assinala Fairclough (2008). Nesses casos, retomo que, na doutrina da intertextualidade, a concepção de coerência tem um papel relevante na interpelação ideológica, já que o intérprete busca resolver plenamente as contradições dos textos³³, tanto podendo resistir quanto reconciliar parcialmente ou resolver as contradições, de acordo com seus propósitos imediatos (FAIRCLOUGH, 2008).

Tal dimensão estende à intertextualidade o realce dos aspectos político-ideológicos de toda leitura, ao ponto de assumir uma posição oferecida pelo discurso. Está-se aqui diante do nível dos pressupostos de um texto e, no caso desta análise, a construção dos

³²A empresa se direciona, como seus clientes, “redes varejistas, clubes de atacado e empresas do setor de *foodservice* (restaurantes, hotéis, distribuidores de serviços de alimentação e processadores complementares)” (JBS, 2015, p. 16), os quais se diferenciam dos consumidores dos produtos.

³³Corroborando essa compreensão, vê-se que a teorização de Bakhtin/Voloshinov (2006), quanto à ideologia, é muito mais propícia à compreensão de uma integração possível, ainda que sempre intervalar, entre interioridade (indivíduo) e exterioridade (ideologia).

sujeitos intérpretes na qual os relatórios se engajam, inclusive no uso de termos como *stakeholders*, perderiam todo efeito de sentido positivo caso o leitor não assumisse as pressuposições esperadas quanto às representações formuladas em torno de conceitos como ‘qualidade’ e ‘sustentabilidade’, no fragmento 4. Dependendo do lugar discursivo ocupado pelo leitor, as considerações elencadas poderiam variar relativamente em termos de representação e, uma vez que, como já foi mencionado, a representação de discursos se realiza no nível de intertextualidade manifesta (ALENCAR, 2009), a própria percepção do sujeito intérprete precisaria ser delimitada por pressupostos, diante da heterogeneidade discursiva de destaque pela atenção à intertextualidade. Seja na forma constitutiva ou na forma de intertextualidade manifesta, expressa por citação, amplia-se o papel da intertextualidade e dos seus diferentes níveis (BRANDÃO, 2012), na compreensão da pressuposição como seu próprio elemento, em torno de sua compreensão em vínculo com a intertextualidade.

Além disso, pode-se reconsiderar que tanto as pressuposições e a intertextualidade quanto a sua interpretação podem ser situadas a partir de posições do sujeito intérprete que possibilita que sejam feitas conexões e inferências. Assim, estou diante da possibilidade tanto de submissão quanto de resistência para os intérpretes, como sujeitos sociais, sendo prejudicial esquecer que as capacidades para a leitura crítica são oferecidas de modo desigual, o que pode trabalhar em conjunto com discursos hegemônicos (FAIRCLOUGH, 2008). De todo modo, mesmo no nível da intertextualidade, há a possibilidade de desarticulação da articulação intertextual anterior de um texto por leituras resistentes, acrescentando uma nova dimensão de intertextualidade do texto que sustente sua interpretação, de modo que a articulação própria dos elementos intertextuais, seja passível a luta hegemônica pelas interpretações resistentes, importando avaliar devidamente sua eficácia política e ideológica (FAIRCLOUGH, 2008).

Diante disso, pode ser relevante ver como a intertextualidade, nesse turno, pode trabalhar nas relações sintagmáticas intertextuais, quando os discursos transformados em cadeias intertextuais, como as analisadas, as quais podem atuar na projeção de identidades para os intérpretes, parecem tentar fortalecer uma argumentação que gire em torno de elementos ideológicos preestabelecidos. Como será visto no trabalho ideológico ambivalente e heterogêneo analisado na seção 3 deste capítulo, a coerência, quando abordada, poderá ser tida como propriedade que um intérprete impõe aos textos, sendo que diferentes intérpretes, incluindo o produtor do texto, possivelmente geram leituras diversas, mas igualmente, coerentes de um mesmo texto (FAIRCLOUGH, 2008).

A partir daqui, posso me voltar ao caso da criação de sujeito intérprete advinda da ênfase em demonstrações financeiras lucrativas, adequações legais das práticas corporativas e seus aspectos positivos gerais em termos de responsabilidade social, os quais favorecem a comunicação direcionada aos acionistas e possíveis investidores. Diante desse ponto, é preciso ver como o corpus aponta para um destaque dado aos acionistas e investidores e, para tanto, veja-se o seguinte fragmento:

5. Na JBS S.A., a estrutura de Governança Corporativa se apoia em duas principais instâncias: Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Mais alto órgão de governança da Companhia, o primeiro reúne representantes dos acionistas com o intuito de determinar as linhas centrais dos negócios e metas relativas aos temas econômicos, sociais e ambientais, além de decidir sobre questões-chave, em linha com as competências que lhe são atribuídas pelo Estatuto Social(JBS, 2016, p. 37).

Como fica explícito, inclusive ao ponto da previsibilidade que os pressupostos nos fornecem, os acionistas ocupam um lugar de destaque na configuração corporativa apresentada no corpus e, do ponto de vista da criação de leitores coerentes por essas práticas, vejo a indicação de que os acionistas terão preponderância não apenas como posições interpretes, mas também como quem possam construir novas interpelações aos demais *stakeholders*. Textualmente, vejo a participação destacada desses na determinação de “linhas centrais dos negócios e metas relativas aos temas econômicos, sociais e ambientais”, pela qual podem atuar fortemente a construção de sujeito intérpretes dos relatórios, uma vez que todos os níveis abordados naqueles, seja o econômico, o social ou o ambiental, estão elencados entre o domínio de atuação dos acionistas. Ademais, vê-se também importância dada aos acionistas na decisão “sobre questões-chave” da empresa. Nesse ponto da análise, mostra-se necessária a discussão sobre responsabilidade social corporativa e como os acionistas são, de modo geral, vistos nessa teoria, de modo a podermos cotejar a conjuntura com os relatórios analisados nessa seção.

Autores como Araújo e Ramos (2015) entendem o contexto corporativo atual como inserido na era da responsabilidade e, nessa ordem, destaca-se a responsabilidade social corporativa (RSC) e a própria associação do discurso corporativo da RSC. Calixto (2013) também fornece elementos conceituais em torno da responsabilidade social corporativa, enquanto passa-se a intencionar o posto de empresa socialmente responsável. De acordo com Mota, Mazza e Oliveira (2013), o conceito de contrato também é proveitoso para a discussão sobre RSC e, no sentido de crescimento de ações que visam a sustentabilidade, os autores apontam o vínculo das ações de RSC com o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é considerada a existência de abordagem estratégica para a RSC, em diferentes fases

corporativas diante dos aspectos ambientais, cujo papel para os stakeholders se mantém sobre a exigência de informações ambientais, diante dos qual os relatórios ambientais atuam.

Dada a incorporação de *Triple BottomLine* pelo viés da responsabilidade social corporativa (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013), ainda podem ser vistas diversas perspectivas sobre a RSC (CALIXTO, 2013), observando-se conceitos e abordagens variadas sobre o tema, as quais, em alguns casos, veem como obrigação a resposta dada às externalidades positivas e negativas geradas pela atuação do mercado (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Nesse sentido, posso mencionar as possíveis pressões que podem se desenvolver para o favorecimento da responsabilidade socioambiental, mesmo que, a partir daqui, possa sugerir uma atenção a criação dos sujeitos intérpretes, remanescendo aí posições de resistência para os consumidores que, enquanto *stakeholders*, pode ir mais longe do que o indicado pelos pressupostos ideológicos e reivindicar participação tanto diante da leitura/produção das informações oferecidas, quanto diante de outras possibilidades de atuação.

De todo modo, há o surgimento de vários elementos de pressão das grandes empresas para que implantem políticas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, impulsionando e gerando motivos para o desenvolvimento da Sustentabilidade Empresarial (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013). Assim, são mencionados fatores de influência para se implementar, conscientizar e organizar práticas de sustentabilidade empresarial (CALIXTO, 2013). Por outro lado, do ponto de vista do desenvolvimento da RSC, alguns autores comentam sobre a melhoria da imagem e ganhos financeiros alcançados com os investimentos socioambientais (CALIXTO, 2013) e, de todo modo, como o surgimento global de modelo de gestão voltada à sustentabilidade (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013), diante do panorama de vinculação da internacionalização da economia, pautado no crescimento econômico infinito, que pode ignorar seus perigos sociais e ambientais, tem-se que a dificuldade dos modelos empresariais parece despontar quando permanecem vinculando sustentabilidade com esse crescimento econômico infinito, como Lara e Oliveira (2017) comentam.

No que toca ao contexto latino-americano de desenvolvimento da RSC, vê-se que o tema não é prioritário para essas empresas, estando aí em estágio inicial e, muitas vezes, restringindo-se às grandes empresas (CALIXTO, 2013). Diante dos fatores de influência da RSC latino-americana e suas principais organizações direcionadores, aponta-se um adiantamento comparativo do Brasil quanto a RSC, ainda que a própria literatura brasileira em torno do tema destaque, entre outras coisas, a melhoria da imagem das organizações como

motivação para o engajamento nas práticas referentes a responsabilidade social, mesmo possivelmente em caso de implementação de políticas públicas, ao atender também a interesses privados, que estejam relacionados à reputação e à imagem da empresa (CALIXTO, 2013). Sendo diversos os tópicos citados na literatura brasileira sobre RSC, tem-se que seu vínculo às atividades filantrópicas no Brasil se dá até a década de 1980, o que remete a relação inicial da RSC a esse tipo de atividades, visto o tema de transição de atividades filantrópicas para atividades socioambientais (CALIXTO, 2013), sendo inclusive postulado a possível origem da RSC na abordagem filantrópica, a qual cabe ser distinguida (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Dito isso, a RSC surge também como elemento importante de construção de sujeitos interpretes em nosso *corpus*, como veremos a seguir:

6. O compromisso de fornecer alimentos seguros, com foco em qualidade, compreende uma série de estratégias e iniciativas que são desenvolvidas e aplicadas nas várias etapas da cadeia de valor. Incluem ações de ecoeficiência dos processos e responsabilidade ambiental voltadas a aprimorar constantemente os padrões de operação, fabricação e fornecimento de produtos alimentícios, de forma a contribuir para a sustentabilidade dos negócios da JBS (JBS, 2017, p. 138).

7. Em 2015, foram registrados no SAC três questionamentos por e-mail sobre questões ambientais: dois deles para conhecer os projetos de responsabilidade ambiental da empresa e um para perguntar sobre as certificações que a JBS possui. Todas as dúvidas foram sanadas pela Companhia (JBS, 2015, p. 83).

Pelo que fica explícito textualmente, a responsabilidade corporativa da empresa é vinculada principalmente ao nível ambiental, mesmo que o tema seja enfatizado, muitas vezes, através da apresentação de prêmios atribuídos às suas práticas. Isso reforça os efeitos de sentido diante da construção dos sujeitos intérpretes e, por meio disso, posso ver como um simples ato de discurso, aparentemente constativo, pelo qual se pretendia apenas fornecer informações, pode surtir em efeitos significativos na construção de identidades para as práticas de produção e interpretação discursivas, uma vez que todo elemento apresentado em um texto funciona no nível estratégico dos significados.

Nessa perspectiva, é possível relacionar o tema da RSC à teoria dos stakeholders (CALIXTO, 2013), de modo a analisar o papel de preponderância que pode ser dado a certos atores. Por esse sentido, retomariamos a leitura do fragmento 5. Como fica marcado textualmente, vê-se a inserção dos acionistas no nível de atuação do Conselho de Administração, considerado o “Mais alto órgão de governança da Companhia”, diante da qual assume importantes funções dentro da estrutura corporativa da empresa. Tal feito coloca em

destaque esse ator social, entendendo que os *stakeholders* representam fonte potencial diante de valor ou de risco para uma empresa (ARAUJO; RAMOS, 2015).

Por esse entendimento, posso perceber a variedade de direcionamento dos relatórios de sustentabilidade aos *stakeholders*, de modo que podem divergir as suas demandas, diante das respostas das empresas às pressões das partes interessadas (CALIXTO, 2013). Alguns autores mencionam a abordagem do *shareholder* de Friedman pela qual a RSC tentaria conciliar as demandas dos acionistas e o interesse da sociedade, mesmo que, nesse último caso, o interesse da sociedade deva ser de responsabilidade do próprio governo e não das empresas (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Sendo conflituosa as visões teóricas do *stakeholders* e dos *shareholders*, passa-se a perceber a inclusão de outros grupos de sociais na primeira abordagem, proposta por Freeman (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Contudo, Araújo e Ramos (2015) sintetizam uma compreensão que parece estar implícita nos discursos corporativos, na qual o acionista é tomado como *stakeholder* principal e, nesse sentido, os autores apontariam, em relatórios estudados por eles, a falta de informações financeiras que possibilite análises de custo-benefício das ações socioambientais. Nessa linha, vemos que o corpus, majoritariamente, não oferece uma consolidação informativa sobre aspectos relacionados ao ponto de vista financeiro-monetário dos benefícios à sociedade relatados, o que, na avaliação, parece servir de exemplo a heterogeneidade ideológica dos relatórios estudados por nós, a qual será abordada mais propriamente na seção analítica sobre ideologia.

De qualquer maneira, entendo que a perspectiva neoclássica, a qual os autores se vinculam, talvez nunca consiga dar conta da consolidação da sustentabilidade, como viemos discutindo no capítulo 2, inclusive devido a sua desconsideração do valor intrínseco da natureza (ARAUJO; RAMOS, 2015). Mesmo que concorde com importância dos aspectos econômicos e contábeis para a sustentabilidade e da necessidade de desenvolvimento das competências econômicas para aquela (ARAUJO; RAMOS, 2015), ainda assim entendo que uma linguagem monetária não é suficiente para a formação de uma sociedade sustentável, podendo serem certos aspectos dessa inexprimíveis do ponto de vista meramente financeiro.

Consequentemente, a justificação de uma análise de custo-benefício pelo efeito social das empresas e pelos recursos que usam (ARAUJO; RAMOS, 2015), só estará, ao meu ver, bem posicionada se favorecer a sociedade e estiver em prol das comunidades e seus *habitats* e não das próprias empresas, as quais passariam a agir visando apenas lucrar com suas ações ambientais. Pelos motivos elencados na justificativa anterior, essa análise de custo-benefício deveria gerar “valor” – expresso ou não em termo monetários, já que certos valores

ambientais podem se inscrever em variáveis diferentes de teor qualitativo que não podem ser manifestos na perspectiva neoclássica – para a sociedade, não se restringindo unicamente às empresas. Enquanto, nos relatórios de sustentabilidade analisados pelos autores, é dada ênfase no valor para o acionista, enquanto indicador de sustentabilidade, e a economia fiscal, pela responsabilidade social corporativa, diante da qual aqueles apontam estratégias para “criação” de valor (ARAUJO; RAMOS, 2015), tem-se que, nocorpus, pode-se perceber que a geração de intérpretes coerentes dos elementos intertextuais trabalha em concordância com as dimensões dos tipos de significados, destacando-se principalmente o ideacional e o interpessoal, como analisado.

Por fim, no que trata da heterogeneidade e ambivalência ideológica encerradas nocorpus, no enalço da criação de sujeitos intérpretes, vê-se oportunamente enfraquecer a ênfase ao caráter estritamente monetário-financeiro das ações socioambientais. Isso pode configurar-se num dilema que a empresa anteveja, uma vez que, enquanto negocia títulos no mercado de ações, tem como acionista majoritário os membros fundadores da empresa, sendo que, para entender melhor essa característica corporativa, considere o que fala Ha-Joon Chang (2013) sobre o tema do capitalismo de acionista. Nesse contexto, o valor de uma empresa passa a ser medido pela sua capitalização no mercado de ações, diante da qual vê-se avultar a criação de maximização do valor do acionista, representado possibilidade de opressão de outros *stakeholders*, como os empregados e os governos, no que toca à disponibilização de subsídios e reduções de alíquotas de impostos, ao ponto de ocasionar desigualdades de renda. O autor vê desvantagens, inclusive econômicas, do capitalismo do acionista pela falta de distribuição ascendente de renda, o que pode gerar empecilhos até para as empresas, por motivos diversos, como o fato da maior geração de lucro que se destine aos acionistas poder comprometer sua perspectiva de longo prazo.

Assim, a partir desse contexto, pode sobressair o dilema mencionado anteriormente, pois, visto o descompromisso dos acionistas com a viabilidade da empresa a longo prazo, seria a sustentabilidade, observados nocorpus, uma estratégia de maximização do valor do acionista ou um engajamento relacionado com a manutenção dos ecossistemas e da vida, como uma concepção de sustentabilidade planetária? A empresa se engajaria em ações socioambientais tendo vista a permanência dos meios naturais e das manifestações vitais que aqueles imprimem ou apenas uma maior atratividade diante da competitividade de mercado? Isso parece estender-se ao exemplo de ambivalência em torno da definição de sustentabilidade posicionada entre interesses gerais de proteção dos ecossistemas e da perenidade da empresa!

Outra questão é que, uma vez que há um entendimento da sustentabilidade, inserido no contexto hegemônico empresarial, apontado por Lara e Oliveira (2017), essa atuaria exclusivamente no oferecimento de redução de gastos operacionais que poderiam se voltar, aos acionistas, como dividendos que sejam mais elevados, convertendo-se em um maior preço de compra das ações ou haveria algum significado mais amplo em suas práticas? Essas questões devem ser consideradas, no caso do corpus, pelo fato de remeter a uma empresa na qual os acionistas majoritários correspondem aos fundadores da empresa. Nesse dilema, como esses interesses seriam materializados em termos discursivos nos relatórios analisados? Essas questões oferecem uma boa conjuntura para categorias que serão mais detidamente analisadas na seção referente à análise social do objeto de estudo, como meio de entender, pelo menos em parte, a heterogeneidade e ambivalência ideológica que ele apresentada.

5.2 A DIMENSÃO TEXTUAL

5.2.1 Vocabulário

Na análise que dá ênfase à dimensão textual do corpus, volto-me à abordagem da categoria referente ao vocabulário, centrando-se em termos como sustentabilidade e sustentável, de modo que faça convergir discussões sobre a representação da sustentabilidade que devidamente percebo está relacionada aos vocábulos utilizados. Contudo, mesmo que esteja estudando esse aspecto a partir da ênfase no nível textual de vocábulo, referente ao conceito de sustentabilidade usado no corpus, não poderia ignorar questões políticas que tocam o contexto socio-histórico mais amplo de elaboração das significações para esses termos. Como visto no capítulo 3, Fairclough (2008) apresenta que os conceitos de *wording*, lexicalização e significação oferecem uma melhor indicação das sobreposições e competições sociais em torno dessa categoria, de maneira a revelar sua dimensão político-ideológica. Alguns pesquisadores apontam o entendimento da sustentabilidade igualmente como um construto social (LARA; OLIVEIRA, 2017; COELHO *et al.*, 2012), de modo que essa construção da realidade social em torno da própria sustentabilidade está vinculada a percepção e identidades (COELHO *et al.*, 2012), o que corrobora para a concepção de ideologia, elaborada no capítulo 1, e ressalta a dimensão ideológica de corpus que será abordada na seção 3 desta análise.

No que toca inicialmente à análise do vocábulo sustentabilidade nos relatórios estudados, parece propício considerar algumas questões mais gerais sobre o conceito que o primeiro encerra, vinculando-se especialmente aos termos como desenvolvimento e crescimento sustentável. De acordo com Araújo e Ramos (2015, p. 135-6), o resultado dessa associação surge como “uma das principais bandeiras políticas da União Europeia e dos países da OCDE”. Igualmente, pode-se dizer que haja um interesse do setor privado e da sociedade civil brasileiros em ações socioambientais (CALIXTO, 2013) que também se associa ao vocábulo considerado, sendo que, inclusive, alguns autores acabam por estabelecer a equiparação entre desenvolvimento sustentável e responsabilidade social (ARAUJO; RAMOS, 2015). Nesse feito, dá-se a repercussão do tema sustentabilidade, entendida como responsabilidade não meramente localizada, mas sim globalizada (KREMER et al., 2017).

É bastante relevante também se perguntar sobre as motivações das empresas no desenvolvimento sustentável e, dentre vários entendimentos, Arruda, Quelhas e Franca (2013, p. 304) compreendem que, entre as empresas analisadas em seu estudo, o interesse na implementação do que se entende por desenvolvimento sustentável se origina “no ambiente competitivo advindo de mudanças nos padrões de produção, da globalização da economia, exigências do contratante e de leis ambientais”. No tocante ao último ponto, as empresas analisadas, mesmo indo, às vezes, além das obrigações legais, permanecem atrelada ao modelo tradicional de gestão que pode se estender à dimensão ambiental, apresentando uma concepção pedagógica reducionista no gerenciamento de pessoas (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013). Nesse aspecto a gestão ambiental, a implementação de ações ambientais pode passar por diferentes fases dos aspectos ambientais corporativo (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013) e, a despeito a que nível os cuidados ambientais são assumidos estrategicamente, o corpus faz uso desse conceito, em convergência ao vocábulo analisado:

8.A gestão dos negócios é feita com o compromisso de atuar de forma responsável e sustentável. Para gerenciar e minimizar o impacto das operações, a Companhia adota iniciativas no sentido de reduzir o uso de energia e de emissões de gases de efeito estufa, diminuir o consumo de água e descargas de efluentes, além de destinar adequadamente seus resíduos (JBS, 2015, p. 4).

O excerto apresenta, em termos gerais, algumas atividades que são realizadas no intuito de atingir uma atuação dita “responsável e sustentável” e, nesse caso, vejo como a concepção articulada pelo vocábulo sustentabilidade, enquanto prática a ser implementada, permanece atrelado ao panorama atual, pelo qual as empresas passam “incluir o conceito na prática organizacional, tal como se representasse uma constante trajetória dos negócios” (COELHO; GODOI, 2010, s/p), sendo que a sustentabilidade torna-se, entre outros, um dos

termos enfatizados pela responsabilidade social corporativa (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Outro uso do vocábulo abordado no corpus faz referência ao desenvolvimento sustentável:

9.A Companhia está continuamente focada em manter altos níveis de segurança e de qualidade alimentar, fator essencial para atender as especificações dos clientes, prevenir contaminações e minimizar os riscos de epidemias de doenças animais. Para isso [...] estrutura as etapas de sua cadeia produtiva, de forma a promover o desenvolvimento sustentável (JBS, 2016, p. 109-110).

Quanto ao patamar de significação possível do termo a partir dos relatórios analisados, percebo em decorrência desse fragmento que não há, nos relatórios referentes aos dois anos finais de abrangência de nossa análise, uma definição mais pautada na dimensão ambiental do que se entende por desenvolvimento sustentável. Percebe-se sim como a definição vinculada ao vocábulo faz ressaltar a sustentabilidade, enquanto conceito, resultante do vínculo gerando entre economia e ecologia, mas com reduzida relevância dessa. Pouca ou nenhuma consideração é feita no sentido de estabelecer uma compreensão específica dos significados socioambientais com os quais o termo se reveste, corroborando para o que entendemos na seção anterior quanto as cadeias intertextuais remetentes a outros textos que multiplicam suas acepções possíveis dentro de uma ordem de discurso dada. Por outro lado, ao falar em definição da sustentabilidade, vê-se comumente surgir possibilidades diversas ou até mesmo divergentes do vocábulo, inclusive diante da existência de matrizes conceituais voltadas quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013). Não por acaso, entende-se como variadas as definições de sustentabilidade, o que não impediu de todo a inserção desse no modelo da transição paradigmática, diante da compreensão de insustentabilidade que o atual paradigma socioeconômico deixa antever (COELHO et al., 2012).

Para Lara e Oliveira (2017, p. 330), ao considerar sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, tem-se que esse “representou um novo modelo conceitual harmônico e virtuoso que integraria a agenda de desenvolvimento das nações”, de modo a alcançar uma maior perenidade de definição, a partir do relatório Brundtland, no qual é tido como “aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO DE BRUNDTLAND apud LARA; OLIVEIRA, 2017, p. 330). De todo modo, em torno da discussão sobre o vocábulo destacado, mesmo a definição anterior não impossibilitou o uso cosmético da sustentabilidade, de forma que sua determinação seja estabelecida pela ideologia

dominante que, para Lara e Oliveira (2017), é denominada de economicista, apoiando-se em instituições e práticas que podem, essas últimas, muito bem se associar, ao nosso ver, a ordens de discurso hegemônicas.

Nesse sentido, devo entender a vinculação da sustentabilidade com o ímpeto desenvolvimentista atrelado a conjuntura econômica atual (LARA; OLIVEIRA, 2017) e, nesse entendimento, o corpus analisado expressa, implícita e explicitamente, sua aderência à lógica expansionista, como é de se esperar das formações discursivas as quais se associa e que serão melhor consideradas na seção 3, referente à dimensão social dos relatórios. De toda maneira, o plano desenvolvimentista, diante de sua divisão trifásica, tem suas duas primeiras etapas relacionadas com medidas do crescimento, enquanto sua última está voltada à condição de sustentação do próprio capital, surgindo a definição de desenvolvimento sustentável (LARA; OLIVEIRA, 2017). Será nesse nível da discussão que vale destacar, novamente, o desenvolvimento sustentável como produção discursiva e histórica ou produto linguístico, histórico e cultural e, nesse contexto, no qual as instituições e práticas hegemônicas contribuem com a reprodução das ideologias dominantes, tem-se que o desenvolvimento sustentável acaba sendo aquilo que é determinado pelos interditos do economicismo (LARA; OLIVEIRA, 2017).

Essa conjuntura acaba por estabelecer convenções de uso do vocábulo sustentabilidade, de modo que venha a favorecer as perspectivas econômicas dos seus emissários e, em torno desses interditos, essa venha a funcionar como qualificador que, acionando sentidos positivos para os entes, coisas, ocorrências, paragens, atividades, dentre outras dimensões, às quais passe a “adjetivar”. Assim, o funcionamento do léxico sustentabilidade ou sustentável como qualificador pauta-se na caracterização de vantagens aos “objetos” a que se refere em atributo, mesmo a despeito de consenso técnico (LARA; OLIVEIRA, 2017), bastando que as formações sejam acessadas por meio de referências diversas, seja no nível textual, intertextual, ideológico e outros, às ordens de discurso hegemônicas. Em torno disso, vale destacar que o relatório referente ao primeiro ano de abrangência da pesquisa apresenta, na seção referente seu conteúdo concernente à sustentabilidade, uma definição específica sobre o vocábulo:

10. O conceito de sustentabilidade cresce a cada ano na JBS, sendo aplicado em várias etapas da cadeia de valor. Tem como objetivo assegurar a perenidade dos negócios e contribuir para o desenvolvimento de produtos e serviços de qualidade, além de criar valor aos públicos de relacionamento por meio da promoção do desenvolvimento social e redução de impactos ambientais (JBS, 2015, p. 57).

Como argumentado, mesmo essa definição não parece se desvincular da conjuntura caracterizada pelas ordens hegemônicas de discurso sobre a sustentabilidade, uma vez que multiplica sentidos a elas associados. Assim, para analisar as implicações desse conceito na argumentação, como uma reprodução de formações discursivas hegemônicas, cabe considerar principalmente que a “promoção do desenvolvimento social e redução de impactos ambientais” está explicitamente atreladas à criação de “valor aos públicos de relacionamento [da empresa]”, sendo que, nesse nível, é válido mencionar, como já foi analisado anteriormente, a desproporcionalidade de importância dada aos diferentes *stakeholders*. Aqui, vê-se “ecoar” elementos ideológicos específicos da ordem socioeconômica atual que funcionam como efeito extra de sentido, cuja indicação faz com que se conceba, sem muita problematização ou questionamento possível, associações favoráveis à aceitação prévia de uma sentença. Esses aspectos acabam por gerar a possibilidade de uso do vocábulo em questão de forma estratégica, em termo de aplicação a partir do seu campo de significação bastante polissêmico, como será visto na seção 3, dessa análise. Por meio desse mecanismo, há uma associação entre conceitos problemáticos (criação de valor) que tangenciam uma definição do termo sustentabilidade, vinculado às expressões como “desenvolvimento social” e “redução de impactos ambientais”, em consonância a certos interesses a serem alcançados, os quais acabam por encontrar legitimidade de expressão. Por outra via interpretativa, inclui-se então possibilidades de uso escuso do vocábulo sustentabilidade, quando, como no excerto anterior, prioriza o fator econômico em restrição das vertentes social e ambiental (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013), podendo concordar com a análise anterior sobre o destaque a certos *stakeholders* no corpus, corroborada pela conjuntura do desenvolvimento sustentável identificada por Lara e Oliveira (2017), ao vincular-se à criação do valor do acionista de longo prazo.

Outros autores, como Mota, Mazza e Oliveira (2013) apontam a realização de uso manipulativo da sustentabilidade, a partir de percepção de camuflagens de informações, em certos relatórios ou pouca especificidade de definição, a partir do qual aquela é sobressaída enquanto elemento de competitividade, de modo, inclusive, a garantir uma forma de legitimação social para as empresas (KREMER et al., 2017). Desse contexto, entende-se a equação do vocábulo considerado com a obtenção de lucros (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013), na vinculação da sustentabilidade à competitividade que faz uso das ações de responsabilidade social corporativa para se obter vantagens competitivas (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Assim, na falta de ações concretas venham a tornar uma empresa sustentável em termos estratégicos corporativo, alguns autores apontam a incompatibilidade

entre autodeclaração de empresas como “estrategicamente sustentáveis” e ausência de menção ao desenvolvimento sustentável, em suas visões de atuação (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

De todo modo, pode ser feita a indicação das razões que sustentam o entendimento de incipiência da consciência de desenvolvimento sustentável brasileira (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013), sendo que, pela condição exordial da sustentabilidade empresarial (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013), multiplicam-se confusões e mal-entendidos que podem surgir do uso do termo sustentabilidade sem uma definição detalhada (COELHO et al., 2012). Ao meu ver, essas questões de definição entram igualmente no campo político, pois, como se verá na seção 3, certas ideologias recorrem a polissemia do vocábulo sustentabilidade para gerar efeitos de sentidos e contornar as contradições lógicas que, por ventura, possam incorrer (LARA; OLIVEIRA, 2017). Considere-se outra definição apresentada no corpus no que toca ao estabelecimento de prioridade quanto às dimensões econômica, social e ambiental: 11. “Para a empresa, a sustentabilidade é uma jornada de melhoria contínua, que envolve superar o desempenho dos negócios a curto e longo prazo, equilibrando e gerindo fatores econômicos, sociais e ambientais.” (JBS, 2017, p. 140).

Recorrendo a um uso geral em referência às dimensões sociais, ambientais e econômica, vê-se intensificar certa ambivalência da definição quanto constrói a fórmula “uma jornada de melhoria contínua” que vincula os resultados a uma margem indefinida de tempo. Assim, como de modo geral no corpus, seria possível dirimir a ambivalência do vocábulo sustentabilidade por sua inserção na ordem hegemônica de discurso e, nesse intento, é possível toma-lo, como os próprios relatórios o fazem, como sendo sinônimo de sobrevivência dos negócios da empresa, trabalhando em conjunto com a ampliação das margens produtivas e financeiras no “espaço” e tempo. Ou seria possível entender esse vocábulo, a partir do corpus, como uma sustentabilidade global na qual se destaca a preocupação com a manutenção das condições presentes e futuros para a vida em geral? Textualmente, caberia optar pela primeira alternativa; intertextualmente, temos algumas cadeias intertextuais que, de qualquer maneira, não se aproxima muito da segunda opção; enquanto que, ideologicamente, tem-se o apontamento para uma terceira possibilidade (crescimento sustentável) que só se justifica dentro das ordens hegemônicas de discurso, sustentadas pelo economicismoexpansionista.

Nesse sentido, até mesmo o entendimento de que o uso dos recursos pode ser feito com vista a uma reformulação das demandas de consumo, pode não necessariamente perceber que o atual sistema produtivo é insustentável, visando apenas, a partir de um gerenciamento

que proporcionaria um lucro duplo com a redução das despesas a partir de “melhorias” técnicas na utilização de recursos, a criação de nova expectativa de crescimento na produção que, por sua vez, tornariam nulas as reduções iniciais, no sentido positivo do termo. Por esse ponto de vista, as demonstrações do lastro de sustentabilidade (consensos técnicos) não se darão de modo positivo ao apresentar ganhos ativos de preservação, mas sim por considerar a redução das perdas ou dos gastos que, com a busca constante de crescimento na produção, gera indefinidamente um déficit para sustentabilidade planetária.

Enquanto esse ponto será melhor considerado no tocante às questões de heterogeneidade e ambivalência ideológicas dos relatórios analisados na próxima seção, posso retomar os elementos em torno de uma prática discursiva cuja argumentação e estratégias deixam revelar uma definição ambivalente em torno de vocábulos como sustentabilidade e sustentável, no tocante à priorização de suas dimensões. Assim, as pressuposições da ordem socioeconômica atual possibilitam que esse discurso seja construído em seu sentido a partir de uma rearticulação de diferentes discursos que constroem novas posições intérpretes e, no caso do vocábulo em questão, essa vem a ser referida ora ao âmbito socioambiental, ora tomada no âmbito corporativo como mera sobrevivência dos negócios, confundindo limites conceituais que, majoritariamente, favorecem a dimensão econômica da própria companhia. Nesse discurso, a estratégia argumentativa é explorar a própria ambivalência e heterogeneidade inerente ao campo semântico polissêmico, a fim de possibilitar que as pressuposições das ordens hegemônicas de discurso preencham as lacunas que podem implicar em comprometimento de sua face positiva.

Por esse recurso, não é possível, em nenhuma dimensão viável, além do efeito ideológico da ordem economicista de discurso, conceber uma redução da ambivalência do conceito de sustentabilidade no corpus, pela qual não posso reconhecer suas dimensões conceituais propícias à necessidade autoevidente da conservação dos ecossistemas que possibilitam a vida pelo valor que lhe é inerente. Como se vê, no fragmento seguinte, a ambivalência do vocábulo sustentabilidade atua na construção de sentidos direcionada a um deslocamento que associe a sustentabilidade a própria sobrevivência dos negócios, sem perder as vantagens especialmente econômicas que aquela constrói, interpessoalmente:

12. Os riscos são classificados por categoria e nível de criticidade pré-definidos, que possibilitam a avaliação dos cenários existentes e a priorização e adoção das ações corretivas necessárias, contribuindo para a sustentabilidade das operações e a perenidade do negócio (JBS, 2016, p. 39).

Certamente, explicitar que a dimensão ambiental da sustentabilidade está vinculada diretamente à manutenção dos negócios diminuiria a força ilocucionária proporcionada pela indefinição de termos ambivalentes, diminuindo a face positiva da empresa e sugerindo a submissão dos aspectos ecológicos e social ao econômico no seu discurso da sustentabilidade, ao intencionar principalmente atrair lucros através da transformação da conscientização ambiental emergente em oportunidades de negócios e investimentos. Nessa medida, uma definição ambivalente do vocábulo sustentabilidade quanto a suas dimensões de atuação não se dá apenas por uma inconsistência de argumentação, podendo ser até pretendido na construção de sentido do texto, de modo que possa, por exemplo, ser estendida para uma desconsideração no tratamento discursivo da demanda inerente da produção e processamento industrial por recursos que, abordados esses últimos através de coeficientes numéricos favoráveis, sugere sempre que a sustentabilidade deve ser tomada como um problema técnico-gerencial que pode ser resolvido a partir de desenvolvimento de tecnologias propícias à redução dessa demanda operacional.

Segue mais um excerto que reforça essa ambivalência:

13. O conteúdo deste relatório apresenta ao leitor informações sobre as operações e desempenho da Companhia em 2015, de acordo com os seguintes aspectos altamente relevantes para a sustentabilidade global do negócio e para os principais públicos de relacionamento da Companhia (JBS, 2015, p. 2).

Diante dessa problemática, entende-se que a resistência e a agência não são já de todo impossíveis, podendo emergirem, por exemplo, da luta de representação, articulada pelo conceito e, mesmo que não possa desconsiderar práticas relevantes nesse sentido, como os livros de Boff (2015) ou Richard Oppenlander (2013), não posso esquecer que essa disputa pelo significado de desenvolvimento sustentável está também em prol da legitimação das contradições lógicas no discurso da sustentabilidade (COELHO; GODOI, 2010). Daí, surge a dimensão política da assimilação do discurso da sustentabilidade pelos atores sociais, gerando disputas no tocante ao significado de desenvolvimento sustentável (COELHO et al., 2012), sem que esqueça, ao meu ver, as “delimitações” de emprego do vocábulo pelos interditos economicistas.

Assumindo o viés político, tem-se que a sustentabilidade não pode simplesmente se desvincular, enquanto produção discursiva, do campo social, chegando ao ponto no qual discutir sobre as questões de cunho sociopolítico é inevitável para uma compreensão devida diante das consequências negativas que alguns elementos ideológicos podem gerar para o processo de transição para a sustentabilidade. A luta diante da representação da

sustentabilidade pode recorrer a necessidade de que um conceito tão crucial seja concebido por meio de uma dimensão ética, mesmo que, diante da heterogeneidade ou do estabelecimento de representações hegemônicas, a luta precise se dar em torno da tentativa de alargar o campo semântico de outros conceitos relacionados, como justiça, dignidade e outros, que desfaçam a conexão entre questões como ecossistemas, justiça social, governabilidade e outros, ajudando a engajar as pessoas, através do recurso a novos conjuntos de percepção, no processo de transformação em prol de uma sociedade sustentável e solidária. Visando esse contexto político e ideológico das práticas sociais, a validade de um conceito se dá muito mais pela capacidade que oferecem em proporcionar dignidade às formas de vida em geral, de modo que práticas sociodiscursivas, mesmo encerrando pontos de vista que sustentem perspectivas divergentes, venham a encontrar o campo ético como baliza para a produção de referências afetivas e epistemológicas em prol da vida, mesmo que isso, em si, já se situe novamente na arena política.

5.2.2 Gramática

Quanto à gramática, destacarei a categoria de pessoas verbais e, nesse sentido, a característica seguinte da dimensão textual que irei analisar, voltada aos elementos gramaticais, se debruça sobre como os relatórios constroem sentidos por meio da referência às posições gramaticais indicadas por pronomes ou outros elementos formais. Dessa forma, a categoria analítica do nível gramatical se refere às pessoas verbais e, quanto a isso, vale lembrar que Fairclough (2008) não dispense grande espaço para considerar essa categoria, voltando-se sua atenção, no plano gramatical, para a transitividade, tema e outras, de modo que pretendo contribuir com o desenvolvimento de análise gramatical a partir da categoria presente. Ademais, como pode ser especificado nesse item textual, tem-se a oração funcionando como sua unidade principal, enquanto que, ao se considerar alguns de seus aspectos principais, as escolhas diante da oração podem proporcionar significados ideacionais, interpessoais e textuais que podem assumir investimentos ideológicos (FACIRCLOUGH, 2008). Assim, apesar da ênfase se voltar aos aspectos textuais, aqui, também, não será possível ignorar dimensões sociais e intertextuais imbricadas nesse nível. Para tanto, é oportuno apresentar, inicialmente, algumas considerações que parecem caracterizar os relatórios socioambientais enquanto possibilidade de gênero, a fim de ter, na discussão corrente, a possibilidade de associar – tal é feito entre gêneros particulares a modos específicos de intertextualidade manifesta (FACIRCLOUGH, 2008) – formas de manifestação

dos estilos caracterizados gramaticalmente com gêneros específicos, apontando para o entendimento mais abrangente de nossa análise textual. Uma vez que as formas referentes às pessoas verbais identificadas no corpus podem ser feitas por um uso estratégico da comunicação, a categoria pessoas verbais indica possibilidade, em futuras pesquisas, de cotejo dos “estilos” gramaticais indicativos das posições discursivas de uma pessoa que caracterizem os relatórios de sustentabilidade enquanto gênero.

Por esse entendimento, apresentarei algumas questões gerais relacionadas aos relatórios socioambientais, tomados, por certos autores, como importante relatório não-financeiro, em prol do sucesso das empresas (ARAUJO; RAMOS, 2015). Ademais, os relatórios de sustentabilidade se destacam diante da responsabilidade corporativa, podendo vincular-se a conceitos, como de transparência e *accountability* empresarial (ARAUJO; RAMOS, 2015), ao ponto de os relatórios anuais poderem ser entendidos como principal canal de comunicação das empresas, acompanhados, em seguida pelos relatórios de sustentabilidade, seja como parte daquele ou de modo específico (CALIXTO, 2013). Diante dessa importância apresentada pelos relatórios anuais e de sustentabilidade, esses, em destaque ao último, são usados como dados para pesquisa referentes às ações de responsabilidade social corporativa (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013), podendo convergir com a sugestão de ações para a sustentabilidade das organizações, centradas também na elaboração de relatórios (COELHO et al., 2012). Muitas instituições que, como disse, através de formações discursivas variadas, favorecem certa compreensão de aspectos da sustentabilidade, incentivam a divulgação de relatórios de sustentabilidade, como o documento desenvolvido na conferência Rio+20, *The Future WeWant* (COELHO et al., 2012), que assevera a importância de incluir informações sobre sustentabilidade nos ciclos de relatórios das companhias.

Com o surgimento dos relatórios ambientais, sociais e de sustentabilidade, especificamente nos últimos anos (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013), alguns autores caracterizam as indicações de desempenho, como conteúdo dos relatórios que seus estudos analisam (CALIXTO, 2013). Isso leva a alguns pontos específicos sobre a publicação de relatórios socioambientais, como as diversas instruções dadas por instituições brasileiras para divulgação de dados ambientais e sociais (ARAUJO; RAMOS, 2015). Posso considerar também o contexto de adoção dos relatórios ambientais, sociais, e de sustentabilidade, permitindo pontuar a atuação dos relatórios de sustentabilidade, diante dos *stakeholders* (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013), ao apresentar possivelmente direcionamentos variados aos diversos grupos, sendo possível mencionar a existência de diferentes expressões aos

relatórios socioambientais (CALIXTO, 2013), ainda que se considere certos padrões de divulgação dos relatórios socioambientais (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Diante dessas questões iniciais, observe-se o excerto seguinte que se refere, em partes, à elaboração dos relatórios socioambientais:

14. Neste Relatório Anual e de Sustentabilidade, são apresentados os destaques referentes aos negócios globais da JBS S.A. ao longo de 2016 (...), com informações – no âmbito econômico, social e ambiental – referentes às estratégias adotadas, evolução das operações e respectivos resultados das seis unidades de negócios que compõem a JBS (...). Também inclui informações relacionadas aos mercados em que a Companhia atua e sobre as práticas adotadas nas questões referentes à Governança Corporativa, gestão de riscos e relacionamentos, entre outros temas (JBS-RAS, 2016, p. 6).

Vê-se aí uma descrição sintética das informações apresentadas nos relatórios, recorrentes em todo o corpus, especialmente na seção intitulada “Sobre esse relatório” e, no que tange à indicação de como os elementos das pessoas verbais são abordados, posso apontar uma recorrência identificada no período abrangido em estudo quanto ao uso dessa categoria. Há uma divisão explícita no emprego da (i) primeira pessoa do singular (eu) e plural (nós), como destinadas à introdução dos relatórios na qual membros destacados na hierarquia da empresa se dirige possivelmente aos seus públicos de interesse, e (ii) na utilização da terceira pessoa do singular e plural (a empresa – ela, os lucros – eles, etc.). Nessa linha, percebe-se a estratégia de estabelecer um primeiro momento de aproximação entre as proponentes do discurso e seu público-alvo de modo a estabelecer um sentimento de pertencimento, no qual todas as informações apresentadas a seguir estejam solidificadas, mesmo que a personificação do emissor seja feita de forma enxuta, ao restringir-se, majoritariamente, a questões de cunho administrativo. Munido de proximidade a partir do contato inicial proporcionado na introdução dos relatórios (inclusive por outras modulações de aspecto gramatical), o público é direcionado para os dados demonstrativos que procuram apresentar uma gama de informações assegurada ou sustentada pelo contato inicial, como se lê:

15. É com muito orgulho e energia que chegamos a 2018, um ano simbólico para a JBS. Completaremos 65 anos ainda mais confiantes em relação ao nosso futuro e à competência de todo o nosso time para escrevermos mais um capítulo da nossa história. A todos que nos apoiaram ao longo dessa trajetória, e aos que fazem parte dela, meu muito obrigado (JBS, 2017, p. 7).

Esses elementos possuem implicações na performatividade dos relatórios pela proximidade gerada através das palavras de figura da alta patente da empresa no que toca a escala corporativa, o que pode construir efeitos de sentido em torno da concepção de veracidade dos vocábulos e outras formas utilizadas. A seguir, seguem alguns fragmentos que

mostram como as pessoas verbais são utilizadas na seção referente as “mensagens da administração”, seção igualmente recorrente em todo o corpus: 16. “Fortalecemos nossas operações em importantes regiões produtoras de alimentos no mundo e diversificamos nosso portfólio, agregando cada vez mais valor aos nossos produtos, com marcas fortes e reconhecidas pelo mercado.” (JBS, 2015, p. 8).

17. Esse foi um ano em que reforçamos a assertividade de nossa estratégia com foco na consolidação das aquisições feitas nos últimos anos e concentramos nossos esforços na geração de valor por meio da oferta de produtos e soluções em alimentos e da evolução no reconhecimento das nossas marcas em cada um dos seus segmentos (JBS, 2016, p. 10).

As mensagens iniciais dos relatórios destacam questões gerais, dando ênfase às financeiras e gerenciais e quanto à possibilidade da divulgação de relatórios sociais se relacionar com benefícios como melhorias no desempenho e reputação (ARAÚJO; RAMOS, 2015), pode-se identificar um ponto destacado quanto ao uso das pessoas verbais, relacionando-se com uma espécie de personalização (pessoalidade) pretendida apenas em seções dos relatórios mais voltadas para um diálogo “direto” com os *stakeholders*, normalmente assinado por algum representante hierárquico da Companhia. Essas seções dos relatórios apresentam uma linguagem mais pessoal, na qual personagens que ocupam cargos de referência na empresa procuram criar um vínculo mais particular com os grupos de interesse e, nesse nível, é frequente, como já vimos, o uso de pronomes como ‘nós’, ‘nosso’, ‘eu’ etc:

18. Quando começamos esse negócio, há mais de seis décadas, sempre acreditamos que o foco no trabalho e o compromisso com as pessoas seriam fundamentais para que a empresa se tornasse bem-sucedida. Também acreditávamos que essas seriam as principais forças para enfrentarmos qualquer desafio. Em 2017, pudemos constatar que essas crenças eram verdadeiras (JBS, 2017, p. 8).

Enquanto isso, ao adentrar no corpo dos relatórios, vejo se formalizar o uso da terceira pessoa do singular, inclusive em referência à imprensa, saindo de cena também as indicações dos interlocutores, de modo que temos a impressão de lidar apenas com informações precisas que causem a sensação de formalidade e, mesmo que sejam apresentadas caracterizações calorosas quanto a empresa ou suas operações, tudo é feito por uma modalidade linguística que acentua o efeito de objetividade, por meio do distanciamento:

19. Conduzindo suas operações com foco em excelência operacional, em alta qualidade e segurança dos alimentos, e na adoção das melhores práticas de sustentabilidade em toda sua cadeia de valor, a JBS atua por meio de uma plataforma global e diversificada de produção e distribuição de alimentos, com

unidades produtivas e escritórios comerciais em mais de 20 países e mais de 230 mil colaboradores (JBS, 2017, p. 28).

20. Ao longo de 2015, foi finalizada a integração, no sistema de RH, das novas empresas adquiridas recentemente. Com isso, os processos operacionais de gestão de pessoas foram integralizados. O alinhamento e a equidade entre todas as Unidades da JBS sobre políticas, boas práticas e procedimentos, por sua vez, foi promovido por meio do Modelo de Gestão RH (Pilar Pessoas), estabelecendo um padrão único para a condução desse tema (JBS, 2015, p. 33).

A partir disso, mesmo quando são mencionadas questões mais variáveis do ponto de vista da pessoalidade, os relatórios mantêm o distanciamento das informações a partir do uso de verbos ou pronomes na terceira pessoa do singular, como a referir-se a uma entidade cuja atuação se dá estritamente em termos precisos, reforçando o sentido positivo de uma empresa que atua por meio do gerenciamento, projeção financeira e outros recursos gerenciais. Isso sugere muito mais do que pode se esperar, uma vez que o emprego de certas formas linguísticas pode funcionar como protocolo operacional que assume dimensões de estratégia discursiva, ao excluir nuances pessoais que possam impregnar a linguagem de uma intimidade indesejada a certos assuntos, como o financeiro e contábeis, ficando restrito a campo específicos, como vimos anteriormente. É notável também que permanece o uso da terceira pessoa nas seções iniciais, nas quais as personagens da empresa dão voz a um teor de proximidade pessoal às mensagens iniciais e, nesse caso, vale podermos avaliar (criticamente) a significação desse uso, uma vez que a própria impressão de precisão informacional precisa se manter atuante, através de uma margem mínima de presença.

Possivelmente, a formalização do discurso em torno da objetividade pode também gerar, em certos casos, uma tendência a se manifestar por meio de uma linguagem excessivamente quantitativa, mesmo em torno de temas que necessitam de uma abordagem mais variável em termos de subjetividade e qualificação. Não por acaso, algumas críticas são feitas aos relatórios de sustentabilidade, por certos autores, como Coelho e Godoi (2010), por não disponibilizarem uma comunicação mais vibrante, inclusive do ponto de vista das apresentações de dados socioambientais. Lara e Oliveira (2017) também apontam a predominância da linguagem econômica, nos relatórios de sustentabilidade, de modo que, ao meu ver, possam não contemplar o direcionamento a *stakeholders* além dos acionistas e investidores.

5.2.3 Coesão e estrutura textual

Neste terceiro tópico analítico da seção corrente, escolho apresentar as abordagens do corpus pelas categorias de coesão e estrutura textual conjuntamente, por entender que haja uma aproximação entre ambos por meio de suas atenções quanto à arquitetura do texto (FAIRCLOUGH, 2008). Assim, como já considerei no capítulo 3 quanto ao que toca exclusivamente à coesão, essa apresenta uma ligação ascendente entre orações, frases e unidades maiores, pelas quais posso identificar formas específicas de ligação, de modo a se relacionar com a atenção dada à coesão a esquemas retóricos (FAIRCLOUGH, 2008). Diante da relação dos aspectos textuais com o sentido ideacional, destacam-se também as possibilidades de significações cultural ou ideológica se relacionarem entre orações nos tipos de texto, sendo, a partir desses elementos referentes aos conectivos e à argumentação, a coesão pode funcionar como possível modo de trabalho ideológico (FAIRCLOUGH, 2008).

Primeiramente, destaco as características voltadas à coesão no que concerne às estratégias discursivas dos relatórios analisados, no tocante a conceitos como a própria sustentabilidade, a ética, direitos humanos e outros. Tomemos o fragmento a seguir:

21. Buscar a qualidade na JBS é mais que uma estratégia. Faz parte da cultura da Companhia. Acreditamos que o sucesso dos nossos negócios está diretamente relacionado à capacidade de produzir e entregar produtos da mais alta qualidade, gerenciando os negócios de forma sustentável e oferecendo, aos consumidores e clientes, produtos e serviços superiores (JBS, 2015, p. 10).

Tomando a questão referente aos temas anteriores, vejo um funcionamento de complementariedade que a ausência de conectivos explícitos estabelece diante de alguns efeitos cumulativos que vão agregando sentidos positivos uns aos outros. Esses elementos possuem um efeito perlocucionário propício a contornar inclusive as ambivalências conceituais em relação ao que é proposto, por exemplo, como sustentabilidade, a partir da utilização de recursos textuais que, muitas vezes, trabalham a reboque das pressuposições que tentam fazer, entre outras coisas, com que um nível maior de impacto das informações seja alavancado, inclusive através da enumeração de vocábulos como ‘qualidade’, ‘sucesso’, ‘capacidade’, ‘superiores’. Assim, é feita a apresentação de discurso que conceituam bem certos comportamentos empresariais e atividades para, logo em seguida, serem apresentados relatos de práticas que atuam, por meio das suposições estabelecidas cumulativamente entre as orações, sobre as possíveis avaliações positivas dos intérpretes sobre o que está sendo realizado, associando as conceituações gerais com suas aplicações práticas. Desse modo, assumindo uma característica particular, como já mencionei, o recurso a pressuposições

possibilita que se estabeleçam relações implícitas entre a apresentação das informações e as práticas empresariais associadas, ficando, às vezes, ao encargo dos leitores a responsabilidade por dosar suas convicções a partir dessa possível atribuição de automatização de certos pressupostos estabelecidos inicialmente:

22. A JBS está comprometida a seguir os mais altos padrões de integridade, ética e transparência ao interagir com autoridades governamentais e agentes públicos. Para nortear a conduta dos colaboradores e consultores terceirizados que se relacionam com o governo no desempenho de suas funções, publicou no Brasil, em 2015, a Política de Relacionamento com Entidades Governamentais e Agentes Públicos (JBS, 2015, p. 85).

Tal considerado, a primeira e segunda orações não apresentam elementos (conectivos e marcadores discursivos) explícitos que articulam seus significados. Nesse caso, o recurso a ordem de discurso hegemônica impede que as relações estabelecidas, pelos intérpretes expressem modalidades referentes a adversidade, contrariedade ou negação, ao se sustentarem justamente pelas pressuposições que aquela oferece para a primeira oração que, estabelece, para a leitura da segunda, indicações por meio do relatado compromisso que a empresa assume diante “das autoridades governamentais e agentes públicos”. Como se percebe, a relação de atribuição de pressupostos ao sentido da primeira oração passa a ser automatizado, ao nível que a segunda funciona como um tipo de vocativo daquela, ao apresentar as informações que constroem efeitos de destaque para qualificações da empresa como íntegra, ética ou transparente. De qualquer maneira, não posso ignorar essa prática discursiva que, associada à coesão, passa a enfatizar as atividades positivas atribuídas à empresa. Nesse caso, considero que, sobre o destaque de aspectos positivos nos relatórios, as relações latentes na arquitetura do texto passam a trabalhar no intuito de fortalecer a face positiva da empresa, a partir da ênfase em elementos que favorecem o sentido do texto diante de sua responsabilidade socioambiental e de seus avanços quanto às contribuições sociais.

Quanto a isso, alguns pesquisadores apontaram inclusive uma seletividade estratégica de informações nos relatórios socioambientais (LARA; OLIVEIRA, 2017) e, quanto ao desempenho social apresentados por algumas empresas, fica evidente o destaque dado, nos relatórios brasileiros, principalmente aos prêmios recebidos (CALIXTO, 2013), o que corrobora para esta análise, visto que o corpus também apresenta, enfaticamente no período abrangido, as premiações e certificações atribuídas a suas atividades. Calixto (2013) não desconsidera as críticas diante da ausência de consideração dos aspectos negativos das atividades corporativas apresentados dos relatórios e, nesse caso, também estendemos esse comentário a nossa análise, visto que acontecimentos delicados, mas extremamente relevantes

em torno das ações da empresa que estudamos, também não foram relatados, mesmo que alguns deles tenham sido noticiados pela imprensa geral.

Mesmo com a indicação do princípio de equilíbrio, recomendado pelo GRI, para os relatórios socioambientais, na divulgação de aspectos positivos e negativos, vê-se sobressair – inclusive nocorpus – uma ênfase em resultados que conseguem ir além das metas estabelecidas ou em prêmios concedidos (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Ademais, são mencionadas a existência de camuflagens de indicadores, em certos relatórios, de modo a agravar a já alarmante omissão de informações relevantes negativas, ao centrarem-se, certos relatórios, no destaque das conquistas e resultado positivo (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Em seguida, tem-se um fragmento que ilustra o trabalho da coesão docorpus a fim de contribuir para o fortalecimento da face positiva que apresentam por meio dos relatórios socioambientais, levando seus intérpretes a assumirem uma perspectiva interpretativa que esteja a favor de uma imagem sempre promissora:

23. Todas as unidades da JBS, no Brasil, possuem metas estabelecidas de consumo de água por volume de produção e são incentivadas a desenvolver programas e projetos para o uso sustentável de água nos processos industriais. O volume de água reutilizado nas operações no Brasil, em 2016, foi de 2,5% do total, equivalente a 1.672.635,31 m³. Tal desempenho é superior ao observado em 2015, quando atingiu 2% do total (JBS, 2016, p. 101).

Diante disso, vejo a construção discursiva de uma imagem que, por meio das práticas argumentativas estratégicas, assume uma coesão definitiva em torno dos aspectos positivos, como se não interessa apontar elementos que pudessem comprometer aquela. De todo modo, pretendo agora dar continuidade à abordagem referente à arquitetura dos relatórios, voltando-nos a categoria de estrutura textual. Como pode ser lido em comentários teóricos de Fairclough (2008) sobre o assunto, a estrutura textual permite notar possíveis relações dos próprios textos com convenções textuais que ajudam na compreensão dos sistemas de conhecimento e crença e das relações e identidades sociais. Nesse sentido, ao analisar a distribuição das informações no corpus, percebo uma articulação explícita de certos elementos que apontam para a adequação convencional dos relatados à concepção teórico-operacional denominada de *Triple BottomLine* ou 3BL, como vê-se a seguir:

24. Neste Relatório Anual e de Sustentabilidade, a JBS S.A. apresenta os resultados de seus negócios no ano de 2017 (entre 1º de janeiro e 31 de dezembro). Neste documento, a Companhia destaca as ações que influenciaram seu desempenho, nos âmbitos econômico, social e ambiental (JBS, 2017, p. 14).

Como pode ser inferido do termo em inglês e da leitura do excerto, a concepção do *Triple BottomLine* (3BL) se caracteriza pela vinculação entre as dimensões social,

ambiental e econômica nas atividades corporativas. Aderindo a esse entendimento, os relatórios estudados acabam por estruturar seus relatos a partir dessa configuração tripartida, de modo que pode ser percebida, às vezes, pela simples leitura de um sumário, mesmo que haja outras evidências mais inequívocas da adesão dessa aceção nas práticas organizacionais – principalmente referindo ao tema da sustentabilidade – docorpus, como será considerado. Vale também destacar que o surgimento do 3BL dá-se pela formulação de uma aceção tripartida do desenvolvimento sustentável, desenvolvida por Elkington, no intuito de tirar a ênfase, nas divulgações empresariais, do aspecto econômico (LARA; OLIVEIRA, 2017). Por isso, pode-se falar na integração do econômico, ecológico e social como importante à implementação do desenvolvimento sustentável (ARAÚJO; RAMOS, 2015). Assim, justifica-se a atenção a essas três dimensões apresentadas ora em encadeamentos oracionais, como em: 25. “A Moy Park, [instalação da empresa] na Europa, também busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais das localidades em que atua por meio de doações e apoio a iniciativas diversas.” (JBS, 2016, p. 27).

Ora de modo disperso na estrutura textual, como em: 26. “Um bom programa de *Compliance* traz maior garantia de perenidade e desenvolvimento da empresa e consiste em importante ativo para alcançar melhores resultados econômico-financeiros em médio e longo prazos.” (JBS, 2017, p. 42) (grifo nosso) ou 27. “O SGA [Sistema de Gestão Ambiental] abrange os aspectos relevantes de cada operação, mapeia planos de melhoria e monitora o progresso das ações, visando aprimorar continuamente o desempenho ambiental das operações.” (JBS, 2017, p. 61) (grifo nosso).

28. A Companhia mantém projeto em parceria com o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e com o Ministério Público, que inclui mapeamento de oportunidades, sensibilização das fábricas e trabalhos com as comunidades de entorno. Com essas ações, a JBS não só atende a uma exigência legal, mas cumpre um compromisso social (JBS, 2017, p. 99) (grifo nosso).

Além desses excertos, vê-se a aderência do corpus ao *Global Report Initiative* (GRI) que se destaca como modelo do 3BL para a elaboração de relatórios. Diante das diretrizes tripartidas apresentados pelo GRI (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013), essas são enfatizadas, muitas vezes, como modelo de maior popularidade nos relatórios (CALIXTO, 2013). Como se propõe, a adesão ao GRI tenta possibilitar uma unicidade comparativa de linguagem (LARA; OLIVEIRA, 2017), inclusive voltando-se à tentativa de integração das iniciativas socioambientais às estratégias e operações do negócio de uma empresa (MOTA;

MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Segue o fragmento que explicita o ponto relacionado com a unicidade comparativa de linguagem, por meio do GRI:

29. Essa metodologia [Diretrizes da GRI G4] oferece indicadores que podem ser utilizados para apresentar o desempenho de empresas, independentemente do setor de atuação e localidade de suas operações, de forma a permitir a comparabilidade das informações ao longo do tempo e entre diferentes instituições (JBS, 2015, p. 2).

Como se vê, o modelo do GRI permite que a empresa ancore na concepção triparte da sustentabilidade e, nesse sentido, corrobora-se para a popularização do modelo 3BL, identificada por Lara e Oliveira (2013), pela qual essa concepção exerce grande influência no discurso dominante da sustentabilidade. Mesmo diante dos vários motivos para tanto, os autores apontam certas ambivalências e contradições de determinados negócios empresariais que afirmam estar alinhados com o 3BL, inclusive como resultado de certa presença do pensamento antropocentrismo na dimensão ambiental, vinculada ao 3BL (LARA; OLIVEIRA, 2017), como posso constatar, no corpus, no tocante à sua definição do vocábulo sustentabilidade que, explicitamente, não parece atribuir valor inerente à própria natureza. Lara e Oliveira (2013) ressaltam que, mesmo diante da necessidade de harmonização do 3BL, algumas empresas apresentam uma desproporcionalidade das dimensões dos benefícios relatados, ao ponto de entender a ideia de equilíbrio do 3BL como dissimulação (LARA; OLIVEIRA, 2017). Para eles, há uma negação, no corpus que analisaram, da desarmonia do 3BL, como retórica dissimulante dessa concepção, devido a uma desproporcionalidade que visa a lucratividade.

Entendimento semelhante é o que chegam Coelho et al. (2012) que, diante da análise da configuração narrativa de entrevistas com profissionais responsáveis pela elaboração de relatórios de sustentabilidade, apontam que a dimensão ambiental passa a ser tomada como condição de lucratividade, enquanto a sustentabilidade ambiental funciona como fator econômico. Entretanto, ainda que não possa transpor em bloco essas considerações para o corpus, vejamos um excerto sugestivo quanto a essa questão:

30. [The Global Roundtable for Sustainable Beef (GRSB)] Trabalha para que todos os aspectos da cadeia de valor da carne sejam ambientalmente saudáveis, socialmente responsáveis e economicamente viáveis. A JBS é membro fundadora da GRSB e atua no Conselho de Administração e na Comissão Executiva (JBS, 2015, p. 82).

Por meio de uma cadeia textual, o relatório adere às práticas atribuídas ao *Global Roundtable for Sustainable Beef*, inclusive chegando à indicação de que a empresa é “membro fundador” da iniciativa. Essa articulação parece dar destaque a dimensão econômica que, no

caso de um dos aspetos da cadeia de valor não gerar viabilidade em referência àquela – em torno de quais critérios não fica claro –, poderia deixar de lado a salubridade ambiental e a responsabilidade social. Isso parece se aproximar da força da dimensão econômica no discurso da sustentabilidade, identificada por Lara e Oliveira (2017), a partir da qual possa haver um direcionamento às dimensões social e ambiental. Nesse caso, os aspectos ambientais e sociais podem fazer referência ao planejamento dos objetivos econômicos, de modo que o nível projetivo das dimensões ambiental e social para o desenvolvimento sustentável permite que esse mantenha em vista especialmente a sobrevivência dos negócios como principal motivação de seu engajamento (LARA; OLIVEIRA, 2017).

5.3 A DIMENSÃO SOCIAL

5.3.1 Heterogeneidade e ambivalência ideológicas

Nesse ponto da análise que se debruça sobre a dimensão social das práticas discursivas docorpus, voltarei a atenção a diferentes elementos ideológicos a fim de sustentar suas demandas e respostas em torno de suas práticas de responsabilidade socioambiental. Esse processo faz emergir discursos diversos, ao ponto de poder ser caracterizado de alinhamento ideológico ambivalente ou heterogêneo e, assim, para colocar em pauta essa abordagem inicial sobre heterogeneidade ou ambivalência, vale sugerir que um dos motivos para essa articulação heterogênea ou ambivalente de elementos ideológicos pode ser rastreado a partir de comentários referentes às práticas discursivas utilizadas em consonância com seus objetivos corporativos mais relevantes, pelos quais as empresas buscam desenvolver suas estratégias de negócio, devido à preponderância que aqueles assumem. Esses aspectos estratégicos mobilizam, também, recursos a partir da reprodução de elementos ideológicos que permitem o uso do discurso da sustentabilidade como dimensão do mercado, ao mesmo tempo em que apresentam uma imagem de responsabilidade social e, quanto a essas categorias, focarei a análise em um único relatório do corpus, referente ao ano de 2017, a fim de que possa entender as expressões de heterogeneidade e ambivalência no âmbito intratextual, de modo a destacar a concomitância ideológica em um mesmo relatório. Siga-se um fragmento:

31. A JBS Novos Negócios reúne as operações da JBS que estão relacionadas de forma direta e indireta com o *core business* da Companhia. Transforma os coprodutos e resíduos do processamento da carne bovina, suína e de frango em

produtos de alto valor agregado, gerando valor à Empresa e contribuindo para métodos de produção mais sustentáveis em todo o grupo(JBS, 2017, p. 90).

Inicialmente, tem-se um evento discursivo que destaca aspectos de uma produção “de alto valor agregado” que, ao mencionar a geração de valor para a empresa, acrescenta sua contribuição “para métodos de produção mais sustentáveis em todo o grupo”. Aqui, não queria focar a tensão na especificidade de delimitação do que se entende por “todo o grupo” ou negar que as atividades relatadas atribuídas à mencionada unidade da companhia não ajudem na minimização de impactos ambientais. O interesse analítico se volta para os elementos discursivos que são articulados de modo a não destacar a sustentabilidade como prioridade estratégica, já que sua menção é coadjuvante a ênfase à criação de valor agregado. Nesse excerto, uma prática que indica mudanças de molduras para o discurso que, mesmo no espaço de extensão de uma oração, extrai um sentido oportuno para cada ocasião, mesmo que possam gerar ambivalências quanto às motivações (sustentabilidade global ou sobrevivência da rentabilidade corporativa) para os engajamentos de certas práticas. Algumas frases apresentadas no corpus associam, de modo automático, questões como minimização de ‘impactos ambientais’ com outras como redução de ‘custos logísticos’, ao ponto que parece não ser relevante entender quais propósitos são priorizados enquanto estratégia de atuação, como em:

32. Adoção de novo sistema de controle de pneus. Denominado Gerenciamento de Pneus TOP 10, monitora o pneumático desde o momento da aquisição até o sucateamento. Além de minimizar impactos ambientais, a ferramenta permite reduzir os custos logísticos com a manutenção da frota entre 15% e 20%(JBS, 2017, p. 97).

Novamente, insisto que a análise não está voltada para o lastro material da contribuição mencionada, ao modo de uma análise de conteúdo, mas para como o texto articula elementos que hierarquizam implícita ou explicitamente suas prioridades, sendo que as implicações dessas estratégias discursivas serão melhores abordadas no próximo tópico. Por enquanto, cabe destacar que essas estratégias constroem uma referência, compartilhada nas ordens hegemônicas de discurso sobre a sustentabilidade, que reforçam a subordinação das dimensões socioambientais à econômica, como se os resultados ambientais fossem assumidos apenas por meio da lateralidade da viabilização dos benefícios econômicos. Diante da atual necessidade de consolidação de estratégias prioritárias em termos de sustentabilidade planetária, o corpus, em geral, privilegia a rentabilidade dos acionistas como uma de suas missões e, quanto a esse ponto referente ao famigerado retorno financeiro aos acionistas – inserido inclusive dentre às necessidades atuais para o desenvolvimento sustentável (LARA;

OLIVEIRA, 2017), vale tecer alguns comentários sobre índices de sustentabilidade nos mercados de ações.

Lara e Oliveira (2017) mencionam o surgimento de fundos de investimento que, denominados como socialmente responsáveis (SRI, da sigla em inglês), vinculam esses aos modos de rentabilidade do discurso em torno da responsabilidade social empresarial. Iniciando o estabelecimento de índice de sustentabilidade no mercado de capitais Dow Jones, não demora muito para que de outros índices de sustentabilidade despontem na bolsa de Londres ou de Joanesburgo, no mesmo contexto de vinculação entre busca de investimento e sustentabilidade que, por sua vez, influenciou a criação do ISE, associado a BM&FBovespa (LARA; OLIVEIRA, 2017). Diante das considerações elencadas sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial no Brasil (ISE BM&FBovespa) (LARA; OLIVEIRA, 2017; ARAÚJO; RAMOS, 2015), destaca-se seu objetivo concernente aos investimentos, tendo algumas instituições como parte do seu conselho deliberativo, sob a presidência da BM&FBovespa (ARAÚJO; RAMOS, 2015). Nesse panorama, alguns autores não poupam críticas às implicações do vínculo da responsabilidade socioambiental de uma empresa aos índices, quando se empenham na tentativa de maximização do lucro pelo discurso referente à sustentabilidade e à responsabilidade social, dirigida à lógica de mercado, de modo a serem caracterizadas como meras respostas adaptativas do capital aos problemas ambientais, cujos resultados tornam-se inconcretizáveis pelas premissas da RSC, como resposta socioambiental voltada ao retorno financeiro (LARA; OLIVEIRA, 2017).

Os autores também apontam a reprodução do discurso hegemônico da sustentabilidade pelos *players* do mercado de capitais, ao ponto também de se direcionarem majoritariamente aos investidores pelo destaque à rentabilidade dos negócios diante do viés expansionista, fazendo uso da sustentabilidade no convencimento dos investidores, enfatizando sua dimensão econômica e considerando as outras dimensões como elemento na construção de imagem e obtenção de lucro (COELHO et al., 2012). Nesse sentido, Calixto (2013), ao se referir ao desempenho ambiental, identifica, em seu estudo, a importância relativa da divulgação referente ao consumo de recursos naturais voltada ao controle de gastos com aqueles, perdendo de vista qualquer prioridade com o que poderia chamar de sustentabilidade do planeta. Considera-se, ainda, algumas questões sobre dissonância entre discurso e ação, nos relatórios de sustentabilidade analisados por Coelho e Godoi (2010), a partir do exame das contradições inerente a um “enverdecimento” da economia de teor retórico. Diante do exposto, não posso ignorar algumas tentativas na criação de princípios reguladores, como o de exatidão proposto pelo GRI (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013);

contudo, na análise desenvolvida por alguns autores, percebe-se que, mesmo diante do princípio da exatidão referente às informações relatadas, as metas estabelecidas deixam de ser “precisas”, inclusive em referência à ausência de índices almejados ou à dimensão real dos dados apresentados frente as empresas e a sociedade, em termos de metas que, muitas vezes, são bem modestas ou vinculadas a retorno econômico-financeiros mais imediatos (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Essa vinculação tão estreita à geração de valor econômico ou com o retorno do acionista faz com que alguns dilemas sejam enfrentados diante de discursos corporativos pautados em interesses internos que, no caso da configuração docorpus, constrói cadeias discursivas heterogêneas do ponto de vista ideológico. Veja-se outro caso interessante diante do fenômeno da ambivalência ou heterogeneidade que, por sua amplitude, pode se textualizar nas diferentes formas, seja por meio de vocábulo, frases ou elementos argumentativos. No excerto a seguir, vê-se a produção de discursos referentes aos animais, que ora se voltam para um vocabulário ou expressões que conotam menosprezo ou alienação da vida, enfatizando seu caráter meramente mercadológico, ora se volta ao emprego de termo mais favoráveis a uma compreensão menos utilitarista da vida:

33. Essa rotina [de auditorias anuais internas] – complementada por auditorias anuais externas – verifica a aderência às Melhores Práticas relacionadas à rastreabilidade, segurança, higiene, respeito ao bem-estar animal e qualidade da carne entregue. Toda a carne bovina provém de fornecedores que estejam na lista de fornecedores aprovados(JBS, 2017, p. 64).

No que toca à materialidade textual, destaca-se, por exemplo, a emissão de discurso que, em uma mesma frase, articula a dimensão de cuidado com uma vida (“respeito ao bem-estar animal”) com outra pautada na mercadologização (“qualidade da carne entregue”), ao tangenciar a possibilidade de alusão a um mesmo referente, variando apenas seu período na escala temporal. Contudo, o dilema se caracteriza não apenas pelo uso das terminologias ou conceitos díspares, saindo de uma oração totalmente utilitarista e chegando a um discurso voltado para ao tratamento “ético” desses mesmos animais, mas também por outros eventos discursivos. Logo em seguida no corpo do texto, constrói-se o sentido explicativo para essas expressões ambivalentes, já que, em uma outra seção do relatório, intitulada de “certificações”, vê-se nova remissão às fiscalizações operacionais que, referindo-se ao mesmo evento anterior, atribui os conceitos de “bem-estar animal” às exigências de suas empresas clientes. Vê-se então “ecoar” uma força exógena de sentido e ação externa que implica a necessidade de adaptação por parte docorpus, seja de discurso ou de atividade. Essas relações entre as formações discursivas que vão se desenvolvendo no âmbito das ordens

de discurso fazem com que nenhum sentido seja estável, possibilitando falar em efeitos dos dilemas diante da transformação. Assim, os dilemas enfrentados nas práticas sóciodiscursivas podem oferecer perspectivas para mudança e, nesse viés, vale trazeremos alguns comentários que apontam para abertura do discurso econômico para algumas mudanças, especialmente no nosso país.

A análise do desempenho econômico, relatado em relatórios de sustentabilidade, realizada por Calixto (2013), aponta para pouca ênfase àquela categoria, voltando-se mais aos riscos econômicos, sendo que, ainda, a ausência de divulgação das informações socioambientais nos relatórios latino-americanos, contrasta com maior destaque dessa categoria para o Brasil (CALIXTO, 2013). Diante disso, é possível que alguns aspectos de mudança no contexto das ordens de discurso diante da luta hegemônica estejam incluindo novas questões mais importantes que possam ter sido negligenciados na economia, mesmo que o discurso hegemonicamente estabelecido na atualidade sempre atua no sentido de direcionar ou mesmo barrar as transformações, quando não podem se beneficiar delas. Nesse sentido, posso retomar a tentativa de conservar o discurso hegemônico monetário para a discussão da sustentabilidade, na reivindicação do discurso econômico neoclássico de explicitação das informações monetárias nesses relatórios. Alguns autores passam a objetivar, diante dos relatórios de sustentabilidade, a contribuição necessária em torna da análise de custos e benefícios referentes às ações de uma empresa, reafirmando a tão propalada geração de valor (ARAÚJO; RAMOS, 2015).

Contudo, pergunto: enfatizar a oportunidade econômica na melhoria ambiental (ARAÚJO; RAMOS, 2015) não seria um modo de desprivilegiar a dimensão ambiental, dirimindo a proficuidade da concepção tripartida que surgiu para tirar a ênfase do aspecto econômico? Sendo a relação custo-benefício característica da escola neoclássica, não haveria limitações óbvias no seu desenvolvimento da valoração ambiental em termos majoritariamente monetários? Limitar-se aos instrumentos de valoração monetária da natureza, em prol da criação de valor (ARAÚJO; RAMOS, 2015) por meio de relatórios socioambientais, diante do qual precisaríamos substituir variáveis qualitativas e quantitativas por financeiras, não seria um meio de priorizar a dimensão econômica? O mais paradoxal é que, ao se discorrer sobre os comentários de economistas clássicos, quanto às imperfeições do mercado, associando-se essas a problemas ambientais, alguns autores falam sobre a necessidade de novos indicadores e índices para a sustentabilidade (ARAÚJO; RAMOS, 2015). Desse modo, questões como consolidação dos dados financeiros, com ênfase na apresentação dos custos e benefícios pela perspectiva financeira ou fortalecimento da

comunicação pelos relatórios pela criação elementos propícios a uma análise custo-benefício, mesmo que necessárias não reproduziriam velhos indicadores, na sua exclusividade?

Assim, não posso ignorar as limitações dos números contábeis e de sua lógica financeira-monetária, como a precificação imperfeita da natureza e a existência de aspectos socioambientais inalcançáveis à mensuração financeira ou à análise de riscos financeiro e econômico (LARA; OLIVEIRA, 2017), assim como a insuficiência da linguagem financeira-monetária na compensação de impactos exercidos diante de dimensões emocionais ou da perda de aspectos culturais (COELHO et al., 2012). Tudo isso apontam para o percebimento de aspectos incomensuráveis na valoração dos danos ambientais (COELHO et al., 2012) e, além disso, há também reivindicações por usos de uma comunicação mais vibrante nos relatórios socioambientais (COELHO; GODOI, 2010), a perspectiva neoclássica voltada a informações estritamente monetárias e financeiras, até porque, mesmo nos processos de certificação do antigo GRI-G3, diante das informações socioambientais relatadas, considerava-se a possibilidade de uso de avaliação de cunho subjetivo (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Diante desses pontos, observe-se outro aspecto da análise da heterogeneidade e ambivalência ideológica no corpus que tenciona, justamente, elementos econômico-financeiros com outros de cunho mais social, no relato de questões associadas ao vínculo empregatício da empresa com seus colaboradores. Esse caso gira em torno da apresentação de orações e outras expressões que expressam interesse em contribuir socialmente por meio da geração de empregos em concomitância com apresentações monetários de redução de mão-de-obra aliada a uma maior produtividade:

34. A JBS USA entende que a maior influência que pode assumir é a criação de empregos e geração de renda, contribuindo para o desenvolvimento das localidades em que atua. Nesse sentido, busca apoiar ou participar de ações, em tais localidades, que impulsionem, por exemplo, a educação e a formação de crianças e jovens, e a profissionalização de jovens e adultos(JBS, 2017, p. 130).

35. Apesar de ser um negócio recente, as operações da Plumrose já estão inseridas à da JBS USA Pork e apresentam melhorias de performance, resultado que marca a atuação da JBS diante de aquisições. Um exemplo, nesse sentido, foram as compras de plantas de suínos realizadas nos últimos anos. Em 2015, antes das aquisições, tais unidades rodavam com 5,5 mil pessoas e processavam 18,5 mil suínos/dia, fabricando poucos itens de produtos de valor agregado. No final de 2017, as mesmas unidades processavam mais de 21 mil suínos com 4,5 mil pessoas, com um volume de itens de valor agregado correspondente a cerca de 30% da produção(JBS, 2017, p. 117).

Antes de mais nada, vale frisar que os dois fragmentos fazem referências a operações realizadas pela JBS USA e, nesse contexto, como se vê, existe uma explícita

heterogeneidade diante do sentido atribuído ao trabalho. Primeiramente, há um discurso que destaca elementos vinculados à contribuição social da empresa, por meio da geração de emprego e, em concomitância a esse, segue um outro de teor entusiástico diante da melhoria na produtividade que implica em uma redução operacionalmente vantajosa com o setor de pessoal (trabalhadores). Como antes, pode-se identificar uma mudança na moldura ideológica diante de uma mesma situação, inclusive expressando-se em termos de vocabulário e expressões, como no caso da concomitância de formas como ‘contribuição’, ‘geração de renda’ e outros, com ‘atuação’, ‘melhoria de performance’. Como é óbvio, essa melhoria de performance implicará em redução de emprego, diante do que se enfrenta uma heterogeneidade ideológica considerável, onde um elemento indispensável à empresa pela ótica gerencial (contratação de mão-de-obra), é enfatizado como contribuição social para a sociedade por parte da empresa. Certamente, não desconsidero a importância dos empregos gerados pelas operações da empresa, mas o que dizer das mil pessoas que, provavelmente, perderam seus empregos nesse contexto? O relatório não oferece muitas informações sobre elas, o que é contraditório para um discurso que destaca a relevância da criação de postos de trabalho.

Esse exemplo sugere a possibilidade latente, diante das ambivalência e heterogeneidade, do surgimento de uso escuso dos discursos apresentados no relatório em questão e, mesmo que isso seja abordado no tópico subsequente, vale considerar alguns pontos em torno desse aspecto. Para alguns autores, o que chamo de uso escuso de certos elementos discursivos pode ser proveniente do direcionamento de certos relatórios socioambientais aos integrantes do mercado de capitais, através de uma linguagem na qual predomina o teor economicista (LARA; OLIVEIRA, 2017), mas que, ao mesmo tempo, cria certa dependência da maneira como uma organização é percebida pela opinião pública (COELHO; GODOI, 2010), acionistas e sociedade. As implicações desse uso fazem os relatórios socioambientais atuarem na influência da percepção que a sociedade de suas operações (ARAUJO; RAMOS, 2015) e, com a crescente divulgação de relatórios socioambientais, esses não estão imunes a cair em preocupações cosméticas ou apresentar natureza fragmentária (CALIXTO, 2013). Assim, o propósito dos alguns relatórios socioambientais pauta-se no que consegue construir discursivamente como retorno em vantagens competitivas, inclusive trabalhando, em certos casos, na persuasão dos leitores diante de suas contradições (LARA; OLIVEIRA, 2017).

5.3.2 Estratégias discursivas e superlatividade

No segundo tópico da atual seção, tenho o intuito de apontar questões sobre estratégias do discurso corporativo que, do ponto de vista da dimensão social, trabalham na construção da face positiva da empresa, tendo em vista sua legitimidade diante da sociedade, de modo que especificaremos a superlatividade (grau superlativo) como categoria analítica, vinculada a comentários em torno da teoria da legitimação. De acordo com ela, tem-se que as empresas, devido certa dependência que mantem do social, precisam dar respostas estratégicas em torno da construção de uma imagem positiva e, como veremos, a superlatividade parece ser usada, *nocorpus*, como ferramenta de manutenção e melhoria da imagem da empresa. Assim, por essa possível atuação, analisarei as questões referentes às estratégias discursivas através da categoria da superlatividade que se refere à expressão de qualidades em um grau que seja muito elevado ou se encontre em nível máximo, podendo ser feito de modo absoluto ou relativo. Apesar de se referir ao aspecto gramatical, a superlatividade é identificada, por nós, como passível a ser analisado por uma ênfase à dimensão social, na qual aquela é usada a partir de aspectos estratégicos do discurso corporativo na melhoria da face da empresa, valorizando a imagem corporativa diante dos *stakeholders* e, assim, argumentando em prol de uma maior “adesão” (efeitos perlocucionários) por parte dos investidores aos efeitos produzidos.

Ao considerar a teoria da legitimação, em relação a seus aspectos gerais, entende-se que a legitimidade da existência de uma empresa seja feita pela própria sociedade, levando, no contexto atual, as abordagens administrativas a se voltarem para aspectos ambientais e sociais (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Nessa condição de divulgação ambiental, considera-se a existência de abordagens chamadas de responsivas ou estratégicas para o discurso empresarial da sustentabilidade (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013). Uma das implicações decorrentes disso é que a busca de legitimação, no caso dos relatórios de sustentabilidade é feita no intuito em vista da manutenção, recuperação ou alcance da aquela, de modo a atuar por meio de formas ditas pragmática, moral e cognitiva (KREMER et al., 2017). Ainda sobre essa teoria, Kremer et al. (2017) especificam alguns outros pontos relacionados, inicialmente, com a presença do conceito de contrato social, o que se vincula, por meio da abordagem estratégica, a responsabilidade social corporativa. Além disso, um dos grandes destaques da teoria é feito pela tipologia reafirmada por Suchman, em referência à caracterização da própria legitimidade, como legitimidade pragmática, legitimidade moral e legitimidade cognitiva (KREMER et al., 2017).

A partir daqui, tomemos um fragmento para análise:³⁶. “Trabalhamos para não frustrar as expectativas e atender às exigências de nossos consumidores, com um time de colaboradores empenhados em diariamente levar o melhor produto à mesa dos lares dos diferentes países em que atuamos.” (JBS, 2016, p. 13).

O excerto faz uso da superlatividade (“o melhor produto”) para como estratégia discursiva que pode trabalhar no intuito de legitimar-se perante a sociedade e, nesse caso particular, uma sociedade “global” (“à mesa dos lares dos diferentes países”). Sobressaem-se vocábulos e expressões (‘expectativas’, ‘exigências’, ‘time de colaboradores’) que reforçam o efeito de sentido de superlatividade relativa da atuação da empresa, construindo uma face positiva de destaque. Assim, por meio dessa estratégia, o discurso estabelece pontos de superlatividade, pelos quais a imagem da empresa é sobressaltada positivamente, de modo a poder angariar mais investimentos a partir da construção de sentido positivo para si, imprimindo um sentido de proximidade e favorecimento diante dos consumidores.

Não quero dizer que não seja possível estabelecer *rankings*, pautados no lastro de materialidade, que demonstrem a preferência da população diante dos seus produtos ou mesmo, em alguns casos, os avanços da empresa diante das práticas corporativas. Nesse caso, aponto necessariamente que a estratégia de abordar esses pontos na construção de sentido sobre a empresa nos relatórios não é algo meramente informativo, até porque não são destacados ou desenvolvidos, aí, os dados que ofereçam um entendimento mais robustos das significações de suas práticas corporativas, mas principalmente é feita uma nítida otimização da imagem da empresa diante dos interessados.

Diante disso, posso antever o funcionamento político da própria superlatividade, enquanto estratégia discursiva, sendo possível que tangenciamos aquele com o nível ideológico das práticas de legitimação, principalmente no que toca ao tema da sustentabilidade. Nesse sentido, a operação ideológica da legitimação pauta-se na busca de construir, especialmente por meio do discurso, uma imagem de empresa sustentável nos relatórios socioambientais (COELHO; GODOI, 2010). As estratégias discursivas dos relatórios de sustentabilidade podem tentar influenciar a opinião pública em torno de questões importantes (COELHO; GODOI, 2010), trabalhando, também, por meio da criação de efeitos de sentido, construídos pelas próprias estratégias discursivas de uma corporação (COELHO et al., 2012). Essas estratégias discursivas corporativas funcionam inclusive em aspectos bem específicos, como no de produção de textos cujas escolhas são feitas no sentido de influenciar o outro e angariar legitimação social através da produção sociodiscursiva de suas atividades (COELHO et al., 2012). Por isso, reafirma-se a ausência de neutralidade na ação das

organizações, enquanto fenômeno de linguagem, o que se faz em acordo com a necessidade de legitimação por parte da sociedade e no encaixe de prover a moldagem da percepção que as pessoas têm a respeito da empresa (COELHO et al., 2012). Esse é um ponto que corrobora para a concepção de ideologia elaborada no capítulo 1, uma vez que o trabalho ideológico atua, por esses meios, na construção de visão de mundo e conjuntos de percepção sobre a realidade.

Existem inúmeras manifestações que podem ser assumidas pela superlatividade, mas nenhuma delas pode se desvincular de sua dimensão social. Tomemos outro excerto:37. “A excelência dos negócios começa por trabalhar com as melhores pessoas. O que realmente importa, e faz a diferença, são as pessoas certas nos lugares certos.” (JBS, 2015, p. 9).

Poderia achar que seu uso anterior (‘melhores pessoas’) não tem qualquer função na construção estratégica de sentido em torno da imagem da empresa. Poderíamos dizer até, se nos faltar criticidade, que não se trata de um reconhecimento dos sérvios prestados por seus colaboradores como parte de um valor nutrido de modo neutro. Contudo, volto a atenção para o tema – em sentido hallidayano (FAIRCLOUGH, 2008) – da primeira frase (“a excelência dos negócios”)! A partir daí, torna-se mais compreensível entender que a caracterização (em tom aparente de elogio) feita das pessoas que trabalham na empresa funciona no sentido de reforçar, por antecipação, a possibilidade de interpretar, de modo possivelmente automático, os negócios da empresa em questão como tendo atingido o que é posto pressuposição (excelência). A superlatividade, então, constrói a argumentação da empresa recorrendo à pressuposição de que os participantes do discurso fazem dos elementos apresentados, de modo a compor o sentido de sua soberania, diante da perspectiva de que acionistas procuram investir em negócios que lideram produção e venda de mercadorias e, mesmo que haja sempre a possibilidade de que a automatização interpretativa não seja realizada, não podemos esquecer que essa possibilidade se associa com os elementos ideológicos que devem ser sustentados em cada membro da interlocução textual no meio da ordem hegemônica de discurso.

De modo geral, um intérprete que se aproxime desse excerto com uma moldura vinculada a aspectos das ideologias dominantes, tenderá a assimilar, automaticamente, os sentidos que reproduzem a ordem de discurso hegemônica, caso, é claro, não haja algum empecilho em termos de oposição de interesses. Nesse contexto, as estratégias de legitimação do discurso empresarial destacam benefícios (gerados pelo empreendimento) à sociedade, como também será percebido subsequentemente *nocorpus*. Em consequência disso, alguns autores apontam, quanto aos aspectos estratégicos do discurso corporativo referente, por

exemplo, à ‘sustentabilidade se caracterizam por um oportunismo, compreensível pela presença da legitimação do discurso da sustentabilidade organizacional como responsável pela melhoria de reputação, criação de valor financeiro e atração de capital (COELHO et al., 2012). Dá-se, assim, que a construção do discurso da responsabilidade social ou sustentabilidade não é ingênua, muito menos neutra, ainda que haja sempre possibilidade de resistência aos discursos hegemônicos da sustentabilidade, importando, para tanto, o que Coelho et al. (2012) chamam de uma “leitura apropriada”, inclusive em relação ao “não-dito” (sentidos latentes).

Certamente, uma atitude de criticidade é importante diante da análise organizacional, principalmente pelas implicações negativas que as práticas de legitimação podem exercer na vinculação às ideologias dominantes. Alguns desses “efeitos”, tanto de sentidos quanto de atividades, surgem pela a inconsistência de empresas autodeclaradas sustentáveis que, diante da sustentabilidade ou da responsabilidade socioambiental enquanto estratégia discursiva, buscam especialmente aumentar a lucratividade (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Aí também surge o “espectro” mercadológico da competitividade, fazendo-se notar a existência de famigeradas abordagens estratégicas para a responsabilidade social corporativa que podem associar-se as diversas vertentes referentes à competitividade (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Assim, para Mota, Mazza e Oliveira (2013), essa competitividade é visada no discurso de responsabilidade ou da sustentabilidade dos negócios e, mesmo que se espere que o discurso da gestão ambiental insira a abordagem ambiental na missão e visão das empresas, em suas fases avançadas, visando tanto a perenidade dos negócios quanto o bem-estar da sociedade. Para os autores, a materialização dessa segunda dimensão é menos frente do que se imagina, gerando-se, por exemplo, dúvidas de se a redução de consumo de energia relatado em alguns relatórios analisados volta-se a competitividade, por meio da redução de custo operacional e administrativo, ou a sustentabilidade (planetária) como estratégia organizacional.

Ademais, diante ainda da competitividade, consideram-se alguns fatores para aquela como a reputação que pode ser pretende inclusive por meio das estratégias discursivas (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013)e, quanto a essa discussão, pode-se acrescentar que um dos aspectos da estratégia discursiva no uso da superlatividade pode se voltar para a apresentação de fatores favoráveis àquela, relacionando-se, inclusive, à indicação de aspectos que introduzem ou destacam benefícios e vantagens da empresa:

38. A estratégia que nos levará a esse objetivo passa por nossa capacidade de atender necessidades e antecipar desejos dos nossos consumidores e clientes, com produtos e serviços da mais alta qualidade, a custos competitivos. Isso só será possível se todos os processos da nossa cadeia de valor operarem no mais alto padrão de excelência (JBS, 2015, p. 9).

Esse fragmento, como mencionado, destaca os benefícios e vantagens proporcionados à atuação da empresa e, diante de estratégias semelhantes, não posso desconsiderar a importância de uma análise que se atenha aos elementos discursivos que viabilizem uma interpretação que contribua com sentidos que favoreçam a constituição de uma sociedade sustentável e solidária. Entender essas construções discursivas de imagens corporativas pode ser um primeiro passo no tocante ao recurso a conjuntos de percepção favorável à sustentabilidade do planeta, esvaziando a soberania de autoridade do discurso hegemônico e reconhecendo o estabelecimento de suas ambivalências, heterogeneidades e contradições que se servem do veículo de sua naturalização para conseguir gerar vantagens a partir de valorações estratégicas em termos relativos ou absolutos.

Aqui cabe, por fim, considerar algumas características das práticas discursivas estratégicas diante do tema da sustentabilidade, tido como uma das estratégias principais do discurso institucional (COELHO et al., 2012). Nessa conjuntura, dá-se a preponderância da racionalidade econômica no discurso hegemônico da sustentabilidade, com perspectiva de que os interesses de mercado determinem as políticas ambientais, uma vez que a hegemonia economicista na construção discursiva do desenvolvimento sustentável toma por baliza principal o crescimento econômico como possibilidade para aquele (LARA; OLIVEIRA, 2017).

Para Lara e Oliveira (2017) busca-se, por essa lógica, um ciclo entre valorização de ações e captação de recursos em prol de investimentos socioambientais que, pela perspectiva financeira e econômica, alcançaria a sustentabilidade por meio de compensação dos impactos concretizada com recurso proveniente de lucros reaplicados, a qual depende da prosperidade econômica e não do comportamento de minimizar os impactos socioambientais, por quanto o investimento socioambiental depende, nessa ordem, da lucratividade que os investimentos anteriores possibilitam.

5.3.3 A ideologia do crescimento econômico

Neste tópico analítico, considerarei um aspecto bastante importante para a análise social docorpus, em relação às configurações ideológicas a que ele se alinha. Quanto a isso,

reafirmamos a condição do discurso do desenvolvimento sustentável como uma construção socio-histórica (LARA; OLIVEIRA, 2017), diante da qual, no nosso caso de análise, associa-se majoritariamente como uma definição vinculada pelo discurso hegemônico que, independentemente de sua atuação, é sempre passível de resistência (PINTO, 2014) ou agência. Por outro lado, na situação analisada, nos relatórios, certas nuances da heterogeneidade e ambivalência ideológica latentes em seu discurso, gostaria de caracterizar a ideologia associada ao crescimento econômico sem limites – a qual será abordada nessa subseção –, aos moldes de C. Furtado (2002), tomando-lhe como uma superideologia, por meio da qual reforça-se as estruturas de poder em benefício dos grupos hegemônicos. Feitas essas observações, pretendo, inicialmente, apresentar algumas questões sobre a ideologia do crescimento infinito que serão úteis à minha análise.

Começando por generalizações de contexto, tenho que a relação entre ordenamento social, linguagem e ideologia permite que o desenvolvimento sustentável, na condição supracitada de produção sociohistórica, se manifeste por sua materialidade linguística implicada na sua interação com formações discursivas (LARA; OLIVEIRA, 2017). Nesse turno, sobressaindo-se deliberadamente a polissemia da sustentabilidade em alguns relatórios analisados, essa se restringe aos interditos da ideologia dominante, de modo a ser usada como recurso discursivo associado a um efeito de sentido específico que se caracteriza pela ideia de evitação da crise econômica, social e ambiental, favorecendo, em seu uso, a face empresarial (LARA; OLIVEIRA, 2017). Acontece então que o mercado adquire um artifício teórico-operacional que se sustenta sobre um argumento vicioso da compensação de danos, trabalhando a reboque da legitimação da ideologia do crescimento sem limites no âmbito do desenvolvimento sustentável, o que não deixa de apresentar diversas contradições lógicas (LARA; OLIVEIRA, 2017).

De modo mais específico, tenho também que, pela ideologia do crescimento infinito e para a sua própria legitimação, é feita uma associação entre aspectos do desenvolvimento e aumento de qualidade de vida com o próprio crescimento econômico infinito, o que justifica inclusive a internacionalização da economia, ao ponto de ignorar, muitas vezes, os riscos sociais e ambientais que geram (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Considere-se um excerto: 39. “Comunicamos ao longo de 2015 e no início de 2016 o fortalecimento do nosso time de liderança global, nomeando gestores com profunda experiência no nosso setor de atuação para contribuir com o crescimento sustentável da JBS.” (JBS, 2015, p. 8).

Como é frequente nocorpus, pode-se perceber o conceito decorrente da conjuntura anterior: crescimento sustentável. Ele trabalha no sentido de contornar as problemáticas que se tornaram evidentes quanto ao próprio funcionamento do modelo socioeconômico atual que, na anseia por se expandir e lucrar mais, passou a gerar previsões sombrias quanto ao futuro da vida no planeta. Pela vinculação do conceito de crescimento com o de sustentabilidade, gera-se a ideia de que, por meio de atitude técnica e gerencial, poderia continuar, seguramente, ampliando a produção e o consumo sem ter de alterar em nada os alicerces socioeconômicos da sociedade. Por meio disso, vê-se como essa argumentação pode exercer influência (efeitos perlocucionários) sobre como as pessoas compreendem as práticas da empresa ou o contexto mais amplo onde se inserem, sendo que, no primeiro caso, a imagem das empresas que reproduzem esse discurso é favorecida diante da construção de sentido positivo para suas práticas. Certamente, essas práticas discursivas, caracterizadas como estratégias de argumentação, exercem um papel ideológico evidente diante da percepção e visões de mundo dos interpretes, ao mesmo tempo em que podem (ou não) serem reproduzidas.

Vê-se aí, explicitamente, a vinculação entre desenvolvimento sustentável e crescimento econômico, o que, por outro lado, gera contradições lógicas a essa concepção hegemônica de sustentabilidade (LARA; OLIVEIRA, 2017). Impulsionando muitas controversas quanto à relação desse com o crescimento econômico, muitos eventos relacionados à sustentabilidade reforçam a convenção do desenvolvimento atrelado como crescimento econômico, o que provem, enquanto seu atual significado, do discurso de Harry Truman que ajuda a propagar o que se chama de era da hegemonia americana (LARA; OLIVEIRA, 2017). Nessa, dá-se a inserção do desenvolvimento na agenda internacional do pós-segunda guerra mundial, sob influência dos USA, ao ponto da ideologia economicista de viés desenvolvimentista, cujo ápice expressivo realiza-se no discurso de Truman, ser naturalizada (LARA; OLIVEIRA, 2017). Posso ainda me perguntar sobre a atratividade que a ideologia do crescimento infinito produz mesmo ao discurso da sustentabilidade, considerando a geração de oportunidades financeiras que se dão através dessa estratégia, quando se tem em vista o crescimento econômico, diante de existência de investimentos em negócios “sustentáveis” ou “socialmente responsáveis” que ajudam na mitigação dos riscos financeiros e na alavancagem de ganhos (LARA; OLIVEIRA, 2017).

Quanto a isso, no que toca ao desenvolvimento sustentável, caracteriza-se a ideologia do crescimento ilimitado como uma estratégia que possibilita extrair rentabilidade, lucro e liquidez do discurso da sustentabilidade (LARA; OLIVEIRA, 2017). Assim, ao se caracterizar o crescimento como sustentável ou responsável no discurso corporativo da

sustentabilidade COELHO et al., 2012), é favorecido, por essa associação dupla, a face da empresa, ao vincular a defesa de interesses internos com demandas externas. Note-se o rápido deslocamento com o qual o crescimento volta a atuar no nível convencional da ordem economicista de discurso:40. “A estratégia da JBS Europa, focada em entregar produtos de alta qualidade e dedicada a exceder as expectativas dos clientes, tem gerado crescimento de vendas e resultados consistentes.” (JBS, 2015, p. 49).

É importante também que, mesmo diante de “movimentos” que podem se dar de modo consideravelmente escusos quanto a suas prioridades no uso possível de vocábulos como esse da sustentabilidade, sempre remanesce a possibilidade de resistência ou agência diante de associações que implicam, muitas vezes, em contradições. Quanto a isso, são feitas muitas menções à crítica da vinculação da sustentabilidade com o crescimento econômico, voltando-se a atenção para as contradições do discurso do desenvolvimento sustentável, produzido pela e em prol da ideologia do crescimento (LARA; OLIVEIRA, 2017). Lara e Oliveira (2017) apontam que a defesa do que se chama de crescimento sustentável se dá a despeito das contradições lógicas que o conceito implica (LARA; OLIVEIRA, 2017). Tais legitimações dependem da naturalização da ideologia do crescimento em um posto que pareça não ter provindo das próprias relações sociais ou como se procedesse de uma condição inerente à economia, diante da qual deve-se negar quaisquer alternativas (LARA; OLIVEIRA, 2017).

De todo modo, a naturalização do crescimento econômico tem implicações socioeconômicas, diante das quais se tem gerado pouca criticidade, permitindo, destarte, que a conciliação das contradições seja produzida por práticas discursivas como o uso estratégico da polissemia de termos como sustentabilidade (LARA; OLIVEIRA, 2017), diante do qual imbricam-se a perspectiva do lucro e da expansão. Tome-se o fragmento subsequente: 41. “Na Austrália, onde também contamos com uma operação sólida, temos incrementado nossa participação de mercado e estamos preparados para, a partir de lá, ampliar as vendas de produtos processados para a Ásia.” (JBS, 2016, p. 10).

Percebe-se, como é de se esperar da ordem hegemônica de discurso da qual o excerto ganha força, uma permanente atenção às possibilidades de crescimento do empreendimento, operações etc., mesmo diante da heterogeneidade e ambivalência com a qual o discurso lida na construção de certos sentidos pelos quais aumenta-se a atratividade dos negócios, diante do que é possível evidenciar uma “aderência” (reprodução) evidente dos relatórios estudados à ideologia do crescimento econômico sem limites, acreditando na possibilidade de progressivamente expandir suas margens de produção e, com isso, a do seu

lucro. Nesse caso dos aspectos sociais da análise, posso investigar como a dimensão político-ideológica dos relatórios é sustentada e sustenta interesses específicos que podem inclusive comprometer a sustentabilidade planetária.

Assim, analisando os elementos ideológicos do corpus, vejo sobressair discursos hegemônicos, diante dos quais os elementos ideológicos principais buscam justamente conciliar um discurso sobre sustentabilidade a partir de uma atenção interna às margens financeiras e ampliação do lucro e da produção com atividades de responsabilidade social que não deixam de gerar perspectivas de retorno no que toca a construção de uma face positiva da empresa. De todo modo, não posso esquecer que essa vinculação ao crescimento econômico sem limites é parte dos discursos corporativos da sustentabilidade, dentro da atual ordem sociodiscursiva do modelo neoliberal, diante da qual, mesmo a despeito dos limites explícitos do discurso desenvolvimentista, a sustentabilidade procuraria encontrar soluções reprodutivas para o capitalismo (COELHO et al., 2012).

Nesse turno, é importante lembrar as implicações e justificativas da ideologia do crescimento infinito em relação à perspectiva do lucro que destaca a predominância dos interesses corporativos no discurso empresarial da sustentabilidade, produzindo a já mencionada associação “hegemônica” entre desenvolvimento e crescimento, em favorecimento da maximização do lucro (LARA; OLIVEIRA, 2017). Por essa via, a ênfase nos interesses empresariais é desenvolvida pela ressignificação discursiva em favor da construção de um sentido de equidade dos benéficos de atuação das empresas, diante das dimensões econômica, social e ambiental, surgindo a primeira como retórica favorável aos ganhos econômicos (LARA; OLIVEIRA, 2017). Por isso, alguns autores mencionam os desafios gerais da discussão ambiental, perante a coexistência do foco no lucro e nos acionistas com a justificativa da responsabilidade socioambiental corporativa (COELHO et al., 2012), produzindo o que se entende por uso cosmético da sustentabilidade.

Certamente, não seria idealista o suficiente ao ponto de sugerir que, dentro da ordem socioeconômica atual, as empresas não deveriam voltar sua atenção para a lucratividade de suas organizações, já que a busca por lucro é inerente à natureza do capital (COELHO et al., 2012), de modo que certos autores apontam o lucro como principal objetivo de uma empresa no nosso modelo socioeconômico atual (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Quero tão-só frisar que não podemos nos furtar de conceber novas possibilidades de funcionamento socioeconômico, caso pretendamos evitar prováveis catástrofes que intensificaram ainda mais as injustiças mundiais. Assim, a questão crucial é que, ao considerar as dimensões de sua responsabilidade socioambiental, não seria prudente subjugar

aquelas aos interesses econômicos ou à busca por aumento das margens de lucro, fazendo com que toda a questão ecológica atual esteja sendo transformada apenas em elemento de competitividade, ao ponto de as ações que devem garantir a permanência longitudinal de nossos recursos e do planeta como um todo, devido à proporção das consequências de seu alto impacto de natureza, estarem servindo tão somente como oportunidades de aumentar suas margens de lucros. Para tanto, já estaria falando de práticas que contrariam a lógica do capital e, por isso, cabe considerar as condições atuais de inserção dos relatórios corporativos no discurso hegemônico que sustenta e é sustentado pela ideologia do crescimento econômico sem limites.

Nesse viés, alguns autores apontam para a falta de credibilidade (ARAÚJO; RAMOS, 2015) ou, igualmente, para a falta de transparência (CALIXTO, 2013), em certos relatórios socioambientais, mencionando-se inclusive um caráter prescritivo do discurso em dados relatórios (COELHO; GODOI, 2010). Também, é indicado desapontamento geral de relatórios como o Rumo à Credibilidade com a maioria dos relatórios brasileiros, mesmo em referência ao ranking de empresas Top 10 na divulgação de relatórios (COELHO; GODOI, 2010). Alguns autores passam a se interessar com a conexão persistentes entre ações ambientais e retorno aos investidores por meio de relatórios corporativos, ao ponto de perceber, em um corpus dado, o foco prioritário daqueles em certificações (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

No mesmo caso, conclui-se pela ausência de indicação de motivos socioambientais ou direção para uma sustentabilidade (global) e suas estratégias para tanto (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Finalmente, também é identificado o uso da comunicação corporativa no desenvolvimento de vantagens competitivas, especificamente no que trata da melhoria de imagem e atração de investidores, por meio de certos relatórios que são produzidos inclusive por áreas responsáveis pela relação com investidores (COELHO et al., 2012). Observe-se um último fragmento: 42. “O aumento no número de abates e carcaças ligeiramente mais pesadas Impulsionaram crescimento de 6% na produção de carne bovina no ano.” (JBS, 2016, p. 68).

Nesse caso, vemos “ressoar” novamente alguns elementos referentes à ordem de discurso hegemônica no que toca à perspectiva de expansão dos relatórios analisados que passam a funcionar como um interesse recorrente para as operações, o que leva a assumir as contradições implícitas no argumento do crescimento constante diante de um planeta de dimensões finitas. Nesse impasse, quando argumento como a resposta convencional da crescente desmaterialização não pode atuar de modo tão convincente, a própria ordem de

discurso hegemônica destaca uma percepção que parece contornar todas as contradições no que toca à naturalização da necessidade construída que se tem do crescimento como único meio de contornar os problemas atuais, sejam econômicos, sociais ou ambientais. Como esses apontamentos podem ser refutados pela discussão desenvolvida no segundo capítulo desta dissertação, vale apenas destacar que, ao modo de funcionamento de uma supreideologia, a ideologia do crescimento econômico aglutina todas as possíveis disparidades em torno da condução do discurso hegemônico, no qual o lucro e as vantagens financeiras entram no torno das prioridades, de modo que o crescimento emerge como um interesse central nas atividades produtivas e comerciais.

Nessa conjuntura, a própria ideologia do crescimento sem limites -- inclusive, atuando diante da heterogeneidade, ambivalências e contradições, de modo a favorecer a face positiva da empresa e otimizar sua imagem diante dos investidores e acionistas que precisam da atratividade proporcionada por aquela -- é o que faz o corpus ser sustentado enquanto parte de uma longa série histórica de discurso inseridas em uma ordem hegemônica que, apoiado por inúmeros interditos e pressuposições, estabelece os elementos da construção argumentativa vinculada as vantagens que proporciona. Consequentemente, o crescimento econômico parece um discurso inevitável para uma empresa que, no contexto de nosso modelo socioeconômico atual, busque articular elementos discursivos referentes tanto ao que se chama de sustentabilidade quanto à lucratividade, tendo de destacar ainda a participação dos acionistas na participação dos lucros gerados.

Contudo, diante do exposto, mantem-se também a possibilidade de leituras desautomatizadas diante das pressuposições ideológicas hegemônicas. Nesse nível de discussão, posso retomar as questões relacionadas aos possíveis dilemas que os relatórios analisados apresentam, os quais implicam em uma posição favorável da empresa diante do discurso de conciliação entre sustentabilidade e crescimento econômico. No caso destecorpus, é interessante notar que se trata de uma empresa cuja detenção majoritária dos títulos se dá por acionistas que, ao mesmo tempo, são seus membros fundadores, gerando possíveis efeitos de ampliação das estratégias discursivas com uma perspectiva de longo prazo da atuação corporativa.

Como pode ser percebido ao longo de toda essa seção, pautada na análise social dos relatórios, isso terá implicações heterogêneas para as práticas da empresa que visam à sustentabilidade, em caso de conciliar uma redução de custos operacionais, em favorecimento da atratividade competitiva para novos ou demais acionistas, com uma preocupação diante da perenidade dos negócios no engajamento com a sustentabilidade. Assim, como resultado das

variabilidades diante da análise da apresentação de ideologias no discurso e atividades organizacionais (COELHO; GODOI, 2010), concordo com a sugestão de deslenio do crescimento ilimitado para perspectiva de sustentabilidade (DALY, 1984; LARA; OLIVEIRA, 2017) voltada ao âmbito planetário.

6 CONCLUSÃO

No turno de conclusão deste trabalho, torna-se perceptível que esta pesquisa se debruçou sobre aspectos discursivos que a caracterizam enquanto um exemplo da Análise de Discurso Crítica, pela qual várias questões foram favorecidas pelo recurso aos elementos teórico-metodológicos que afluíram pela decisão de tomar a ADC como ferramenta para minha análise discursiva dos relatórios que constituíram o corpus deste trabalho. Ofereci algumas discussões sobre a pesquisa no contexto da ADC, procurando caracterizar o trabalho a partir de pressupostos decorrentes daquela perspectiva teórica, em associação com aspectos da Linguística Aplicada, sem me furtar a recorrer a outras considerações gerais sobre o fazer científico com relação ao tipo de abordagem dos dados segundo sua natureza, quanto ao caráter de meu estudo e de seus objetivos.

Percebi, do ponto de vista teórico, como podem ser feitas remissões ao processo de formulação do corpus por tópicos que brotavam de leituras sucessivas, impondo a necessidade de ampliar as fronteiras disciplinares da Linguística Aplicada em torno da transdisciplinaridade, pela qual dissertei sobre a relevância em assumir uma perspectiva teórico-metodológica que se caracterize pela ótica transdisciplinar, o que pode ser reivindicado, tanto pelo lado da Linguística Aplicada, da qual enceto este estudo, quanto pela da Análise de Discurso Crítica, visto a própria compreensão de Fairclough (2005, 2012) quanto às contribuições da ADC para o surgimento de um diálogo transdisciplinar entre estudos da linguagem e estudos sociais.

Quanto às questões de sustentabilidade, tornou-se relevante a necessidade de consideração do atual sistema econômico, observando a transição para práticas de cuidado com o Planeta decorrente da criação de alternativas as atividades econômicas destrutivas. No decorrer dessa discussão, abordei a problemática corrente entre preocupação ecológica e a expectativa de consolidação de uma nova realidade social, a partir da referência à dignidade da vida, à justiça e à solidariedade. Quanto a isso, entendo que os problemas ecológicos e climáticos introduziram características gerais dos problemas referentes às relações ecológicas, às questões do clima e às condições ecossistêmicas que precisam ser revistas a partir de uma visão de mundo que se vincule mais acentuadamente com elementos como a solidariedade e ética.

Para todas as abordagens do tema pesquisado e dos argumentos levantados no decorrer da análise, recorri a autores diversos que apresentaram como a realidade degradante na qual a natureza se encontra depende de uma reformulação de nossas prioridades, no caso

que busquei inserir nossas práticas nos limites da natureza, apontando a relação entre ecologia e economia, pela qual fui em busca de uma síntese que concilie suas perspectivas. Assim, debati sobre tal imbricamento, como modo de ressaltar o potencial ambientalmente benéfico de uma economia redimensionada, em seus interesses, para a manutenção da vida e pautada em princípios éticos e de cuidado com a totalidade das relações humanas. Também foi possível cortejar elementos teóricos de uma perspectiva adequada no apontamento de alternativas aos impasses ambientais enfrentados pela tradicional querela entre o econômico e o ecológico e, nesse viés, apresentei uma proposta de diálogo entre economia e ecologia cujas premissas colocam as questões ecológicas como centrais aos seus empreendimentos, representando uma alternativa para além de uma economia destrutiva.

Essa prática acaba por intensificar a relação entre concepção materialista de prosperidade e busca desenfreada por crescimento econômico (MÉRICO, 2014), fazendo com que o crescimento econômico assuma uma forma de fetiche (PENNA, 2012). Não por acaso, o crescimento econômico contínuo surge como fim em si mesmo e não como meio para o bem-estar geral, tornando-se um recurso de mobilização (PENNA, 2012). De todo modo, essas conclusões possibilitam que eu concorde com a necessidade de o crescimento não possuir fim em si mesmo, mas ser ordenado pelas dimensões integrais do homem (BOFF, 2015), inclusive ao ponto em que precise se manter estável (DALY, 1984).

Além disso, a pesquisa aponta que há grande relevância na consideração de elementos pressupostos dos processos de produção, distribuição e consumo dos textos como os que tomei no corpus do trabalho. Nessa perspectiva, entendo que a crítica é bastante relevante para gerar meios propícios a novas formas de perceber o mundo, principalmente no que toca às questões socioeconômicas. Como ressaltam Lara e Oliveira (2017), é evidente a necessidade de maior criticidade diante do funcionamento do discurso quanto a conceitos como de sustentabilidade e concepções afins. Ao avultar a ausência de análise crítica (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013) diante de práticas discursivas como os relatórios de sustentabilidade, acredito destacar-se uma maior relevância deste estudo.

Ainda por esse viés, entendo que esta pesquisa se aproxima de perspectivas que buscam integrar estudos organizacionais e abordagens discursivas (COELHO et al., 2012), relacionando inclusive subjetividade e objetividade, diante do posicionamento inevitável quanto ao valor social de certos aspectos das práticas discursivas e epistemológicas. Como aponta Coelho et al. (2012), é impossível que me furte da presença da percepção do pesquisador na elaboração de uma pesquisa, como se dá inclusive no presente trabalho. Noto que isso se relaciona ao posicionamento ideológico de todo e qualquer pesquisa, mesmo

quando reproduz o *status quo* pela ilusão da neutralidade, e, ainda em consonância com Coelho et al. (2012), concordo que os resultados da análise são vinculados às posições do observador, uma vez que não é possível fazer pesquisa para além do âmbito do sociopolítico no que toca ao valor social da ciência, ao ponto de considerar que o posicionamento político deste estudo amplia-se, no ponto de vista teórico, para além dos comentários, indo em busca de fazer avançar a teoria por meio da crítica.

Assim, destaco que não pretendo me posicionar diante da suposta veracidade (ou não) das informações apresentadas no corpus, mas sim diante de como essas informações são materializadas na linguagem através de elementos díspares como questões sociais, relações hegemônicas, interesses internos, ideologia e outros. Assim, concluo que meu crivo analítico não está voltado para a análise do conteúdo dos relatórios, como se a linguagem pudesse ser simplesmente ignorada, tal fosse transparente.

Nessa altura, percebo que minhas perguntas iniciais de pesquisa foram sendo respondidas a tento e a tempo, ficando notório que a Linguística Aplicada tem muito a contribuir com as pesquisas de cunho econômico, ecológico e ambiental. Por fim, diante de todas essas questões, antevejo, como outra contribuição de pesquisa, que as mudanças podem ser proporcionadas pela criação de novas visões de mundo ou conjuntos de percepção que promovam perspectivas diversas, mesmo que desempenhem, muitas vezes, efeitos tácitos nas mudanças sociais, devido ao silenciamento que as práticas hegemônicas buscam submeter àquelas, a fim de sustentar as relações de dominação. Concluo que os efeitos ideológicos hegemônicos também trabalham no sentido de impossibilitar as insurgências e as mudanças, por meio de silenciamentos, naturalizações opositivas e outros recursos, mesmo que, ainda assim, haja possibilidade de mudanças permanecerem sempre latentes, principalmente diante da relação retroalimentada entre relações discursivas e sociais.

Nesse contexto, acredito que a contribuição da teoria se dá também na elaboração de novos modos de compreender a realidade, como conjuntos de percepções que se relacionem com criação de recursos para a agência.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. N. **Linguagem e medo da morte: uma introdução à linguística integracionista**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

_____. Identidades e poder: reflexões sobre a linguística crítica. In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (orgs.). **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006, p. 39-60.

ALENCAR, C. N.; LUCENA, M. F. M. Entextualizações em *Menos que nada*: textos que viajam na obra de Slavoj Žižek. In: FERREIRA, D. M. M. (org.). **Estudos críticos da linguagem**. Curitiba: Appris, 2017, p. 69-78.

ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos – Uma crítica radical do capitalismo**. Trad. Peter Naumann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ALVES, R. **O que é Religião**. 18. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ANGELO, G. **O aquecimento global**. São Paulo: PubliFolha, 2008. (Coleção Folha Explica).

ARAÚJO, A. O.; RAMOS, M. C. Limitações dos relatórios de sustentabilidade para análises custo-benefício de ações sociais e ambientais. **CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v. 13, n. 1, p. 132-155, jan./abr., 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/viewFile/585/72519>> Acesso em: 12 nov. 2018.

ARRUDA, L.; QUELHAS, O. L.; FRANCA, S. L. B. Análise das práticas empresariais de sustentabilidade nas empresas de construção pesada do setor de infraestrutura no Brasil. **ENGEVISTA**, v. 15, n. 3, p. 298-307, dez. 2013. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kfIYtiQw6oYJ:periodicos.uff.br/engvista/article/download/8951/6421+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 12 nov. 2018.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. A. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BLOMMAERT, J. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, I. (org.). **Situar a língua[gem]**. São Paulo: Parábola, 2008.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. **Tempo de Transcendência (O ser Humano Como Um Projeto Infinito)**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

_____. **A opção Terra:** a solução para a Terra não cai do céu. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **Homem:** Satã ou anjo bom? Rio de Janeiro: Record: 2008.

BRUNKHORST, H. Propriedade privada, crítica da reificação e a socialização dos meios de produção. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 595-618, out./dez. 2015. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/22521> > Acesso em: 12 nov. 2018.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. *R. Adm.*, São Paulo, v.48, n.4, p.828-842, out./nov./dez. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n4/15.pdf> > Acesso em: 12 nov. 2018.

CALLENBACH, E. **Ecologia:** um guia de bolso. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Peirópolis, 2001.

CAPRA, F. **Ponto de mutação – A ciência, a Sociedade e a Cultura emergente.** Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006.

CELANI, M. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade:** questões e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CHANG, H.-J. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo.** Tradução Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

COELHO, A. L. A. L.; GODOI, C. K. Coerência entre o Discurso Institucional e o Discurso Midiático sobre a Sustentabilidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010, p. 1-17. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eor2433.pdf> > Acesso em: 12 nov. 2018.

COELHO, A. L. A. L. et al. Análise do discurso da sustentabilidade em uma empresa do setor de energia elétrica. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v. 1, n. 1, p. 122-158, jul./dez.2012. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/4058> > Acesso em: 12 nov. 2018.

DALY, H. **A economia do século XXI.** Tradução Renato Souza. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

DELEUZE, G. **Foucault.** Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DELEUZE, G; GUATARRI, F. **O anti-Édipo:** capitalismo e esquizofrenia 1. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010. (Coleção TRANS)

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de 'desapredizagem' – redescições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-65.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução Iran Ferreira de Mel. **Linha d'Água**. São Paulo, v. 2, n. 25, p. 307-329, 2012. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728> > Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: WODAK, R.; CHILTON, P. **A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: Theory, Methodology and Interdisciplinarity**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 53-70.

_____. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães (org.) Brasília: Ed. UNB, 2008.

_____. **Language and power**. London: Longman Inc., 1989.

FARACO, C. A. Criação ideológica e dialogismo. In: FARACO, C. A. **Linguagem e Diálogos: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009, p. 45-97.

FLANNERY, T. **Os senhores do clima – como o homem está alterando as condições climáticas e o que isso significa para o futuro do planeta**. Tradução Jorge Calife. São Paulo: Editora Record, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo – Reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, E. P. M. Da emergência e da finalidade críticas em análise do discurso crítica (ADC): A teoria social do discurso, de Norman Fairclough. In: GOMES, E. P. M. **Problemas do consórcio Análise do Discurso Crítica/Realismo Crítico: descrevendo os circuitos e os cursos de ação para uma análise sócio-crítica do discurso**, 2018, Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018, p. 37-78.

HABERMAS, J. Realismo após a virada da pragmática linguística. In: HABERMAS, J. **Verdade e justificação – Ensaios Filosóficos**. Tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 7-60.

_____. Crítica como Unidade de Conhecimento e Interesse. In: HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Introdução e Tradução José N. Heck. Rio de Janeiro: Zahar Editores S/A, 1982, p. 211-319.

HANKS, W. O que é contexto. In: BENTES, A. C.; MACHADO, M. A. R. (orgs). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção os Pensadores).

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista – Por uma política democrática radical**. Trad. Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015 (Coleção Contrassensos).

LARA, L. G. A. de; OLIVEIRA, S. A. de. A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, Artigo 8, abr./jun. 2017, p. 326-348.

LOWY, M. **O que é o ecossocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção questões de nossa época).

KREMER, J. T. et al. Estratégias de legitimidade social nos relatórios de sustentabilidade e de administração da Samarco Mineração. In: V CONFERÊNCIA SULAMERICANA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL, VALORES HUMANOS E CONSUMO SUSTENTÁVEL, 5, 2017, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: UNB, 2017, p. 1-19.

Disponível em: <

<http://conferencias.unb.br/index.php/CCS2017/ccs2017/schedConf/presentations?searchInitial=Z&track=> > Acesso em: 12 nov. 2018.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAGALHÃES, I; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

MARTINS FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. Contexto: problemática ad infinitum. In: SILVA, D. N.; MARTINS FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). **Nova Pragmática: Modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 190-206.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I. F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PERREIRA, R. C.; ROCA, P. (Orgs.). **Linguística Aplicada – Um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 25-50.

MERICO, L. **A transição para a sustentabilidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MOITA LOPES, L. P. Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-24.

_____. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

_____. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo com linguista aplicado. In: LOPES, L. P. da M. (org.). **Por uma linguística aplicada interdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006a, p. 13-44.

_____. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos contrutos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006b, p. 85-107.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 311-352, v. 3.

MOTA, M.; MAZZA, A. C. A.; OLIVEIRA, F. C. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 69-80, jan./mar. 2013. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/9618/uma-analise-dos-relatorios-de-sustentabilidade-no-ambito-ambiental-do-brasil--sustentabilidade-ou-camuflagem-> > Acesso em: 12 nov. 2018.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 113-165, v. 2.

OPPENLANDER, R. **Food choice and sustainability**. Mineapolis: Langdon Street Press, 2013.

PASSET, R. **A ilusão neoliberal**. Tradução Clóvis Marques. São Paulo: Editora Record, 2002.

PAIVA, V.L.M. O. Reflexões sobre ética na pesquisa. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. Belo Horizonte. v. 5, n. 1, p. 43-61, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982005000100003 > Acesso em: 12 nov. 2018.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 143-152.

PENNA, C. G. **O estado do planeta: Sociedade de consumo e degradação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Editora Record, 2012.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: LOPES, L. P. da M. (org.). **Por uma linguística aplicada interdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PINTO, J. P. Hegemonias, contradições e desafios em discursos sobre língua no Brasil. In: CORREA, D. A. (org.). **Política linguística e ensino de língua**. Campinas: Pontes, 2014, p. 59-72.

RAJAGOPALAN, K.A ‘dadidade’ dos ditos dados na/da pragmática. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (Org.). **O Fazer Científico**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014, p. 67-104, v. 2.

_____. Aspectos sociais da pragmática. In: RAJAGOPALAN, K. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.

RESENDE, V. M. Análise de Discurso Crítica: Uma perspectiva transdisciplinar entre a Linguística Sistêmica Funcional e a Ciência Social Crítica. In: 33rd INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS, 33, 2006, São Paulo, **Electronic annals...** São Paulo: PUCSP, 2006, p. 1069-1081. Disponível em: <
http://www4.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/53cda_resende_1069a1081.pdf>
Acesso em: 12 nov. 2018.

ROJO, R. Caminhos para a LA: Política lingüística, política e globalização. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A. da, et al. (orgs). **Política e políticas lingüísticas**. São Paulo: Pontes Editores, 2013.

SAUSURRE, F. de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. Organizadores Charles Bally e Albert Sechechaye. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEN, A. **Sobre ética e Economia**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VEIGA, J. E. da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

VIVIEN, F.-D. **Economia e Ecologia**. Tradução Virgilia Guariglia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979.